



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANA FLÁVIA DIAS ZAMMATARO

**A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL:
ANÁLISE DOS CONCEITOS DO RELATÓRIO FIGUEIREDO A
PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA**

LONDRINA
2023

ANA FLÁVIA DIAS ZAMMATARO

**A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO
DO CONHECIMENTO EM UMA PERSPECTIVA
DECOLONIAL: ANÁLISE DOS CONCEITOS DO RELATÓRIO
FIGUEIREDO A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Albuquerque

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Giulia Crippa

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

- Z24o Zammataro, Ana Flávia Dias.
A Organização e Representação do Conhecimento em uma perspectiva decolonial: : análise dos conceitos do Relatório Figueiredo a partir da Classificação Facetada / Ana Flávia Dias Zammataro. - Londrina, 2023.
242 f.
- Orientador: Ana Cristina de Albuquerque.
Coorientador: Giulia Crippa.
Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023.
Inclui bibliografia.
1. Organização e Representação do Conhecimento - Tese. 2. Teoria da Classificação Facetada - Tese. 3. Decolonialidade - Tese. 4. Relatório Figueiredo - Tese. I. de Albuquerque, Ana Cristina . II. Crippa, Giulia. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.
- CDU 02

ANA FLÁVIA DIAS ZAMMATARO

**A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO
DO CONHECIMENTO EM UMA PERSPECTIVA
DECOLONIAL: ANÁLISE DOS CONCEITOS DO RELATÓRIO
FIGUEIREDO A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Doutorado, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Brígida Maria Nogueira Cervantes
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Fábio Furlanette
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Prof. Dr. Mario Barité
Universidad de la República Uruguay
(UDELAR)

Prof.^a Dr.^a Luciana Gracioso
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Londrina, 17 de novembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Fui doutoranda durante a pandemia de Covid-19, e em meio a tantas inseguranças, medos, perdas e incertezas sou infinitamente grata por ter sobrevivido, ainda que diante de tanta negligência do Estado brasileiro.

Agradeço o apoio fundamental, afetuoso e incentivador da minha família: meu companheiro Atus e minha filhotinha de quatro patas Ipa. Vocês foram e são essenciais nessa jornada de desassossego que é a pesquisa. Atus, obrigada pela parceria, pelo amor, por caminhar lado a lado comigo, por ser meu ponto de equilíbrio e por tornar essa imersão ainda mais prazerosa e muito menos solitária.

Agradeço a ancestralidade das mulheres que vieram antes de mim: vó Julieta (em saudade eterna), vó Rosa, mãe, Tata, tia Ana, a história de vida de cada uma de vocês me trouxe até aqui. Às que chegaram depois de mim, Bruna e Isadora, o elo que nos une é luz em minha jornada.

Agradeço minha orientadora Ana Cristina de Albuquerque: obrigada por ser essa fonte de conhecimento intelectual e pessoal, obrigada por ter aberto tantas portas, obrigada por ter sido incentivo, direcionamento, amizade e acolhimento.

Agradeço aos amigos e amigas que estiveram comigo ao longo dessa caminhada, obrigada pelos momentos que tornaram essa trajetória mais leve.

Agradeço ao Departamento de Bens Culturais – Campus de Ravena, da Universidade de Bologna (Unibo), Itália, pela recepção e acolhimento durante o estágio de pesquisa. Agradeço à minha coorientadora Giulia Crippa pelo aceite em me receber como pesquisadora na Unibo e por ter preparado, ainda que ausente, uma recepção tão cuidadosa durante a minha estadia. Agradeço também à professora Lucia Sardo pelo acolhimento afetuoso, por ter sido minha guia gastronômica e turística na cidade de Bologna, por ter me direcionado como pesquisadora na universidade e por ter me colocado em contato com outros professores e pesquisadores da Itália. Também agradeço a recepção da professora Fiammeta Sabba, e ao espaço concedido pela professora Annalisa Furia para que eu pudesse compartilhar parte da minha pesquisa com seus estudantes.

Agradeço a todos os membros da banca por terem aceitado o convite: professora dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes, professor dr. Mario Barité, professora dra. Luciana de Souza Gracioso, professor dr. Fabio Furlanette, professora dra. Rosane Lunardelli, professor dr. Marcos Antonio de Moraes: é um privilégio imensurável, para mim, ter o olhar de pesquisadores que eu tanto admiro em minha tese.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina por todo o suporte para a pesquisa e pelo apoio financeiro para que o estágio de pesquisa fora do país acontecesse.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina por oportunizar o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Dedico essa pesquisa aos povos indígenas do Brasil: aos que são antepassado; aos que seguem sendo resistência.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias. **A Organização e Representação do Conhecimento em uma perspectiva decolonial**: análise dos conceitos do Relatório Figueiredo a partir da Classificação facetada. 2023. Tese (Pós-graduação em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

Introdução: Esta tese tem como objeto de estudo o Relatório Figueiredo, documento que resulta de uma Comissão de Inquérito instaurada em 1967 a respeito da convivência do extinto Serviço de Proteção ao Índio com a violência cometida contra os povos indígenas do Brasil. São coletados termos do Relatório, por meio de processo de inferência e por *software* de mineração de dados, submetendo-os a uma categorização por meio do uso de facetadas, oriunda da Teoria da Classificação Facetada elaborada por Shiyali Ramamrita Ranganathan. **Objetivo:** Analisar os conceitos do Relatório Figueiredo sob uma perspectiva epistemológica decolonial aplicada à Organização e Representação do Conhecimento a fim de elaborar sistemas de organização do conhecimento com características decoloniais. **Metodologia:** Pesquisa de caráter documental e bibliográfica, de enfoque qualitativo, com o uso da abordagem metodológica da Análise de Domínio, por meio das abordagens dos estudos históricos, epistemológicos e das classificações especiais. A metodologia empregada contribui para responder ao seguinte problema de pesquisa: De que maneira o fundamento epistemológico decolonial contribui para embasar discussões contra-hegemônicas na Organização e Representação do Conhecimento e, a partir disso, elaborar sistemas de organização do conhecimento que tenham características decoloniais? **Resultados:** A categorização dos conceitos no sistema facetado de Ranganathan e as múltiplas possibilidades de combinações entre suas facetadas e subfacetadas, em conjunto com uma ferramenta de mineração de dados do documento em estudo na tese, fomentaram a elaboração de uma proposta de modelagem conceitual, cujas entidades, atributos e relações, quando estruturados e representados com base na epistemologia da decolonialidade de Anibal Quijano, podem ter características decoloniais e contra-hegemônicas, demonstrando assim a viabilidade de elaborar sistemas de organização do conhecimento alinhados às necessidades de suas respectivas unidades de informação e, ao mesmo tempo, que contribua com a desconstrução da colonialidade do poder, dialogando com problemáticas históricas que se refletem em questões da realidade social e representando a diversidade étnica e cultural brasileira. **Conclusão:** As discussões colocadas expressam que, embora seja possível, a literatura da Organização e Representação do Conhecimento a respeito das bases decoloniais ou pós-coloniais está, ainda, em fase de desenvolvimento, necessitando, portanto, solidificar seus alicerces para a construção de uma área que opere pela inclusão e pela contra-hegemonia. Assim, torna-se possível a constituição de processos e sistemas de organização do conhecimento que possam adquirir características decoloniais e contra-hegemônicas.

Palavras-chave: Organização e Representação do Conhecimento. Teoria da Classificação Facetada. Teoria do Conceito. Análise de Domínio. Modelagem Conceitual. Decolonialidade. Relatório Figueiredo.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias. **The Knowledge Organization in a decolonial perspective**: analysis of the concepts of the Figueiredo Report based on the Faceted Classification. 2023. Tese (Pós-graduação em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

Introduction: This theses has as study object the Figueiredo Report, a document that results from a Comission of Inquiry instituted in 1967 about the connivance of the extinct Indigenous Service Protection with the violence committed against the indigenous people of Brazil. Terms from the Figueiredo Report are collected through the inference process and data mining software, subjecting them to categorization through the use of facets, originating from the Faceted Classification Theory developed by Shiyali Ramamrita Ranganathan. **Aim:** To analyze the Figueiredo Report's concepts under a decolonial epistemological perspective applies to the Knowledge Organization, in order to develop knowledge organization systems with decolonial characteristics. **Methodology:** Documentary and bibliographical research, with a qualitative focus, using the methodological approach of Domain Analysis, through approaches to historical, epistemological studies and special classifications. The methodology used contributes to answering the following research problem: How does the decolonial epistemological foundation contribute to supporting counter-hegemonic discussions in the Knowledge Organization and, based on this, develop knowledge organization systems that have decolonial characteristics? **Results:** The categorization of the concepts in the Ranganathan's faceted system and the multiple possibilities of combinations between its facets and subfacets, together with a data mining tool from the document under study in the thesis, encouraged the elaboration of a conceptual modeling proposal, whose entities, attributes and relationships, when structured and represented based on Anibal Quijano's epistemology of decoloniality can have decolonial and counter-hegemonic characteristics, thus demonstrating the feasibility of developing knowledge organization systems aligned with the needs of their respective information units and at the same time that it contributes to the deconstruction of the coloniality of power, dialoguing with historical issues that are reflected in issues of social reality and representing Brazilian ethnic and cultural diversity. **Conclusion:** The discussions raised express that, although it is possible, the literature on the Knowledge Organization regarding decolonial or post-colonial bases is still in the development phase, therefore needing to solidify its foundations for the construction of an area that operates for inclusion and counter hegemony. Thus, it becomes possible to establish processes and knowledge organization systems that can acquire decolonial and counter-hegemonic characteristics.

Keywords: Knowledge Organization. Faceted Classification Theory. Concept Theory. Domain Analysis. Conceptual Modeling. Decoloniality. Figueiredo Report.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Espiral do Universo do Conhecimento (<i>Sperial of the Universe of Knowledge</i>)	50
Figura 2: Espiral do Desenvolvimento de Assuntos.....	52
Figura 3: Árvore Baniana.....	53
Figura 4: Esquema demonstrativo do método analítico-sintético.....	65
Figura 5: Mapa tópico da Seção 2.....	69
Figura 6: Mapa tópico da Seção 3.....	88
Figura 7: Assistência.....	107
Figura 8: Miséria.....	108
Figura 9: Trabalhos.....	109
Figura 10: Página de Carta endereçada ao Ministério do Interior justificando a abertura da Cl.....	111
Figura 11: Página de Carta endereçada ao Ministério do Interior com a categorização de crimes cometidos pelo SPI.....	112
Figura 12: Mapa tópico da Seção 4.....	119
Figura 13: <i>Approaches in indexing</i> : document-centered and domain-centered.....	133
Figura 14: Análise do Relatório Figueiredo centrada no Domínio.....	134
Figura 15: Etapa 3 - Levantamento das subfacetas do Universo de assunto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).....	144
Figura 16: Etapa 3 - Levantamento das subfacetas do Universo de assunto Invasão de Terras Indígenas.....	146
Figura 17: Mapa tópico da Seção 5.....	148
Figura 18: <i>Wordcloud</i> com iniciais maiúsculas e minúsculas.....	151
Figura 19: <i>Wordcloud</i> com iniciais minúsculas.....	152
Figura 20: Diagrama E-R das entidades Indígena, Posto Indígena, SPI, Inspetoria Regional (IR), Venda, Terras.....	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação Decimal de Dewey – CDD.....	42
Quadro 2: Classificação Decimal Universal – CDU.....	44
Quadro 3: <i>Main Classes</i> ou Classes Principais.....	48
Quadro 4: Formação do assunto composto.....	54
Quadro 5: Postulado das Categorias Fundamentais.....	56
Quadro 6: Categorias Fundamentais no Relatório Figueiredo.....	59
Quadro 7: Categorias Fundamentais da CRG.....	61
Quadro 8: Três dimensões de um domínio.....	126
Quadro 9: O Relatório Figueiredo sob as abordagens da Análise de Domínio.....	136
Quadro 10: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	138
Quadro 11: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	138
Quadro 12: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	138
Quadro 13: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	138
Quadro 14: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	139
Quadro 15: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	139
Quadro 16: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	139
Quadro 17: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo.....	139
Quadro 18: Etapa 1 - Levantamento dos termos e definição do Universo de assuntos.....	142
Quadro 19: Etapa 2 - Levantamento das Facetas.....	143

LISTA DE SIGLAS

American Society for Information Science and Technology	ASIS&T
Análise de Domínio	AD
Ato Instituição n. 5	AI-5
Ciência da Informação	CI
Classificação Decimal de Dewey	CDD
Classificação Decimal Universal	CDU
Comissão Parlamentar de Inquérito	CPI
Comissão Nacional da Verdade	CNV
Conselho Indigenista Missionário	CIMI
Conselho Nacional de Proteção aos Índios	CNPI
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	DNOCS
Fundação Nacional do Índio	Funai
International Federation of Library Associations and Institutions	IFLA
International Society for Knowledge Organization	ISKO
Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo	PMEST
Main Classes	MC
Organização do Conhecimento	OC
Organização e Representação do Conhecimento	ORC
Organização Internacional do Trabalho	OIT
Serviço de Proteção ao Índio	SPI
Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais	SPIILTN
Serviço Nacional de Informação	SNI
Sistema de Organização do Conhecimento	SOC
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	Sudam
Teoria da Classificação Facetada	TCF
União Democrática Nacional	UDN
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Problema de pesquisa.....	16
1.2 Justificativa.....	17
1.3 Hipótese.....	20
1.4 Objetivos	21
1.4.1 Objetivo geral	21
1.4.2 Objetivos específicos	22
1.5 Metodologia	22
1.6 Organização da tese.....	26
2. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DOMÍNIO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	28
2.1 A Organização e Representação do Conhecimento em perspectiva: aspectos históricos, desenvolvimento e consolidação junto à ciência da informação	29
2.2 Fundamentos da Teoria da Classificação.....	36
2.2.1 A Teoria da Classificação Facetada em interface com a Organização e Representação do Conhecimento	45
2.3 A Teoria do conceito como fundamento da Organização e Representação do Conhecimento.....	62
2.4 A seção entre conceitos.....	68
3. O CONCEITO DE DECOLONIALIDADE PARA UM FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO.....	70
3.1 A classificação social pela ideia de raça.....	73
3.2 Da colonialidade dos saberes	79
3.3 Decolonizar para (re)classificar	83
3.4 A seção entre conceitos.....	88
4. RELATÓRIO FIGUEIREDO: UM REGISTRO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	90
4.1 Os Povos Indígenas do Brasil: da dizimação colonial ao estabelecimento de políticas indigenistas.....	91
4.2 Um órgão para tutelar os indígenas: O contexto de criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)	96
4.3 O Relatório Figueiredo: a barbárie tornada pública	103
4.4 A seção entre conceitos.....	118
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A ANÁLISE DE DOMÍNIO EM INTERFACE COM A TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM APORTE METODOLÓGICO	120

5.1	A Análise de Domínio em Discussão: compreendendo domínios e comunidades discursivas	120
5.2	Uma proposta metodológica e pragmática a partir da Teoria da Classificação Facetada.....	137
5.3	A seção entre conceitos.....	147
6.	MODELANDO CONCEITOS COM CARACTERÍSTICAS DECOLONIAIS	149
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
	REFERÊNCIAS.....	162
	ANEXO	175

1. INTRODUÇÃO

Produzir conhecimento e informação é prática comum da vida humana. Sejam eles tangíveis ou intangíveis, registrados ou não registrados, os indivíduos desenvolvem suas atividades e estabelecem relações por meio da informação e do conhecimento. Os fluxos informacionais gerados e registrados a partir dessas dinâmicas e relações constituem-se como preocupação central das pesquisas em Ciência da Informação (CI). Desde meados do século XX, seus pesquisadores estão debruçados sobre a produção, tramitação, armazenamento, recuperação e usos dessas informações, buscando compreender não só o comportamento informacional e as necessidades dos usuários, mas também os processos que permitem a organização, representação, disseminação e recuperação do conhecimento e de informações, que demonstrem coerência com o meio em que estão dispostas.

No desenvolvimento dos aportes teóricos e epistemológicos, o modelo que apresenta uma perspectiva epistemológica social, na CI, colocado por Capurro (2003), veio fornecer um olhar mais abrangente aos seus estudos, ao considerar os contextos nos quais os usuários estão inseridos para tentar compreender os fenômenos envolvendo a informação. O autor salienta, nesse sentido, o potencial informativo da informação e do conhecimento quando socializados: “[...] Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo” (CAPURRO, 2003, n.p.).

O olhar socializante conferido aos trabalhos na Ciência da Informação impactou, evidentemente, seus domínios e áreas de pesquisa. A Organização e Representação do Conhecimento (ORC), por exemplo, compreendida nesta tese como domínio disciplinar da CI, vem acompanhando essas mudanças por meio do desenvolvimento de pesquisas que revelam sua dimensão social e política. Isso significa dar relevância aos processos, instrumentos e produtos elaborados a partir das discussões teóricas da ORC como práticas não neutras, posto que dotadas de “[...] visão de mundo particular, refletindo posições ideológicas e políticas” (PINHO; GUIMARÃES, 2011, p. 143). A perda conceitual, nesse sentido, é parte de seu *metier*, pois integra-se ao ato de representar, seja essa representação realizada como forma de denominar fenômenos e objetos ao nosso redor, seja para referir-se a elementos

constituintes de índices, tesouros ou taxonomias, por exemplo. Sob essa perspectiva, a ORC tem considerado as influências dos contextos em suas discussões, abrindo espaço para concepções críticas na compreensão dos processos envolvendo a organização e a representação da informação e do conhecimento.

A ampliação de estudos críticos e com perspectivas contextuais abrangentes tem possibilitado aos pesquisadores da ORC um olhar mais atento às diferentes comunidades discursivas e aos problemas sociais existentes à sua volta, resultando em instrumentos, processos e produtos mais inclusivos e em pesquisas que contribuem para sedimentá-la (PINHO; GUIMARÃES, 2011). Barité (2001), em estudo dedicado à construção epistemológica da ORC, salienta o conhecimento registrado como produto e necessidade social, sendo, portanto, capaz de ser compreendido quando *socializado* (grifo nosso). Isso contribui para que se possa reiterar o caráter social e, portanto, político e ideológico da ORC. Ainda a esse respeito, Hjørland (2003) considera as influências sociais nos processos e sistemas de organização do conhecimento e, nessa medida, “a intermediação cultural na relação das pessoas com a informação” (HJØRLAND, 2003, p. 99), evidenciando os contributos da ORC para refletir e agir sobre questões relativas à realidade social. O autor dinamarquês explica também a maneira como os instrumentos originados dos estudos em ORC devem resultar de uma visão pragmática e crítica e que se apoie em uma representação livre de tendências que possam oprimir algum grupo representado:

[...] a partir de uma perspectiva epistemológico-feminista, deve-se perguntar se uma dada classificação reflete um ponto de vista masculino dominante e com isso, suprimindo as vozes femininas. Essa maneira de se considerar as classificações está relacionada ao modo como os interesses de classes estão refletidos, como os interesses étnicos estão refletidos e como os interesses coloniais estão refletidos. Ao invés de termos múltiplas epistemologias específicas para cada uma dessas questões, devemos dizer que todas elas representam um tipo de visão teórico-crítica na OC [Organização do Conhecimento], a qual está, mais uma vez, conectada com uma visão pragmática do conhecimento (ou seja, conhecimento servindo a objetivos práticos) e, portanto, o conhecimento deve ser avaliado em relação a cada objetivo prático (e os de quem), a quais propósitos práticos ele apoia, e se outros propósitos e valores estão relativamente reprimidos. (HJØRLAND, 2014, p. 369-370).

Cabe à ORC, portanto, a compreensão de que seus instrumentos estão imbuídos de valores coletivos e que, por esse motivo, os processos e Sistemas de

Organização do Conhecimento (SOC) devem ser pensados para desconstruir hegemonias e evidenciar saberes e culturas historicamente marginalizados, além de elaborar sistemas “[...] que [tenham] como participante da sua construção a sociedade a qual se quer representar e retratá-la próxima da realidade por meio do conhecimento” (LIMA; ALMEIDA, 2019, p. 526).

Com os sistemas de classificação não poderia ser diferente. Desde a criação das classificações bibliográficas clássicas, no século XIX, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), estudiosos vêm desenvolvendo pesquisas a fim de solucionar problemas encontrados nesses sistemas, como os relacionados à rigidez e à hierarquia, que dificultam a entrada de novas informações e limitam as buscas em razão da falta de descritores que representem de fato a multiplicidade de seus contextos. Milani (2015), com base em Olson (2001), explica que isso se deve, entre outros aspectos, à característica de linearidade desses sistemas de classificação, impedindo que todos os aspectos das obras ou documentos, em suas múltiplas complexidades, sejam representados de maneira simultânea. Somado a isso, explica a autora, os sistemas de classificação tendem a reproduzir e reforçar os valores da cultura dominante (MILANI, 2015).

Ainda que sua aplicação no contexto brasileiro seja limitada, a Teoria da Classificação Facetada (TCF) é uma das mais citadas na literatura como sistema propício para dar conta dessas lacunas. Criada pelo matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1882-1972), na década de 1930 e aperfeiçoada no decorrer de aproximadamente 30 anos, o sistema facetado, em razão das múltiplas possibilidades de arranjos e combinações entre seus conceitos e facetas, mostra-se alinhado com as pesquisas da ORC que vêm tentando conferir aos seus instrumentos e sistemas direcionamentos que busquem garantir a inclusão, a especificidade e a equidade. A Classificação Facetada é abordada nesta tese em seus subsídios teóricos e metodológicos, como uma teoria em interface com a ORC e como metodologia para demonstrar a possibilidade de constituição de um sistema de classificação apoiado em bases epistemológicas decoloniais (que será explicado mais adiante), a partir da análise dos conceitos do documento em estudo: o Relatório Figueiredo.

Relatório Figueiredo é a denominação do documento, com mais de sete mil páginas, resultante de uma Comissão de Inquérito instaurada em 1967 para averiguar irregularidades cometidas pela política indigenista no âmbito do Serviço de Proteção

ao Índio (SPI). Por meio de depoimentos e documentos comprobatórios, coletados em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta em 1963, o Relatório revelou diversos casos de violência cometidos contra os povos indígenas do Brasil, que deveriam estar sob a proteção dos postos indígenas, além da corrupção instaurada no interior do órgão. O Relatório Figueiredo foi dado como desaparecido por mais de 45 anos, sendo encontrado em 2008, quando diversos documentos enviados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) foram catalogados por profissionais do Museu do Índio. No ano de 2013, a documentação recebeu tratamento, constituindo-se como Relatório Figueiredo. A descoberta do relatório retomou uma parcela da memória da ditadura, revelando casos de tortura, desaparecimento e assassinatos dos povos indígenas (ZEMA, 2015). Embora submetido a análises utilizando procedimentos metodológicos da ORC, o corpus constituído pelo Relatório Figueiredo não se finda em si mesmo, já que o documento é parte de uma conjuntura histórica, política e social específica, cujas características são consideradas em seu estudo, sobretudo quando analisadas a partir da abordagem metodológica da Análise de Domínio (HJØRLAND; ALBRESCHTSEN, 1995).

Assim, além dos procedimentos da TCF, o Relatório é analisado considerando essa abordagem metodológica proposta por Hjørland e Albreschtsen (1995), que permitiu identificar o respectivo domínio e a comunidade discursiva da pesquisa. A Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg (1978), que forneceu as bases para os estudos de Hjørland (2008a) com a teoria do conceito na ORC, também contribuiu com a análise. Desse modo, sob fundamentos epistemológicos decoloniais, foi possível mapear conceitos do Relatório Figueiredo em uma perspectiva contra-hegemônica e decolonial, possibilitando a elaboração de uma modelagem conceitual com essas características como resultado da pesquisa.

Os fundamentos epistemológicos do trabalho foram constituídos com base nos estudos do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1930-2018) e a contextualização de seus escritos no grupo Modernidade/Colonialidade, formado em sua maioria por intelectuais latino-americanos, contribuindo para solidificar bases decoloniais no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento. Para além de sua origem latino-americana e, em razão disso, por refletir e problematizar questões históricas tomando esse lugar de origem como enunciação, justifica-se a escolha por Aníbal Quijano nesta tese, pois seus estudos contribuíram para o desenvolvimento da teoria

decolonial e do conceito de decolonialidade, fundamental para embasar epistemologicamente a pesquisa.

No decorrer de sua obra, o autor demonstra como a sociedade latino-americana foi constituída com base nos valores europeus, nos quais a ideia de raça submeteu os povos originários a um longo processo de genocídio e silenciamento em nome da construção de uma “identidade nacional” travestida de uma perspectiva fortemente eurocêntrica. Quijano (2005, p. 117) explica que a classificação social pela raça “[...] é uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo [...] o eurocentrismo”. As relações dicotômicas e desiguais estabelecidas pelos europeus com base no etnocentrismo constituíram o que Quijano (2005) denomina como *colonialidade do poder*, que, junto ao capitalismo colonial, à racialização dos nativos e ao silenciamento dos seus saberes, submeteram os indígenas das mais diversas etnias à violência e à opressão.

A situação de marginalização delegada aos povos indígenas no contexto da colonização da América, a partir do século XV, deixou raízes profundas que ainda são sentidas na atualidade. No caso do Brasil, de acordo com o *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2021* – publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ocorreram 34 casos de desassistência aos povos indígenas no interior de 13 estados brasileiros: Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Agravada pela condição de marginalização e violência dispensada pela gestão 2019-2022 do Poder Público Federal, o Relatório demonstra que os indígenas foram amplamente atingidos pela insegurança alimentar. O cenário foi acentuado em razão da negligência do Executivo com a pandemia da Covid-19, colocando diversas etnias indígenas em situação de miséria e violência: “No Mato Grosso, o povo Xavante desde muito tempo sofre com a falta de alimentos. A situação se agravou com a pandemia da Covid-19, e muitos deles passaram a enfrentar fome. A situação é preocupante, principalmente quando envolve crianças e anciãos [...]” (CIMI, 2021, p. 203).

Como representantes de grupos sociais historicamente marginalizados, é substancial que os povos indígenas tenham vozes ressonantes nos sistemas de organização do conhecimento, seja para representar de maneira ética e confiável sua

diversidade cultural, seja para denunciar as mais diversas atrocidades cometidas contra esses povos no decorrer dos séculos em nosso país. Lima e Almeida (2019), em um trabalho em que defendem a construção de SOC multiculturais, fazem o seguinte esclarecimento sobre o pensamento pós-colonial e decolonial:

No que se refere ao pensamento pós-colonial e decolonial, este surge com o propósito de questionar as narrativas dominantes vindas do ocidente, em especial da Europa. [...] a teoria decolonial busca a emancipação de qualquer tipo de opressão, [...]. Neste sentido [...] a teoria decolonial ajuda-nos a pensar e criar estratégias para mudar a “realidade” [...] (LIMA; ALMEIDA, 2019, p. 527).

Os autores acrescentam o caráter universalista e imperialista que ainda fundamenta os estudos na ORC, cujas “[...] metodologias, diretrizes, disciplinas, processos de organizar e representar o conhecimento e suas práticas, são ainda de ordem positivistas e com perspectivas eurocêntricas [...]” (LIMA; ALMEIDA, 2019, p. 525). Assim, questionam as limitações impostas pelos sistemas europeus dominantes às representações culturais dos países colonizados. Na visão dos autores, é urgente priorizar as culturas e os saberes postos à margem, refletindo a função social e política da ORC e dos SOC, de modo a questionar e destituir narrativas dominantes e representar o conhecimento de grupos sociais historicamente marginalizados.

Salienta-se, ainda, que as bases teóricas referentes à ORC e aos fundamentos epistemológicos decoloniais foram aprofundados por meio de estágio de pesquisa realizado no Departamento de Bens Culturais (DBC), campus de Ravena, da Universidade de Bologna (Unibo), Itália, entre março e abril de 2023, sob a orientação da professora Giulia Crippa e a colaboração e os direcionamentos da professora Lucia Sardo. A experiência foi vivenciada por meio de pesquisas realizadas na Biblioteca do campus do DBC, com leituras dessas e de outras referências encontradas no decorrer da permanência, dos contatos estabelecidos com professores e sua orientação, dos contatos feitos com outros professores e pesquisadores da Unibo, além das vivências cotidianas experienciadas pelo olhar de uma latino-americana em um país europeu.

No âmbito acadêmico, foi possível experienciar a participação em seminários e encontros realizados na Unibo do Campus de Ravena e também de Bologna. Em Ravena, o encontro intitulado *Giornata di incontro con le professioni*, realizado no dia 16 de março de 2023, introduzido pela professora Fiammeta Sabba, foi direcionado aos estudantes do curso de Arquivologia e Biblioteconomia, tratando do percurso

formativo de ambas as graduações, o horizonte da pesquisa, além de perspectivas profissionais. No dia 28 de março de 2023, no campus de Bologna, o seminário assistido tratava do pensamento crítico nos campos do conhecimento, com o título // *pensiero critico*, sob a mediação das professoras Maria Elisabetta Guerzoni e Paola Vecchi Galli. Conferiu-se também o seminário realizado no dia 5 de abril de 2023, sob a curadoria da professora Fiammeta Sabba, intitulado *Spigolature bibliografiche aldrovandiane: per amore di Bibliografia, e per amore d'Ulise*, em que foram discutidas as contribuições do bibliógrafo Ulisse Aldrovandi para a Bibliografia.

Foi também possível realizar pesquisas na biblioteca do campus de Ravena, com levantamento de bibliografias caras à Ciência da Informação e à Organização do Conhecimento. Além de contribuírem para ampliar o olhar sobre a pesquisa, tais referências propiciaram a elaboração de um trabalho, ainda em construção, com professores italianos e brasileiros.

Ainda no âmbito acadêmico, realizou-se uma apresentação de um recorte desta pesquisa aos estudantes do Departamento de Bens Culturais do campus de Ravena, sob a concessão da professora Annalisa Furia, com o seguinte título: *Decoloniality concept in the construction of the decolonial Knowledge Organization Systems*. Tratando do conceito de decolonialidade como aporte teórico e epistemológico para os estudos da ORC e assim para elaborar sistemas de organização do conhecimento decoloniais, a apresentação propiciou uma imersão ainda maior sobre o olhar decolonial para a pesquisa, já que se tratava de uma latino-americana falando prioritariamente para estudantes de origem europeia.

A imersão ocorreu também por meio de visitas a espaços culturais, museus históricos e de arte, bibliotecas e parques arqueológicos, tanto das cidades de Bologna e de Ravena quanto de outras cidades italianas. Na visita realizada ao Museu Civico Mediavale, da cidade de Bologna, por exemplo, constatou-se a presença de peças originárias da América do Sul, notadamente da cultura andina, contribuindo para corroborar que as reflexões de cunho decolonial devem percorrer arquivos, museus e bibliotecas, para que coleções e curadorias sejam desnaturalizadas e problematizadas a partir do conhecimento de seu respectivo lugar de origem.

Somada às experiências acadêmicas e culturais, as vivências cotidianas possibilitadas por meio de atividades de rotina em uma cidade europeia, bem como o contato com pessoas comuns, contribuíram para aprofundar reflexões sobre conceitos

quijanianos como os de colonialidade do poder, colonialidade do saber, colonizadores/colonizados e decolonialidade, o que pôde reforçar experiências vivenciadas pela pesquisadora como latino-americana em um país europeu.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Organizar objetos e classificar fenômenos e pessoas de acordo com critérios pré-estabelecidos e, por vezes, socialmente padronizados, é inerente à vida em sociedade. As classificações sociais estão presentes nas mais diversas esferas do cotidiano humano: classificam-se as pessoas de acordo com suas respectivas funções no trabalho, os indivíduos são categorizados conforme sua idade, estado civil ou grau de escolaridade, classificamos nossas roupas ou objetos de acordo com cores ou qualquer outro critério que nos ajude a organizá-los no dia a dia. As classificações, conforme Albuquerque (2012, p. 41): “[...] constituem relações e perspectivas hierarquizadas que constroem os conjuntos que representam códigos exclusivos de determinadas culturas”.

Sendo as classificações um instrumento representativo de culturas, cabe lançar a elas um olhar crítico, sobretudo quando abordadas no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento, a fim de que se reconheça, nesses sistemas, um caminho para o acesso a culturas oprimidas e a grupos marginalizados. A decolonialidade como teoria do conhecimento aplicada à ORC fornece as bases para desconstruir discursos hegemônicos e contribui para escolher sistemas que propiciam a destituição da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

Como norteadora de todo o universo da pesquisa, a visão decolonial perpassou os estudos preliminares desta tese, iniciada quando do primeiro contato com o Relatório Figueiredo, em meados de 2020, e, simultaneamente, a partir dos estudos da obra de Quijano. Do ponto de vista contra-hegemônico, foi possível selecionar autores e autoras da ORC cujas pesquisas se abrem para discussões contextuais e decolonizadoras e que vêm contribuindo para o aprofundamento desses debates na área. A literatura direcionou à Teoria da Classificação Facetada como sistema mais aberto e, por isso, com maiores possibilidades de abranger a diversidade. Em uma perspectiva política da ORC, trata-se de levar em conta as diferenças sociais, linguísticas e epistemológicas entre os estratos sociais para que se possa identificar

e assim desconstruir uma ORC ainda hegemônica e opressora (LEAZER; MONTOYA, 2020). A partir disso, tornou-se possível fazer inferências a respeito dos processos e sistemas de organização do conhecimento como representativos de uma dada realidade social. A esse respeito, Café e Brascher (2011, p. 26) elucidam: “[...] a informação, representada pela articulação entre o termo e seu conceito, tem seu significado variável intrinsecamente ligado ao contexto de uso”. No entendimento das autoras, cabe às pesquisas da ORC representar a variedade conceitual e terminológica de um domínio, de modo a refletirem, por meio dos SOC, o contexto de determinada comunidade.

Leazer e Montoya (2020) discutem que entender a ORC numa perspectiva política, cujas origens remetem à cultura hegemônica europeia e estadunidense, e por consequência carregada de preconceitos culturais e de práticas injustas e opressoras, é de extrema importância para que possamos desconstruir essa perspectiva colonialista e assim edificar serviços de informação mais justos e igualitários e alinhados com a questão das diferenças sociais e da diversidade étnica e cultural.

Os fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos discutidos nesta tese e que embasaram a análise do Relatório Figueiredo permitiram, a partir de uma questão concreta, definir o seguinte problema de pesquisa: **De que maneira o fundamento epistemológico decolonial contribui para embasar discussões contra-hegemônicas na ORC e, a partir disso, elaborar sistemas de organização do conhecimento que tenham características decoloniais?** A questão norteadora da pesquisa possibilita uma reflexão sobre a literatura da ORC a respeito das bases decoloniais ou pós-coloniais, percebendo que estão ainda em desenvolvimento, necessitando, portanto, impulsionar discussões que busquem a construção de uma área que opere pela inclusão e pela contra-hegemonia.

1.2 JUSTIFICATIVA

“Em 2021, o aumento de ataques nos territórios e as investidas contra os direitos indígenas no Executivo e no Legislativo fizeram com que os povos indígenas, depois de um ano de reclusão em função da pandemia, retomassem as grandes mobilizações na capital federal – que continuaram no ano seguinte. No Acampamento Terra Livre de 2022, cerca de 7 mil indígenas realizaram um grande ato em protesto contra o garimpo e a tentativa de legalizar a mineração em suas

terras. Cobertos com lama e tinta vermelha representando sangue, denunciaram o rastro de devastação e de violência deixado pelo garimpo e pela mineração em seus territórios e comunidades, e cobraram respeito por suas vidas, seus corpos e seus direitos.”

Conselho Indigenista Missionário, 2021.

As justificativas para a relevância desta tese estão sedimentadas em sua possibilidade de ampliação das esferas de estudo da Organização e Representação do Conhecimento a partir de uma perspectiva teórica e epistemológica decolonial e voltada para questões da realidade social. É necessário, assim, compreender que, por trás da construção da ORC como domínio interdisciplinar, existem aspectos políticos dominantes e hegemônicos que contribuem para a reprodução de preconceitos, ao invés de evitá-los, além de procedimentos com instrumentos e produtos de ORC enviesados e que desconsideram a diversidade étnica e cultural das sociedades (LEAZER; MONTOYA, 2020). A base teórico-epistemológica decolonial nos estudos da ORC visa, nesse sentido, contribuir com a desconstrução do pensamento epistêmico imperialista na Ciência da Informação (LIMA; ALMEIDA, 2019) a fim de ampliar a maneira como a diversidade de saberes e de culturas são organizadas e representadas nos sistemas de organização do conhecimento, questionando a neutralidade desses SOC para constituir sistemas multiculturais.

O tema é também justificado por evidenciar permanências históricas com relação às práticas dos órgãos de proteção às comunidades indígenas do Brasil, como a Funai, que, em conluio com a política do agronegócio mantida e apoiada pela gestão 2019-2022 do Poder Executivo, se resumiu ao favorecimento de ruralistas, latifundiários, madeireiros e mineradores, em detrimento da manutenção do modo de vida indígena e da garantia da posse de terras a esses povos. É oportuno lembrar do caso dos indígenas Yanomami, que veio a público em janeiro de 2023, sobre a morte de 570 crianças da comunidade em decorrência de doenças que poderiam ter sido evitadas. Além das crianças mortas, outras centenas delas, além de idosos, encontravam-se em situação de miséria. De acordo com dados do Ministério da Saúde, a tragédia resultou da política de desmonte dispensada aos povos indígenas pela gestão do Executivo Federal entre 2019-2022.

Conforme dados do Ministério da Saúde obtidos pela agência **Sumaúma**, 570 crianças de até cinco anos morreram de doenças evitáveis na TI Yanomami, entre 2019 e 2022, um aumento de 29% em relação a 2015-2018. De acordo com o Ministério dos Povos Indígenas, 99 crianças de um a quatro anos teriam morrido, só em 2022, por causas como desnutrição, pneumonia e diarreia. Cerca de 56% das crianças da área acompanhadas tinham um quadro de desnutrição aguda (baixo ou baixíssimo peso para a idade) em 2021, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) fornecidos à agência Pública. “O estado nutricional das crianças Yanomami é realmente muito ruim, só comparável aos dados de crianças da África Subsaariana”, afirmou o médico Paulo Basta, da Fiocruz à agência (SOUZA, 2023, n.p.).

Somam-se a esses os dados de 2021 do *Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil* – em que foram registradas, no ano de 2021, a ocorrência de 305 casos envolvendo “[...] invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio [...], que atingiram pelo menos 225 Terras Indígenas” (CIMI, 2021, p. 8), quantidade quase três vezes maior se comparada à do ano de 2018, quando, de acordo com o *Relatório*, foram contabilizadas 109 ocorrências. O *Relatório* reforça a negligência do Estado para com as políticas indigenistas e a ineficácia dos órgãos que deveriam protegê-los:

Os ataques criminosos, com armamento pesado, foram denunciados de forma recorrente pelos indígenas – e ignorados pelo governo federal, que seguiu estimulando a mineração nestes territórios. Os garimpos, além disso, serviram como vetor de doenças como a Covid-19 e a malária para os Yanomami. (CIMI, 2021, p. 8).

O cenário de permanências históricas contribui para justificar, inclusive, uma inclinação pessoal para o estudo do tema, na tentativa de contribuir, ainda que indiretamente, para transformar a realidade social. Salienta-se, desse modo, a relevância social da pesquisa, que ao se propor a estudar o Relatório Figueiredo sob uma episteme decolonial da ORC, categorizando seus conceitos, possibilita ligações com o tempo presente sobre a aplicação das políticas indigenistas pelo Estado brasileiro, denunciando, por exemplo, a continuidade de práticas genocidas dispensadas aos povos indígenas. Importa reforçar que, embora o Relatório Figueiredo seja objeto de análise da pesquisa, o corpus formado pelo documento não se encerra como objetivo em si mesmo. Trata-se de um olhar sobre o contexto que deu origem à massa documental, a partir das denúncias que resultaram

na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1963 e que levaram à instauração da Comissão de Inquérito em 1967, ano em que a ditadura civil-militar estivera vigente no Brasil. Para além do corpus documental constituído pelo Relatório Figueiredo, cabe ao cientista da informação compreender essa conjuntura histórica em sua complexidade, considerando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. A abordagem metodológica da Análise de Domínio, proposta por Hjørland e Albreteschsen (1995), bem como as dimensões da AD (ontológica, epistemológica e sociológica), trazidas por Hjørland e Hartel (2003), instrumentalizam essa análise no âmbito da Ciência da Informação e da Organização e Representação do Conhecimento, possibilitando, a partir dessas dimensões, sobretudo a epistemológica e a sociológica, contribuições para compreender essa conjuntura.

No âmbito da CI e da ORC, é relevante salientar as possibilidades de produzir SOC coerentes com a realidade de comunidades discursivas específicas, mas que, ao mesmo tempo, estejam alinhados com o contexto institucional, ou seja, com os domínios organizacionais e institucionais dos quais esses SOC fazem parte e que também devem atender, considerando assim suas necessidades e todo o universo institucional que envolve a premissa de sua criação.

Ademais, a partir do modelo conceitual proposto, justifica-se a pesquisa junto à contribuição aos estudos da Ciência da Informação em conjunto com as tecnologias, notadamente quando se trata de sistemas de interoperabilidade, a exemplos das ontologias, que permitem trabalhar relacionamentos conceituais de forma dinâmica e mnemônica, por vezes remetendo às raízes dos conceitos dispostos em razão da possibilidade de relações entre vários conceitos.

1.3 HIPÓTESE

Parte-se da hipótese de que, embora o sistema facetado de Ranganathan tenha sido constituído em uma perspectiva ocidental racionalista, empirista e positivista, tendo como base referências ocidentais de organização do conhecimento e um modelo disciplinar baseado em uma divisão tradicional das disciplinas, que levam a sistemas tradicionais, pouco flexíveis e pouco abertos, e pensados de acordo com realidades homogêneas, trata-se de um sistema flexível e adaptável a conceitos que podem ter características decoloniais. A partir do Postulado das Categorias

Fundamentais: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST) – por se tratar de categorias genéricas e que possibilitam contemplar objetos diversificados e classificá-los de acordo com as características do domínio em estudo, além de ser flexíveis, podendo ser substituídas ou mesmo suprimidas, quando for o caso –, é possível categorizar os conceitos e particularidades de comunidades discursivas específicas e assim possibilitar a constituição de bases de caráter decolonial na Organização e Representação do Conhecimento.

A partir dos fundamentos teóricos e epistemológicos colocados, parte-se da premissa de que as bases epistemológicas decoloniais trazidas na pesquisa por meio dos estudos de Quijano alicerçam o olhar sobre o domínio e a comunidade discursiva identificada na tese, contribuindo para levantar, categorizar e modelar conceitos e assim elaborar sistemas de organização do conhecimento que podem adquirir características decoloniais, a depender, assim, do tratamento conferido a esses conceitos em uma modelagem conceitual. Além disso, para que se chegue a esse constructo, parte-se do pressuposto de que os SOC refletem os valores humanos e, por isso, devem ser estruturados de maneira ética, representando a pluralidade de saberes e de vivências de determinado contexto.

Vale ressaltar, ainda, o caráter inédito da pesquisa: as bases decoloniais latino-americanas aplicadas ao sistema facetado e à elaboração de uma modelagem de conceitos conferem originalidade à tese, contribuindo para ampliar e aprofundar estudos de caráter social e sociocultural no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

- Analisar os conceitos do Relatório Figueiredo sob uma perspectiva epistemológica decolonial aplicada à ORC a fim de elaborar sistemas de organização do conhecimento com características decoloniais.

1.4.2 Objetivos específicos

- Discutir os pressupostos teóricos da Organização e Representação do Conhecimento sob uma perspectiva epistemológica decolonial.
- Identificar conceitos do Relatório Figueiredo que denunciam desrespeito aos povos indígenas no contexto da ditadura civil-militar.
- Categorizar os conceitos do Relatório Figueiredo pautados no Postulado das Categorias Fundamentais do sistema facetado de Ranganathan.
- Propor uma modelagem de conceitos com características decoloniais.
- Apresentar uma discussão a partir do sistema facetado e da modelagem de conceitos a fim de demonstrar a possibilidade de elaborar SOC contra-hegemônicos e multiculturais.

1.5 METODOLOGIA

Além da abordagem metodológica da Análise de Domínio, dos procedimentos da Teoria da Classificação Facetada e da proposta de modelagem conceitual, utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica de caráter qualitativo. O caráter documental da pesquisa se dá em função da análise de uma fonte primária, no caso o Relatório Figueiredo, como objeto de estudo. De acordo com Pádua (2004, p. 68-69):

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas Ciências Sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

A aplicação da pesquisa bibliográfica exploratória se deu quando do levantamento de livros, artigos, teses e dissertações que trabalhavam com temas de interesse da tese, identificando neles possibilidades de contribuição com o desenvolvimento dos debates propostos. De acordo com Almeida Junior (2007, p. 100), “[...] a pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta a fontes diversas de informação escrita, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema”. As análises de natureza qualitativa ocorreram à medida que os trabalhos selecionados foram sistematicamente estudados para o desenvolvimento da

tese, ou seja, aqueles que se dedicavam aos aspectos teóricos e metodológicos da ORC, incluindo autores e autoras que trazem em seu arcabouço discussões sobre a Teoria da Classificação Facetada e da Análise de Domínio, aos que se aprofundavam no conceito de decolonialidade, além de obras que se dedicaram ao estudo do Relatório Figueiredo e aos povos indígenas do Brasil.

A escolha pela utilização da modelização de conceitos como produto resultante das discussões propostas justifica-se pela capacidade de esse sistema de organização de conhecimento demonstrar relações entre os conceitos a partir de características comuns que guardam entre si. Como disciplina, a modelagem conceitual surge na década de 1970, no âmbito da Ciência da Computação, no momento que os estudos se voltaram a modelos de dados em sistemas, consolidando a abordagem entidade-relacionamento (ER) de Peter Chen (HIGUCHI, 2012). Novo (2014) explica que é necessário lançar mão de um método seguro a fim de evitar que as relações conceituais nesse tipo de sistema não sejam superficiais:

Essa organização necessita de um método que permita esclarecer propriedades essenciais e inter-relações fenomênicas que manifestam algumas propriedades essenciais dos conceitos e suas inter-relações ontológicas ou associativas que descreverão: objetos, classes, atributos e relacionamentos (NOVO, 2014, p. 33).

Traçar essas relações, continua a autora, envolve diversos fenômenos, entre eles os próprios sujeitos e seus discursos, além da linguagem empregada. A partir dessas relações, é possível estabelecer significados particulares que contribuem para a representação e conseqüentemente para a comunicação de determinado ponto de vista (NOVO, 2014).

Embora tenha suas raízes na Ciência da Computação, a modelagem conceitual tem servido a outras áreas, sendo empregadas para representar o conhecimento e estruturar ontologias, por exemplo. Na modelagem de conceitos proposta como resultado desta tese, optou-se pelo modelo denominado Entidade-Relacionamento (ER), elaborado pelo cientista da computação chinês Peter Chen, na década de 1970 (FUSCO, 2010). Optou-se por esse modelo por sua capacidade em representar o domínio em estudo, por meio das entidades, seus atributos e os possíveis relacionamentos entre eles. De acordo com Chen (1990, p. 1 *apud* FUSCO, 2010, p. 93): “conforme nos movemos para uma sociedade cada vez mais orientada para a

informação, a determinação de como organizar os dados para maximizar sua utilidade torna-se um problema muito importante”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as páginas do Relatório disponibilizadas no *site* do acervo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que, pelo projeto *Brasil Doc.*, digitalizou 30 volumes que constituem a referida massa documental. Assim, foi possível ter acesso ao Relatório por completo e sua diversidade de tipologias e gêneros documentais, passando por atas de reuniões, legislações, ofícios, telegramas, termos de juntada, recibos de pagamentos, contratos de compra e venda, depoimentos, até cartas manuscritas, recortes de notícias de jornais e fotografias. Os documentos estão digitalizados em formato PDF, contudo o método de digitalização não possibilita a busca por palavras-chave, o que impôs dificuldades à pesquisa¹. Apesar disso, todas as páginas foram percorridas durante a pesquisa, possibilitando visualizar todo o conteúdo do documento e tomar conhecimento mais aprofundado de algumas de suas partes, sobretudo as que chamaram a atenção por determinarem tipos de crimes cometidos no âmbito do SPI, por descreverem a maneira como os indígenas eram tratados em alguns dos postos e por trazerem recortes de notícias de jornais a respeito das denúncias e fotografias do cotidiano dos indígenas no interior dos postos.

No decorrer da leitura de algumas dessas páginas, foram encontrados termos e conceitos condizentes com os objetivos da pesquisa. Outros foram encontrados por meio de buscas realizadas nas páginas convertidas em PDF OCR a partir de inferências da própria autora, e que também estavam alinhados aos propósitos da tese. Os termos e conceitos de ambos os casos foram inseridos no sistema facetado, apresentado na Seção 6, buscando demonstrar como a Teoria da Classificação Facetada, em seu aspecto flexível e adaptável, subsidia a elaboração de sistemas de organização do conhecimento com características decoloniais.

Para o levantamento de conceitos apresentados nos resultados da pesquisa foi utilizado o *Orange*, *software* de mineração de dados, identificando termos que aparecem com mais peso, seguidos dos que aparecem menos, e assim sucessivamente, para formar uma *wordcloud* (nuvem de palavras). O formato da digitalização, no entanto, impôs limitações no uso da ferramenta, pois todos os PDFs

¹ Foi possível converter parte da massa documental ao formato PDF OCR (do inglês *Optical Character Recognition*, ou Reconhecimento de Caractere Óptico) o que propiciou conhecer o conteúdo do documento de maneira mais aprofunda ao permitir a busca por termos e conceitos.

disponibilizados precisariam necessariamente permitir a busca de palavras para, posteriormente, serem convertidos ao formato TXT e assim serem compilados pela ferramenta. Por esse motivo, foi feito um recorte do documento, elegendo para o trabalho de levantamento dos conceitos a parte conclusiva do Relatório Figueiredo², constituída de 68 páginas. Os conceitos e suas relações levantados pela ferramenta contribuíram para construir a modelagem conceitual apresentada como resultado da pesquisa, confirmando a possibilidade de elaboração de sistemas de organização do conhecimento que podem ter características decoloniais. A mineração de dados realizada por meio da ferramenta serviu também como uma validação do processo de inferência na busca por palavras-chave, posto que os termos que mais apareceram foram os que subsidiaram o olhar para o documento na constituição do universo de assuntos e no levantamento das facetas.

Assim, por meio do estudo do Relatório Figueiredo foram definidos dois universos de assuntos: **Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Invasão de Terras Indígenas**, sendo o primeiro deles o quinto termo com maior peso na nuvem de palavras formada pela mineração de dados da parte conclusiva do Relatório³. A cada um desses assuntos foi aplicado o método do Postulado das Categorias Fundamentais de Ranganathan (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço, Tempo – PMEST), inserindo suas respectivas facetas. As facetas desdobram-se em conceitos, representativos dos fenômenos categorizados.

Além do sistema facetado, a análise do documento se fundamenta nos estudos da Teoria do Conceito, proposta por Ingetraut Dahlberg (1978) e na Análise de Domínio (AD), de Hjørland e Albreschtsen (1995), sob três, das onze abordagens para a AD apresentadas por Hjørland (2002): dos estudos históricos, dos epistemológicos e das classificações especiais. A partir da compreensão do domínio e comunidade discursiva, prescrita pela AD, demonstra-se a possibilidade de mapear os conceitos e as categorias do Relatório Figueiredo em uma perspectiva contra-hegemônica e decolonial, atribuindo protagonismo à história da América Latina e aos povos indígenas no relato de parte de sua história.

² O texto conclusivo do Relatório Figueiredo consta no **Apêndice**.

³ É relevante pontuar que o termo com maior peso na nuvem, com 120 ocorrências, é Posto, referente aos Postos Indígenas, conceito este diretamente relacionado ao SPI.

O processo histórico de subalternização do território latino-americano, compreendido com base nos escritos de Aníbal Quijano, colaboram na identificação e caracterização da América Latina como domínio da pesquisa (conceito de domínio entendido aqui a partir das concepções teóricas para a Análise de Domínio de Hjørland e Albreschtsen (1995)). O fundamento epistemológico decolonial embasou, além disso, a busca pelos termos e conceitos do Relatório Figueiredo pelo processo de inferência, a formação das facetas na proposta de esquema de classificação facetada a partir da PMEST e também a análise da modelagem conceitual proposta como resultado da pesquisa a partir da mineração fornecida pela ferramenta utilizada. Ou seja, as questões colocadas por Quijano contribuíram para um olhar crítico sobre a formação do domínio latino-americano como um processo que incidiu diretamente sobre a história dos povos indígenas do território.

A metodologia empregada demonstra a possibilidade de alcançar o objetivo geral, ou seja, analisar os conceitos do Relatório Figueiredo sob uma perspectiva epistemológica decolonial aplicada à ORC a fim de elaborar sistemas de organização do conhecimento com características decoloniais. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi possível demonstrar que há maneiras de tornar os instrumentos, processos e produtos da ORC ferramentas sociais e políticas, dadas as suas possibilidades de incorporar conceitos representativos da multiculturalidade brasileira e latino-americana, além de ser instrumento de denúncia. Para além disso, a modelagem proposta ao final da pesquisa contribui para demonstrar a potencialidade da Ciência da Informação e da ORC atuarem como desarticuladoras do poder hegemônico por meio da elaboração de SOC com critérios decoloniais.

1.6 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Além da **Introdução**, o trabalho está dividido em sete seções, todas elas iniciados por breve contextualização do tema e finalizados por um mapa tópico representativo dos principais conceitos abordados. Elegeu-se o mapa tópico para fechar as seções por se tratar de uma representação significativa dos principais conceitos trabalhados e suas relações. Conforme explica Barité (2015, p. 101), os mapas tópicos “[...] têm por finalidade representar um conjunto de dados fortemente relacionados entre si, e que podem fazer referência a conceitos ou núcleos de

conhecimento. Utiliza três elementos para esse fim: tópicos [...]; associações [...]; e ocorrências [...]”. Na Seção 2 – **Organização e Representação do Conhecimento: um domínio da Ciência da Informação**, discutem-se os fundamentos teóricos da ORC, seus aspectos históricos, seu desenvolvimento científico e sua consolidação junto à Ciência da Informação. Sua institucionalização pela International Society for Knowledge Organization (ISKO) também é abordada, demonstrando como esse acontecimento conferiu à ORC seu caráter científico e, portanto, sua consolidação no contexto acadêmico. A seção também é dedicada a discutir a Teoria da Classificação, com destaque para a Teoria da Classificação Facetada, com subseção dedicada a estudar o sistema facetado de Ranganathan, apresentando breve biografia do bibliotecário indiano e as etapas de desenvolvimento de suas pesquisas para estabelecer a chamada *Colon Classification*. Alguns dos pressupostos estabelecidos por Ranganathan são aplicados, a título de exemplo, ao objeto de estudo da tese. A seção é finalizada com os pressupostos da Teoria do Conceito e sua relação com os fundamentos da ORC. Na Seção 3 – **O conceito de decolonialidade para um fundamento epistemológico**, são discutidos os fundamentos conceituais da decolonialidade, a partir dos estudos de Aníbal Quijano (2005; 2009), buscando demonstrar a maneira como as identidades e as relações sociais na América Latina foram instituídas com base na ideia de raça e a partir do ponto de vista europeu e como essas construções ainda marcam as relações sociais dos países colonizados. A Seção 4 – **Relatório Figueiredo: um registro da violência contra os povos indígenas do Brasil**, contextualiza a criação dessa massa documental, retomando aspectos históricos do modo de vida dos povos indígenas do Brasil desde antes da chegada dos colonizadores ao território. Na Seção 5 – **Análise e discussão dos resultados: a Análise de Domínio em interface com a Teoria da Classificação Facetada para a construção de um aporte metodológico**, são desenvolvidos os principais procedimentos metodológicos da pesquisa para a análise do documento em estudo, tratando a Análise de Domínio como abordagem metodológica da ORC e o sistema facetado como proposta de categorização dos conceitos do Relatório Figueiredo. A tese se encerra com as Seções 6 – **Modelando conceitos com características decoloniais** e 7 – **Considerações finais**, em que são descritos os resultados da pesquisa e a análise da proposta, além de reflexões que finalizam o trabalho, mas sem a pretensão de encerrar as discussões.

2. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DOMÍNIO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O objetivo desta seção é apresentar e discutir os fundamentos teóricos da Organização e Representação do Conhecimento. Para tanto, aspectos históricos são considerados no que diz respeito à sua relação com a história do livro e da escrita (PINHO, 2009) e, nesse sentido, sua essência epistemológica relacionada à Biblioteconomia e à Documentação. Tratada como um domínio da Ciência da Informação, busca-se demonstrar a maneira como à ORC é conferido o *status* de disciplina científica, posto que dependente de teorias e métodos de pesquisa que contribuem para otimizar o uso e a apropriação do conhecimento. É também considerada a perspectiva de Hjørland (2003) a respeito do significado da OC, explicitando que ela está voltada para a organização da informação com vistas a resultar em processos e sistemas de organização do conhecimento que permitam maneiras otimizadas de recuperar as informações pelos usuários. Isso implica em afirmar que, para que o conhecimento seja organizado e posteriormente recuperado, é necessário lançar mão de teorias e métodos que possibilitem analisar, mapear e categorizar as informações contidas nos registros de conhecimento.

Para abordar a institucionalização da ORC como disciplina científica, destaca-se também a atuação da International Society for Knowledge Organization (ISKO), em âmbito nacional e internacional, e seu papel fundamental para alicerçar as bases teóricas da ORC. Na sequência, são discutidos os fundamentos da Teoria da Classificação, passando pela CDD, pela CDU e pela Teoria da Classificação Facetada, esta abordada separadamente em razão de sua importância na tese. Na discussão sobre esses sistemas, busca-se demonstrar sua relação com a ORC, partindo de uma reconstrução histórica da classificação, com base nas quatro grandes orientações apresentadas por Pombo (1992): ontológica, gnosiológica, biblioteconômica e ciências da classificação, fundamentando seu lugar teórico na ORC e no âmbito da Ci. Os pressupostos teóricos da Teoria da Classificação Facetada são abordados tratando de seu contexto de surgimento e apresentando uma breve biografia de seu idealizador, o matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1882-1972). São apresentadas considerações do contexto de origem de Ranganathan, incluindo estudos desenvolvidos e instituições acadêmicas pelas quais passou, que fomentaram reflexões sobre os sistemas de

classificação já existentes e a necessidade de criar sistemas mais abertos e flexíveis. Por fim, discute-se a Teoria do Conceito, buscando demonstrar como seus pressupostos fundamentam a ORC em suas teorias, práticas, processos, instrumentos e produtos, e contribuindo para resolver questões de acesso ao conhecimento em consonância com a realidade social. Destacam-se, nessas discussões, as contribuições de Dahlberg – e sua relação com o pensamento aristotélico – no desenvolvimento desta teoria, evidenciando o método analítico-sintético na constituição dos conceitos. As discussões são iniciadas trazendo a historicidade da ORC, sua relação com a CI e sua institucionalização por meio da ISKO, assuntos desenvolvidos no tópico a seguir.

2.1 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERSPECTIVA: ASPECTOS HISTÓRICOS, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO JUNTO À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Os indivíduos estão, a todo o momento, buscando representações para os fenômenos e objetos a sua volta. Os primeiros ancestrais dos seres humanos já representavam aspectos de seu cotidiano, como os momentos de caçada, por meio das pinturas rupestres. Essas manifestações gráficas corresponderiam à “[...] expressão dos sistemas de comunicação [dessas] sociedades” (PESSIS, 2013, p. 26). Com o desenvolvimento de sistemas de escrita, as representações passaram a constituir-se de símbolos, que por sua vez representavam palavras. Explicando o pensamento de Aristóteles, Martins e Moraes (2015) argumentam se tratar das experiências mentais, expressas por meio da fala, cujas representações acontecem com a escrita. Esses sistemas de escrita foram, ao longo do tempo, constituindo suas próprias regras de organização, de acordo com as necessidades de seu contexto, e essas regras serviam para a produção de sentido aos sujeitos envolvidos (MARTINS; MORAES, 2015).

Os autores procedem sua explicação esclarecendo que se trata de compreender que “[...] todo processo de representação está diretamente ligado à produção realizada na mente humana, geradora de conhecimento [...]” (MARTINS; MORAES, 2015, n.p.). Embora o conhecimento tenha relações intrínsecas com as experiências práticas e sensoriais vivenciadas pelas pessoas, de modo particular a

representação desse conhecimento é composta também a partir dos fenômenos sociais que a cercam, organizando o conhecimento em sincronia com a realidade social.

Nesse sentido, as práticas de representação acabam por padronizar pessoas, objetos e fenômenos, convencionalizando um modelo a partir de regras e perspectivas compartilhadas por determinadas pessoas ou grupo de pessoas: “Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como decréscimo do valor do dinheiro [...]” (MOSCOVICI, 2004, p. 34). Cabe afirmar, nesse sentido, que no ato de representar está inevitavelmente implícita alguma perda conceitual, cujo acesso, de acordo com Silva (2017), será parcial e socialmente construído, mas que, ainda assim, contribui significativamente para a recuperação da informação.

Esse processo de assimilação, reconhecendo o distinto e o semelhante, representando-os e organizando-os a fim de categorizá-los e classificá-los, faz parte das dinâmicas sociais a nossa volta e constitui prática e discussão central da Organização e Representação do Conhecimento. Necessário pontuar, nesse âmbito, que a representação é a condição necessária para a organização, “[...] na medida em que se torna mais fácil manipular as representações do que os objetos representados” (PONTES; LIMA, 2012, p. 22). Ainda em concordância com Pontes e Lima (2012, p. 22):

A organização do conhecimento produz representações sistematizadas de conhecimento, que podem ser utilizadas na organização da informação, para padronizar as representações dos conteúdos dos recursos informacionais, visando facilitar a recuperação e o uso dos mesmos.

Pinho (2009) aponta que os primeiros estudos sobre a organização do conhecimento estão fundamentados em pesquisas envolvendo a história do livro e da escrita, posto se tratar de elementos utilizados pelos sujeitos para comunicar ideias. Por esse motivo, o autor esclarece que a organização desses registros e, por extensão, a organização do conhecimento surgem para tentar resolver questões de ordenação e de acesso a esse conhecimento.

Sob a ótica da Ciência da Informação, os estudos da Organização e Representação do Conhecimento caracterizam-se como atividades primordiais para a

Biblioteconomia e para a Documentação. Por esse motivo, conforme afirmam Martins e Moraes (2015, não paginado): “Qualquer tentativa de reconstrução histórica referente à ORC não poderá furtar-se de sua essência etimológica e epistemológica junto à Biblioteconomia e à Documentação”. Corroborando com a ideia, Pinho (2009) destaca que a publicação da *Classificação Decimal de Dewey*, na década de 1870, conferiu caráter profissional aos estudos e práticas relacionados à classificação dos livros nas bibliotecas. Com essa publicação, Melvil Dewey (1851-1931), junto a outros pesquisadores da área, como Charles Ami Cutter (1837-1903), Henry E. Bliss (1870-1955) e S. R. Ranganathan (1892-1972), contribuiu com o desenvolvimento dos estudos da organização do conhecimento.

Os estudos de Dewey, no entanto, ainda tinham fortes intenções administrativas, o que justifica serem identificados, na época, como parte de uma área denominada Economia Bibliográfica, de acordo com Hjørland (2008). O autor acrescenta que a ideia de que os livros fossem classificados conforme o conhecimento fosse organizado é ponto em comum entre os autores considerados precursores da OC, fazendo com que a classificação dos livros nas bibliotecas refletisse uma classificação da ciência, esta, por sua vez, pautada na realidade (HJØRLAND, 2008).

Nesse contexto, Henry Bliss (1870-1955) publicou obras de grande contribuição, sendo o primeiro autor a usar formalmente a expressão *Organização do Conhecimento* no âmbito da Biblioteconomia, com publicações como *Bibliographic Classification*, obra que corresponde a quatro volumes publicados entre os anos de 1940 e 1953 (PINHO, 2009).

Além de Melvil Dewey e Henry Bliss, os bibliógrafos belgas Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943) difundiram um dos mais famosos sistemas de classificação bibliográfica, no final do século XIX, chamado *Classificação Decimal Universal (CDU)*, “que tinha como condução a organização bibliográfica de documentos [...]” (MARTINS; MORAES, 2015, não paginado). Os estudos de Otlet e La Fontaine significaram um avanço para as pesquisas na ORC e posteriormente para a CI:

Um passo adiante foi dado por Otlet e La Fontaine na tentativa de reunir, descrever e sistematizar o conhecimento produzido e disponibilizá-lo, de modo a que o mesmo pudesse ser tanto repertoriado (a ideia de bibliografia universal) quanto localizado (a ideia de notação classificatória) (PINHO, 2009, p. 37).

Os pesquisadores estavam lidando com práticas referentes à organização da informação e do conhecimento para sua posterior recuperação. Esses estudos inaugurais e que fundamentam a ORC permitem reconhecer que existe certo consenso quanto a seu objeto de estudo. Nas palavras de Guimarães (2000, p. 34), trazidas por Pinho (2009, p. 34): “Trabalha-se aqui com o conhecimento registrado e divulgado”. Isso significa dizer que é a partir da matéria-prima da Organização e Representação do Conhecimento, ou seja, o conhecimento registrado, que são desenvolvidos processos, práticas e técnicas de representação desses registros, permitindo alocar a ORC como um domínio de estudos teóricos e aplicados da Ciência da Informação (SANTOS; NEVES; SOUZA, 2019).

Embora Hjørland (2008) defenda certa autonomia da OC com relação à CI, o autor não deixa de destacar a ligação entre ambos: “OC, em particular, tem estado conectado com a Biblioteconomia e a CI e tem como objetivo apoiar atividades de aprendizagem e pesquisa, que podem ser um dos pilares importantes sobre os quais basear o campo” (HJØRLAND, 2008, p. 99, tradução nossa).

Como um domínio da CI, a ORC passa a ser muito mais que apenas uma atividade pragmática, ganhando *status* de disciplina científica por prescindir de teorias e métodos de pesquisa que tornam mais otimizado o uso e a apropriação do conhecimento. Seus estudos, assim, envolvem as práticas com a informação, relativa a processos, produtos e instrumentos, ou seja, “[...] uma área de estudos voltada às atividades de ordenação, representação e recuperação da informação registrada” (PINHO, 2009, p. 33).

Pensando no objeto de estudo da Ciência da Informação, ou seja, os princípios e práticas envolvendo a produção da informação, além dos seus fluxos (SMIT; BARRETO, 2002 *apud* MOREIRA, 2018, p. 22), a sua relação com a ORC fica ainda mais clara, porque envolve, primordialmente, a organização e a representação do conhecimento gerado a partir da informação criada e distribuída, por meio de instrumentos, processos e produtos (MOREIRA, 2018).

Além disso, Moreira afirma (2018, p. 23): “Observando-se ainda o seu caráter teórico-conceitual, a organização e representação do conhecimento ocupa-se também das bases epistemológicas subjacentes às referidas ações e preocupa-se com o desenvolvimento, a aplicação e a avaliação de sistemas de organização do

conhecimento”. Essas ações constituem parte da discussão da ORC, contribuindo para seu desenvolvimento como disciplina científica da Ciência da Informação.

Hjørland (2008) destaca a OC como preocupada com a natureza e a qualidade dos processos e sistemas de organização do conhecimento, e explica a importância de estar ancorada em pressupostos que contribuem para facilitar a organização e a representação de documentos, obras e conceitos. Em trabalho anterior, de 2003, ele comunica a existência de duas abordagens para a organização do conhecimento. A primeira delas é mais restrita e constitui-se da organização de teorias e sistemas conceituais, e por isso é denominada **organização intelectual do conhecimento**. A título de exemplo, Hjørland menciona o uso da tabela periódica ou da taxonomia zoológica da Biologia, cujo conhecimento intelectualmente organizado constitui-se como a base para sistemas de indexação. A outra abordagem, denominada **organização social do conhecimento**, é mais ampla e abrangente e refere-se à organização das profissões e disciplinas, dividindo o conhecimento de acordo com a área de atuação e de pesquisa.

[...] Hjørland [explica] que o primeiro tipo de organização admite conceitos científicos, teorias e campos como reflexos de uma realidade neutra e objetiva (a "ciência como espelho", relacionada ao racionalismo), ao passo que o segundo tipo de organização aceita conceitos científicos, teorias e campos como ferramentas úteis construídas de forma a permitir aos seres humanos acomodarem as demandas da vida (a "ciência como mapa", relacionada ao pragmatismo) (PINHO, 2009, p. 39).

Em outras palavras, para Hjørland (2003), a organização social do conhecimento pressupõe modelos que são sociológicos por natureza, ajudando-nos a compreender as divisões apresentadas nas organizações e instituições de trabalho – referentes ao mundo do trabalho – e as diferentes perspectivas da literatura acadêmica de uma área – referentes às disciplinas científicas – o que incide diretamente na qualidade dos processos e sistemas de OC. Essas diferentes abordagens para a organização do conhecimento, conforme argumenta Pinho (2009, p. 39), vão resultar: “[...] na existência de diferentes teorias ou estruturas conceituais destes dois tipos de organização”, o que incidirá diretamente no desenvolvimento de processos e sistemas de organização do conhecimento.

Em seu percurso de ações voltadas para práticas administrativas até seu aprofundamento como disciplina científica, a Organização e Representação do Conhecimento recebeu diversas definições. Os mais evidenciados na literatura, de acordo com Martins e Moraes (2015, não paginado), são:

Documentação (OTLET, 1934); Controle Bibliográfico (EGAN; SHERA, 1949); Organização Bibliográfica (EGAN; SHERA, 1952); Organização da Informação (AMERICAN DOCUMENTATION, 1950, apud ZANDONADE, 2003); Ciência da Documentação (LOPEZ YEPES, 1978); Organização do Conhecimento (DAHLBERG, 2006).

Essas denominações acompanharam a trajetória teórica de seus contextos e, portanto, estiveram relacionadas com o desenvolvimento de instrumentos, processos e produtos e com suas respectivas bases epistemológicas. Refere-se também ao reconhecimento da disciplina como uma área científica, estando relacionada à sua institucionalização em âmbito internacional, por meio da International Society for Knowledge Organization (ISKO).

A respeito disso, Pinho (2009) destaca a contribuição da *Society for Classification*, fundada no ano de 1977 por Ingetraut Dahlberg, e que tinha por objetivo reunir pesquisadores que compartilhavam do mesmo interesse, ou seja, estudar e aplicar diferentes abordagens de classificação por meio de tesouros e taxonomias, lançando mão de métodos formais e matemáticos para reconhecer classes de objetos.

O grupo que compunha a *Society for Classification*, no entanto, era formado principalmente por matemáticos e estatísticos, e suas atenções estavam mais voltadas para metodologias de análise de dados do que a reflexões e a produções teóricas sobre como o conhecimento poderia ser representado e organizado. Identificando essas lacunas na produção científica voltadas para a organização e representação do conhecimento, Dahlberg deixa a *Society for Classification* para participar da fundação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), em 1989, em Frankfurt, Alemanha (PINHO, 2009).

O nome “organização do conhecimento”, de acordo com Dahlberg (2006), foi inspirado em duas das publicações de Henry Bliss, no início do século XX, cujos títulos faziam uso do termo. São elas: *The organization of knowledge and the system of the sciences* (1929) e *The organization of knowledge in libraries* (1933).

Dahlberg (1995) esclarece que o termo “organização do conhecimento” se mostrava mais abrangente que o de classificação. Nessa medida, a classificação deveria ser tratada como um método, pois possibilitava o agrupamento de elementos pertencentes a uma mesma classe. Visto dessa forma, o conceito de organização do conhecimento compreendia: “[...] uma forma mais abrangente a partir da qual todo conhecimento pode ser compreendido, organizado, descrito e representado de tal modo que possa ser adequadamente acessado e disponibilizado para quem o procura” (DAHLBERG, 1995, p. 10, tradução nossa).

Com a missão de “[...] incentivar o desenvolvimento de trabalhos conceituais sobre a organização do conhecimento em todas as suas formas, para qualquer propósito, como, por exemplo, banco de dados, bibliotecas, dicionários e Internet” (ISKO, s.d.), a ISKO reúne membros das mais diversas áreas e de diferentes partes do mundo, promovendo pesquisas com o intuito de desenvolver e aplicar sistemas de organização do conhecimento com base em reflexões acerca de seus aspectos filosóficos e semânticos.

Ao longo de mais de 30 anos de sua fundação, a ISKO vem desenvolvendo diversas atividades, como a realização de conferências internacionais a cada dois anos⁴ (a primeira delas na cidade de Darmstadt, Alemanha, em 1990, justamente no país de onde a ISKO é derivada) e a realização de conferências nacionais e regionais sobre temas específicos da ORC; a publicação do periódico *Knowledge Organization*, a partir de 1933, que até o ano de 1974 intitulava-se *International Classification*, além de outras publicações (PINHO, 2009).

A respeito do periódico *Knowledge Organization*, Hjørland (2008) pontua: “Nossa revista, *Knowledge Organization*, tem como subtítulo: *International Journal*. Dedicado à teoria conceitual, classificação, indexação e representação do conhecimento. Cada um desses campos pode ser estudado de diferentes perspectivas [...]” (HJØRLAND, 2008, p. 98, tradução nossa). Vale ressaltar que a ISKO colabora e promove parcerias com diversas organizações, a exemplo da Unesco, da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), da *American Society for Information Science and Technology* (ASIS&T), sobretudo por meio da interlocução com o grupo *Classification Research* (SILVA, 2017). A ISKO

⁴ Cabe destacar que a segunda edição da ISKO Internacional foi realizada na Índia, em 1992, país de origem do matemático e bibliotecário Ranganathan, cujas bases teóricas do processo classificatório desenvolvidas foram consideradas uma revolução na Organização do Conhecimento (SILVA, 2017).

possui também diversos capítulos espalhados pelo mundo, entre eles o do Brasil, fundado em 2007. O capítulo da ISKO Brasil contribuiu ainda mais para solidificar as pesquisas da ORC no âmbito brasileiro. Entre seus objetivos, estão:

[...]

Viabilizar meios de comunicação para a área de Organização do Conhecimento no Brasil;
Funcionar como uma rede de informação fomentando a interlocução entre instituições nacionais e internacionais voltadas às questões relacionadas à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento;
Congregar pesquisadores e profissionais interessados na área de Organização do Conhecimento (ISKO, s.d., não paginado).

A ISKO foi fundamental para alavancar a produção científica da ORC tanto no âmbito nacional quanto internacional, alicerçando suas bases teóricas para constituir-se como disciplina científica. Ela contribuiu, nesse sentido, para estabelecer interlocuções entre pesquisadores dos mais diversos lugares. Além disso, “[...] o investimento científico nas suas teorias deu origem a uma área de pesquisa e consequentemente a uma disciplina no âmbito da CI [...]” (MARTINS; MORAES, 2015, não paginado). Essa institucionalização foi também de grande importância para ampliar discussões envolvendo os fundamentos da Teoria da Classificação, assunto que será tratado no tópico a seguir

2.2 FUNDAMENTOS DA TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO

As relações sociais estão o tempo todo permeadas pelo ato classificatório. Classificam-se as coisas e os objetos para compreender os fenômenos e a existência dos seres; classifica-se para pertencer e para determinar; classifica-se para hierarquizar e excluir. A todo o momento, somos colocados em “caixinhas classificatórias” que determinam quem somos em nosso meio social: ricos ou pobres, jovens ou idosos, graduados ou pós-graduados, de direita ou de esquerda. Vignaux (1999, p. 9) explica que esse é o paradoxo da nossa vida em sociedade: “[...] tudo se classifica para ser pensado, tudo se organiza para ser comparado e, portanto, categorizado”. Classificar, assim, pressupõe a dissolução da homogeneidade a partir de uma perspectiva hierarquizada para a construção de códigos representativos de determinado grupo ou fenômeno.

De acordo com o *Dicionário Houaiss*, a etimologia da palavra “classificar” vem do latim *classifico*, e entre seus significados estão: “[...] distribuir em classes e nos respectivos grupos, de acordo com um sistema ou método de classificação; determinar a classe, ordem, família, gênero e espécie; pôr em determinada ordem, arrumar (coleções, documentos etc.) [...]” (HOUAISS, 2009, não paginado). Entre as acepções da palavra, é possível notar uma ênfase no verbo “ordenar”, conferindo ao seu significado a ideia de determinar ou colocar em ordem alguma coisa. Considerando essas acepções, percebe-se que o ato de classificar está relacionado às mais diversas esferas do cotidiano, portanto não apenas determinada por contextos teóricos, institucionais, técnicos ou eruditos. As classificações, nesse sentido, em conformidade com Costa (1998), estão por todos os lados:

[...] impregnam, até ao mais íntimo e profundo de si próprias, a vida social. O corolário de tal ideia é que, se as classificações perpassam pelos quadros de relacionamento social, em toda a sua espessura [...] estão presentes também na vida social corrente, nas interações quotidianas, no relacionamento informal (COSTA, 1998, p. 65).

Como parte constitutiva da sociedade (COSTA, 1998), é importante observar o ato de classificar por uma perspectiva crítica, compreendendo-o como algo construído a partir de um sistema de valores de seu contexto de produção. Sob essa visão, é possível aos cientistas da informação ter a noção de que os sistemas de classificação não são neutros e que expressam as bases e os valores da organização social. Para explicar esse fenômeno, Araújo (2006, p. 120) afirma: “[...] existe uma lógica de retroação entre os padrões culturais e a sociedade. A eficácia dos sistemas de classificação social se dá em razão do fato de estas carregarem a pressão que os coletivos sociais exercem sobre os seus membros”. Para esse autor, é importante situar o ato classificatório como fenômeno social primeiramente e perceber como os seres humanos estão o tempo todo classificando coisas e classificando uns aos outros. A partir dessa compreensão, torna-se possível uma visão mais ampla da classificação, analisada posteriormente como um fazer especializado, voltado à Ciência da Informação (ARAÚJO, 2006; FRANCELIN, 2010).

Como conceito, classificar é definido por diversos autores como “[...] um processo que possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possam ser ordenados para fins pragmáticos, como organização, disponibilização, posterior

recuperação e também para entender [...] determinado objeto ou pessoa” (ALBUQUERQUE, 2016, não paginado.). De sua finalidade pragmática, classificar, de acordo com Francelin e Kobashi (2011) significa também comparar, identificando semelhanças e diferenças entre as características das coisas, estabelecendo uma ordem que obedece a um complexo conjunto de inferências. Piedade (1977, p. 16) confere ao conceito de classificação um processo que consiste em: “[...] dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. [...] dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”, ou seja, refere-se ao agrupamento de seres, objetos ou fenômenos a partir de características que os aproximam ou os distanciam. As concepções conceituais de classificação trazidas pelos pesquisadores da Ciência da Informação, de maneira geral, mostram-se bastante próximas, indicando que há certo consenso na compreensão de que a classificação é, antes de tudo, um processo da mente humana para categorizar relações, seres e objetos. É também o ato de identificar, separar, agrupar, dispor em conjuntos as informações, a partir de suas características semelhantes ou diferentes, com a finalidade de organizá-las para sua posterior recuperação, havendo então duas dimensões para a classificação. A esse respeito, Albuquerque (2012, p. 53) elucida:

[...] pode-se inicialmente colocar duas dimensões para este conceito: como processo mental, realizado consciente e inconscientemente pelas pessoas, com o objetivo de direcionar e organizar seu ambiente, sua rotina de trabalho, seus conhecimentos sobre o mundo; e a classificação com fins a organizar objetos, documentos, espaços, o conhecimento, as informações, para que estes não se percam e possam ser recuperados e mais facilmente tratados.

Olga Pombo (1998), com base em Diemer (1974), comunica existir quatro grandes orientações para a classificação na contemporaneidade, sendo elas: a orientações ontológica, a orientação gnosiológica, a orientação biblioteconômica ou classificação dos livros e a orientação informacional ou classificação das informações. Todas elas, conforme será exposto, estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento de sistemas de classificação ao longo do tempo, tendo as orientações ontológica e gnosiológica papel fundamental para que sistemas de classificação voltados às necessidades da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento fossem elaborados na contemporaneidade. A **orientação ontológica**, ou classificação dos

seres, diz respeito à classificação dentro de algumas ciências e por isso remete a questões colocadas desde a época de Aristóteles, chegando até os nossos dias. Pode-se afirmar que essa orientação se constitui como a base dos sistemas de classificação existentes na atualidade, pois todos devem seus fundamentos aos pressupostos aristotélicos para classificar o conhecimento e as ciências. Buscando orientar as divisões realizadas pela mente humana, Aristóteles criou categorias cujas relações de semelhanças e diferenças permitiram a organização dos significados do conhecimento (ALBUQUERQUE, 2012). As categorias aristotélicas são explicadas por Burke (2003, não paginado):

Em seu *Organon* (literalmente “instrumento”) Aristóteles expusera um sistema de 10 categorias gerais (substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, condição, ação e paixão). Essas categorias eram largamente conhecidas e utilizadas (de fato ainda as utilizamos hoje, mesmo que não mais a consideremos um sistema fechado).

A partir dessas 10 categorias, que representam segmentos da realidade, foi possível pensar em maneiras de dividir, organizar, agrupar e distribuir o conhecimento por meio de critérios e classes hierárquicas que são o cerne dos sistemas de classificação.

Outra orientação é a **gnosiológica**, ou classificação dos saberes, que corresponde à classificação específica de algumas ciências, “[...] determinada por razões teóricas, especulativas, [...] visando efeitos normativos sobre as ciências da época” (POMBO, 1998, p. 3). Nesse segundo nível, Pombo (1998) explicita que o problema de classificar as ciências é colocado em discussão desde a época do Renascimento, mas é somente no século XIX, junto ao pensamento de orientação positivista e à filosofia da ciência, que a classificação científica ganha destaque. Nesse contexto, as chamadas “ciências de transição”, a exemplo da bioquímica que emerge da Química e da Biologia (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996 *apud* ALBUQUERQUE, 2012, p. 152), requerem a delimitação das fronteiras entre o término de uma ciência e o início da outra. Na perspectiva da orientação gnosiológica destaca-se, ainda, a tentativa de rompimento com os preceitos e dogmas da Idade Média pelos filósofos iluministas, de maneira a evidenciar o conhecimento e o pensamento racional e empirista como caminho necessário para o progresso humano (BURKE, 2003). Nesse contexto, ganha destaque a obra de Francis Bacon (1620), que propôs um sistema de

classificação das ciências em *Novum Organum* (Novo Método). Conforme Albuquerque (2012, p. 69), a obra de Bacon preconizava uma restauração de base empirista, a fim de substituir o método lógico de Aristóteles, por meio de seis partes:

- Classificação das Ciências;
- Novo Método ou Manifestações sobre a Interpretação da Natureza;
- Fenômenos do Universo ou História Natural e Experimental para a Fundamentação da Filosofia;
- Escala do Entendimento ou o Fio do Labirinto;
- Introdução ou Antecipações à Filosofia Segunda;
- Filosofia Segunda ou Ciência Nova.

Partindo de sua proposta de restauração por meio da investigação científica de base empírica, Bacon sugeriu uma nova divisão do conhecimento. A Classificação das Ciências apresentada no *Novum Organum* propunha que as ciências fossem divididas sob o tripé: Memória, Razão e Imaginação ou Fantasia. Da Memória fazia parte a História, partindo dela outras três divisões: Sagrada, Natural ou Civil; da Razão fazia parte as Ciências da Natureza, que se desdobravam em Metafísica e Física, e as Ciências do Homem, cujos desdobramentos eram: Lógica, Ética e Ciências da Sociedade; por fim, da Imaginação ou Fantasia, faziam parte as Artes, sem desdobramentos (ALBUQUERQUE, 2012; BURKE, 2003; VICKERY, 1980). A classificação baconiana foi fundamental para colocar em evidência a relação entre conhecimento e pragmatismo, sendo o empirismo fundamental para a construção do conhecimento teórico.

A terceira e quarta orientação proposta por Pombo (1998), respectivamente, são a **orientação biblioteconômica** ou **classificação dos livros** e a **orientação informacional** ou **classificação das informações**, sendo estas correspondentes à *ciência da classificação*, de acordo com a autora.

Centrando agora a sua análise na classificação enquanto operação de repartição de um conjunto de *objectos* quaisquer em classes coordenadas e subordinadas entre si com base em critérios explícitos e previamente escolhidos, a *actividade* filosófica reveste-se aqui de uma natureza eminentemente lógica e tangencialmente matemática, desenrolando-se no âmbito de uma teoria das classes e de uma teoria das relações (POMBO, 1998, p. 3-4).

Na esteira da corrente positivista, o final do século XIX vê emergir esquemas funcionais de divisão do conhecimento com o intuito de facilitar a recuperação de livros

e de informações no âmbito das instituições. Surgem, nesse contexto, as classificações bibliográficas, que representam para Pombo (1998): “[...] um novo domínio no mundo das ciências, já que se propõe a especificamente tratar dos sistemas de classificação para organização de documentos” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 159). Passa-se a pensar em maneiras de classificar os livros e os documentos a partir de esquemas funcionais que consideravam os assuntos tratados nesses objetos para, a partir daí, propiciar sua posterior recuperação. San Segundo Manuel (1996, p. 70) conceitua a classificação bibliográfica em sua relação com a classificação do conhecimento:

Las clasificaciones documentales se basan prioritariamente en las clasificaciones del conocimiento, pero añaden a éstas distintas características que las conforman como tales. En las clasificaciones documentales las consideraciones de orden práctico priman sobre los fundamentos filosóficos, aunque éstos sean la base de su estructura, además estas clasificaciones son aplicadas indistintamente a bibliografías y bibliotecas.

Importante ressaltar que mesmo considerando a funcionalidade dos sistemas de classificação bibliográficos, San Segundo Manuel (1996) não deixa de reforçar as contribuições da classificação do conhecimento e os fundamentos filosóficos para sua constituição. Assim, ainda que marcado pelo cientificismo, esses sistemas carregavam os pressupostos aristotélicos e baconianos (entre outros) em suas bases. A Classificação Decimal de Dewey (CDD) é um dos exemplos de sistemas de classificação bibliográfica criados para atender a demandas utilitárias específicas – a de recuperar informações e documentos –, mas que se fundamentou nas obras de grandes filósofos da Antiguidade Ocidental e da Modernidade, como Aristóteles e Bacon. Melvil Dewey apresentou sua proposta de sistema de classificação na biblioteca onde trabalhava, da Amherst College, nos Estados Unidos, em 1876, recomendando que os livros fossem organizados com base na divisão enumerativa decimal dos campos do conhecimento (ALBUQUERQUE, 2012). Os campos do conhecimento e suas respectivas notações, apresentados no Sistema de Classificação de Dewey, foram os seguintes:

Quadro 1: Classificação Decimal de Dewey – CDD

Generalidades	0-99
Filosofia	100-199
Religião	200-299
Sociologia	300-399
Filologia	400-499
Ciências Naturais	500-599
Ciências Aplicadas	600-699
Artes	700-799
Literatura	800-899
História	900-999

Fonte: desenvolvido pela autora com base em SAN SEGUNDO MANUEL (1996);
ALBUQUERQUE (2012).

A divisão do conhecimento em nove grandes áreas, acrescida de uma para comportar assuntos generalistas, além de enciclopédias e revistas, conferiu grande aceitação ao sistema de Dewey, sendo inclusive adotado pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 2012). Seu sistema, no entanto, atendia a necessidades específicas de seu contexto, e não previa soluções para as lacunas das áreas do conhecimento presentes em seu esquema notacional, por isso tinha algumas limitações. Apesar disso, a Ciência da Informação e a ORC devem muitos dos seus processos e instrumentos à CDD.

Outro exemplo de sistema de classificação bibliográfico é a Classificação Decimal Universal (CDU), elaborada pelos belgas Paul Otlet e Henry La Fontaine. A CDU utilizou o sistema de Dewey como inspiração, que inclusive concedeu permissão a Otlet e La Fontaine para que traduzissem e ampliassem seu sistema, adaptando-o às necessidades de seu contexto. Assim, em 1905, publicam a Classificação Decimal

Universal sob o nome *Manual du Repertorie Bibliographie Universel*, trazendo agora uma preocupação muito mais voltada à organização das informações do que apenas dos livros nas estantes (PINHO, 2009). Utilizando da notação numérica para representar os assuntos dos documentos, o esquema de Otlet e La Fontaine conseguiu ampliar a proposta de classificação da CDD, trazendo mais flexibilidade, à medida que dividiu o conhecimento em 10 classes que se subdividiam em mais 10, e assim infinitamente. Além disso, propunham o estabelecimento de relações entre os assuntos dos documentos e a elaboração de notações compostas que podiam dar conta de assuntos que não estivessem presentes no sistema (ALBUQUERQUE, 2012). Conforme elucidado Pinho (2009, p. 28):

Com a CDU, dá-se uma nova perspectiva para superar a rigidez notacional de Dewey, visto que a coordenação e síntese de conceitos compostos passam a ser feitas de forma mais ampla, por meio de sinais como os dois pontos. Destaca-se, também, a preocupação dos idealizadores da CDU, Paul Otlet e Henri La Fontaine, com o resgate do conhecimento registrado até então disponível - por meio de sua *Bibliografia Universal* - aspecto que lançou as bases para a *Documentação* e para o *Controle Bibliográfico Universal*.

O emprego dos dois pontos confere pioneirismo à CDU, propondo pela primeira vez um sistema facetado de classificação (ALBUQUERQUE, 2012). Dessa forma, pode ser caracterizada, de acordo com Dias (2020), como “[...] uma classificação analítico-sintética, o que significa que os códigos da CDU podem ser construídos e desconstruídos (analisados) no processo de indexação e de recuperação da informação” (DIAS, 2020, p. 31). A estrutura principal da *Classificação Decimal Universal* é compreendida pelas seguintes classes:

Quadro 2: Classificação Decimal Universal – CDU

Generalidades	0
Filosofia. Psicologia	1
Religião. Teologia	2
Ciências Sociais⁵	3
(Atualmente vaga)	4
Matemática e Ciências Naturais	5
Ciências Aplicadas⁶	6
Arte. Recreação. Divertimento. Esporte	7
Língua. Linguística. Literatura	8
Arqueologia. Geografia. Biografia. História	9

Fonte: desenvolvido pela autora com base em SAN SEGUNDO MANUEL (1996); ALBUQUERQUE (2012); DIAS (2020).

Cada classe, representada por uma notação decimal, simboliza uma área do conhecimento na estrutura proposta na CDU e, ainda que tenha algumas lacunas e incompletudes quando se trata de classificar documentos, a classificação de Otlet e La Fontaine, concordando-se com as palavras de Albuquerque (2012, p. 170-171): “é um valioso instrumento no campo da recuperação e organização da informação, servindo com precisão e se adaptando às novas tecnologias da informação”.

Sob a influência do positivismo, a elaboração da CDU seguiu parâmetros cientificistas, empiristas e racionalistas e nasceu na esteira do novo campo de estudos proposto por Otlet, a Documentação (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). “Además, cuando Otlet pidió a Dewey la autorización para traducir su clasificación a la lengua

⁵ Conforme Dias (2020), a classe 3 inclui Sociologia, Antropologia Cultural, Demografia, Política, Economia, Direito, Administração, Assistência Social, Educação, Divertimento.

⁶ A classe 6, por sua vez, de acordo com Dias (2020), inclui Medicina, Tecnologia, Agricultura, Transporte, Negócios, Administração, Indústria. A classe 8, além disso, inclui Filologia.

francesa ya era conocido, a la edad de 26 años, por sus trabajos bibliográficos en el ámbito de las ciencias sociales” (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p.80).

Como um processo da Organização e Representação do Conhecimento, buscou-se demonstrar que o ato de classificar envolve práticas voltadas para a representação do conteúdo dos documentos no intuito de promover a recuperação da informação pelos usuários (SILVA, 2017; PINHO, 2009). Além disso, demonstrou-se que os fundamentos teóricos da classificação de base aristotélica contribuíram para a organização do conhecimento científico, à medida que propiciou e ainda propicia o estudo e o aprofundamento de assuntos e objetos de determinada ciência (ALBUQUERQUE, 2016).

No entanto, é em razão de seu caráter pragmático que a classificação documental e biblioteconômica ganhou destaque na Ciência da Informação, instituindo funcionalidades imediatas aos objetos classificados sob essa orientação. Entre as teorias a ela relacionadas, evidenciou-se a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal, estruturas classificatórias fundamentais para o desenvolvimento de processos, produtos e instrumentos relativos à recuperação da informação. Além delas, destaca-se a Teoria da Classificação Facetada, cujas categorias fundamentais e a relação entre os conceitos por meio de facetas conferiram ao sistema um caráter dinâmico, flexível e multifuncional (ARAÚJO, 2006). Essa teoria será abordada no próximo tópico.

2.2.1 A Teoria da Classificação Facetada em interface com a Organização e Representação do Conhecimento

Passados mais de 70 anos das primeiras considerações da Teoria da Classificação Facetada, seu emprego e aplicação continuam a fazer sentido em muitos contextos da Ciência da Informação e da Organização e Representação do Conhecimento. Seus fundamentos foram desenvolvidos pelo matemático e bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1882-1972), propondo no ano de 1925 os primeiros estudos para uma classificação analítico-sintética por meio da *Colon Classification*, ou Classificação de Dois Pontos, também chamada Classificação Facetada. Por contribuir largamente com o desenvolvimento científico da área, Ranganathan é considerado até hoje o pai da Biblioteconomia e, para além disso,

considerado por Dahlberg (1979) o pai da moderna Teoria da Classificação (SILVA, 2011).

Ranganathan nasceu na Índia, em 1892, tornou-se bacharel em Matemática no ano de 1913 e em 1916 obteve o título de mestre em Matemática pela Universidade de Madras, em seu país. Foi professor de Matemática pela *Government College*, Universidade do Paquistão, entre 1917 e 1920, e pela *Presidency College*, Universidade de Madras, entre 1920 e 1923. Em 1924 candidatou-se a uma vaga para bibliotecário nessa mesma universidade, e mesmo não sendo bibliotecário por formação foi selecionado.

Sua nova função o fez questionar a eficiência do sistema de busca por catálogo disponível na biblioteca da universidade, que trazia nas fichas apenas os nomes dos autores em ordem alfabética. Ranganathan constatou, com isso, as dificuldades dos usuários na busca pelos acervos, bem como o despreparo dos trabalhadores da biblioteca, incluindo ele mesmo, que, até o momento, não conhecia nenhum tipo de sistema de classificação bibliográfica (SANTOS; PINTO, 2013).

Um ano após a nomeação, foi enviado para estagiar no *British Museum Library* e, algum tempo depois, sob os conselhos do diretor da instituição, Sr. Ernest Baker, ingressou na *School of Librarianship in the University College*, onde estudou Biblioteconomia (SILVA, 2011). Na escola de Biblioteconomia, teve contato com as disciplinas de classificação, conheceu os estudos de Henry Bliss e os de Melvil Dewey. A ideia de criar uma base teórica para um sistema de classificação o deixou instigado e o estimulou a aperfeiçoar a sua Classificação de Dois Pontos, que foi primeiramente escrita apenas com bases intuitivas (DAHLBERG, 1979). Dahlberg (1979, não paginado) pontua: “[...] Ranganathan formula regras, enuncia cânones e postulados a partir dos quais extrai seus princípios e lança seus chamados ‘processos’ (*devices*) para a formação de representações de conceitos em nível teórico”.

Percebendo as limitações das teorias de Bliss e Dewey, sobretudo por basearem-se em coleções já existentes, Ranganathan ansiava por um sistema mais aberto, que pudesse prever a expansão dos acervos, dando espaço a novos títulos que surgissem nas bibliotecas ao longo do tempo (SILVA, 2018). A respeito da classificação proposta por Dewey, por exemplo, a CDD, Ranganathan (*apud* SANTOS; PINTO, 2013, p. 6) argumentou:

[...] a CDD enumerava mais os assuntos compostos conhecidos e os representava por uma fração de números decimais. No entanto, ela não poderia prover uma coextensão das classes numéricas para todos os novos assuntos que iam surgindo no século XX. Aos livros incorporados nesses novos assuntos, tinha que ser forçadamente atribuída uma numeração muito distante, e isso era constantemente difícil de ser decidido [...] (RANGANATHAN, 1971, p. 3, tradução dos autores).

Ao notar a importância de incorporar acervos em expansão, Ranganathan deu início ao desenvolvimento de um sistema que cobrisse essas novas entradas, iniciando então os estudos que resultariam na chamada Classificação Facetada. Seus estudos partiam da ideia de que determinado assunto poderia ter infinitas subdivisões ou subclasses, reconhecendo a dinamicidade e a multidimensionalidade do conhecimento (ALBUQUERQUE, 2012). No ano de 1933, publica a primeira edição da *Colon Classification*, incorporando em sua obra as tabelas de classificação elaboradas em parceria com seus colegas na biblioteca da Universidade de Madras (SANTOS; PINTO, 2013). Seu trabalho foi de importância sumária para o desenvolvimento da classificação bibliográfica, sendo inclusive adaptada para a Documentação, o que corrobora a abrangência da teoria de Ranganathan e ampara sua aplicação nos mais diversos âmbitos da Ciência da Informação e da Organização e Representação do Conhecimento.

De acordo com Campos e Gomes (2003), Ranganathan apresentou sua teoria em quatro obras básicas: *Five laws of library science* (1963), *Prolegomena to library classification* (1967), *Philosophy of book classification*, (1951), a própria *Colon classification*, (1963), além de dois novos volumes da *Colon Classification* publicados em 1952, sendo um deles dedicado à classificação documental. A respeito desta, San Segundo Manuel (1996) explica que, embora tenha representado uma grande inovação, muito de seus pilares devem à estrutura elaborada por Paul Otlet com a CDU, que em muito contribuiu com a nova disciplina em ascensão, a própria Documentação. Para a autora, ainda:

Sin embargo, las categorías de Ranganathan son interesantes ya que suponen una ruptura con los sistemas tradicionales de clasificación bibliográfica, pero implican, para el hombre occidental, una continuación de las categorías y de la construcción del conocimiento aristotélicas (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p. 120).

Ranganathan morreu aos 80 anos de idade, em 27 de setembro de 1972, em razão de complicações causadas por bronquite. Seu legado intelectual contribui até os dias de hoje com o desenvolvimento de teorias nos campos da Matemática e da Ciência da Informação. Ao longo de sua carreira, o pesquisador escreveu aproximadamente 50.000 livros, além de 1.000 trabalhos voltados para a Ciência da Informação (SANTOS; PINTO, 2013).

Em toda a construção teórica de Ranganathan, o que se destaca é a importância atribuída à produção de conhecimento e como essa produção influencia diretamente no trabalho de concepção da classificação bibliográfica. Na explicação de San Segundo Manoel (1996), Ranganathan estrutura seu sistema a partir de uma tabela contendo assuntos principais, na qual foram incluídas, posteriormente, as disciplinas ou campos do conhecimento tradicionais. Essas, por sua vez, podem ser subdivididas em facetas conforme as características do objeto em análise. Nessa tabela, Ranganathan dividiu o conhecimento em classes principais, chamadas por ele de *Main Classes* (MC), conforme pode ser visualizado a seguir.

Quadro 3: *Main Classes* ou Classes Principais

Z	Generalidades
1	Universo do Conhecimento
2	Biblioteconomia
3	Ciência do Livro
4	Jornalismo
A	Ciências Naturais
B	Matemática
C	Física
D	Engenharia
E	Química
F	Tecnologia
G	Biologia
H	Geologia
I	Botânica
J	Agricultura
K	Zoologia

L	Medicina
M	Artes
O	Literatura
P	Linguística
Q	Religião
R	Filosofia
S	Psicologia
T	Educação
U	Geografia
V	História
W	Política
X	Economia
Y	Sociologia
Z	Direito

Fonte: desenvolvido pela autora com base em: ALBUQUERQUE (2012); SAN SEGUNDO MANUEL (1996); SILVA (2011).

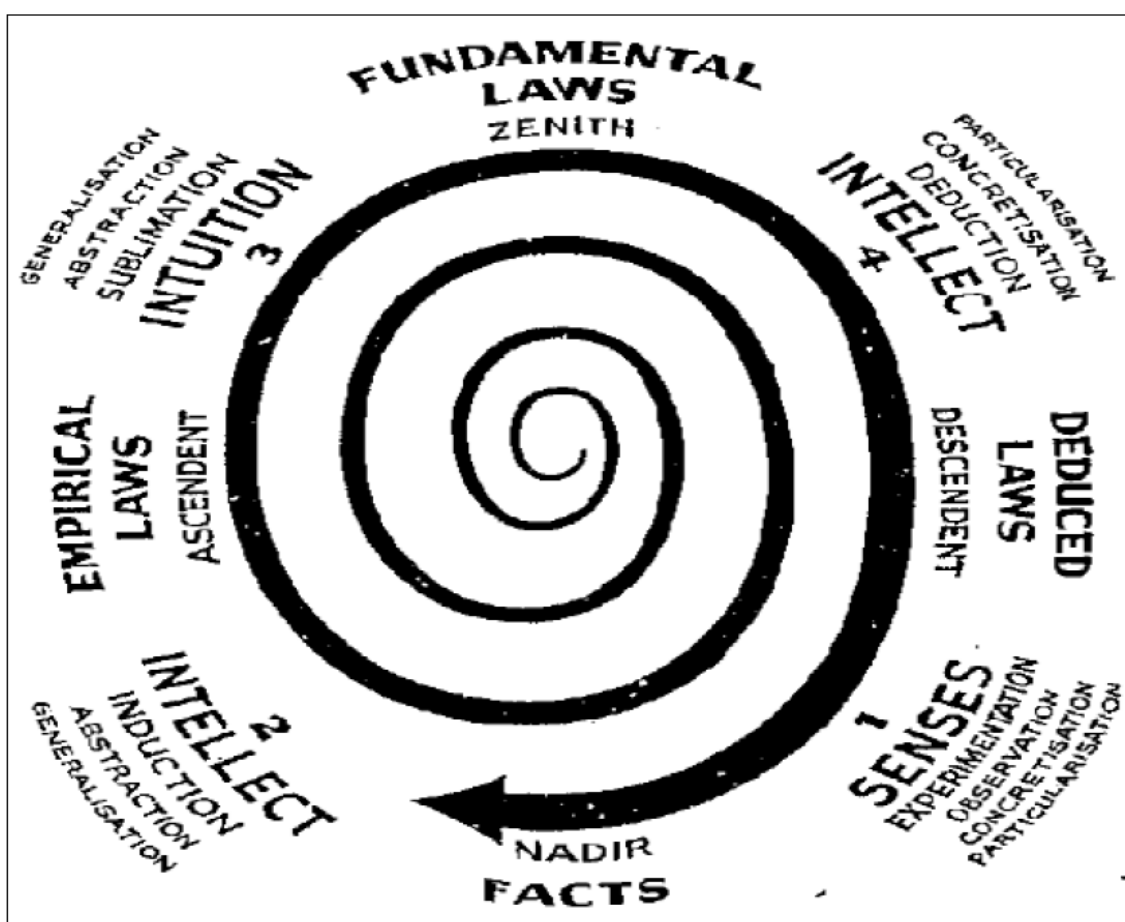
Na tabela de Classes Principais existem também notações com letras do alfabeto grego e sinais gráficos, como ponto, dois pontos e vírgula, além de haver a combinação entre letras do alfabeto latino e números arábicos, que foram chamadas por Ranganathan de “classes canônicas”, a exemplo da combinação B1, que corresponde à Aritmética (SILVA, 2011).

Na obra *Prolegomena to library classification* (1967), Ranganathan dedica sua discussão ao processo de formação dos conceitos e de que maneira esses conceitos estabelecem relações com o que o autor chama de universo das ideias ou universo do conhecimento e sua posterior interferência na classificação. De acordo com Silva (2011, p. 63), “O Universo de Conhecimento é um local dinâmico e contínuo, no formato de espiral, onde Ranganathan procurou identificar os vários fatores responsáveis pelo crescimento do conhecimento, sob um enfoque filosófico [...]”. Trata-se de um local que opera pela existência de movimento, pois tem como fundamento a reflexão constante dos seres humanos a respeito das coisas do mundo. Conforme Ranganathan, o **Universo do Conhecimento** é:

[...] a soma total, num dado momento, do conhecimento acumulado. Ele está sempre em desenvolvimento contínuo. Diferentes domínios do Universo do Conhecimento são desenvolvidos por diferentes métodos. O Método Científico é um dos métodos reconhecidos de desenvolvimento. O Método Científico é caracterizado pelo movimento sem fim em espiral (RANGANATHAN, 1963, p. 359).

O movimento em espiral, que caracteriza o próprio ato de conhecer e que influencia os sistemas de classificação, apresenta várias fases, e para representá-la Ranganathan utiliza-se de coordenadas ou pontos de referência – quando pensados a partir do sistema solar –, conforme explicitado na figura a seguir.

Figura 1: Espiral do Universo do Conhecimento
(*Spiral of the Universe of Knowledge*)



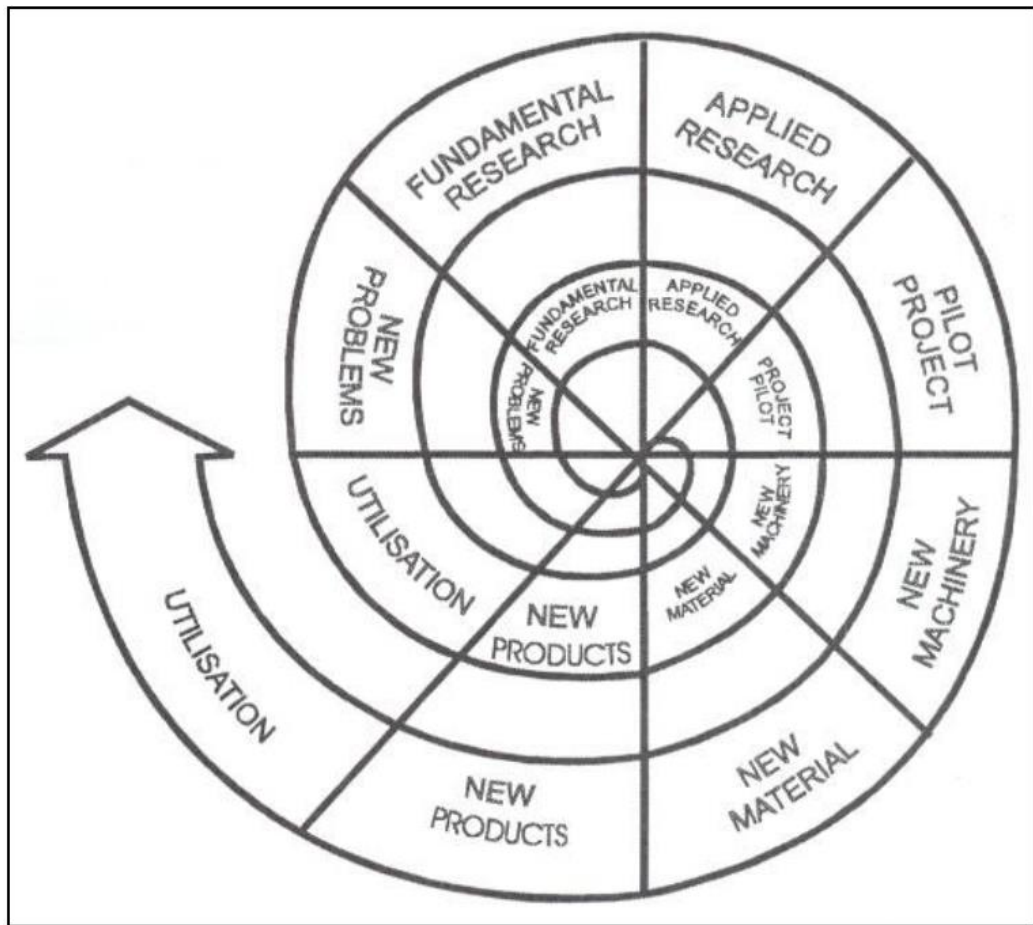
Fonte: RANGANATHAN (1963, p. 364).

Além da divisão em quadrantes, nos quais estão inseridos conceitos como os de: experimentação, observação, concretude e particularização (1); intelecto, indução,

abstração, generalização (2); intuição, abstração e generalização (3); intelecto, particularização, dedução e concretude (4); Ranganathan demonstrou então as coordenadas ou pontos referenciais, sendo que Nadir/Fatos corresponderia à acumulação dos fatos que podem ser obtidos por meio da observação e da experimentação; Ascendente/Leis empíricas corresponderiam à acumulação de leis empíricas a partir dos fatos acumulados em Nadir; Zênite/Leis fundamentais correspondem às leis que são formuladas a partir da compreensão das leis empíricas acumuladas no Ascendente; Descendente/Leis dedutivas remetem à acumulação das leis de dedução, sempre perseguindo a direção das leis fundamentais de Zênite (CAMPOS; GOMES, 2003).

Ranganathan também se preocupou em delinear os caminhos da formação de assuntos, buscando relacioná-lo aos esquemas de classificação. Para isso, lançou mão da **Espiral do Método Científico** ou **Espiral do Desenvolvimento de Assuntos**, comportando-se como uma “[...] meta espiral do ciclo do Universo do Conhecimento, [verificando-se] a relação entre o mundo fenomenal e a produção do conhecimento (registrado)” (SILVA, 2018, p. 79).

Figura 2: Espiral do Desenvolvimento de Assuntos



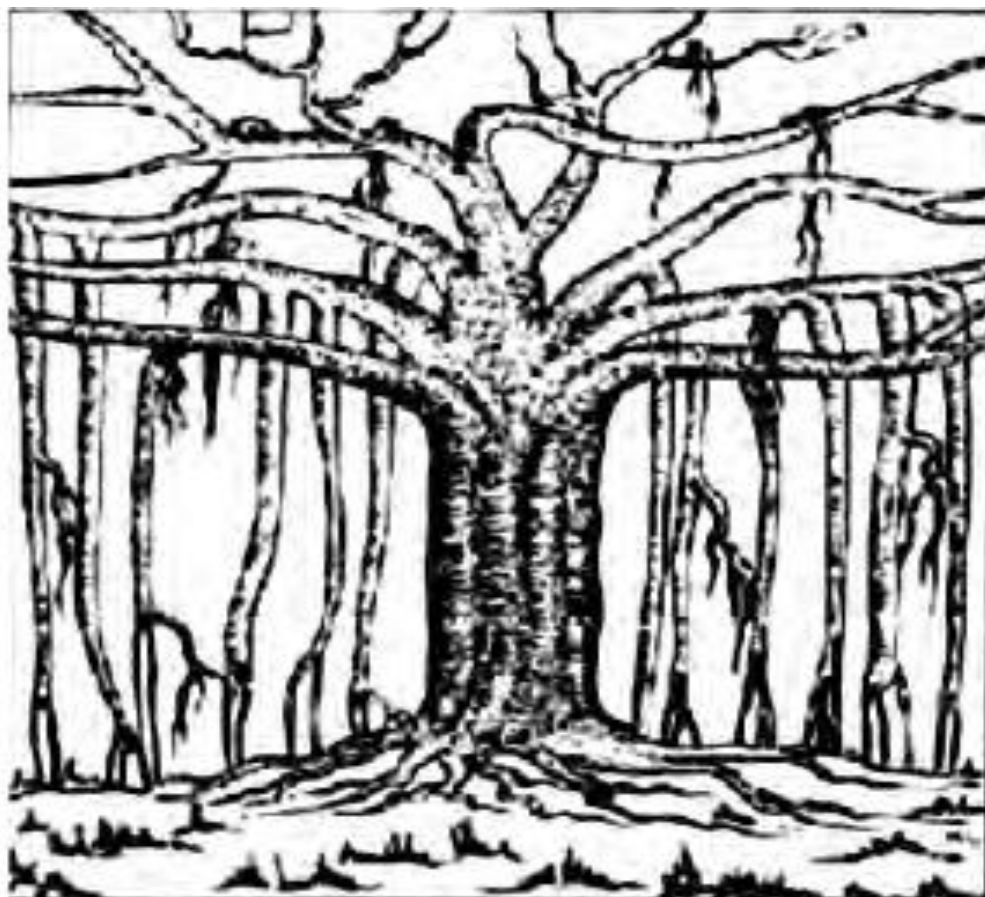
Fonte: RANGANATHAN (1967, p. 372).

Na **Espiral do Desenvolvimento de Assuntos** ou do **Método Científico**, o movimento característico desse processo vai resultar sempre no desenvolvimento de novos assuntos, ou seja: “[...] novos problemas; pesquisa fundamental; pesquisa aplicada; projeto piloto; novas máquinas; novos materiais; novos produtos; utilização desses produtos; novos problemas” (CAMPOS; GOMES, 2003, p. 155), sempre num movimento contínuo. As autoras afirmam ainda que isso possibilita uma integração constante entre o desenvolvimento de assuntos com a atividade de organização e representação do conhecimento.

Campos e Gomes (2003) esclarecem que, com sua teoria, Ranganathan estabelece princípios que propiciam a estruturação de conceitos de determinado domínio de maneira sistêmica, ou seja, os conceitos podem ser organizados em renques e cadeias, que por sua vez são estruturadas em classes mais abrangentes, as chamadas facetas. As facetas, por seu turno, localizam-se em uma categoria fundamental e podem ser compreendidas como: “[...] manifestações das categorias

fundamentais em cada campo do conhecimento, reunindo conceitos que têm determinada característica em comum” (PIEDADE, 1977, p. 25). Um sistema de conceitos de uma respectiva área é formado a partir da reunião de todas as categorias, e cada conceito no interior da categoria corresponderia também à manifestação dessa respectiva categoria. Para representar sua teoria junto à classificação de documentos, Ranganathan utilizou-se da imagem da árvore Baniana.

Figura 3: Árvore Baniana



Fonte: RANGANATHAN (1967).

Por meio dessa imagem, Ranganathan explicitou “[...] que os troncos secundários são formados de tempos em tempos, adicionados ao tronco original, associando, desta forma, a uma árvore de assuntos” (SILVA, 2011, p. 53). Por esse motivo, a árvore Baniana tem mais proximidade com a classificação, pois analogamente, de um tronco original de assuntos, nascem outros pequenos troncos de assuntos, que por sua vez dão origem a outros novos assuntos, por meio dos troncos secundários, e assim por diante.

A analogia com a árvore Baniana proposta por Ranganathan contribui, conforme explicam Campos e Gomes (2003), para corroborar a importância da abrangência conceitual ao analisar as temáticas de um documento. Tendo isso em mente, os conceitos passam a ser analisados considerando não somente um núcleo, mas diversos, sempre a depender da maneira como as unidades de conhecimento estão relacionadas. Nesse sentido, Ranganathan resgata os fundamentos do pensamento de Aristóteles ao tomar o conceito de categoria como um princípio em sua teoria.

Entre um dos passos fundamentais do processo classificatório, Ranganathan (1967) destaca o mapeamento do universo de assuntos, considerado pelo estudioso um universo multidimensional que consiste, em uma primeira etapa, em identificar qual domínio do conhecimento será a base para organizar as unidades classificatórias, ou seja, os **assuntos básicos** e os chamados **isolados**. Os assuntos básicos e os isolados, de acordo com Hjørland (2013), correspondem a dois tipos de facetas da teoria de Ranganathan: a faceta formada pelos **assuntos básicos** é aquela que não apresenta ideias isoladas como um componente, podendo ser expressa como uma área mais abrangente do conhecimento; a faceta que ele denominou como **isolados** corresponde a uma qualificação dos assuntos básicos, expressa no postulado das Categorias Fundamentais proposto por Ranganathan (1967).

Pela combinação entre **assunto básico** e **isolado**, conforme explica Silva (2011), tem-se o **assunto composto**. A título de exemplo, essa combinação pode ser expressa por meio do quadro a seguir.

Quadro 4: Formação do assunto composto

Assunto Básico		Isolado		Assunto composto
Organização e Representação do Conhecimento (ORC)	+	Faceta	=	Estudo da Classificação Facetada pela ORC

Fonte: desenvolvido pela autora com base em CAMPOS (2001); RANGANATHAN (1967).

Como **assunto básico** apresenta-se a “ORC”, que, ao ser combinada com a **ideia isolada** “Faceta”, forma-se o **assunto composto** “Estudo da Classificação Facetada pela ORC”. O termo “faceta”, nas palavras de Ranganathan (1967, p. 88), “[...] é um termo genérico, usado para denotar algum componente – um assunto básico

ou um isolado – de um assunto composto [...]”, ou seja, cada faceta obtida é pertencente ao seu respectivo assunto, e os termos que constituem cada faceta estão sujeitos a formar agrupamentos, originando subfacetar. As colocações de Barité (2015) complementam a compreensão do termo “faceta” na concepção ranganathiana, explicando que se trata de “[...] um conjunto total de subdivisões de um conceito ou classe derivadas do mesmo princípio de divisão” (BARITÉ, 2015, p. 71). Esse mesmo autor fornece alguns esclarecimentos a respeito do significado de assunto composto. Em sua explicação, é possível formar um assunto composto quando dois ou mais conceitos, originados de uma mesma disciplina ou classe, são combinados, sejam eles pertencentes ou não a uma mesma faceta (BARITÉ, 2015).

A originalidade do sistema de Ranganathan está em demonstrar que as facetar propiciam mais flexibilidade para estabelecer assuntos compostos e relações entre assuntos e áreas do conhecimento, conferindo à classificação maior mobilidade se comparada a outros sistemas. Em seus estudos, o classificacionista indiano evidenciou também cinco maneiras pelas quais os assuntos podem ser formados nos documentos: dissecação, laminação, desnudação, reunião, superposição (RANGANTHAN, 1967).

- a) **Dissecação:** acontece quando dividimos em partes iguais um universo de assuntos, e cada parte representa uma lâmina, correspondendo, por sua vez, a um assunto básico ou a um isolado.
- b) **Laminação:** constituída por meio da reunião de facetar, sobrepondo-as a fim de extrair delas um assunto básico ou isolado que, quando combinados, podem formar assuntos compostos.
- c) **Desnudação:** nesse processo, os assuntos são formados pela diminuição da extensão do assunto básico ou de uma ideia isolada e, ao mesmo tempo, pelo aumento da intenção destes, permitindo mais detalhamento dos assuntos e também a formação de cadeias.
- d) **Reunião:** acontece quando se reúnem ou se agregam assuntos básicos, assuntos compostos ou ideias isoladas, tendo como resultado a formação de um assunto complexo, por exemplo.

- e) **Superposição**: momento em que se relacionam assuntos isolados pertencentes ao mesmo universo de conhecimentos que resultam na formação de uma ideia composta (CAMPOS; GOMES, 2003; ALBUQUERQUE, 2012; SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Indo além do mapeamento do universo de assuntos, Ranganathan elaborou também o postulado das Categorias Fundamentais. De acordo com Campos e Gomes (2003), essas categorias possibilitam a divisão do universo de assuntos, evidenciando o estabelecimento de classes e subclasses no contexto de sua respectiva área, de modo que essas classes e subclasses possam acompanhar a dinâmica do conhecimento. Nesse sentido, tais categorias funcionam como um “[...] princípio normativo adotado para organizar um Universo/Domínio, ou seja, um ‘corpo’ de conhecimento sistematizado [...]” (CAMPOS, 2001, p. 57). Conhecidas pelo acrônimo PMEST, Ranganathan (1967) propôs um total de cinco categorias, ou cinco ideias consideradas fundamentais para a divisão do universo de assuntos. O acrônimo corresponde às seguintes palavras:

Quadro 5: Postulado das Categorias Fundamentais

Categorias Fundamentais	Símbolos
Personalidade (<i>personality</i>)	[P]
Matéria (<i>material/matter</i>)	[M]
Energia (<i>energy</i>)	[E]
Espaço (<i>space</i>)	[S]
Tempo (<i>time</i>)	[T]

Fonte: desenvolvido pela autora com base em SILVA (2011).

A respeito do significado de cada uma dessas categorias, Hjørland (2008, p. 90, tradução nossa) explica:

- a) **personalidade** [*personality*] é a característica distintiva de um assunto;
- b) **matéria** [*matter*] é o material físico do qual um assunto pode ser composto;

- c) **energia** [*energy*] é qualquer ação que ocorre com relação ao assunto;
- d) **espaço** [*space*] é o componente geográfico da localização de um assunto;
- e) **tempo** [*time*] é o período associado a um assunto. (Grifos dos autores).

Em outras palavras, **Personalidade** é a categoria que possibilita identificar conceitos nucleares, o assunto, sua essência ou, por exemplo, o cerne da abordagem de um documento, ou ainda “[...] os objetos de estudo de uma determinada disciplina, tipos, entidades, etc. Tipos de biblioteca, por exemplo, pode ser uma Personalidade de Biblioteconomia” (SILVA, 2011, p. 59). Ranganathan a trata como a categoria mais importante, pois remete à essência do objeto ou entidade em análise e, também por isso, é a categoria mais difícil de ser definida (BARITÉ, 2015). A categoria **Matéria** corresponde à propriedade de um assunto, sua constituição física, sendo correlacionada ao Material ou à Propriedade, conforme pontua Ranganathan (1967). Dentro da personalidade biblioteca, como exemplifica Silva (2011), teríamos *livros raros*, sendo os livros o **material** e o adjetivo “raros” a **propriedade**. Barité (2015, p. 102) explica que essa categoria se refere “[...] à composição, aos materiais ou às substâncias de que são feitas as coisas”. O autor utiliza como exemplo o conceito de “ser humano”, explicando que a categoria Matéria expressa, então, a composição do corpo humano, suas partes constituintes, ou seja, os tecidos, os ossos, entre outros. Caso se trate de uma composição mais abstrata, como o domínio da Geometria, por exemplo, Barité (2015, p. 102) elucida que a Matéria abarcaria “[...] o conjunto das figuras geométricas” que formam esse domínio. Assim, a manifestação dessa categoria pode ser expressa nos materiais físicos constituintes dos objetos ou mesmo nas propriedades intrínsecas a eles. **Energia** é a categoria que corresponde à ação que deu origem àquele assunto, àquele documento. Por esse motivo, identifica-se também com as seguintes facetas, de acordo com Campos e Gomes (2003, p. 161): “[...] problema, método, processo, operação, técnica”. Assim, energia também pode ser identificada como o processo que tem relação com seu respectivo assunto. Já **Espaço e Tempo** são as categorias mais elementares do postulado de Ranganathan e se definem, respectivamente, como a localização geográfica na qual ocorre determinado evento ou assunto, e sua identificação cronológica, seu recorte temporal, ou seja, o período de tempo em que esse determinado evento ocorreu.

Numa escala de complexidade, Ranganathan identifica a categoria Personalidade como a mais difícil, seguida das categorias Matéria e Energia, devendo ser por esse motivo “[...] adotada caso nenhuma das categorias anteriores não atendam à classificação do objeto (documento)” (SILVA, 2018, p. 103). Para que essa categoria mais complexa seja adotada, Ranganathan propõe o chamado *método de resíduos*, que consistem em isolar ideias a fim de que elas se manifestem primeiramente pelas categorias Tempo, Espaço, Matéria e Energia (RANGANATHAN, 1967). Caso não seja possível a manifestação por meio dessas cinco categorias, o objeto ou documento pode ser atrelado finalmente à categoria Personalidade. A respeito de seu postulado se resumir a um total de cinco categorias, Ranganathan (1967, p. 398) esclarece:

[...] Há liberdade absoluta para todos tentarem. Uma pessoa pode talvez gostar de seis. Ela deve classificar nessa base alguns milhares de artigos variados. Se elas produzirem resultados satisfatórios, arranjando os assuntos dos artigos ao longo de uma linha, aquele postulado pode ser aceito. [...] Trabalhar com base em cinco ideias fundamentais produziu resultados satisfatórios nos últimos vinte anos.

Com base na explicação de Hjørland (2013), Pereira, Moreira e Segundo (2021) esclarecem que a aplicação do postulado das Cinco Categorias é realizada por meio do método analítico-sintético, pois primeiramente divide-se cada assunto em seus conceitos básicos, sendo a parte analítica do processo classificatório. A etapa da síntese ocorre por meio da combinação das classes isoladas para a construção de um descritor de assunto. Esse método, ou abordagem, é identificado por Dahlberg (1979) como uma das contribuições de Ranganathan à moderna Teoria da Classificação. De acordo com a autora:

[...] Isto implica em que a classificação de cada documento exige uma análise de seu título ou um enunciado descritivo de seu conteúdo nos termos dos conceitos que formam os componentes da ciência à qual esse documento pertence. Após a análise e a orientação desses elementos nas chamadas facetas (que são representativas dos tipos de conceitos em áreas especializadas do conhecimento), é possível sintetizá-los em expressões combinatórias que formam a classe, construída analítico-sinteticamente, de um determinado tópico de documento (DAHLBERG, 1979, p. 4).

Dahlberg (1979) vai além, ao afirmar que a PMEST contribuiu para o processo de representação dos assuntos e para a ordenação dos conceitos de uma área do conhecimento em classes formais, de acordo com as categorias existentes nessa área do conhecimento. Isso significa que, quando aplicada aos documentos, a Teoria da Classificação Facetada por meio da abordagem analítico-sintética possibilita compreender o modo como os assuntos são formados dentro dos documentos, ponto bastante fundamental de acordo com Campos e Gomes (2003), pois influenciará diretamente na atuação do classificacionista ao desenvolver processos de organização e recuperação da informação.

A título de exemplo, as cinco Categorias Fundamentais propostas por Ranganathan foram adaptadas considerando o universo de assuntos, representado pelo Relatório Figueiredo, correspondentes à presente pesquisa.

Quadro 6: Categorias Fundamentais no Relatório Figueiredo

Categorias Fundamentais	Facetas
Personalidade	Documento, Relatório, Comissão Parlamentar de Inquérito, Comissão de Inquérito.
Matéria	De papel, digitalizado, sete mil páginas, atas de reuniões, legislações, ofícios, telegramas, termos de juntada, recibos de pagamentos, contratos de compra e venda, depoimentos, cartas manuscritas, recortes de notícias de jornais, fotografias.
Energia	Problema, denúncia, processo, operação, agentes envolvidos, levantamento de assuntos, levantamento de conceitos, identificação das categorias fundamentais, análise, síntese, classificação.
Espaço	Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; São Paulo; Paraná, Maranhão; Rondônia; Minas Gerais; Rio Grande do Sul; Goiás; Roraima; Santa Catarina; Tocantins; Rio de Janeiro; Amazonas, Acre; América Latina, América do Sul, Brasil.
Tempo	Século XX, década de 1960, 1967-1968, período da ditadura civil-militar.

Fonte: desenvolvido pela autora com base em SILVA (2018); RANGANATHAN (1967); VICKERY (1980); CAMPOS (2001); SILVA (2011).

O exercício supraexposto corrobora com a ideia de Silva (2018) quando esclarece que a classificação facetada pode funcionar somente se for dedicada por parte do classificacionista uma análise rigorosa dos assuntos em jogo, além da importância de serem adotadas regras para combinar termos e suas relações. Critérios como esses contribuem para a definição das facetadas e seus possíveis arranjos dentro de um Sistema de Organização do Conhecimento.

A Teoria da Classificação Facetada permite uma maior flexibilidade aos sistemas de classificação por não se pautar em hierarquias rígidas para estabelecer os assuntos dos documentos, suas facetadas, conceitos e as relações entre eles. Apesar disso, os estudos de Ranganathan passaram por muitas revisões e críticas no decorrer das décadas, e até a atualidade, no contexto do século XXI, seu uso ainda é restrito. As discussões a respeito de seu sistema são mais voltadas para possibilidades de uso em ambientes digitais como forma de conferir ao sistema de classificação menos rigidez e, ao mesmo tempo, mais possibilidade de combinação entre o(s) universo(s) de assunto(s) (ALBUQUERQUE, 2012; SILVA, 2018). A partir de seu sistema, a Classification Research Group (CRG), fundada no ano de 1948, em Londres, por exemplo, propôs o uso da classificação facetada em campos do conhecimento específico, partindo de uma ampliação das Categorias Fundamentais de Ranganathan (PMEST):

Quadro 7: Categorias Fundamentais da CRG

Objetos/coisas
Tipos
Peças
Propriedades
Materiais
Processos
Operações
Produtos
Subprodutos
Pacientes
Agentes
Espaço
Tempo

Fonte: desenvolvido pela autora com base em SILVA (2018, p. 109).

Araújo (2006) explica que, no âmbito brasileiro, a Teoria da Classificação Facetada foi introduzida a partir da década de 1970, com o curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fomentando a produção de trabalhos científicos voltados ao estudo da classificação facetada. A teoria de Ranganathan, além disso, “[...] se [reflete] na Teoria do Conceito, na Teoria da Classificação e [é] estudada no âmbito da construção de tesauros e taxonomias para a organização da informação em diferentes tipos de ambientes” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 180). Desse modo, seus estudos continuam sendo fundamentais para ampliar discussões envolvendo instrumentos e processo da ORC que sejam mais flexíveis, multidimensionais e menos hierarquizados, podendo assim servir para representar todas as esferas da sociedade.

Com base nas discussões sobre os fundamentos da Teoria da Classificação, reforça-se que os sistemas de classificação da contemporaneidade, sejam eles os elaborados no século XIX como a CDD e a CDU ou o sistema facetado de Ranganathan, devem suas bases e fundamentos a todas as orientações explicitadas por Pombo (1998), partindo da ontológica que colocou em discussão, com os pressupostos aristotélicos, a classificação do conhecimento e das ciências e da

gnosiológica, que conferiu destaque à classificação científica, junto ao pensamento positivista e à filosofia da ciência, até chegar às classificações documental e biblioteconômica, que se destacou nos estudos da CI e da ORC em razão de seu caráter pragmático, amparadas pela também basilar Teoria do Conceito, tratada no próximo tópico.

2.3 A TEORIA DO CONCEITO COMO FUNDAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Teoria do Conceito, proposta por Ingetraut Dahlberg, contribui com a análise dos conceitos dos objetos de estudo na Ciência da Informação e, mais especificamente, na ORC. Na perspectiva da autora, os conceitos são entendidos como unidades de conhecimento passíveis de representação; além disso, é “[...] constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada” (DAHLBERG, 1978, p. 102). A formação desses conceitos, continua Dahlberg (1978), ocorre por meio da junção e da compilação de enunciados sobre determinado objeto e que sejam considerados verdadeiros.

Importa destacar o valor basilar da teoria de Dahlberg na ORC para estudos que surgiram posteriormente e que se debruçaram sobre o significado de conceito, sobretudo quando relacionado a um domínio específico. A esse respeito, Hjørland (2008a) apresenta uma visão pragmática do conceito, quando estes são desenvolvidos e pensados para atender a certos interesses e a determinados objetivos, opondo-se, dessa forma, a uma visão universal sobre os conceitos. Isso significa dizer que os conceitos são, em certa medida, contextuais: “[...] De acordo com a compreensão pragmática, os conceitos são relativos a perspectivas, visões de mundo e teorias [...]” (Hjørland, 2008a, n.p.). É, assim, em razão de seu valor substancial, que a Teoria do Conceito de Dahlberg é apresentada neste tópico, explicitando suas raízes no âmbito da ORC.

Destaca-se a proximidade da Teoria do Conceito proposta por Dahlberg (1978) com a noção de conceito pensada pela filosofia aristotélica (ALBQUERQUE, 2017), ao lançar mão de expressões paradigmáticas como a de “enunciados verdadeiros” sobre algo, que são fixados por meio de um símbolo linguístico. Na perspectiva de Dahlberg (1978), o conceito se caracterizaria então como uma unidade de

conhecimento, buscando em fundamentos lógicos a síntese das características essenciais que compõem determinado objeto.

O fundamento lógico que embasa a ideia de conceito ligado à razão está relacionado ao termo *logos*, o que atribui racionalidade aos objetos. Isso significa dizer que as características que constituem determinado objeto são a essência desse mesmo objeto, e por esse motivo não se alteram se houver alguma mudança de perspectiva (ALBUQUERQUE, 2016).

Explicitando a base aristotélica da Teoria do Conceito, Francelin (2010) comunica que o conceito, em Aristóteles, era tratado como algo “universal”, podendo então ser entendido tanto como essência como substância. Nesse sentido, o conceito na filosofia aristotélica poderia ser compreendido como um modo de conhecer a realidade, ao passo que a realidade, que se forma metafisicamente, corresponderia aos conceitos formados pela mente de cada indivíduo a partir da abstração de suas percepções.

Aranalde (2009) explica que Aristóteles procurou identificar conceitos que fossem representativos do pensamento humano, categorizando-os, e a partir disso elaborando sistemas que representassem a realidade de maneira ordenada. O autor explica:

No sistema aristotélico, as categorias servem de fundamento ao conhecimento das coisas. Elas são os princípios básicos que tornam o conhecimento possível, partindo de uma perspectiva que concebe o mundo como um todo integrado de causas e efeitos, em que as coisas e as suas propriedades essenciais, seus estados, processos e relações podem e devem ser reveladas pelo trabalho intelectual (ARANALDE, 2009, p. 91).

Para elaborar seu sistema, Aristóteles partiu de três divisões da ciência, de acordo com suas respectivas finalidades: teóricas, práticas e poéticas, sendo a primeira delas relativa ao pensar, a segunda à ação e a última à produção (PINHO, 2009). A respeito da finalidade teórica do conhecimento, Albuquerque (2012) argumenta que há uma referência aos seres existentes de maneira independente da vontade e da ação dos homens e por isso se relaciona com a busca pela constatação da verdade e pela investigação dos seres e de suas ações por meio de princípios universais. Por tal motivo, esse conhecimento elucidava o que viria a ser a Filosofia e está relacionado também à Matemática e à Física.

Da finalidade prática surgem as discussões relacionadas à conduta dos homens e dela fazem parte a ética, a economia e a política (MOREIRA, 2018). Por fim, a finalidade poética, ou também produtiva do conhecimento, refere-se às coisas úteis e por isso “Pode ser caracterizado como agricultura, olaria, pintura, escultura, retórica, ou seja, tudo o que é fabricado” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 57).

No sistema proposto por Aristóteles, o processo de categorização serve para fundamentar o conhecimento das coisas e até hoje constitui-se como base para compreender diversos sistemas de classificação, entre eles a Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan. Na esteira do pensamento de Aristóteles, Dahlberg (1978, p. 102) destaca a importância do papel das linguagens naturais na formação de enunciados a respeito dos conceitos, argumentando que “É em base a tais enunciados que elaboramos os conceitos relativos aos diversos objetos. Cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito”.

Com base na filosofia aristotélica, Albuquerque (2016) explica que a teoria de Dahlberg propõe análises conceituais com o intuito de padronizar termos, independentemente de sua natureza, cujas relações apresentam-se por meio das características dos conceitos, sendo finalmente agrupados em um termo. Esse termo, por sua vez, vai representar determinado domínio do conhecimento. Na continuidade de seu argumento, Dahlberg (1978) comunica que esses conceitos podem ser individuais ou gerais e que para a representação de ambos vale a elaboração de enunciados verdadeiros. Além disso, esclarece que os conceitos individuais são baseados em objetos individuais e os conceitos gerais têm como base os objetos gerais.

Objetos individuais estão presentes em espaço e tempo definidos. Exemplo: este computador, esta mesa, este sofá, etc. Trata-se de uma experiência comum dos sentidos. [...] Ao contrário, os objetos gerais não necessitam das “formas” do tempo e do espaço, pois, eles definem grupos ou categorias. Partindo dessa diferenciação, Dahlberg relaciona “conceitos individuais”, como aqueles que identificam um objeto específico no tempo e no espaço, e “conceitos gerais”, como aqueles que identificam categorias ou grupos de objetos (FRANCELIN, 2010, p. 94).

Assim, com base na perspectiva dahlbergiana sobre a Teoria do Conceito, pode-se elaborar enunciados verdadeiros a respeito do conceito geral “universidade”: trata-se de uma instituição de ensino; localiza-se em determinado lugar; por ela

circulam estudantes e trabalhadores. Do mesmo modo, elaboram-se enunciados verdadeiros sobre o conceito individual Universidade Estadual de Londrina: é uma instituição de ensino localizada na cidade de Londrina, PR; tem mais de 60 cursos de graduação; conta com pós-graduação em Ciência da Informação.

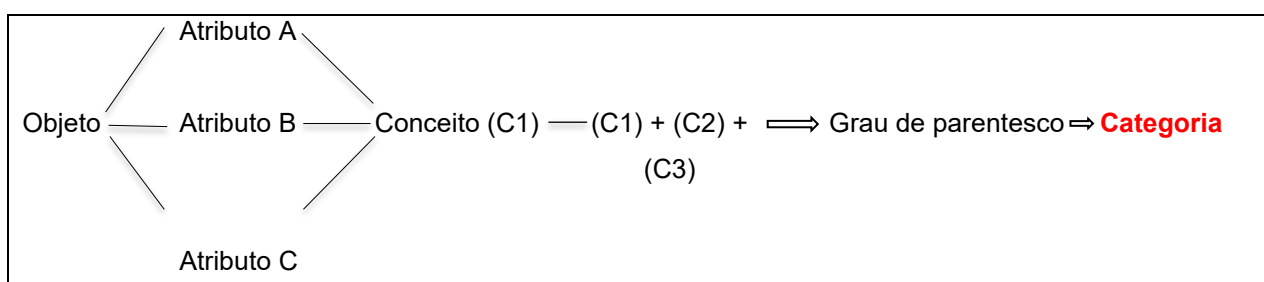
Embora a partir da linguagem natural possam ser elaborados enunciados que venham a servir para conceitos gerais ou conceitos individuais, Dahlberg (1978) pontua que um está contido no outro, ou seja, os conceitos gerais podem ser encontrados nos conceitos individuais. Além disso, explica que a formulação de enunciados sobre determinados objetos permite obter as características dos conceitos, o que definirá então a análise do conceito. De acordo com Albuquerque (2017):

[...] o processo de análise do conceito se dá através do método analítico-sintético, onde os enunciados apresentarão um atributo, uma característica ou uma hierarquia de características que, à medida que forem sendo analisadas, podem ser sintetizadas em uma característica mais geral, até chegar-se a uma categoria (ALBUQUERQUE, 2017, p. 132).

Francelin (2010) explica que o método analítico-sintético pressupõe o levantamento de atributos de determinado objeto até chegar à formulação de um conceito. Esse conceito, por sua vez, será comparado a outros conceitos que possam ter, entre si, as mesmas características ou graus de parentesco. Feita essa análise, identifica-se uma característica mais geral e que seja representativa de todas as outras. Essa característica mais geral recebe o nome de *Categoria* e corresponde a um conceito com maior extensão.

O esquema a seguir representa o processo envolvido no método analítico-sintético proposto na Teoria do Conceito de Dahlberg (1978).

Figura 4: Esquema demonstrativo do método analítico-sintético



Fonte: desenvolvido pela autora com base em DAHLBERG (1978); FRANCELIN (2010).

O processo de categorização na análise do conceito vai fundamentar a organização dos significados, por meio da identificação de semelhanças e diferenças, necessários para construir e organizar o conhecimento (ALBQUERQUE, 2017). Essa categorização a partir da análise de cada conceito é o que estabelece a relação entre os mundos cognitivo e social. Nesse sentido, Silva (2017, p. 64) complementa: “O conceito pode ser visto como uma forma de relacionamento e classificação do mundo em nível mental e social, isto é, não se tem acesso direto ao conceito, da mesma forma que não se tem ao conhecimento”.

Dahlberg (1978) estabelece características às categorias, identificando-as por meio da tipologia “características simples” e “características complexas”: “São consideradas simples as que se referem a uma única propriedade. Ex.: redondo, colorido, etc. Complexas são as características que dizem respeito a mais de uma característica. Ex.: moldado em metal, pintado com tinta azul, etc.” (DAHLBERG, 1978, p. 103). Sendo simples ou complexas, o estabelecimento de um rol de características contribui para categorizar determinados significados, contribuindo com o processo de análise dos conceitos.

Havendo similaridades entre os conceitos, Dahlberg (1978) afirma que se deve então explicitar suas relações conceituais e, a partir disso, propõe cinco conjuntos de relações principais: “[...] relações lógicas (identidade, implicação, intersecção, disjunção e negação), relações hierárquicas (entre gênero e espécie), relações partitivas (entre o todo e as partes), relações de oposição (contradição e contrariedade) e relações funcionais (conceitos que estão implicados em um processo)” (MOREIRA, 2018, p. 126). Essas relações, por sua vez, tornarão possível o processo de descrição e de classificação de objetos e documentos de maneira clara e inteligível.

A partir das ideias de Dahlberg (1978), os conceitos como unidades de conhecimento podem também ser compreendidos como algo já externalizado, posto que expresso e comunicado pela linguagem. A maneira como esse conceito será representado, por seu turno, dependerá, essencialmente, “[...] da emissão de juízos do referente [...]” (FRANCELIN, 2010, p. 86), ou seja, varia de sociedade para sociedade e é dependente de características culturais específicas.

Francelin (2010) esclarece que os conceitos na perspectiva de Dahlberg se apresentam por meio de um veículo ou signo, ou seja, a palavra. O autor argumenta,

porém, que esse mesmo conceito não tem a palavra como universo limitador, pois existe de maneira independente dela. Os conceitos, nesse sentido, podem ser expressos por palavras ou mesmo por símbolos, carregando significados que fazem sentido em determinado contexto. O número 599.725, mencionado por Francelin (2010) a título de exemplo, pode ser pensado, de acordo com o autor: “[...] como representação de um signo linguístico, um conceito, que remete a um significante e tem um significado, como ocorre nos sistemas de classificação bibliográfica” (FRANCELIN, 2010, p. 88).

Pensando nos horizontes epistemológicos que podem embasar a discussão sobre os conceitos na ORC, Hjørland (2007) propõe compreender o conceito de *informação* com base em uma visão contextualizada e dependente do domínio em que está inserido. Para o autor dinamarquês, os conceitos devem ser analisados e descritos de acordo com critérios específicos, em detrimento de uma visão universalista e objetivista, destacando suas respectivas conjunturas:

[...] conceitos desenvolvidos para servir a certos tipos de objetivos e interesses podem não ser adequados para servir a outros objetivos e interesses. Esta é a compreensão pragmática de conceitos e se opõe a uma compreensão racionalista por refletir modelos universalmente válidos do mundo. Em outras palavras: De acordo com a compreensão pragmática, são conceitos relativos a perspectivas, visões de mundo e teorias, enquanto este não é o caso de acordo com a compreensão racionalista (HJØRLAND, 2008a, n.p., tradução nossa).

Além da visão pragmática, Hjørland (2009) destaca outros três pontos de vista epistemológicos que prevalecem nas discussões sobre os conceitos: o ponto de vista empirista, o racionalista e o historicista. O empirista depende de características que podem ser observadas de maneira objetiva e pressupõe, por exemplo, o agrupamento de conceitos; o ponto de vista racionalista busca identificar semelhanças entre as características dos conceitos por meio da criação de categorias conceituais; o historicista, por sua vez, pressupõe a genealogia dos conceitos, explicando relações entre esses conceitos com determinadas teorias. Diante disso, compreende-se que a Teoria do Conceito formulada por Dahlberg (1978) pode ser aplicada considerando dois dos quadros epistemológicos propostos por Hjørland (2009): o pragmático, por pressupor a contextualização dos conceitos, buscando entender “[...] fatores ou valores que estão presentes no uso dos conceitos” (FRANCELIN; KOBASHI, 2011, p. 19) e o historicista, por dizer respeito à origem dos conceitos e também às possíveis

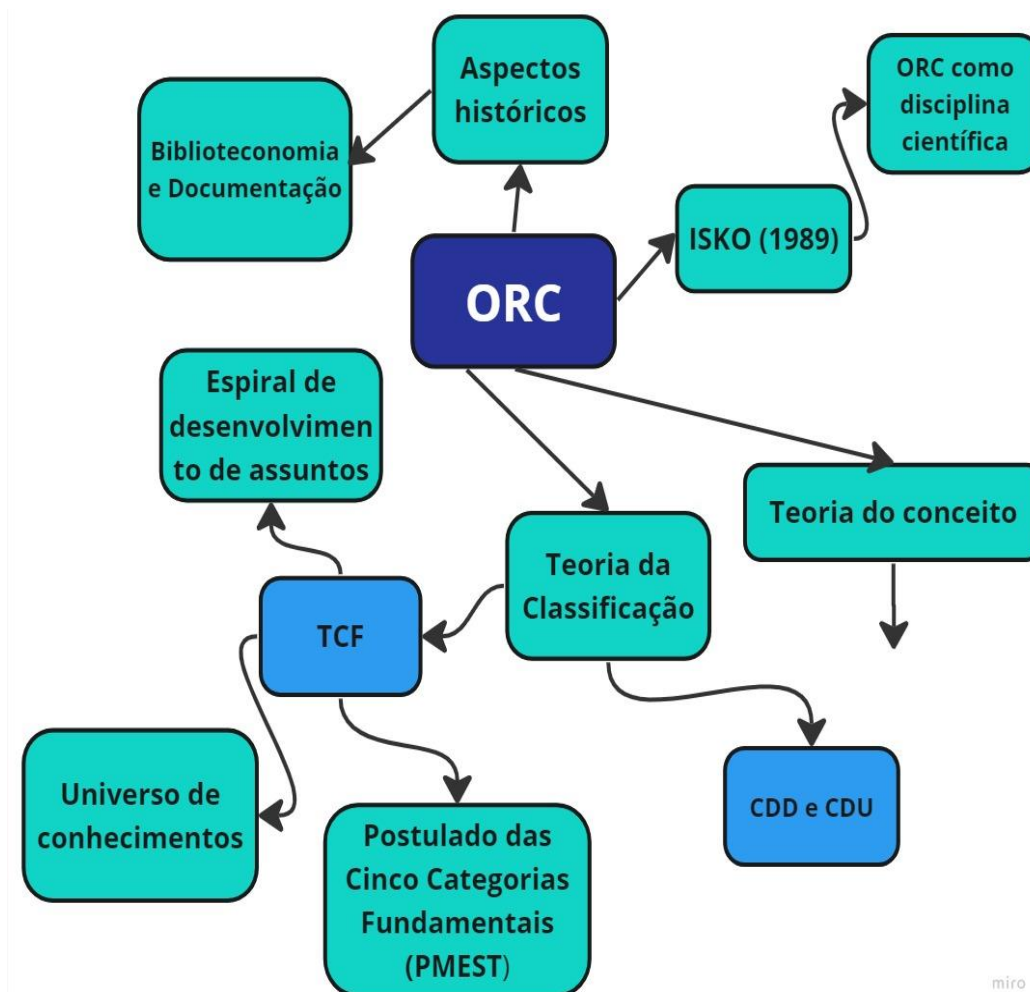
relações entre esses conceitos e os discursos em evidência em determinado contexto histórico.

Sob a fundamentação de ambas as visões ou quadros epistemológicos, Hjørland (2007; 2008; 2009) propõe que os conceitos sejam definidos a partir dos objetivos e usos comuns que compartilham e seus graus de consenso e critérios de relevância dentro de um domínio específico, e que farão sentido para sujeitos que de alguma forma participam desse domínio. Os conceitos na perspectiva de Hjørland (2007; 2008; 2009) têm, assim, um significado cultural e sua construção “[...] depende basicamente de um referente, da emissão de juízos sobre o referente, de uma forma verbal (um termo ou um nome) e de uma maneira de usar essa forma verbal em um universo discursivo” (FRANCELIN; KOBASHI, 2011b, p. 210). Tais visões podem então tornar possível uma abordagem mais ampla da Organização e Representação do Conhecimento no âmbito da Ciência da Informação, destacando que os conceitos “[...] devem ser identificados muito mais pelo estudo dos discursos que por usuários individuais [...]” (HJØRLAND, 2009, p. 1530), compreendendo os conceitos como elementos básicos do conhecimento e entendendo assim que a tarefa de organizar o conhecimento é também a de organizar os conceitos.

2.4 A SEÇÃO ENTRE CONCEITOS

O Mapa tópico a seguir retoma os principais conceitos e suas relações trabalhados na seção.

Figura 5: Mapa tópico da Seção 2



Fonte: Elaborado pela autora

As discussões apresentadas na seção a respeito dos pressupostos teóricos e epistemológicos da ORC demonstram a maneira como as Teorias da Classificação e a Teoria do Conceito constituem-se como seus fundamentos, contribuindo com parte considerável das discussões do domínio. Além disso, a possibilidade de levantar universo de assuntos, categorias fundamentais, facetas e subfacetas e seus respectivos agrupamentos e combinações conferem à Teoria da Classificação Facetada características importantes, como a flexibilidade e a adaptabilidade, para a constituição de sistemas com preceitos decoloniais. A relação dessas características com a decolonialidade podem ser evidenciadas a partir da compreensão das discussões da seção a seguir, que apresenta o conceito de decolonialidade para fundamentar epistemologicamente a pesquisa.

3.O CONCEITO DE DECOLONIALIDADE PARA UM FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO

*“Nós Guaranis sempre existimos,
há mais de 519 anos resistimos
Nativos e originários dessa terra Brasil,
Desde mil e quinhentos
Vivemos em guerra
Nosso povo foi oprimido e dizimado
Por não aceitarmos ser escravizados.”
Guerreiro da Floresta, Kunumi MC.*

A proposta de uma análise dos conceitos do Relatório Figueiredo a partir da Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan tem como base epistemológica as ideias do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), que fundamenta as discussões da seção a respeito do conceito de decolonialidade, subsidiando assim a proposta de uma modelagem de conceitos com características decoloniais como resultado desta pesquisa. Os estudos de Quijano integram as pesquisas acadêmicas de um grupo formado em sua maioria por latino-americanos, no ano de 1998, posteriormente denominado Modernidade/Colonialidade, cuja proposta, em síntese, é estudar a América Latina buscando compreender sua estrutura social por meio de uma visão crítica que considera as profundas marcas oriundas do processo de colonização que dela fazem parte. A origem de grande parte dos pesquisadores do grupo, sobretudo de Quijano, e principalmente o território geográfico de onde partem suas problematizações decoloniais, contribuem para anunciar a América Latina como domínio na tese⁷, como será explicitado no decorrer da seção e exemplificado na Seção 5, dedicada aos procedimentos metodológicos.

Nomeado pelo cientista político colombiano Arturo Escobar (1952-), em 2002, compõem o grupo Modernidade/Colonialidade, além de Quijano, intelectuais como o semiótico argentino Walter Dignolo (1941-), o filósofo argentino Enrique Dussel (1934-), o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez (1958-), o sociólogo venezuelano Edgardo Lander (1942-), entre outros. O movimento epistemológico

⁷ O conceito de domínio aqui colocado remete à abordagem da Análise de Domínio no âmbito da Ciência da Informação, proposta por Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen (1995), usada nesta pesquisa como abordagem metodológica para a construção dos esquemas facetados de classificação, resultando em uma proposta decolonial de modelagem dos conceitos selecionados.

realizado pelo coletivo constituiu-se como elemento fundamental para uma renovação crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI a partir da noção denominada “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013). De acordo com Ballestrin (2013, p. 89):

Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o [Grupo Modernidade/Colonialidade] atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.

Os encontros, debates e diálogos realizados pelos pesquisadores do Modernidade/Colonialidade fomentaram a publicação de uma das obras mais significativas do grupo pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) organizada por Edgardo Lander, no ano de 2000, denominada *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*, também utilizada nesta tese como fundamento para constituir os aportes epistemológicos. Além disso, os estudos do coletivo, com base em uma visão de mundo pensada a partir do território geográfico, sociológico, político e ontológico da América Latina, fizeram erigir um conjunto de conceitos e vocabulários próprios, que contribuem para edificar a teoria decolonial, além de constituírem o universo de características que tornam possível tratar a América Latina como domínio.

Aníbal Quijano foi figura fundamental na construção desses vocabulários e conceitos, pensados a partir de um *lócus* de enunciação específico, a América Latina (FREITAS, 2018), contribuindo para reflexões críticas acerca de como esse lugar foi moldado pelo sistema ocidental europeu de pensamento. Atuando na missão de superar esses padrões universalistas e europeus, Quijano (2005) constrói suas premissas partindo de conceitos-chave para compreender de que maneira o processo de colonização atuou pela via da exploração do trabalho, pela ideia de raça e pela colonização dos saberes nativos, construindo categorias cuja compreensão é imprescindível para alicerçar o pensamento decolonial. Quando combinados, esses elementos exprimem a chamada “colonialidade do poder”, conceito desenvolvido pelo próprio Quijano, originalmente em 1989 (BALLESTRIN, 2013), para explicitar que as marcas deixadas pela colonialidade continuam surtindo efeito na sociedade latino-

americana da atualidade. Explica, nesse sentido, que a ideia de raça, criada pelos europeus, subjugou historicamente a população latino-americana, constituindo-se como o fundamento para naturalizar relações coloniais de dominação entre brancos e não brancos, ou seja, entre europeus e não europeus, e que ainda são profundamente sentidas em nossa sociedade.

O uso da ideia de raça como critério para classificação social é explicado no decorrer da seção, assim como a marginalização dos saberes nativos, constituindo-se no que Castro-Gómez (2005), apoiado em Gayatri C. Spivak, denominou como “violência epistêmica”. Na visão da autora indiana, “O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como Outro”. (SPIVAK, 2010, p. 60). Demonstrar-se-á que esses fatores combinados resultaram num extenso processo de colonização das populações da América Latina e que suas consequências são ainda sentidas, sobretudo pela desigualdade social. Para além da compreensão da teoria decolonial, essa seção busca, também, explicitar os processos históricos que levaram à constituição da América Latina sob a égide dessa teoria, demonstrando a relação entre suas bases e a colonialidade do poder. O pensamento de Quijano erige-se, assim, sobre e a partir da América Latina, elucidando questões referentes à população dessa região do globo, bem como sobre sua cultura, sua língua e seu modo de vida. Nesse sentido, é sobre ela e a partir dela que Quijano propõe reflexões que visam à desnaturalização das relações sociais outrora impostas pela perspectiva europeia, contribuindo para emergir desse espaço geográfico um discurso próprio e de resistência (FREITAS, 2018).

A partir dessas discussões, reitera-se que conhecer a colonialidade do poder que operou na América Latina, e mais especificamente no Brasil, é fundamental para que se possa pensar as bases teóricas da Organização e Representação do Conhecimento a partir de um olhar epistemológico decolonial e assim propor processos e sistemas de organização do conhecimento com características decoloniais e que sirvam para desnaturalizar relações de dominação. As discussões sobre esse universo da colonialidade do poder envolvem, como colocado, a racialização dos nativos como critério para classificação social, assunto abordado no próximo tópico.

3.1 A CLASSIFICAÇÃO SOCIAL PELA IDEIA DE RAÇA

Para compreender a construção de uma epistemologia decolonial é necessário primeiramente entender o processo de colonização pelo qual passou a América, sobretudo o da porção Sul do continente, onde seus efeitos devastadores ainda ecoam entre suas populações, principalmente entre os povos originários, os mais atingidos por problemas como a violência e a desigualdade social. De acordo com o relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2020, “[...] os indígenas têm quase três vezes mais chances de viverem na extrema pobreza do que os não-indígenas” (OIT, 2020, não paginado). O relatório aponta, ainda, que esses povos constituem quase 30% dos que vivem em condições de extrema pobreza em países da América Latina e do Caribe. No caso dos povos originários do Brasil, em 2020, 182 indígenas foram assassinados; no ano de 2021, 176, de acordo com dados do CIMI (2021).

O processo de colonização iniciado pelos Estados Modernos europeus, a partir do século XIV, que colocou países como Portugal e Espanha nas rotas de navegação até chegarem à América (BURKE, 2003), deu início a relações de exploração caracterizadas pela opressão e pela violência das populações que já habitavam o território, marcando profundamente a história dos países latino-americanos. Nessas regiões, estabeleceu-se aquilo que Quijano denomina como “colonialidade do poder”:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 73).

Quijano (2009) esclarece a importância de diferenciar o conceito de colonialidade do de colonialismo, ainda que um faça parte do outro. Embora o seja composto pelas práticas que caracterizaram as relações de exploração entre colônia e metrópole, estabelecidas por meio da dominação e do controle da autoridade política firmada em outra jurisdição territorial, diferente da colonialidade, o colonialismo nem sempre vai resultar em relações racistas de poder (QUIJANO, 2009). Desse modo, é mais antigo que a colonialidade, posto se tratar de um processo iniciado pelos

europeus em outras regiões do globo, mas ainda sem estabelecer relações de dominação por meio do critério étnico, assim como foi feito na América Latina (QUIJANO, 2009). No continente recém-tomado pelos europeus, a organização social e a própria identidade das populações ali residentes foram submetidas a um sistema marcadamente etnocêntrico, cuja centralidade das relações foi exercida pelos europeus.

A esse respeito, Maia e Farias (2020, p. 578) pontuam: “[...] a identidade latino-americana é formada por meio de seu encobrimento, que se transforma em modo de dominação social e possibilita a formação de um padrão de poder que ainda marca a região até o presente, a colonialidade.”. Os autores ainda reforçam que a colonialidade nas regiões recém-tomadas pelos europeus constitui-se basicamente por aquilo que denominam como eixos fundamentais, a saber:

[...] a classificação social da população de acordo com a ideia de raça, o estabelecimento de uma superioridade europeia sobre os demais (fundada em supostas diferenças biológicas que colocam o não europeu em situação de inferioridade) e o controle sobre todas as formas de apropriação do trabalho.” (MAIA; FARIAS, 2020, p. 78).

O critério “raça” estabelecido pelos europeus a partir de sua visão sobre o “Outro” (os nativos da América) em contraponto com o “Eu” (o próprio europeu) inaugurou relações sociais rigidamente hierarquizadas que submeteram as novas identidades a um sistema de dominação austero, em que os brancos europeus determinariam a distribuição de trabalho a partir da classificação social definida por diferenças fenotípicas: estabelecem a partir daí um novo padrão de relações de dominação, fundamentais para compreender as bases da categorização imposta aos colonizados e os significados dessa categoria no padrão de poder capitalista dominado pelos europeus, contribuindo para o esclarecimento daquilo que Quijano (2005; 2009) denomina como colonialidade do poder.

Para compreender a complexa relação que se estabeleceu entre europeus e nativos no contexto da colonização da América, é necessário decifrar a pedra angular desse processo, baseada em uma categorização estabelecida pela subjetividade europeia que atribuiu ao colonizado uma posição de submissão na escala social, ao

mesmo tempo que evidenciou o eurocentrismo⁸ como padrão de racionalidade e normalidade (MAIA; FARIAS, 2020). Essa categorização, inaugurada no período da modernidade, a partir do século XV, baseia-se fundamentalmente na cor e nos traços fenotípicos dos habitantes da América, que, pelo olhar dos europeus, configuraram-se como critério emblemático para estabelecer relações de dominação e justificar a desestruturação dessas populações. Constituíam-se, a partir de então, uma nova categoria social, que operou sobremaneira no continente que atualmente se denomina América Latina e foi usada para justificar ações violentas de dominação e exploração: a ideia de raça e com ela, a classificação racial.

‘Quijano (2005) explica que identidades antes determinadas pela origem geográfica de um povo adquirem um novo sentido, ganhando a partir de então uma conotação racial:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços* e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicava, apenas a procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. (QUIJANO, 2005, p. 117. Grifos do autor).

Essas novas identidades estabelecidas pelo critério étnico determinaram uma hierarquia de papéis sociais, cujos povos identificados como diferentes dos europeus – indígenas, mestiços e africanos –, no contexto da colonização da América, ocupavam a base da escala social. Nesse cenário, a identidade racial foi então empregada como norma para definir a classificação social da população dominada (QUIJANO, 2005), sendo um dos principais fundamentos que permitiu o êxito da chamada colonialidade do poder.

A hierarquia social definida por meio dos traços raciais biologicamente pensados – e forjados -, conferia, naquele contexto, um caráter de naturalização das posições sociais e das relações de dominação, permitindo imaginar por isso os

⁸ O termo “eurocentrismo” é aqui compreendido com base nas colocações de Quijano (2005), que o trata como a denominação de uma perspectiva de conhecimento que começou a ser elaborada antes do século XVII, na Europa Ocidental, tornando-se mundialmente hegemônica nos séculos seguintes. Nas palavras do autor: “Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (QUIJANO, 2005, p. 126).

colonizados como inferiores aos colonizadores. Conforme Maia e Melo (2020, p. 232), “[...] instaurou-se um domínio do colonizador sobre os colonizados que persiste vigente mesmo após a colonização”. De acordo com Quijano (2005), a naturalização da classificação social pela racialização dos povos dominados permitiu aos europeus controlar a divisão do trabalho, ao associar à ideia de raça à natureza dos papéis desempenhados pelos indivíduos. Por meio do reforço mútuo entre raça e divisão de trabalho, foi possível aos europeus fortalecerem as identidades sociais recém-criadas, configurando também as novas formas de exploração do trabalho baseadas num novo sistema econômico em ascensão: o capitalismo colonial.

Ao mesmo tempo que se associava à mão de obra de indígenas, negros e mestiços a ideia de exploração, aos brancos europeus era relacionado o salário e os postos de comando na administração das colônias (QUIJANO, 2005). Essa distribuição de trabalho alicerçada pela classificação social racista foi a causa, inclusive, do genocídio de milhares de indígenas das Américas no início do processo colonizador:

O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer (QUIJANO, 2005, p. 120).

Mesmo com o emprego da mão de obra de africanos escravizados, a partir de meados do século XVI, para trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar, no caso do Brasil os indígenas continuaram a ocupar, ao lado da recém-adquirida mão de obra, posições subalternas na hierarquia da divisão social do trabalho, passando da condição de escravizados para a de servos não remunerados (QUIJANO, 2005).

Como modo de produção, o capitalismo teve espaço central nas relações de trabalho que se estabeleceram na América. Maia e Farias (2020, p. 586) explicam, inclusive, que antes da chegada dos europeus ao continente não havia ainda se estabelecido em nenhum outro lugar do globo essa “[...] relação estruturada entre capitalismo e as formas de organização e controle das forças de trabalho”. Desse modo, o capitalismo colonial amparou a colonialidade do poder, por meio de uma

distribuição racista de trabalho que, por sua vez, fundamentou a dominação europeia sobre os nativos da América e sobre os africanos, e a exploração econômica das regiões recém-tomadas. Quijano (2009, p. 106) complementa: “As diferenças fenotípicas entre vencedores e vencidos foram usadas como justificativa da produção da categoria ‘raça’, embora se trate, antes do mais, de uma elaboração das relações de dominação como tais.”

Para além da distribuição racista de trabalho, a classificação racial que operou na América foi tornada possível a partir do olhar do europeu sobre a população do novo continente, que ao encontrar o que denominaria como “Outro” passou a reconhecer-se como centro (MAIA; FARIAS, 2020). Os autores explicam que foi então nesse momento que ocorreu a formação da identidade europeia, cujo olhar para si atribuiu a centralidade como posição, ao passo que os demais continentes e povos foram secundarizados e vistos como passíveis de serem colonizados e civilizados, dada a sua recém-inventada “inferioridade natural”. Cita-se Quijano:

A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeu. (QUIJANO, 2005, p. 118).

A perspectiva eurocêntrica foi somente possível porque inventada pelos europeus, que, embasados por um olhar *etnocêntrico*, atribuíram aos povos da América um lugar de dominação, dando espaço para relações pautadas na exploração, na violência e no silenciamento das culturas nativas. De maneira contrária à invisibilidade imposta pelo eurocentrismo, já existia uma complexa organização social, além do desenvolvimento de diversos saberes e técnicas no território posteriormente denominado como americano. Mignolo (2005) destaca, ainda, a existência da autodenominação dos povos que ali viviam:

O território existia e os moradores também, claro, e eles atribuíam seu próprio nome ao lugar onde viviam: Tawantinsuyu, na região dos andes peruanos; Anahuac, onde na atualidade se localiza o México e Abya-Yala, região que atualmente corresponde ao Panamá. Os povos originários não conheciam a denominação América” (MIGNOLO, 2005, p. 28).

No caso do Brasil, havia no território cerca de 4 a 5 milhões de nativos antes da chegada dos europeus, somando mais de 1000 povos (GRONDIN; VIEZZER, 2018). Esses povos estavam divididos entre as quatro principais famílias linguísticas: tupi, ou tupi-guarani, jê, caraíba ou aruaque (BETHEL, 2004). A invasão europeia a esses territórios homogeneizou suas populações, passando a ser identificadas simplesmente como “índios” ou o “Outro” como diferente de “Nós”, o “Eu-europeu”. A denominação América Latina, nesse sentido, e com ela conceitos correlatos como os de latino-americano ou latino, referia-se a lugares sociais e históricos estabelecidos a partir de uma visão eurocentrada de mundo, que surgiu com base em uma projeção do imaginário colonial que enxergava esse lugar não apenas como um território situado no mapa: “[...] funciona, sobretudo, a partir do poder e do privilégio de enunciação que permitem converter uma ideia inventada em realidade” (MIGNOLO, 2007, p. 171 *apud* RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 151).

O etnocentrismo foi marca indelével da colonialidade do poder, e no caso europeu, conforme Quijano (2005, p. 121), “[...] esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América”. Esse fenômeno contribui para explicar, conforme o autor, o sentimento de superioridade por parte dos europeus em relação às demais populações do mundo e, ainda mais além disso, a naturalização dessa superioridade. Ao torná-la “natural”, estabeleceu-se a dicotomia nas relações europeus/não europeus, atribuindo aos povos colonizados um novo lugar na temporalidade histórica, essencialmente unidirecional e unilinear: a ideia de passado a ser superado, ao passo que a Europa, sua cultura e seus costumes, representariam o ápice do desenvolvimento humano (QUIJANO, 2005).

Somado a isso, Galeano (1983) explica que o contexto europeu era de grande efervescência de ideias e invenções, provocada sobretudo pelo Renascimento, o que colocou a América num patamar inferior, pelo qual os europeus já tinham passado no processo evolutivo tecnológico: “[...] a América aparecia como uma invenção a mais, incorporada, junto com a pólvora, imprensa, papel e bússola, ao efervescente nascimento da Idade Moderna” (GALEANO, 1983, p. 28).

A perspectiva evolucionista europeia amalgamou, ao lado de uma visão dualista, a classificação social pela raça como expressão necessária do progresso humano. O emprego da mão de obra escravizada de africanos, indígenas e mestiços

e o silenciamento de suas culturas e modos de vida se constituíram como uma das etapas pelas quais a humanidade teria que passar para sua evolução. Por esse motivo, a atribuição de um único termo – *índios* – para denominar etnias tão diversas já existentes nos territórios além-mar, entre elas a dos astecas, dos incas, dos maias e dos aimarás, no caso da América hispânica, e a dos tucanos, dos tapajós, dos bororos e dos caiapós, no caso do Brasil (QUIJANO, 2005; BETHEL, 2004), desarticulou suas singularidades, além de despojá-los de seu lugar como produtores de culturas na história da humanidade. Esse despojamento relegou seus hábitos, costumes e culturas a um segundo plano e constituiu o que Quijano (2005) denomina como colonialidade dos saberes, que será abordado a seguir.

3.2 DA COLONIALIDADE DOS SABERES

Para que a Europa consolidasse seu domínio sobre suas colônias era necessário impor a elas uma outra identidade em um processo de “re-identificação histórica”, nas palavras de Quijano (2005), atribuindo à América novas identidades geoculturais. Nesse sentido, além de perpassar questões como os critérios de classificação social pela raça, a colonialidade do poder foi estabelecida pelo silenciamento das produções intelectuais nativas, cerceando suas manifestações culturais e suas subjetividades simbólicas. Conforme Quijano:

[...] reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade (QUIJANO, 2005, p. 121).

Quijano explica que esse processo foi ainda mais violento entre os indígenas da América Ibérica. Na visão dos espanhóis e dos portugueses, os saberes produzidos pelos nativos dessa região do globo não eram considerados, pois vistos como uma subcultura camponesa feita por iletrados. Os longos anos de marginalização das produções culturais e intelectuais dos indígenas do Brasil resultaram em uma colonização de seus saberes e de suas visões de mundo, subjugando seu universo simbólico, suas experiências materiais ou imaginárias e suas interpretações subjetivas ou objetivas dos objetos e fenômenos ao seu redor (QUIJANO, 2005).

Como um dos efeitos da colonialidade dos saberes, o conhecimento produzido no contexto europeu foi colocado como o ápice do processo evolutivo, visto como correto, porque poderia ser provado cientificamente. Os saberes nativos, por sua vez, em um processo de construção colonial epistemológica (MAIA; FARIAS, 2020), era identificado como irracional, inferior e atrasado. Para Maia e Farias: “[...] A difusão mundial dessa ideia levou ao silenciamento e à invisibilização de outros conhecimentos que não fossem o europeu, principalmente das culturas do sul global, extremamente marginalizadas nesse processo” (MAIA; FARIAS, 2020, p. 578).

Classificando o colonizado dos territórios recém-tomados como o “outro”, toda a sua organização social, política, econômica e cultural é tornada inferior, estabelecendo os valores e o modo de vida europeu como universal e, portanto, algo a ser imposto ao colonizado. Conforme explica Castro-Gómez (2005):

Na opinião de Quijano, a espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece diferenças incomensuráveis entre o colonizador e o colonizado. As noções de “raça” e de “cultura” operam aqui como um dispositivo taxonômico que gera identidades opostas.” O colonizado aparece assim como o “outro da razão”, o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 177-178).

Trata-se de identidades que se excluem mutuamente, conforme explica Castro-Gómez (2005): de um lado, o europeu em seu poder disciplinar, dotado de racionalidade, senso civilizatório e bondade inatas; de outro, o colonizado, identificado por estigmas como o da barbárie e o do desregramento. Seria, portanto, justa a ação do colonizador de civilizar o colonizado, apagando seus saberes e produções culturais em um projeto civilizador que Castro-Gómez (2005), apoiado em Gayatri Spivak (2010, p. 60), denomina de “violência epistêmica”, colocando a colonialidade do poder e a colonialidade do saber em uma mesma matriz genética. Assim, concepções dualistas foram usadas pelos europeus para reforçar a colonialidade do poder, alocando em polos opostos tudo aquilo que designava a Europa do que designava os nativos da América: “[...] não-europeu/europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno, etc.” (QUIJANO, 2005, p. 127). Do lugar que ocupavam na hierarquia social, os saberes e subjetividades produzidas pelos indígenas do continente americano era algo a ser superado, pois significava atraso frente ao seu inverso oposto: o progresso e o conhecimento produzido pela Europa.

Não deixaram de faltar justificativas ideológicas para a defesa da supremacia intelectual e cultural europeia. Galeano (1983) explica que a violência física e simbólica do colonizador foi acompanhada de diversos álibis que tornavam os nativos “bestas de carga”, portadores de “maldade natural” e “povos sem alma”, reduzindo seus corpos, seus saberes e manifestações culturais e religiosas à objetificação e ao silenciamento. Esse processo de apagamento poderia ocorrer pela via da religiosidade, pela razão da fé europeia ou pela justificativa da caridade. Galeano exemplifica:

[...] Juan Ginés Sepúlveda, o humanista, sustentava que os índios mereciam o trato que recebiam porque seus pecados e idolatrias constituíam uma ofensa a Deus. O conde de Buffon afirmava que não se registrava nos índios, animais frígidos e débeis, “nenhuma atividade da alma”. O abade De Paw inventava uma América onde os índios degenerados eram como cachorros que não sabiam latir, vacas incomestíveis e camelos impotentes. A América de Voltaire, habitada por índios preguiçosos e estúpidos, tinha porcos com umbigos nas costas e leões carecas e covardes. Bacon, De Maistre, Montesquieu, Hume e Bodin negaram-se a reconhecer como semelhantes os “homens degradados” no Novo Mundo. Hegel falou da impotência física e espiritual da América e disse que os índios tinham perecido ao sopro da Europa (GALEANO, 1983, p. 52).

De clérigos a filósofos humanistas, não faltavam argumentos de apoio à intervenção europeia para desestruturar o modo de vida e os conhecimentos das populações indígenas, colocando em uma situação natural de inferioridade seus traços fenotípicos e também suas construções mentais e culturais (QUIJANO, 2005).

Ao fundamentar a ideia de colonialidade do poder pela imposição da cultura europeia, Quijano (2009) demonstra como a hegemonia da perspectiva eurocêntrica foi imposta nas relações intersubjetivas com os dominados, o que, a longo prazo, refletiu em uma colonização do próprio imaginário do colonizado. Seus efeitos devastadores puderam ser sentidos para além da economia colonial e ecoaram também na formação das identidades nacionais no contexto dos processos de independência dos recém-formados países da América.

Castro-Gómez (2005) sinaliza, inclusive, que teorias decoloniais, como a proposta por Quijano (2005; 2009), contribuem para a percepção de que a criação dos Estados nacionais na América entre os séculos XVII a XIX não foi um processo autônomo, porque se deve a algo estrutural: “[...] a consolidação do colonialismo

européu no além-mar” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 176). Nesse sentido, a construção da identidade nacional por meio do nascimento dos novos Estados independentes emergiu da colonialidade do poder, o que significa afirmar que essas identidades foram constituídas pela perspectiva europeia, relegando tudo o que não fosse identificado como branco e de matriz europeia, como africanos, afrodescendentes e os povos originários e suas culturas e modos de vida à marginalização.

Mitrovic e León (2002) corroboram com essa ideia, explicando como o processo imposto pela colonialidade do poder distorceu as relações sociais e econômicas, naturalizando hierarquias epistemológicas que incluíam a constituição dos Estados nacionais nesses territórios:

Esta operação permitiu à Quijano mostrar [...] a naturalização das hierarquias epistemológicas e monopólios materiais e subjetivos que legitimam as distinções entre as regiões. Isso sem mencionar seu rol nas distintas configurações regionais de autoridade e coerção estatal [...] – visão compatível com a análise de Zavaleta sobre a constituição dos Estados no mundo andino [...] (MITROVIC; LEÓN, 2002, p. 15, tradução nossa).

A experiência da constituição de Estados-nação na América Latina foi, nada mais, que o produto do poder do colonizador sobre o colonizado e somente tornado possível porque construído por meio de uma identidade comum. Quijano (2005) explica que, para isso, houve uma distribuição mais ou menos democrática de controle do poder por meio da homogeneização das pessoas que tinham intuídos comuns, ou seja, estabelecer a independência desses territórios. Porém, sob os interesses de uma elite formada pelas bases coloniais, essa democracia foi relativa, pois não implicava cidadania como igualdade jurídica e civil entre pessoas, excluindo os povos originários e os africanos e afrodescendentes desse processo.

A colonialidade do poder, assim, estendeu-se para além das relações metrópole-colônia, pois operou através da formação dos Estados-nação. Desse modo, o processo teve duplo movimento histórico, como argumenta Quijano (2005), porque iniciado com a colonização interna de indivíduos que habitavam o mesmo território, mas que tinham identidades muito distintas entre si. Esses territórios, transformados posteriormente em espaços de dominação interna pela constituição dos Estados-nação, deu continuidade às relações de colonialidade, subjugando suas populações originárias agora pelas mãos das novas elites políticas que consideravam indígenas

estrangeiros dentro desse novo Estado. Formaram-se assim “[...] Estados independentes e sociedades coloniais” (QUIJANO, 2005, p. 134).

Como parte do projeto desses Estados independentes, a violência epistemológica suprimiu o tanto quanto pôde os conhecimentos dos povos indígenas da América, dando continuidade à hierarquização dos conhecimentos no qual os saberes originários não ocupavam espaço na escala social. Colonizar os saberes indígenas, assim, era parte de um projeto de dominação que operava pela classificação racial – que colocou indígenas e europeus em polos opostos -, pela exploração do trabalho indígena como desdobramento do capitalismo colonial e pela própria violência epistêmica. Juntos, esses mecanismos contribuíram para que o projeto colonizador pudesse ser levado a cabo de tal forma que suas consequências reverberassem mesmo após mais de 500 anos de colonização, marcando as desigualdades sociais existentes nos países latino-americanos da atualidade. Compreender a fundo esses mecanismos é primordial para que os embasamentos teóricos e metodológicos da ORC, bem como seus instrumentos processos e produtos, possam ser debatidos e elaborados para decolonizar essas relações e assim (re)classificar esses sistemas, assunto tratado no tópico a seguir.

3.3 DECOLONIZAR PARA (RE)CLASSIFICAR

Ao passar pelo domínio dos saberes indígenas, a colonialidade do poder incidiu também na classificação de seus conhecimentos, categorizando-os a partir de uma visão eurocêntrica, o que possibilita identificar, de antemão, a arbitrariedade operada nesse processo. Embora não se pretenda atribuir ao contexto da colonização europeia na América o conceito de classificação com o mesmo significado que adquiriu no âmbito da Ciência da Informação e da Organização e Representação do Conhecimento, busca-se, neste tópico, reconhecer a prevalência europeia nas discussões envolvendo sistemas de classificação nos estudos informacionais, sobretudo no Brasil.

Amparando essa afirmação, Lima e Almeida (2019) explicam que o processo de construção do conhecimento é constituído por um sistema de distinções que dividem a realidade social em dois universos: um valoriza o conhecimento hegemônico de matriz europeia e estadunidense, o outro são os conhecimentos

invisíveis ou inexistentes e que foram ao longo de séculos de colonização marginalizados pelos europeus. Os autores ainda complementam:

A Ciência da Informação possui resquícios do pensamento moderno, um pensamento epistêmico universalista e imperialista de caráter positivista, cujo discurso científico, jurídico e políticos possuem predominância ocidental (SPAREMBERGER; DAMÁZIO, 2016), no que concerne às práticas de classificação, organização da informação e do conhecimento, originária da Biblioteconomia e da Documentação, serviu epistemologicamente para construir o Sistema de Classificação de Dewey (CDD) e o Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU) (LIMA; ALMEIDA, 2019, p. 525).

Diante desse cenário, os autores supracitados propõem uma reflexão crítica a respeito do lugar ocupado pela ORC na representação de saberes e culturas produzidas no território fora do eixo europeu/estadunidense. Compreende-se tal reflexão como fundamental, porque possibilita a identificação de permanências históricas no que diz respeito a esses domínios coloniais, contribuindo assim para pensar em novas estruturas de classificação que ocorram pela via da decolonialidade, tornadas possíveis por meio da construção de instrumentos com perspectivas multiculturais, “[...] que agreguem outras culturas e saberes, em especial, os saberes locais e marginalizados” (LIMA; ALMEIDA, 2019, p. 524).

Ao marginalizar os conhecimentos produzidos pelos habitantes do sul global, a violência epistêmica colonial constituiu seu próprio universo de valores culturais, considerado universal e um modelo a ser seguido, formando um padrão de poder eurocêntrico que operava pela classificação social através da raça e também pela classificação dos saberes. Reitera-se, nesse sentido, o ocultamento a que foram submetidos os valores e as produções subjetivas e objetivas dos povos originários, denotando, desde o princípio da colonização, um lugar de passividade e de atraso aos nativos da América. Sobre a colonialidade do saber, Porto-Gonçalves explica:

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 10, grifos do autor).

Na direção oposta à colonialidade do saber, os estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade estabelecem noções com base na premissa de que há saberes fundantes nesse espaço outrora “inventado” pelos europeus, propondo que a América Latina seja vista como um campo fértil de saberes, muito mais que objetos de conhecimento. Nessa perspectiva, os intelectuais do grupo declaram a possibilidade de praticar e revelar saberes “[...] tão ricos quanto o dito conhecimento universalista que vem da Europa. [...]. É contra o caráter difuso, inconsciente e consequente dessa ameaça que o pensamento decolonial se erige” (FREITAS, 2018, p. 149).

Assim, reconhecendo a colonialidade do saber como processo de longa duração e que ainda incide sobre o imaginário e sobre as produções materiais do contexto brasileiro e latino-americano, é possível ampliar e aprofundar as discussões que possam contribuir com a desconstrução da violência epistêmica, propondo novas maneiras de produzir, gerar, representar, organizar e acessar os conhecimentos. Para tanto, é imprescindível identificar por meio de uma retomada histórica a existência de relações de poder e de dominação entre europeus e indígenas no contexto da colonização, caracterizados “[...] por um violento processo de apagamento, tendo seus corpos, culturas, crenças e conhecimentos excluídos [...].” (MAIA; FARIAS, 2020, p. 595). É importante também ter ciência da perpetuação da colonialidade do poder e as permanências históricas desse processo, que após mais de 500 anos, no século XXI, ainda refletem diretamente nas condições de existência dos povos originários. Nas palavras de Quijano:

[...] todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e a aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira, seguimos sendo o que não somos. E como resultado, não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los [...] (QUIJANO, 2005, p.130).

A consciência dessa situação é condição necessária para a desconstrução das exclusões sociais sobre as quais o Brasil foi constituído, avançando em um processo de descolonização da sociedade e, de maneira mais específica, das amarras racistas que ainda nos prendem. Quijano (2005) propõe libertarmo-nos do espelho eurocêntrico que sempre distorce a nossa imagem para que assim possamos deixar de ser aquilo que nunca fomos.

Esse fortalecimento identitário é fundamental para que as estruturas políticas e sociais possam ser modificadas. Isso passa pela ampliação de direitos políticos e civis, democratizando a sociedade para a construção de um Estado “[...] com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política” (QUIJANO, 2005, p. 138). Deve existir, nesse sentido, uma redistribuição do poder em todas as esferas, ou seja, nos âmbitos político, econômico, social e cultural, passando pela desestruturação do critério étnico como classificador universal, que ainda persiste como instrumento de dominação e interfere nas condições de vida das populações latino-americanas.

A distribuição dos indivíduos nas relações de poder tem, conseqüentemente, o carácter de processos de classificação, desclassificação e reclassificação social de uma população, ou seja, daquela distinção que ocorre num padrão societal de poder de longa duração. Não se trata aqui somente do facto que as pessoas mudam e possam mudar o seu lugar e os seus papéis num padrão de poder, mas que tal padrão está sempre em questão, uma vez que os indivíduos disputam constantemente o tempo e os recursos, razões e necessidades desses conflitos nunca são os mesmos a cada momento de uma longa história. Por outras palavras, o poder está sempre em estado de conflito e em processos de distribuição e de redistribuição (QUIJANO, 2009, p. 103).

Compreende-se como parte desse processo de classificação, desclassificação e reclassificação social a decolonização das relações de dominação, iniciada com a ocupação dos territórios que posteriormente formariam os países da América Latina. Assim, a partir do conceito de decolonialidade proposto por Quijano (2005; 2009), coloca-se como urgente a necessidade de um processo de (re)classificação social, desarticulando valores que contribuem para a perpetuação de marginalizações e de desigualdades, atreladas, sobretudo, ao critério étnico.

No âmbito da Organização e Representação do Conhecimento, esse processo de desclassificação passa pela ampliação de teorias que dão espaço a debates decoloniais, contribuindo com mapeamentos, categorizações e representações, que, em seu conjunto de premissas, possam evidenciar conhecimentos ou problematizar questões próprias das minorais e das populações marginalizadas, a exemplo do problema expresso no Relatório Figueiredo. Isso significa também ter em vista que os sistemas ou “dispositivos de organização do conhecimento”, nas palavras de Moura (2018), podem ser usados para expressar sistemas de dominação e “[...] viabilizar a

circulação e a proeminência de discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios” (MOURA, 2018, p. 12).

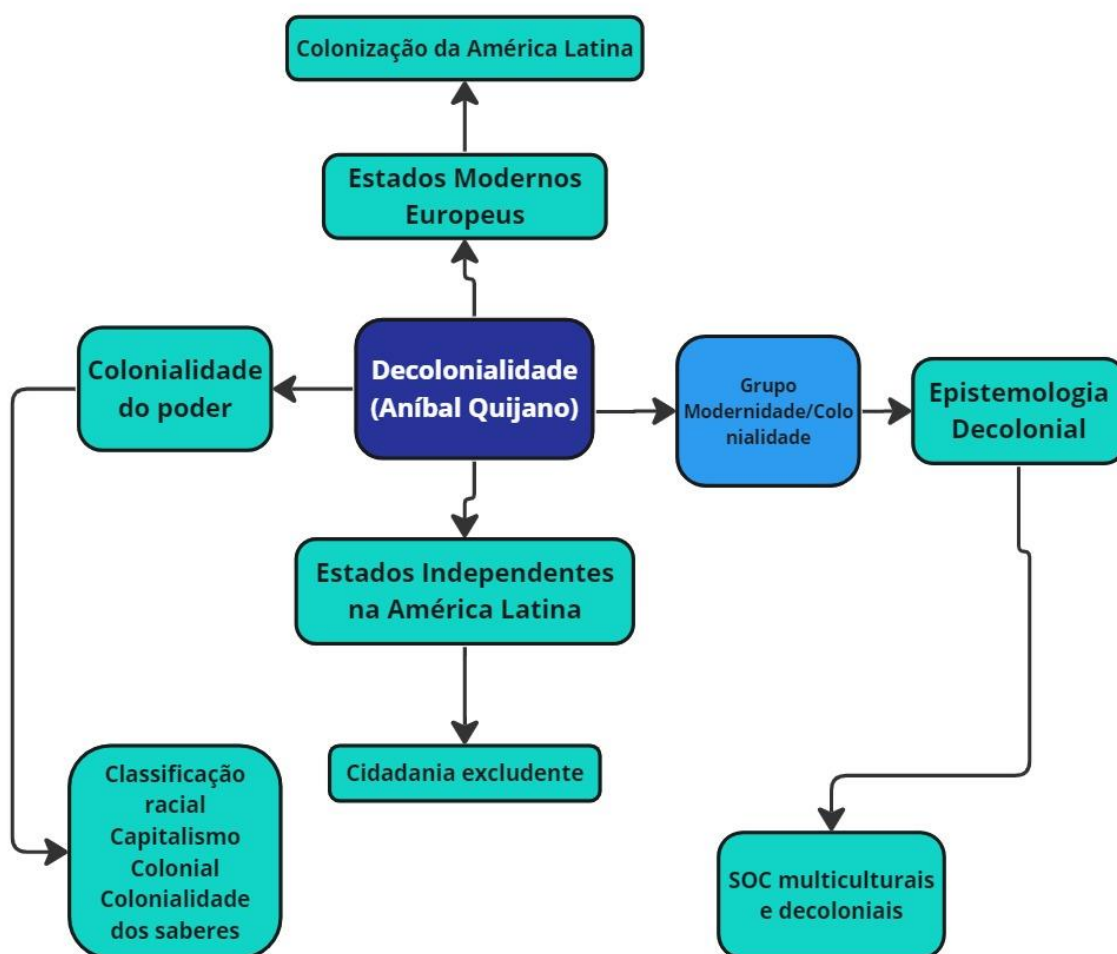
Por meio do controle europeu sobre a mão de obra, a identidade, a cultura e a produção do conhecimento, Quijano (2005; 2009) expõe as marcas da colonização na América Latina, incitando reflexões que podem fundamentar discussões de cunho materialista no domínio da ORC. Suas ideias, assim, contribuem para pensar de que maneira é possível uma democratização da América Latina a partir de um processo de descolonização dos saberes e do conhecimento. Trazidas para a Ciência da Informação e para a ORC, essas reflexões podem ensejar estudos e pesquisas com perspectivas decoloniais e assim construir processos e sistemas de organização do conhecimento que incorporem esses saberes e conhecimentos outrora marginalizados.

As epistemologias propostas pelo Grupo Modernidade/Colonialidade, e mais especificamente por Quijano, têm papel importante nesse processo. Quijano (2005), por exemplo, ao basear o conceito de colonialidade do saber como desdobramento da colonialidade do poder, fundamenta sua ideia de resistência à subalternização, a busca e a valorização das identidades, das subjetividades, das línguas e dos aspectos culturais dos indígenas latino-americanos. Junto ao grupo, propõe reflexões a partir de uma realidade concreta, vivida comunitariamente pelos habitantes desse domínio específico denominado América Latina, introduzindo conceitos relacionados a essa realidade, como “étnico” e “racial”, além de incorporar reflexões dos movimentos sociais que emergem nesse território (BALLESTRIN, 2013). Compreender esse processo de resistência e com ele novos termos e conceitos que emergem da teoria decolonial contribui para identificar termos e conceitos com características decoloniais no Relatório Figueiredo, seja por meio de um mapeamento do documento, seja por inferências feitas a partir de seu conteúdo, possibilitadas pelo aporte epistemológico decolonial. Além de se fazerem presentes como facetas e subfacetas da proposta de classificação facetada que será apresentada mais adiante, esses termos e conceitos com características decoloniais sustentam também a modelagem de conceitos, a partir de uma rede conceitual como resultado da pesquisa. Com isso, busca-se tornar possível construir sistemas e processos de organização do conhecimento com características decoloniais e dialogados com os problemas sociais.

3.4 A SEÇÃO ENTRE CONCEITOS

O Mapa tópico a seguir retoma os principais conceitos e suas relações trabalhados na seção.

Figura 6: Mapa tópico da Seção 3



miro

Fonte: elaborado pela autora

A compreensão dos conceitos que envolvem a decolonialidade se mostram fundamentais para assimilar a maneira como as ideias de Quijano (2005; 2009) podem ser constituídas como episteme nesta tese. A colonialidade do poder que envolve a ideia de decolonialidade foi edificada no decorrer de séculos de colonização, que submeteu às mais diversas violências as populações originárias da América Latina.

Esse processo será discutido na seção a seguir, que se dedica a entender sob quais bases foram criadas os órgãos de proteção das populações indígenas no Brasil até chegarem a denúncias que constituem o Relatório Figueiredo.

4. RELATÓRIO FIGUEIREDO: UM REGISTRO DA VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

A presente seção dedica-se ao estudo do Relatório Figueiredo, objeto de análise desta pesquisa. Para entender os motivos que levaram à criação do documento, primeiro parte-se da compreensão do contexto que lhe deu origem, procurando identificar também sua comunidade discursiva, além do domínio no qual se insere, identificado como o território geográfico da América Latina. Nesse sentido, aspectos históricos da questão indígena no Brasil são discutidos, passando pelos modos de vida dos nativos antes da chegada dos europeus ao território, a desestruturação de seus modos de vida a partir do século XVI e a criação de órgãos de tutela, a exemplo do Serviço de Proteção ao Índio, no século XX. Busca-se demonstrar a atuação controversa do órgão, marcado por constantes articulações políticas e econômicas que levaram a denúncias de corrupção e atrocidades cometidas contra os nativos brasileiros. Essas denúncias foram então registradas, dando origem ao Relatório Figueiredo, resultando de uma Comissão de Inquérito instaurada em 1967. São analisados aspectos gerais do documento, como seus relatores e depoentes, os tipos de denúncias e algumas fotografias que foram utilizadas para comprová-las. Esses elementos foram coletados no processo de estudo do documento, ao tomar conhecimento de sua existência quando descobertos por meio da consulta página a página e de buscas a partir de inferências da autora. A compreensão do conteúdo do documento possibilitou a posterior análise a partir do levantamento de seus assuntos e facetas, utilizando-se da Teoria da Classificação Facetada e da modelagem conceitual como resultado da pesquisa.

A (re)descoberta do Relatório Figueiredo abre caminhos para a pesquisas científicas envolvendo o tratamento dispensado aos povos indígenas no contexto de funcionamento do SPI e também durante a ditadura civil-militar e a maneira como o regime conduziu questões relativas aos direitos humanos. No âmbito da Organização e Representação do Conhecimento, o documento propicia diversas possibilidades de estudos, podendo abarcar pesquisas acerca de seus conceitos para direcionar, então, a proposição de facetas que considerem a perspectiva dos povos indígenas do Brasil, e, posteriormente, basear a modelagem de conceitos com características decoloniais, reforçando assim o aspecto flexível da Teoria da Classificação Facetada. Para iniciar

a discussão da seção, o tópico a seguir trata da histórica questão indígena do Brasil, desde antes da invasão dos europeus ao território.

4.1 OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: DA DIZIMAÇÃO COLONIAL AO ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS INDIGENISTAS

A discussão sobre a questão indígena brasileira – e a criação do Serviço de Proteção ao Índio – deve ser compreendida como um processo histórico cujos desdobramentos podem ser sentidos até os dias de hoje. Nesse sentido, considera-se importante abordar o modo de vida dessas populações no contexto da invasão portuguesa aos seus territórios, nos anos 1500. De acordo com os pesquisadores Grondin e Viezzer (2018), até o início do século XVI, estima-se que havia de 4 a 5 milhões de indígenas das mais diversas etnias vivendo neste território, manifestando seus costumes e tradições e vivendo da caça e da coleta, em um modelo de subsistência. “Era uma realidade física e cultural, criada por [...] práticas diversas, mas assemelhadas entre alguns milhões de pessoas” (GOMES, 2021, p. 46), cuja convivência, de acordo com o autor, acontecia no espaço das aldeias, onde seus habitantes eram ligados por laços de fidelidade e tradições, podendo desfrutar da autossuficiência coletando da natureza somente o necessário para sua sobrevivência.

Por esse motivo, muitas populações indígenas do Brasil cultivavam um modo de vida seminômade, vivendo em aldeias de curta duração. Bethel (2004, p. 104) explica que a principal razão disso “[...] era a ausência, nas terras baixas da América do Sul, de animais nativos que pudessem ser domesticados – ao contrário das lhamas e das cobaias que forneciam proteínas às grandes civilizações andinas”. A inexistência da domesticação de animais, somada a práticas agrícolas tipicamente sazonais, como a pesca, a coleta e a caça, levou os nativos do Brasil a viver em aldeias de alta mobilidade, conforme explana Bethel (2004), migrando periodicamente para outras localidades onde a natureza poderia oferecer abundância de alimentos em determinadas épocas do ano.

Bethel (2004, p. 107) destaca, ainda, a falta de propriedades pessoais e “[...] a atitude comunal dos indígenas com relação à terra e ao alimento [...]”, o que viria causar uma grande impressão por parte dos europeus. O valor atribuído à terra e aos recursos naturais pelos nativos era o oposto da mentalidade em ascensão na Europa

Moderna, alavancado pela expansão ultramarina para a tomada de outros territórios e baseada no acúmulo e na exploração sem precedentes dos recursos naturais das colônias além-mar, o que acabou ocasionando práticas de coleta e guarda de informações a respeito da “[...] terra, seus recursos e habitantes” (BURKE, 2003, não paginado).

Retomando a teoria de Quijano (2005; 2009), esses europeus buscavam estabelecer a “colonialidade do poder” nos territórios invadidos, empregando mão de obra escravizada dos indígenas na exploração da terra e tentando apagar o tanto quanto pudessem suas culturas e diversidades.

A formação do Estado Moderno absolutista, no século XV e o seu desdobramento em Estado nacional burguês, entre os séculos XVIII e XIX têm como eixo fundador o projeto de domínio territorial e econômico, em que as ideias de nação e território estão intrinsecamente ligadas ao reconhecimento de um único povo e uma única língua (GUIMARÃES, 2015, p. 29).

Subjugados pelos portugueses desde o início da colonização, os indígenas eram tratados como seres passíveis de controle, devendo ter suas vidas condicionadas às necessidades dos colonizadores. Por isso, o processo de colonização levou ao genocídio de milhões de nativos. Gomes (2021) explana que entre as causas estão as guerras de extermínio, travadas entre europeus e indígenas, que dizimou grande parte dos grupos étnicos do território; as doenças trazidas pelos europeus e para as quais os nativos não tinham adquirido anticorpos, como varíola, sarampo, vários tipos de gripes, febre amarela e tuberculose, que chegaram a aniquilar grupos inteiros; além da condição de escravidão e servilismo foram impostas, obrigando-os a trabalhar nos mais diversos tipos de serviços sob condições desumanas.

Os indígenas, por sua vez, procuraram resistir das mais diversas formas à colonização, seja pelo enfrentamento direto em meio aos conflitos com os brancos, seja fugindo para o interior das matas, onde os portugueses tinham pouco conhecimento. Oliveira e Freire (2006) explicam que esses enfrentamentos foram bastante complexos “[...] envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais, como a que permitiu a associação de diversos povos contra os portugueses” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 55).

Ao tratar do processo de colonização de indígenas que viviam na região do Maranhão, Gomes (2002, p. 148-149) explica que os nativos podiam ser divididos por cotas para trabalhar em tarefas variadas, a depender das exigências dos colonizadores. Além disso, “Os indígenas eram considerados livres, mas não tinham comando sobre sua vida e, especialmente sobre sua força de trabalho”. Para garantir esse controle, a um homem branco, inserido no sistema colonial, era atribuída a responsabilidade pela aldeia.

Difundia-se assim a visão de que os indígenas seriam incapazes de governar a si, devendo ser tutelados pelos europeus. O estado de tutela podia acontecer pela via das missões religiosas, destituindo os nativos de suas crenças para os converterem à fé católica. A Companhia de Jesus⁹, por exemplo, foi a responsável pela catequização de milhares de indígenas Tenetehara, entre os séculos XVII e XVIII (GOMES, 2002). Por trás do processo de catequização dos nativos, estava a tentativa de destituí-los de sua própria cultura. Para tanto, os padres jesuítas passaram a reuni-los nos chamados aldeamentos, também conhecidos como missões:

Reunidos nos aldeamentos, a vida cotidiana dos índios foi completamente remodelada [...]. No lugar da moradia conjunta, os índios foram obrigados a residir em casas que compartimentavam as famílias. Em vez da vida ritmada pela natureza, passaram a se submeter ao tempo tal como o concebiam os europeus [...] (KOSHIBA, 1994, p. 63).

A atitude da Igreja para com o indígena podia se dar de duas formas opostas, porém relacionadas: ora defendendo os nativos da violência dos colonizadores, ora juntando-se a esses colonizadores, por enxergar os indígenas como seres inferiores. Os colonizadores, por buscarem o enriquecimento nesses territórios, consideravam os indígenas um entrave ao seu projeto de expansão e por isso restringia-os à condição de selvageria, reconhecendo sua natureza livre, mas dizimando-os quando se tratava de se apoderar de seus patrimônios (GOMES, 2021).

É nesse contexto que é criado: “[...] o primeiro conjunto de leis portuguesas em relação aos índios, contidas no Regimento de 1548, de Tomé de Souza [recomendando] explicitamente que os índios devam ser tratados com respeito e

⁹ A Companhia de Jesus foi fundada em 1539, pelo padre jesuíta Inácio de Loyola, e trazida ao Brasil em 1549, logo se firmando “[...] como uma ordem que se dispunha a todo e qualquer sacrifício para doutrinar e converter os índios do Brasil” (GOMES, 2002, p. 154).

amistosidade” (GOMES, 2021, p. 24). Porém, como esse mesmo autor ressalta, esses primeiros conjuntos de leis relacionados aos indígenas, estabelecidos ao longo do período colonial, caracterizavam-se como bastante ambíguos e maleáveis, pois sempre deixavam lacunas aos portugueses, caso considerassem necessário travar guerras contra os indígenas para espoliar suas terras.

Já no Império, a chegada da família real ao Brasil procura reforçar a política indigenista estabelecida por Portugal, visando à manutenção do controle sobre as populações indígenas, o esbulho de suas terras, além da missão de catequizá-los e “civilizá-los”. Em 1808, D. João, já no Brasil, assina então uma Carta Régia ordenando guerra aos indígenas considerados hostis, chamando-os genericamente de Botocudos:

Que desde o momento, em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada contra estes Indios antropophagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim [...].

Propondo-me igualmente por motivo destas saudaveis providencias contra os Indios Botocudos, preparar os meios convenientes para se estabelecer para o futuro a navegação do Rio Doce, que faça a felicidade dessa Capitania, e desejando igualmente procurar, com a maior economia da minha Real Fazenda, meios para tão saudavel empreza; assim como favorecer os que quizerem ir povoar aquelles preciosos terrenos auriferos, abandonados hoje pelo susto que causam os Indios Botecudos [...] (BRASIL, 1808, não paginado).

O tom conferido à Carta Régia, endereçada à época ao então governador da capitania de Minas Gerais, fornece claros indícios de que a guerra travada contra os indígenas tinha como objetivo a exploração dos territórios que ocupavam, seja tornando o Rio Doce navegável, seja extraindo minérios da região. No decorrer do período imperial, a questão indígena foi conduzida por avisos e recomendações, ainda recorrendo a práticas de guerra e à escravização dos nativos quando estes eram considerados entraves à expansão do território (GOMES, 2021).

A Constituição de 1824 não trouxe nenhuma novidade quanto a essa questão, pois os indígenas sequer foram considerados cidadãos pelos membros da Assembleia. Paraiso (2010) explica que embora todos os habitantes do território tenham sido tratados como brasileiros pela Constituição, uma boa parcela deles não podia usufruir de direitos e deveres como cidadãos, e aos indígenas a situação só podia ser modificada se abandonassem suas culturas e modos de vida: “Já para os

Índios, havia uma pré-condição para passarem da simples condição de brasileiros para a de cidadãos: a de deixarem de ser silvícolas, no sentido mais restrito do termo, isto é moradores das selvas, e “abraçarem a nossa civilização” (PARAISO, 2010, p. 13).

Nesse contexto, renova-se a ideia da cristianização dos indígenas como caminho para a civilização, com destaque para o papel dos missionários nesse processo (GUIMARÃES, 2015). O *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*, promulgado por D. Pedro II em 1845, regulamentou o trabalho das Missões, favorecendo a catequese dos nativos no interior dos aldeamentos com o intuito de “civilizá-los” de acordo com os moldes europeus de comportamento.

O modelo do indigenismo que vigorou após o Regimento das Missões associou catequese e civilização e integrou o processo de construção da nação brasileira, segundo um padrão que se pretendia europeu, onde não caberiam pluralidades étnicas e culturais indígenas [...]. O Regimento das Missões foi a base legal da política indigenista empreendida pelo governo imperial em todo o território nacional na segunda metade do século XIX, executada pela Diretoria Geral dos Índios até a queda do regime monárquico em 1889 (CABRAL, 2018, não paginado).

As missões estabelecidas pelo regulamento obrigavam os indígenas ao trabalho compulsório, “[...] sob orientação dos poderes locais, mediante salário, e ao serviço militar, mas sem coação, e determina prisão correccional de até seis dias.” (GOMES, 2021, p. 87). O regulamento também previa o cercamento das terras indígenas com o intuito de dissolver qualquer forma comunitária de acesso a ela, tornando-os trabalhadores braçais de seus próprios territórios.

Em 1850, com a promulgação da Lei de Terras, o esbulho das terras indígenas tomou grandes proporções, e a partir da lei a prática de tomar as terras indígenas teve ainda mais respaldo do governo imperial (GOMES, 2021). Estabelecendo a cobrança de altas taxas para regularizar a situação das propriedades rurais das terras públicas no país, o que a Lei de Terras fez foi favorecer os grandes latifundiários, dando-lhes ainda mais poder de avançar sobre as terras ocupadas pelos nativos. O avanço sobre as terras indígenas processava-se ao mesmo tempo em que se buscava tutelar por eles, no sentido de tratá-los como seres inferiores e, por esse motivo, devendo ser conduzidos ao ensinamento da religião, do trabalho e da civilização. O resultado dessa política indigenista imperial foi “[...] a inoperância na defesa do patrimônio

indígena e sua transferência para as forças dominantes econômicas” (GOMES, 2021, p. 89).

O tratamento dispensado aos indígenas não seria diferente na República. Na Constituição de 1891, a noção de cidadania, mais uma vez, não se estendia aos nativos e deixava ainda mais brechas na questão da usurpação de suas terras (GOMES, 2021). Além disso, conforme explica Freitas (2019), a política de modernização do país, influenciado pela Belle Époque europeia, fomentou ainda mais o avanço sobre as terras indígenas, com a justificativa de levar o país ao progresso e à civilização.

A destruição das matas e o genocídio de povos indígenas durante a chamada Belle Époque brasileira foi, entre nós, uma das manifestações visíveis do lado sombrio da modernidade. Em nome do progresso e da civilidade, florestas foram derrubadas e centenas de indígenas foram dizimados pelas frentes colonizadoras que avançaram e fizeram guerra contra eles em diferentes pontos do país [...] (FREITAS, 2019, p. 15).

Com a repercussão internacional da dizimação dos nativos no Congresso de Viena, em 1908, levantou-se então a necessidade de instituir um órgão de proteção aos indígenas. Mobilizado pela ideia de incapacidade de se autogovernar, o Estado cria um órgão para submeter os indígenas à sua tutela. Nascia então o Serviço de Proteção ao Índio, em 1910.

4.2 UM ÓRGÃO PARA TUTELAR OS INDÍGENAS: O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO (SPI)

Em 1908, no XVI Congresso de Americanistas, ocorrido em Viena, na Áustria, o Brasil foi denunciado pelo assassinato de indígenas, em decorrência de conflitos com colonos que buscavam a expansão do território (GOMES, 2002). A situação motivou a criação, pelo Decreto nº 8.072 de 20 de julho 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), órgão governamental fundado para “[...] prestar assistência aos índios do Brasil e estabelecer centros agrícolas, constituídos pelos chamados trabalhadores nacionais” (CAMARGO, 2019, n.p.). Em 1918, o órgão foi separado da frente de localização dos

trabalhadores nacionais, tendo seu nome modificado para Serviço de Proteção ao Índio.

O [SPI] Foi criado com o objetivo de proteger os índios, porém, ao mesmo tempo prepará-los para se tornarem parte da “comunhão nacional”, ou seja, virarem trabalhadores ou produtores rurais. Ao agir assim, operava contra a cultura, a história e a organização desses grupos. O primeiro nome do SPI, aliás, foi SPILTN, Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (VALENTE, 2017, p. 24).

O órgão estava vinculado ao Ministério da Agricultura, corroborando com a sua política utilitarista de tornar o índio uma mão de obra do campo para o Estado. Nilo Peçanha, presidente do Brasil à época, entregou sua liderança ao militar positivista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cuja experiência com a instalação de redes telegráficas no interior do Brasil e pelo bom relacionamento que estabeleceu com diversos grupos indígenas nessa época, renderam-lhe notoriedade (GOMES, 2021).

O primeiro nome do órgão, com a alcunha “Localização de Trabalhadores Nacionais”, simbolizava o intuito de localizar os indígenas de maneira pacífica para, aos poucos, transformá-los em trabalhadores do campo (GUIMARÃES, 2015). Sob as dificuldades de conciliar ambas as funções, no entanto, percebeu-se a necessidade de determinar à nova agência somente o cuidado com os indígenas. “Em 1918, mediante a Lei nº 3454, é que este passa a ser denominado somente Serviço de Proteção aos Índios” (GUIMARÃES, 2015, p. 30). Instituído para servir como órgão responsável pela proteção dos povos indígenas por meio da execução de políticas que os resguardassem pelo modelo de tutela, o SPI tinha como objetivos os de “[...] atrair e pacificar os grupos indígenas para que fossem fixados postos, onde seriam educados e preparados para o trabalho com a terra, de acordo com um projeto civilizatório, consoante com os princípios e ideais positivistas¹⁰” (GUIMARÃES, 2015, p. 29).

¹⁰Guimarães (2015) explica que a República brasileira foi constituída sob um forte apelo político e ideológico positivista, tendo a Escola Militar como uma das principais difusoras desse pensamento. Idealizado pelo sociólogo francês Augusto Conte, no século XIX, o positivismo propunha que a humanidade deveria passar por três estágios em seu processo evolutivo: o Teológico, o Metafísico e o Positivo. Acerca do pensamento positivista, Cancian (2021, p. 6) explica: “O positivismo tinha por objetivo estimular o progresso geral e universal da humanidade mediante intervenção em todas as esferas da vida social a partir de um projeto de gestão científica da sociedade”. No contexto do SPI, o

As iniciativas para a criação do órgão se deram em meio a buscas por uma identidade para a República recém-formada, que, há alguns anos, já vinha incorporando a imagem do indígena nessas discussões. Desses debates participaram políticos, membros da Igreja, além de intelectuais da época, cujo pensamento positivista atribuía ao modo de ser indígena o primeiro estágio no processo evolutivo do ser humano, cabendo então ao homem branco “civilizado” encaminhá-lo à “civilização” (GOMES, 2002; 2021; GUIMARÃES, 2015). De acordo com Macedo: “[...] era atribuída às políticas indigenistas do SPI a função de promover progressivamente a adaptação do índio à vida *civilizada*, até que sua condição de *primitivo* fosse superada” (MACEDO, 2019, p. 208, grifos da autora.).

A ideia de transformá-los em camponeses aptos ao trabalho no campo, no entanto, continuava, bem como a premissa de encaminhá-los ao processo civilizatório:

Acreditava-se que a imposição sobre os índios da fixação nas áreas de reserva era o caminho para se garantir a transitoriedade do estado indígena para a de trabalhador nacional, onde a tutela exercida pelo Estado cuidaria de garantir os meios de coação das populações indígenas para ingressarem na organização social e política do estado brasileiro (SANT’ANNA; CASTRO; JACÓ-VILELA, 2018, p. 4).

É notável que as prerrogativas da agência estavam fundamentadas em ideais de civilização, herdeiras, portanto, do processo colonizador que deveria levar o Brasil a percorrer uma trajetória rumo aos moldes evolutivos humanos e tecnológicos tal qual o modelo europeu. Nesse sentido, a ideia de ser um órgão tutelar foi estabelecida desde os primeiros anos de seu funcionamento. Essa metodologia acompanhou as diversas gestões pelas quais passou o SPI, com maior ou menor peso e de acordo com os investimentos recebidos. No entanto, a política tutelar indigenista foi agravada por diversas vezes em razão do despreparo dos funcionários do SPI, da falta de financiamento do órgão e do embate entre os funcionários e os poderes locais, que se apropriavam ilegalmente das terras, muitas vezes empregando mão de obra escravizada de indígenas ou expulsando-os de suas aldeias.

Até 1930, quanto esteve vinculado ao Ministério da Agricultura, o quadro de funcionários do SPI foi composto por membros do Exército, entre generais e coronéis, ajudantes de Rondon quando do trabalho com os serviços telegráficos, além de

positivismo determinava, então, o objetivo da agência de encaminhar os indígenas a esse estágio evolutivo até chegar à “civilização”.

engenheiros militares. A esses membros, integraram-se antropólogos, médicos, engenheiros, nacionalistas, pessoas de tendências mais conservadoras e comunistas (GOMES, 2021).

Em breve avaliação pode-se dizer que Rondon e seus companheiros tinham a convicção de que os índios brasileiros eram parte integrante original da nação brasileira, a qual tinha sido em toda a sua história extremamente cruel e injusta para com eles. Havia assim um elemento de expiação de culpa que a nação devia assumir (GOMES, 2002, p 284).

Esse sentimento de culpa, acrescenta Gomes (2002), poderia ser reparado pela prerrogativa proposta por José Bonifácio, que em 1823 escreveu sobre a necessidade de integrar o indígena à nação, sempre pelo caminho do ensinamento e do aconselhamento, em detrimento do uso da violência, ainda que esses fossem vistos como “indolentes e sem cultura” (GOMES, 2002, p. 284).

Na década de 1930, o SPI passa por algumas transformações. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a partir de um golpe conhecido como Revolução de 1930, a agência é retirada do Ministério da Agricultura e passa a integrar o Ministério do Trabalho, entre 1930 e 1934, e posteriormente o Ministério da Guerra, de 1934 a 1939. Nesse contexto, o SPI é considerado dentro de uma política específica de ocupação do interior do Brasil para a expansão da economia e para uma maior aproximação com os indígenas, a chamada Marcha para o Oeste (GUIMARÃES, 2015). A colaboração de Rondon foi fundamental nesse processo, contribuindo para que Vargas ampliasse o seu prestígio ao atender às necessidades requeridas pelo diretor do SPI quanto à questão indígena.

Prezando os índios e o seu valor ideológico para o Estado Novo, Vargas nomeou Rondon diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), um órgão criado em 1939 para promover a conscientização pública sobre a cultura indígena e a política estatal. Num discurso intitulado “Rumo ao Oeste”, difundido pelo DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] em setembro de 1940, Rondon enalteceu as contribuições indígenas para a história brasileira, e o inestimável papel do Estado para a sua integração [...] (GARFIELD, 2000, p 17).

O CNPI deveria atuar na supervisão das ações indigenistas do SPI, e para isso Vargas investiu nas inspetorias regionais instaladas em 12 estados do Brasil,

fornecendo melhores condições de trabalho, além de possibilidades reais de as terras indígenas serem demarcadas (GOMES, 2021). Um dos artigos do Decreto nº 1794, de 22 de novembro de 1939, que instituiu o CNPI, por exemplo, preconizava que ao órgão cabia o estudo de todas as questões que servissem de assistência e de proteção aos indígenas, seus costumes e suas línguas. Em 1942, o SPI cria também sua própria seção de estudos, que, embora tivesse certo alinhamento de propósitos com a do CNPI, foi a causa de alguns conflitos e disputas.

Apesar disso, o SPI viveu um período de prosperidade, considerando os propósitos indigenistas a que atendia, e também diante da opinião pública, o que contribuiu para que o Brasil recuperasse a boa imagem perante órgãos internacionais (GOMES, 2021). Guimarães (2015) explica que foi nesse período que antropólogos e etnólogos alinhados com os estudos e políticas do SPI ingressaram no órgão, trazendo naquele momento referências teóricas sobre a tutela indígena, como as de contato cultural. “Entre eles estavam José Maria da Gama Malcher, que se tornaria diretor do SPI entre 1950 e 1954, Darcy Ribeiro, como chefe da seção de Estudos [...] e Heloísa Alberto Torres, que sucederia Rondon na direção do CNPI¹¹” (GUIMARÃES, 2015, p. 33).

Foi, inclusive, durante a década de 1950 que ocorreu a fundação do Museu do Índio, na cidade do Rio de Janeiro, sob a conceituação de Darcy Ribeiro e Rondon, “[...] dedicado a lutar contra o preconceito indígena e prestigiado por diversas instituições internacionais, como [...] a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Unesco. Além de alojar um substancial acervo de arte e cultura material indígena [...]” (GOMES, 2021, p. 94). Nessa década também foi conceituado o Parque Indígena do Xingu, por Darcy Ribeiro, Orlando Villas-Boas, Eduardo Galvão e Rondon, instaurando a ideia de que o território demarcado deveria servir também para a manutenção das culturas indígenas. A reserva foi inaugurada em 1961, e apesar de a área final demarcada ter sido de apenas 2,1 milhões de hectares – bem diferente dos 200 milhões de hectares propostos na década de 1950 – serviu como modelo de demarcação de terra indígena nos anos posteriores.

Guimarães (2015) explica que, na passagem da década de 1950 para a de 1960, a política indigenista passa por um período de transformações. Além da morte de Rondon, em 1958, o grupo de estudiosos que havia assumido a condução do órgão

¹¹ Rondon presidiu o CNPI até o ano de sua morte, em 1958 (GOMES, 2021).

deixa seus cargos¹² e as posições de poder são assumidas por oficiais do Exército e funcionários públicos. Entre os anos 1956 e 1967, “[...] o SPI respondeu a nada menos que 12 diferentes Ministros da Agricultura, fora os Ministros Interinos, perfazendo um total de 16 Ministros. Em 1967, no governo do General Castelo Branco, é criado o Ministério do Interior” (GUIMARÃES, 2015, p. 34). Entre as medidas tomadas por esses grupos esteve o encerramento da seção de estudos, além de ter passado a inspetoria de vários postos indígenas a missionários religiosos. O contexto, de acordo com a autora, daria início a uma fase marcada por abusos e corrupção no âmbito do SPI. No decorrer de sete anos, de 1956 a 1963, foram abertos ao menos 21 inquéritos administrativos contra o órgão, indiciando cerca de 10 pessoas, além de 46 representações contra funcionários, incluindo o então diretor da agência (EVANGELISTA, 2018).

Ainda no ano de 1960, Darcy Ribeiro revela a situação dos povos indígenas, destacando a drástica redução de suas populações no decorrer de mais de cinco décadas:

Os índios do Brasil somam hoje menos de 100.000 pessoas, o que equivale a uma décima parte da população original, conforme as avaliações mais autorizadas [...]. O pior é que estão ainda a reduzir-se, por nem terem alcançado a estabilização demográfica na qual deverão partir para o incremento. Demonstramos em recente trabalho que cerca de 87 tribos desapareceram totalmente nos últimos cinquenta anos, não por incorporação à sociedade nacional, mas por morte de todos os seus componentes e que, a prevalecerem as mesmas condições que deram lugar aquela extinção, 57 dos atuais 143 grupos desaparecerão até o fim do século” (RIBEIRO, 1962, p. 142-143).

Darcy Ribeiro (1962) destaca, ainda, que essas mortes ocorreram em grande parte em razão de doenças contraídas pelo contato com o homem branco, para as quais os indígenas não tinham adquirido imunidade, e também em decorrência de assassinatos e extermínios dessas populações.

A revelação de corrupção no SPI e de violência e assassinato contra os indígenas continuam nos anos seguintes. Em 1962, alguns meses após assumir a direção do SPI, o tenente coronel Moacyr Ribeiro Coelho expõe a situação da agência em carta encaminhada ao Ministro da Agricultura, solicitando a tomada de medidas a

¹² Darcy Ribeiro, inclusive, em meio à crise instalada no SPI, exonera-se de seu cargo de etnólogo, em 1956 (GUIMARÃES, 2015).

fim de resolver o problema no interior dos postos indígenas espalhados pelo Brasil (GUIMARÃES, 2015). Nessa época, a situação de redução das populações indígenas era muito semelhante à dos Tenetehara:

Em agosto de 1963, a população do Posto Gonçalves Dias estava reduzida a 252 Tenetehara e 22 Timbira, menos da metade da população de uma década atrás, e um quarto do início da década de 1940. Não havia mais aldeias na Estrada do Sertão, e no alto Pindaré sobreviviam não mais que umas poucas famílias tenetehara, tendo suas terras sido tomadas por roças, centros agrícolas, povoados e fazendas obtidas por meio de grilagem. [...] De cada povoado partiam caminhos para dentro onde novos imigrantes derrubavam a mata para fazer roças e se agregavam em novos pequenos povoados (GOMES, 2002, p. 304).

No ano seguinte, em 1963, Moacyr Ribeiro Coelho encaminha novo ofício ao Ministro da Agricultura, expondo a situação miserável dos indígenas em grande parte dos postos e a questão da espoliação de suas terras com a conivência dos funcionários da agência (GUIMARÃES, 2015). As denúncias levam à instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1963, tendo como destaque a figura do deputado pela União Democrática Nacional (UDN), Edson Garcia, do estado do Mato Grosso, ele mesmo já acusado por Moacyr Ribeiro Coelho de beneficiar parentes e amigos em processo de grilagem de terras indígenas naquele estado. Pressionado, Edson Garcia é o primeiro a ser ouvido pela CPI, em 25 de abril de 1963.

Nessa CPI, são denunciados diversos crimes, além da espoliação, da grilagem e do arrendamento de terras sob o conhecimento dos funcionários do SPI, como a escravização de indígenas, a situação de miséria em que se encontravam e a negligência dos funcionários do órgão diante dessa situação, desmatamento de pinheiros e madeira de lei, além de uso da violência contra os indígenas, havendo casos de massacres de grande parte dos grupos em suas aldeias, e prostituição de diversas indígenas pelos brancos¹³. Destaca-se que o cerne de todos esses conflitos ao longo dos postos instalados pelo SPI sempre foi a tentativa de usurpação das terras indígenas. Somado a isso: “[...] a ideia que subjaz as ações é a de que os índios são uma categoria inferior, justificando expropriações, maus tratos e sua eliminação” (GUIMARÃES, 2015, p. 46).

¹³ Informações com base na carta de Moacyr Ribeiro Coelho ao ministro da Agricultura. Brasília, 25 de março de 1963. Relatório Figueiredo. Vol. 26. Folhas. 6246, 6247.

O resultado da CPI de 1963, publicada pela Câmara dos Deputados em 1964 e aprovada em 1965 pela Resolução nº 142 de 1965, atesta as irregularidades ocorridas no âmbito do SPI expondo a situação precária delegada aos indígenas, a falta de assistência médico-sanitária e os prejuízos à integridade do indígena, bem como ao seu patrimônio.

Os documentos que compunham a CPI de 1963, entre eles relatórios, sindicâncias, depoimentos e atas de reuniões, foram resgatados pela Comissão de Inquérito aberta em 1967, juntando-se ao dossiê que formaria aquele que ficou conhecido como o “escândalo do século” (VALENTE, 2017): o Relatório Figueiredo.

4.3 O RELATÓRIO FIGUEIREDO: A BARBÁRIE TORNADA PÚBLICA

De 1910 a 1967, o SPI funcionou como um órgão da União responsável pela tutela dos povos indígenas do Brasil e ao longo de quase 60 anos de funcionamento a atuação de seus dirigentes foi bastante controversa. Em meio a denúncias de esbulho de terras indígenas, assassinatos, escravização dos nativos e dezenas de outras violações de direitos humanos, o escândalo envolvendo o SPI foi reportado no Relatório Figueiredo. Objeto desta pesquisa, o Relatório Figueiredo é o nome atribuído ao documento resultante de uma Comissão de Inquérito instituída em 1967 para apurar irregularidades na política indigenista empreendida pelo SPI por membros do governo militar, como o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, e presidida pelo Procurador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Jader de Figueiredo Correia, cujo sobrenome foi atribuído à denominação do relatório final.

O Relatório Figueiredo coletou diversas informações que levaram à descoberta de vários crimes cometidos pelo SPI. Entre essas informações estavam as que compunham uma Comissão Parlamentar de Inquérito aberta em 1963 com o mesmo objetivo (GUIMARÃES, 2015). O Relatório tornou pública a corrupção instalada no âmbito dos Postos indígenas que deveriam ser protegidos pelo Estado brasileiro, revelando problemas estruturais relativos à questão fundiária nacional e, claro, à questão indígena.

O documento foi arquivado pela Funai em 1968, ano de endurecimento do regime militar com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Ao longo de 45 anos,

acreditou-se que esse conjunto documental havia sido extinto em um incêndio. Esse incêndio, considerado bastante suspeito à época, aconteceu nas repartições do Ministério da Agricultura, em 1967, órgão ao qual o Serviço de Proteção ao Índio fora subordinado, destruindo parte da documentação do órgão (GUIMARÃES, 2015). Em 2013, essa documentação finalmente recebe o tratamento necessário para constituir-se o Relatório Figueiredo:

Em 2008, a Funai envia ao Museu do Índio no Rio de Janeiro, 150 caixas de arquivos referentes ao período do SPI. Dois anos depois, esses documentos são catalogados e digitalizados com recursos da Unesco, entre eles estava o Relatório Figueiredo” (ZEMA, 2015, p. 497).

Essas demandas ocorreram também em função das investigações para a Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹⁴, em 2013, tendo valor de denúncia sobre os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar de 1964 (GUIMARÃES, 2015).

Embora tenha sido alvo de investigações que levaram à abertura de uma CPI, em 1963, até 1967 nenhum resultado acerca das denúncias contra o SPI tinha se tornado público em âmbito nacional. Ao contrário disso, conforme explica Valente (2017, p. 34): “Todos os principais agentes do serviço investigados em uma CPI do Índio pró-fazendeiros de 1963, aberta no Congresso Nacional, continuaram influentes e ocupando cargos de chefia no SPI”. A situação ficou ainda mais grave com o golpe civil-militar de 1964, que, apoiado na justificativa de ocupar e industrializar a região amazônica, por meio de medidas como a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), angariou grande parte da cúpula do governo golpista com o apoio de empresários e industriais. De acordo com Valente (2017, p. 25):

Após o golpe de 1964, os militares retomaram antigas ideias de “ocupação” da Amazônia, muitas vezes sem deixar claro qual seria o papel do Índio nesse cenário. Em sua *Geopolítica do Brasil*, escrita nos anos 1960, o general Golbery do Couto e Silva, um dos protagonistas do golpe de 1964 e criador do SNI [Serviço Nacional de Informações], definia a larga porção “a oeste”, incluindo a Amazônia – que chamou de “deserto verde” -, como o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de

¹⁴ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) é um colegiado instituído pela Lei nº 12.528, em 18 de novembro de 2011, para apurar os crimes cometidos contra a humanidade entre 1946 e 1988, no Brasil (ZAMMATARO; ALBUQUERQUE, 2021).

gente e de energia criadora, e o qual nos cumpre incorporar realmente à nação.

Os crimes cometidos com a conivência do SPI só viriam a ter grande repercussão após a transferência do órgão do controle do Ministério da Agricultura (que ficou por mais de 30 anos) para o Ministério do Interior, em 1967. Embora sob o comando de um general linha dura, inclusive exímio apoiador do golpe, Afonso Augusto de Albuquerque Lima, foi durante sua gestão que o *Diário do Congresso Nacional* publica um resumo dos trabalhos da CPI do Índio, de 1963, chamando a atenção para a demora da publicação dos resultados daquela Comissão. A partir disso, inicia-se a Comissão de Inquérito que resultaria no Relatório Figueiredo, por sua vez requerido por membros do governo em vigência à época (identificado como comunidade discursiva na pesquisa), e na extinção do SPI.

Instalada no dia 3 de novembro de 1967 e presidida por Jader de Figueiredo Correia, a Comissão de Inquérito fundamentou-se na CPI de 1963, ampliando suas provas por meio de um conjunto expressivo de novos documentos reunidos. De acordo com Sant'Anna, Castro e Jacó-Vilela, (2018, p. 5): “A comissão percorreu cerca de dezesseis mil quilômetros, efetuando visitas e entrevistas em diversos postos do SPI [...]”. Entre as Inspetorias Regionais e os Postos Indígenas visitados pela CI estão a de Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, Mato Grosso e Amazonas. As espécies e tipologias documentais resultantes desse trabalho, composta por entrevistas, depoimentos, fotografias, notas de vendas ilegais, termos de inquirição, contratos de serviços, contratos de compra e venda, Boletins Internos do SPI, entre outros, contabilizam 30 volumes que totalizam mais de sete mil páginas e se tornou pública em 1968, a partir de uma entrevista concedida pelo general Albuquerque Lima na cidade do Rio de Janeiro.

As denúncias referentes à CPI de 1963 encontram-se registradas em partes dos volumes 1 e 4 do Relatório. O volume 2, também referente àquela CPI, permanece desaparecido desde aquela época. No volume 1 está registrada a Resolução nº 65, de 1964, que se tornaria a Resolução nº 142, de 1965, aquela que aprovou a publicação dos resultados da CPI de 1963 e que se tornaria, em 1967, as bases para a Comissão de Inquérito que resultaria no Relatório Figueiredo.

Entre os documentos que compõem o volume 4, estão algumas fotografias utilizadas no Relatório para comprovar a situação vivida pelos indígenas Maxacali, no

estado de Minas Gerais, do Posto Indígena Mariano de Oliveira. A respeito dessa situação, o Termo de Inquirição, assinado por Manoel dos Santos Pinheiros, capitão da polícia militar de Minas Gerais, informa: “nove páginas com 23 (vinte e três) fotografias mostrando o estado de miséria da população e aspectos da assistência e das realizações da Política Rural em seu benefício”.¹⁵ Para comprovar os fatos, as fotografias foram inseridas no Termo de Inquirição e categorizadas pelos assuntos a que se referem: *Assistência; Miséria; Trabalhos; Açude*. As três primeiras categorias podem ser observadas a seguir.

¹⁵ Relatório Figueiredo. Vol. 4. Folha 853.

Figura 7: Assistência



Fonte: Relatório Figueiredo. Vol. 4. Folha 856.

Figura 9: Trabalhos



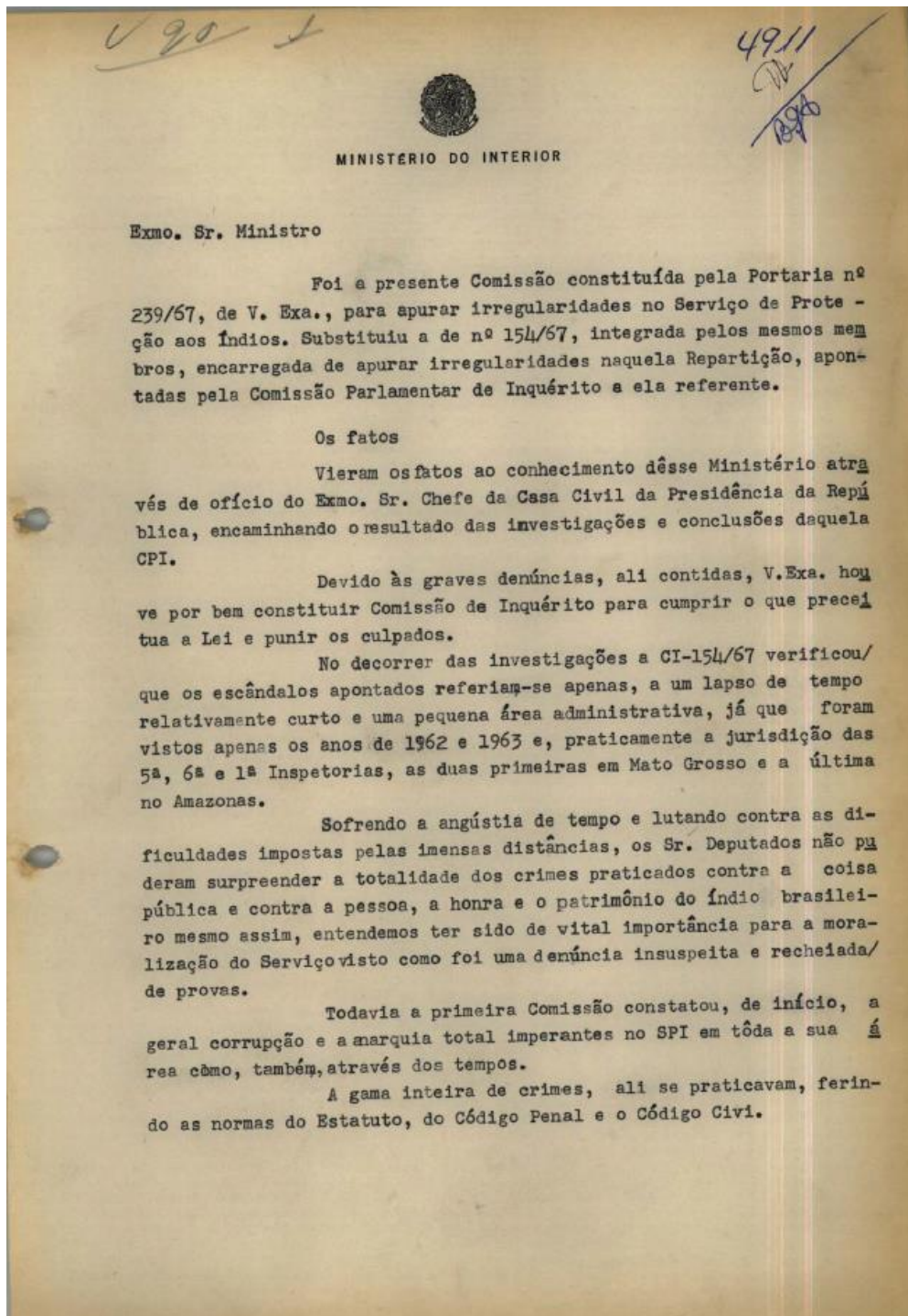
Fonte: Relatório Figueiredo. Vol. 4. Folha 862.

As fotografias categorizadas como *Assistência* retratam indígenas recebendo algum tipo de auxílio, a exemplo do tratamento odontológico, como mostrado na imagem, embora em situações precárias. As categorizadas como *Miséria* expõem crianças magras e ao mesmo tempo com grande inchaço abdominal, o que indica estarem com alguma doença, além de habitarem moradias bastante precárias. Nas fotografias categorizadas como *Trabalhos*, é possível ver indígenas realizando o roçado do campo, o que vai ao encontro da premissa presente no órgão desde a sua fundação de “civilizar o indígena”, tornando-o mão de obra do campo. O fenômeno vai ao encontro do conceito quijaniano de colonialidade do poder, pois submetiam-se os indígenas ao trabalho degradante e exaustivo nos moldes do capitalismo colonial e da racialização, a partir de um olhar sobre seus costumes e seus corpos carregado de etnocentrismo.

Entre as pessoas acusadas estavam funcionários do SPI, políticos de diversos estados, além de civis e militares, expondo a corrupção instaurada no órgão público. Em meio a narrativas antagônicas – que davam voz às denúncias dos horrores cometidos contra os povos indígenas e seu patrimônio, e à defesa dos acusados – o Relatório Figueiredo demonstrou as diferentes maneiras como os Postos Indígenas trabalhavam para atender a grandes empresas em conluio com a política nacional. Assim, junto a esses sujeitos, os agentes do SPI atendiam “[...] às demandas de madeireiras, pecuaristas, mineradoras, mas também para resguardar o controle das fronteiras, a construção de estradas e os interesses de um Estado submetido pela agenda desenvolvimentista” (SANT’ANNA; CASTRO; JACÓ-VILELA, 2018, p. 9).

Na Folha 4911 do volume 20 do Relatório Figueiredo, consta-se o relatório da Comissão de Inquérito relativo ao “processo em referência composto de 20 volumes, com 4942 folhas e mais 6 volumes anexos com 550 folhas”. O texto conclusivo do Relatório, composto de 68 páginas que foram utilizadas na mineração de dados para compor os resultados da pesquisa, seu relator, Jader Figueiredo, categoriza os crimes por espécie. Na referida folha é possível notar a presença de justificativa para a instauração da CI de 1967 pela missão de apurar as irregularidades cometidas no âmbito do SPI, considerando as “graves denúncias” para “cumprir o que preceitua a Lei e punir os culpados”.

Figura 10: Página de Carta endereçada ao Ministério do Interior justificando a abertura da CI

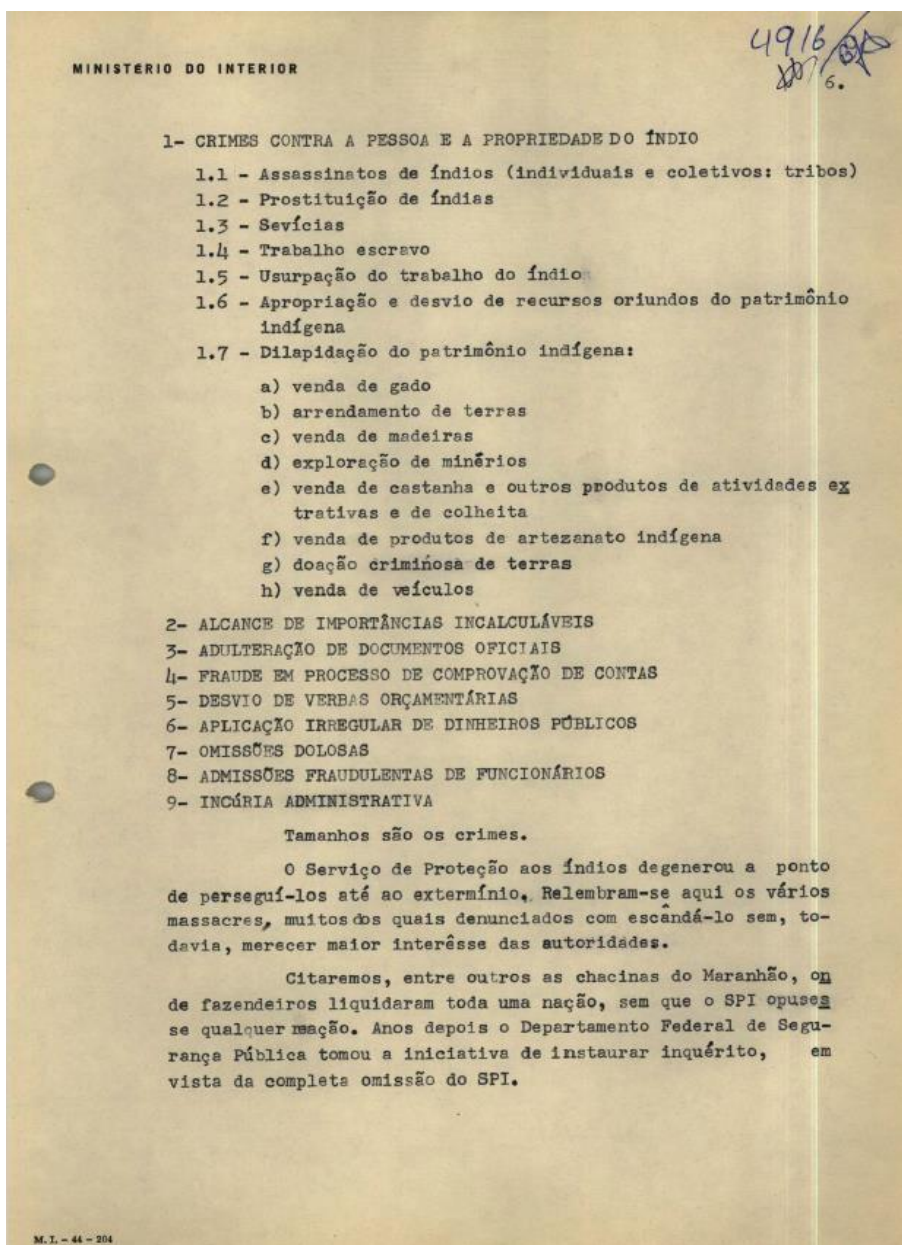


Fonte: Relatório Figueiredo. Vol. 20. Folha 4911.

Na folha 4912, referente às provas (*As provas*), o documento qualifica, ainda, o SPI como um “antro de corrupção inominável durante muitos anos”, onde impuseram

ao indígena “regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana”¹⁶. Da categorização dos crimes “por espécie”, presente na Folha 4916, Jader Figueiredo denuncia então os diversos crimes cometidos pelo SPI.

Figura 11: Página de Carta endereçada ao Ministério do Interior com a categorização de crimes cometidos pelo SPI



Fonte: Relatório Figueiredo. 1967. Vol. 20. Folha 4916.

¹⁶ Relatório Figueiredo, Vol. 20. Folha 4912, 1968.

Entre as nove categorias de crimes ou “espécies”, conforme denomina o Relatório, é possível observar que na categorização 1 – *Crimes contra a pessoa e contra a propriedade do índio* – estão outras sete subcategorias, ou subespécies, que relatam, em sua maioria, crimes relativos à posse de terras ou motivados pela intenção de se apropriar dos territórios originalmente pertencentes aos indígenas¹⁷. Isso se liga à afirmação de Guimarães (2015), que por meio de cuidadoso estudo do documento identifica a questão da disputa pela terra como a raiz de todos os problemas:

Tanto na CPI de 1963 quanto na Comissão de Inquérito de 1967, são apontados diversas irregularidades e crimes fruto do esbulho de terras. Hélio Bucker, declara em depoimento ao Inquérito de 1967 que “as maiores irregularidades que conhece no SPI dizem respeito ao esbulho das terras indígenas praticados por grupos políticos e econômicos”. Noel Nutels, em célebre depoimento à CPI do Índio instaurada em 1968, é veemente ao afirmar que a “cobiça da terra” se trata de um “vício de estrutura econômica”, cuja única solução é a reforma agrária aliada ao respeito às terras indígenas (GUIMARÃES, 2015, p. 89).

Os crimes relacionados à posse ilegal das terras indígenas são descritos em diversos momentos do Relatório. Os termos utilizados para se referir a esse crime, especificamente, vão desde desapropriação até esbulho de terras, passando pelo termos “arrendamento”, “arrendatário”, “terras aforadas”, “terreno aforado” e também “medição”, “demarcação”, “registro”, “reserva”, “propriedade”, “patrimônio” e “proteção”, esses últimos usados para se referir a práticas que deixaram de ser realizados por negligência dos diretores dos postos indígenas. Tal constatação motivou o levantamento do conceito de **Invasão de Terras Indígenas** como parte do Universo de assuntos, ao lado do Universo de assuntos **Serviço de Proteção ao Índio**. Aos dois conceitos do Universo de assuntos – representativos dos objetivos da pesquisa e do documento em análise – será aplicada uma categorização, com base no Postulado das Categorias Fundamentais de Ranganathan, identificando suas respectivas facetas, termos e conceitos, a partir da perspectiva epistemológica decolonial.

¹⁷ Importante pontuar que a questão da posse das terras aos povos originários já estava colocada desde a Constituição Federal de 1934, retomada na Carta Constitucional de 1937 e na Constituição de 1946, por meio do Art. 216. O texto inicial de uma das páginas do Boletim Interno do SPI nº 55, de maio a junho de 1962, folha 1170, dizia o seguinte, vol. 25: “Foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal, que dá aos Índios, o direito de posse às terras em que habitam, sem direito de as transferirem”.

Ao elencar os crimes de alguns dos indiciados, o Relatório expõe os crimes relacionados à posse ilegal das terras indígenas:

[...]

Conivente na assinatura irregular de contratos de *arrendamento de terras* (fl. 1574).

[...]

Arrendou todas as terras do Posto, chegando as cercas a cortarem o terreiro das casas dos índios (fl. 1682).

[...] Mandava os índios amanharem as terras e, em seguida, *arrendava a terceiros*, sem indenizá-los (fl. 1682) [...].

[...]

Negociatas com terras indígenas (fl. 15005).

[...]

Tinha ciência das *invasões de terras* que estavam afetas à Seção do Patrimônio Indígena (SINDI) e não tomada nenhuma providência (fls. 891).

[...] (RELATÓRIO Figueiredo, 1968, Vol. 20. Folhas 4932; 4945; 4947; 4954, grifos da autora).

No texto conclusivo do Relatório Figueiredo, seu relator, Jader Figueiredo, expressa grande indignação diante dos crimes cometidos, dando ênfase àqueles que representavam uma violação dos direitos humanos. Ao final, apresenta uma lista com aproximadamente 100 pessoas a serem indiciadas pelos crimes contra o indígena e seu patrimônio. Necessário destacar, contudo, que Jader Figueiredo estava alinhado com a ditadura, ou seja, inseria-se ideologicamente nessa comunidade discursiva, que, apesar de requerer o levantamento e registro das denúncias que resultaram no Relatório Figueiredo, aliava-se à política de expansão e industrialização do país a regiões historicamente habitada pelos indígenas, ainda que isso significasse a destituição de milhares de povos de seus territórios. Por esse motivo, sua atuação na CI de 1967 aconteceu em sintonia com o Serviço Nacional de Informação (SNI), agência de inteligência instaurada pelos militares logo após o golpe. Valente (2017, p. 37) explica que isso deve ser ressaltado, inclusive, para que seja evitada a interpretação equivocada de que “[...] o procurador se ‘rebelou’ contra a ditadura”.

Embora seja possível que o governo militar não contasse com tamanha repercussão, inclusive internacional, a Comissão de Inquérito foi instaurada com a justificativa de acabar com a corrupção no âmbito do funcionalismo público e assim romper de uma vez com o governo anterior, considerado pelos militares como “[...] esquerdista e aberto à infiltração comunista” (MACEDO, 2019, p. 212), e Jader

Figueiredo teve importante papel nesse processo. Prova disso é que diversos crimes contra os indígenas ficaram de fora do Relatório Figueiredo:

Sua comissão, por exemplo, jamais interrogou qualquer pessoa sobre a transferência dos Xavante de Marãiwetsede, que havia ocorrido apenas um ano antes e provocado impressionante mortalidade. Também nada falou a respeito da catástrofe karaô nem contestou as decisões do SPI de transferir os índios Ikpeng e Kayabi para dentro do Xingu (VALENTE, 2017, p. 37).

A visão de Jader Figueiredo sobre o indígena, além disso, ainda era permeada pela mentalidade positivista e colonizadora, afirmando no Relatório, por diversas vezes, que o índio deveria ser integrado à civilização.

A publicação do Relatório Figueiredo em novembro de 1967 teve grande repercussão na imprensa, que considerou a notícia o “escândalo do século”. O caso teve também reverberação internacional, ocupando páginas de grandes jornais estrangeiros da época, como o *The New York Times* (EUA), o *Le Monde* (França), o *Sunday Times* (Inglaterra) e o *Neue Revue* (Alemanha), colocando o governo militar sob os holofotes de especialistas em direitos humanos do Brasil e do mundo, justamente no momento em que o país buscava ampliar sua política desenvolvimentista no interior, abrindo rodovias e instalando usinas hidrelétricas com o financiamento do capital estrangeiro (GUIMARÃES, 2015). No Brasil, diversos jornais publicaram matérias sobre a Comissão de Inquérito e o Relatório Figueiredo, como a *Folha de S.Paulo* de abril de 1968:

E tal era o regime de impunidade, que cerca de 150 inquéritos instaurados no Ministério da Agricultura, ao qual era subordinado o SPI, jamais resultou em demissão de qualquer culpado. Mas a Comissão nº 2 pensou também em ressuscitar esses inquéritos. [...]. (PINHEIRO JUNIOR, 1968, não paginado).

Na esteira das denúncias expostas pelo Relatório, os jornais passaram a divulgar mais casos de violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas à época. Macedo (2019) explica que casos de indígenas escravizados e violentados e expostos a doenças sem receber cuidados médicos passaram a ocupar páginas destacadas dos grandes jornais do país, desestabilizando ainda mais o governo militar. A imprensa, além disso, cobrava das autoridades a punição dos

culpados pelos crimes cometidos expostos no Relatório. O governo militar logo decidiu tomar providências:

Representantes do governo esforçavam-se na tentativa de descolarem a imagem do governo militar das denúncias e passaram a agir com mais cautela. Incomodado com a forma como o assunto estava sendo divulgado na imprensa internacional, o ministro Albuquerque Lima distribuiu nota à imprensa no final de março desautorizando o que ele chamou de sensacionalismo, por considerar exageradas as notícias sobre o massacre dos índios no Brasil (MACEDO, 2019, p. 216-217).

Embora tenha tentado dirimir os efeitos do caso, acusando a imprensa de sensacionalismo, diversos sujeitos que faziam parte de agências e organizações internacionais continuaram a divulgar o caso e a cobrar uma providência do governo brasileiro. Nesse sentido, além de a própria política indigenista ter sido questionada por esses órgãos, foi também colocada sob suspeita a moralidade e a imagem do regime. Macedo (2019) salienta que em uma dessas edições o *Jornal do Brasil* publicou o editorial “Corrupção na selva”, em 1968, indignado com atuação do SPI para com os indígenas e seu patrimônio, acusando o órgão de cometer crimes contra os nativos e ao mesmo tempo cumprimentando o governo pela abertura da CPI. A autora chama a atenção também para a maneira infantilizada como o veículo enxergava o indígena, devendo o Estado protegê-los da corrupção: “[...] essas denúncias eram realizadas majoritariamente sobre representações estereotipadas que infantilizavam e silenciavam qualquer forma de [...] resistência indígena, assentadas num discurso fatalista sobre o destino deles [...]” (MACEDO, 2019, p. 239). Importante lembrar que por trás desse discurso estava a forte herança positivista, sob a qual o indígena deveria “civilizar-se” por meio da ação do homem branco.

A publicação de reportagens com tons de revolta perdurou por alguns meses após a publicação do Relatório Figueiredo. No entanto, em pouco tempo, o discurso indignado foi dando espaço a matérias a respeito do novo órgão de proteção ao indígena brasileiro, criado para substituir o SPI: a Fundação Nacional do Índio. A instituição da nova agência para tutelar pelos indígenas acontecia em meio a promessas de punição dos culpados e de devolução dos territórios aos nativos, uma tentativa de reparar a imagem do Brasil no exterior, o que acabou impedindo uma investigação por parte das Nações Unidas (GUIMARÃES, 2015).

Artur da Costa e Silva, o presidente militar em exercício, assinava a lei que extinguiu o SPI e, junto com ele, o CNPI, em 5 de dezembro de 1967, instituindo então a Funai. A medida assinada por Costa e Silva também passava a administração do Parque Indígena do Xingu para o novo órgão, o que entregava a carga ideológica delegada à agência pelo governo militar. Conforme relata Valente (2017):

Segundo o anúncio do ministro [Albuquerque Lima], a Funai também continuaria subordinada ao Interior, em um flagrante conflito de interesses: o ministro que pregava o desenvolvimento e a ocupação da Amazônia era o mesmo que deveria zelar pelos direitos dos índios que lá viviam, acossados pelos projetos agropastoris que começavam a sair do papel.

Albuquerque Lima nomeou para o cargo de primeiro presidente da Funai não um militar, como vinha ocorrendo desde 1964, no SPI, mas um civil, o jornalista José de Queirós Campos. Por outro lado, espalhou militares pelas chefias das inspetorias, chamadas de “delegacias”, e das ajudâncias (VALENTE, 2017, p. 45).

Essas delegacias estavam ali muito mais para garantir o êxito do projeto desenvolvimentista do que para proteger o indígena e seu território. Dessa forma, em vez de tornar o indígena uma mão de obra do campo, a nova agenda indigenista previa a integração do nativo ao novo projeto de país, ainda que isso significasse a dissolução dessas populações e das etnias que haviam sobrevivido até então (GOMES, 2002). Gomes (2002, p. 332) explica, ainda, que essa visão implicaria em duas ações: “[...] a aceleração do processo de integração econômica e social, inclusive via emancipação da tutela do estado, por um lado, e a garantia de suas terras, em tamanho aceitável para eles e para a nação, por outro”.

Consoante às inúmeras ações para tentar melhorar a imagem do Brasil no exterior, outros diversos casos de crimes contra os indígenas continuaram a ocorrer no país, agora sob a direção do novo órgão, a exemplo do massacre dos indígenas Waimiri-Atroari, em 1968, para a construção de uma rodovia de 640 km de extensão, que ligaria Manaus a Caracaraí, em Roraima, passando pela floresta amazônica. Conduzida pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER), a operação assassinou cerca de 2.000 indígenas daquela etnia (VALENTE, 2017).

Em meio a essas denúncias, a ditadura trabalhava exaustivamente para remediar a imagem manchada pelos veículos de imprensa internacionais. Para isso, o governo militar criou divisões no Ministério das Relações Exteriores a fim de investigar e analisar como a imprensa internacional estava veiculando notícias sobre

a relação entre governo e os indígenas no país (EVANGELISTA, 2018). Somado a isso, a instauração do AI-5¹⁸, em dezembro de 1968, que endureceu o regime, normalizando a censura e as práticas de tortura, tornou ainda mais difícil a investigação de crimes cometidos no âmbito do governo militar. O trabalho da Funai, nesse sentido, além de ter mantido o ideal de tutela do SPI e buscar a integração do indígena à civilização, mesmo que isso significasse o desaparecimento de etnias inteiras, teve seu funcionamento submetido à fiscalização do SNI e fora criado substancialmente para que o governo militar reparasse sua imagem, delegando ao esquecimento tudo o que remetesse ao antigo órgão indigenista, o SPI.

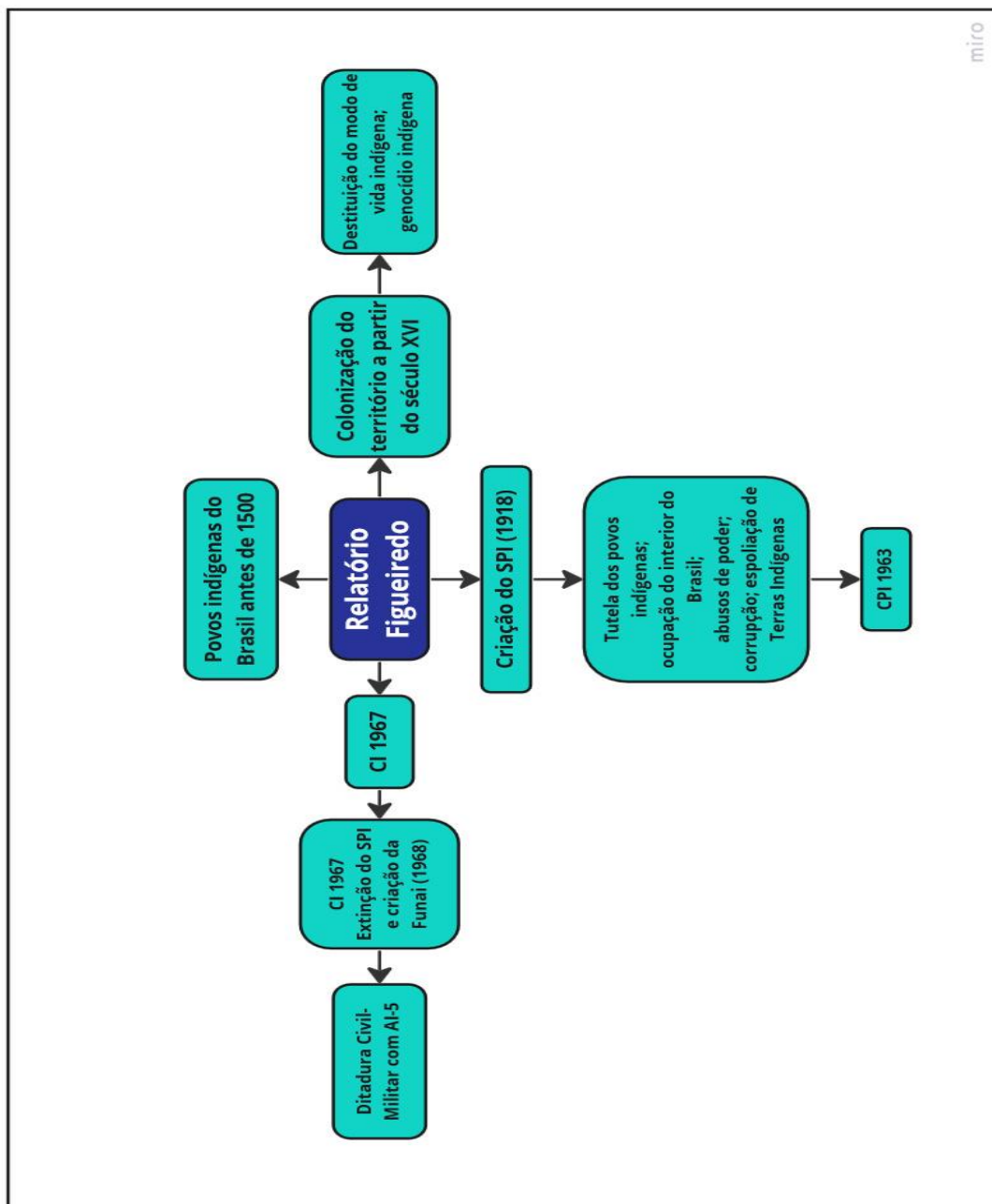
O projeto desenvolvimentista incentivado pelo governo militar logo relegou a questão indígena ao esquecimento. O Relatório Figueiredo, no entanto, constitui-se como prova registrada da marginalização dos povos indígenas quando da gestão do SPI, podendo ser estudado pela literatura científica brasileira dos mais diversos campos do conhecimento.

4.4 A SEÇÃO ENTRE CONCEITOS

O Mapa tópico a seguir retoma os principais conceitos e suas relações trabalhados na seção.

¹⁸ Entre as medidas autoritárias instauradas pelo AI-5 estavam a suspensão ao direito de *habeas corpus*, a regulamentação da censura prévia nos meios de comunicação, além de ter conferido plenos poderes ao presidente para cancelar direitos políticos, públicos e privados.

Figura 12: Mapa tópico da Seção 4



Fonte: elaborado pela autora.

A compreensão do contexto que deu origem ao Relatório Figueiredo contribui para a compreensão do governo militar como comunidade discursiva, para o levantamento de conceitos, universo de assuntos e categorias, realizada por meio da metodologia proposta na seção a seguir.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A ANÁLISE DE DOMÍNIO EM INTERFACE COM A TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM APORTE METODOLÓGICO

Com o intuito de analisar e discutir o objeto de estudo desta tese, a partir dos procedimentos metodológicos empregados, esta seção aborda a Análise de Domínio (AD) e suas origens na Ciência da Informação, com base nos estudos propostos por Birger Hjørland e Hanne Albreschtsen (1995) e a maneira como esses estudos contribuíram para compreender os contextos em análise na própria Ciência da Informação e na ORC. São conceituados elementos fundamentais da AD, como domínios e comunidades discursivas, além das onze abordagens propostas por Hjørland (2002) para o estudo da AD.

A partir da aplicabilidade da Análise de Domínio no âmbito da análise do Relatório Figueiredo, considera-se o domínio e a comunidade discursiva específica dos quais o relatório faz parte, além de três das onze abordagens apresentadas por Hjørland (2002): a dos estudos históricos, dos estudos epistemológicos e das classificações especiais. A combinação dessas abordagens junto à compreensão do domínio do qual faz parte o Relatório, bem como suas respectivas comunidades discursivas, contribui para compreender de maneira mais ampla seu contexto de produção. Na sequência, apresenta-se uma proposta de classificação de conceitos do documento, tomados como universo de assuntos, empregando a Teoria da Classificação Facetada: o Universo de assuntos **Serviço de Proteção ao Índio** e o Universo de assuntos **Invasão de Terras Indígenas**, sendo categorizados com base no Postulado das Categorias Fundamentais de Ranganathan (PMEST).

5.1 A ANÁLISE DE DOMÍNIO EM DISCUSSÃO: COMPREENDENDO DOMÍNIOS E COMUNIDADES DISCURSIVAS

As origens da Análise de Domínio, de acordo com Hjørland (2002), remetem ao campo da Ciência da Computação, com Neighbours (1980), tendo como premissas identificar operações, objetos e suas relações a partir do estudo de determinado domínio com a finalidade de criar novos sistemas de informação (ALBUQUERQUE; SIMIONATO, 2017). Essas mesmas autoras explicam que o estudo desse domínio

atrelado à Ciência da Computação possibilitaria o desenvolvimento de sistemas otimizados e em diálogo com suas respectivas interfaces.

Na perspectiva dos precursores dessa abordagem no âmbito da CI, Birger Hjørland e Hanne Albreschtsen (1995), a Análise de Domínio contribui para melhorar a compreensão da informação ao analisar especificamente seus respectivos domínios ou suas comunidades discursivas, além das relações de ambos com seu contexto. O contexto pode adquirir o mesmo sentido atribuído ao termo por Mai (2005), que o entende como algo: “[...] frequentemente definido como aquilo que envolve uma palavra, passagem, evento ou situação específica” (MAI, 2005, p. 605). Desse modo, na Ciência da Informação a AD não se limita apenas ao desenvolvimento de sistemas com base na eficiência de *softwares* ou *hardwares*, mas, sobretudo, há uma preocupação mais ampla de compreender os usuários a partir de uma perspectiva sociológica e humanística (HJØRLAND, 2002). Hjørland ainda acrescenta:

Além disso, o objetivo [da Ciência da Informação] pode ser diferente do objetivo da Ciência da computação. A [Ciência da Informação] deve ser mais aberta a visões alternativas, mais reflexiva e meta-orientada e demonstrar lacunas e incertezas no conhecimento aos usuários. Isso é muito diferente de fazer, por exemplo, um sistema especialista que tem um desempenho ótimo refletindo alguns modelos cognitivos generalizados (HJØRLAND, 2002, p. 450).

Hjørland (2008) explica que a AD surge como uma abordagem alternativa à visão cognitivista que prevalecia até o final da década de 1980 na Ciência da Informação, como um ponto de vista sócio-epistemológico que fosse capaz de refletir as necessidades de determinado grupo de usuários ou de um objetivo específico, a partir da descrição e da representação de documentos voltados a determinados propósitos. Desse modo, deixar-se-ia de lado a ideia de uma linguagem ideal para representação do conhecimento, uma vez almejada pelos paradigmas físico e cognitivo:

[...] um paradigma social que considera a CI como uma das muitas ciências sociais, fomentando [...] perspectivas psicossociais, sociolinguísticas, sociológicas do conhecimento e sociológicas da ciência no contexto da Ciência da Informação. O paradigma domínio-analítico é, em segundo lugar, uma abordagem funcionalista, com o intuito de entender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação, e de delinear mecanismos subjacentes ao comportamento informacional a partir desta visão. Em terceiro lugar, é

uma abordagem filosófico-realista, tentando constatar as bases da [Ciência da Informação] por meio de fatores que sejam externos às percepções individualístico-subjetivas dos usuários em oposição, por exemplo, aos paradigmas comportamentais e cognitivos (HJØRLAND; ALBRESCHTSEN, 1995, p. 400).

Com a perspectiva social epistemológica da AD, Hjørland e Albreschtsen (1995) trouxeram à luz a relação entre as comunidades discursivas e os distintos campos do conhecimento, cujos processos evidenciarão as respectivas características de um campo científico, ou seja, seus padrões, linguagens, princípios e suas relações com o contexto histórico, político e social em questão.

Além disso, os usuários, na perspectiva da AD, são compreendidos como sujeitos individuais e dotados de necessidades específicas, também “[...] pertencentes a diferentes culturas, estruturas sociais e domínios do conhecimento”, conforme esclarece Hjørland (2004, p. 18, tradução nossa). De acordo com o autor, esses usuários, assim como os próprios produtores de informação, compartilham linguagens e práticas de comunicação semelhantes às de suas comunidades, carregando, portanto, significados culturais, históricos e sociais. Por esse motivo, Hjørland e Gnoli (2017) elucidam que a Análise de Domínio considera critérios de relevância no trabalho com a informação e que esses critérios podem variar de acordo com as teorias presentes em cada domínio, o que, por extensão, reflete questões como o comportamento informacional e as crenças epistemológicas daqueles que buscam informação. Os autores explicam:

Do ponto de vista analítico de domínio, os especialistas em informação devem saber, por exemplo, as bases de dados relevantes, estratégias de busca, terminologia do assunto, sistemas de organização do conhecimento (por exemplo, tesouros), métodos bibliométricos e critérios para o que conta como conhecimento válido (epistemologia) (HJØRLAND; GNOLI, 2017, n.p., tradução nossa).

A Análise de Domínio, para Hjørland (2008), foi a única abordagem que considerou questões epistemológicas no âmbito da Organização do Conhecimento ao propor a investigação de questões objetivas e subjetivas, em especial visões coletivas compartilhadas por diferentes sujeitos, constituindo-se, assim, em um domínio ou comunidade discursiva com suas características específicas.

Reiterando essa afirmação, Guimarães *et al.* (2014) abordam a importância da AD para a pesquisa em organização do conhecimento, sobretudo quando se trata de

pesquisas envolvendo os aportes epistemológicos da área, além daquelas que contribuem para o desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento que consideram os contextos nos quais se inserem “[...] em consonância com os valores inerentes aos processos de produção e de uso, sem desconsiderar, ainda, os elementos idiossincráticos que permeiam todo o processo de organização em si mesmo” (GUIMARÃES *et al.*, 2014, p. 19).

Aproximando-se das colocações de Guimarães *et al.* (2014), Barité (2015) esclarece que a Análise de Domínio contribui para determinar a estrutura de conceitos (e suas relações) de determinado campo do saber, com o objetivo de representar esse conhecimento. O autor argumenta que para que a AD seja posta em prática é necessário identificar os problemas específicos do campo em estudo, realizando levantamentos que podem ser quantitativos, qualitativos ou ambos. E ainda explica: “[...] Essas metodologias podem ser utilizadas tanto para elaborar sistemas de organização do conhecimento e outras estruturas, como para revisá-los e avaliá-los” (BARITÉ, 2015, p. 28, tradução nossa).

O estudo do domínio na ORC é apontado por Hjørland e Albreschtsen (1995) como a “[...] melhor maneira de se compreender a informação, utilizando-se das comunidades de discurso e o seu papel na sociedade” (FREITAS; ALBUQUERQUE, 2017, p. 2). O conceito de domínio, de acordo com Mai (2005, p. 605), pode ser compreendido como “[...] uma área de especialidade, um corpus de literatura ou um grupo de pessoas trabalhando juntas em uma organização”. Mai (2005) ressalta, ainda, a importância de compreender o conceito de domínio sempre atrelado às atividades humanas, ainda que se refira, em determinada situação, às estruturas organizacionais ou às disciplinas: o domínio sempre vai refletir as interações humanas com a informação.

Amorim e Café (2017, p. 82), com base nos trabalhos de Hjørland, ainda complementam a respeito do conceito de domínio:

[...] Pode ser delimitado por um grupo de usuários, uma disciplina, uma empresa ou um amplo campo de conhecimento, dotados de necessidades informacionais e constituídos por paradigmas, tradições e escolas que definem suas teorias. Apresenta padrões nas práticas de comunicação. É uma entidade dinâmica que carrega a heterogeneidade de vozes, mas que também é afetado por externalidades, como as tecnologias, os recursos financeiros e o grau

de objetividade das pesquisas; por isso é fundamentalmente constituído nas dinâmicas socioculturais.

Na publicação de Hjørland e Albreschtsen (1995) referente à Análise de Domínio na Ciência da Informação, não há uma definição delineada do que vem a ser um domínio, embora os autores apresentem caminhos para compreendê-lo. No entanto, na *Encyclopedia of Knowledge Organization*, publicada pela ISKO em 2017, Hjørland e Gnoli fizeram pontuações importantes a respeito da Análise de Domínio e acerca do próprio conceito de domínio. Os autores elucidam, por exemplo, o caráter mutável do domínio, explicando que “[...] os domínios não são divisões prontas do mundo, mas são dinâmicos, em desenvolvimento e dependentes da teoria” (HJØRLAND; GNOLI, 2017, n.p., tradução nossa). Domínio, nesse sentido, tem uma relação de interdependência com o propósito da pesquisa e a compreensão sobre ele pode ser modificada ao longo desse processo de estudo.

Isso remete à ideia de “espiral hermenêutica” (HJØRLAND; GNOLI 2017) que está adjacente ao trabalho com os domínios. Uma vez estudado, à compreensão prévia que se tinha do domínio é acrescentada as impressões do próprio pesquisador, modificando assim a maneira como esse domínio era entendido anteriormente:

Para examinar um domínio, você deve saber algo sobre esse domínio, e esse conhecimento determina o que você faz e influencia os resultados de sua pesquisa. Simplesmente não há como escapar dessa espiral hermenêutica (HJØRLAND; GNOLI, 2017, n.p., tradução nossa).

A espiral hermenêutica reitera a não neutralidade do pesquisador diante de seu objeto. Além de construir o conhecimento sobre o domínio em etapas, o analista de domínio parte de pressupostos acerca daquele domínio para analisá-lo, inserindo novas impressões sobre ele no decorrer e ao final de sua pesquisa. Por esse motivo: “[...] qualquer opção que o analista de domínio tenha que fazer ao iniciar a análise (como, por exemplo, as fontes em que ele baseará sua literatura) deve ser explicitada” (HERNANDEZ, 2020, p. 124).

Hjørland e Hartel (2003) propuseram uma caracterização do domínio considerando três dimensões: ontológica, epistemológica e sociológica. Caracterizando cada uma delas, os autores explicam que a dimensão ontológica se refere à descrição de elementos da realidade tal como ela é estruturada e que, quando

abordada na análise de um domínio, envolve a elucidação de termos como: áreas, domínios, campos, objetos, problemas etc. A epistemológica refere-se, de acordo com os autores, “[...] ao estudo do conhecimento e a maneira como obter conhecimento, por exemplo, os papéis de observação, análise teórica, línguas, tradições [...] e valores na produção do conhecimento” (HJØRLAND; HARTEL, 2003, p. 240, tradução nossa). Essa dimensão envolve termos como o de abordagens, movimentos, paradigmas, filosofias, regimes, escolas, tradições e visões. Além disso, como diz respeito à elaboração de teorias, os autores complementam que a dimensão epistemológica é uma preocupação central na Análise de Domínio. Por fim, a dimensão sociológica diz respeito à maneira como o conhecimento é organizado pela sociedade e, na Análise de Domínio, pode ser expressa por conceitos, tais como: disciplinas, comunidades discursivas, especialidades, comunidades epistêmicas, profissões, além de termos da vida cotidiana e não acadêmicos, como *hobbies* (HJØRLAND; HARTEL, 2003).

As três dimensões de um domínio, explicitadas anteriormente, estão resumidas e expressas no quadro a seguir.

Quadro 8: Três dimensões de um domínio

Dimensão ontológica	Diz respeito aos estudos que investigam a constituição do mundo e seus objetos, a fim de compreender como a realidade está estruturada. No âmbito da ORC, refere-se, por exemplo, às relações entre o domínio e os tesouros e sistemas de classificação.
Dimensão epistemológica	Dimensão referente às tradições de conhecimento, escolas de pensamento e a maneira como esse conhecimento reflete a realidade. Corresponde às tradições teóricas de uma área, como a que compõe a ORC, por exemplo.
Dimensão sociológica	Dimensão considerada central na AD, de acordo com Hjørland e Hartel (2003), sendo expressa por conceitos que dizem respeito às características de determinados grupos sociais. Nessa dimensão, os campos de conhecimento encontram sua base de análise.

Fonte: desenvolvido pela autora com base em HJØRLAND e HARTEL (2003); FREITAS e ALBUQUERQUE (2017).

Hjørland e Hartel (2003) trazem ainda quatro correntes que contribuiriam para caracterizar os enunciados dos domínios no âmbito da AD, já apresentadas por Hjørland (1998), quando abordados pela dimensão epistemológica: a empirista, a racionalista, a historicista e a pragmatista. O empirismo¹⁹ estaria relacionado a tudo o que é passível de observação e pode ser experimentado por meio da experiência. O racionalismo²⁰ refere-se ao que provém do pensamento puro e estabelece estreita relação com a lógica e com modelos matemáticos, priorizando a organização de dados

¹⁹O significado de empirismo está ligado a uma corrente filosófica, do século XVIII, estabelecida pela premissa de que toda verdade pode ser colocada à prova, posto que “[...] a experiência é critério ou norma da verdade” (ABBAGNANO, 2007, p. 326). Sendo assim, as verdades pré-concebidas podem ser controladas, e a depender dos resultados da experiência serem eventualmente transformadas ou modificadas.

²⁰O conceito de racionalismo foi empregado a partir do século XVII, no contexto do pensamento religioso, para designar a importância da razão no estabelecimento de crenças. O termo foi posteriormente adotado, no século XIX, no âmbito da Filosofia, por filósofos como Kant e Hegel, como conceito para caracterizar discussões ligadas à moral, à estética e à metafísica (ABBAGNANO, 2007).

de acordo com princípios que não provêm da experiência. O historicismo prioriza a contextualização dos dados, dando ênfase ao desenvolvimento de teorias e ao contexto histórico. O pragmatismo, por sua vez, busca saber os objetivos da pesquisa, assim como os valores subjacentes referentes tanto ao sujeito (pesquisador) quanto ao objeto pesquisado e coloca sob suspeita dados declarados como neutros. Importante sublinhar que a descrição dessas quatro correntes é apresentada por Hjørland (1998) apenas para demonstrar possíveis categorias analíticas quando do uso da AD, não estabelecendo relações com possíveis métodos para essa abordagem e suas respectivas correntes.

Nesse mesmo trabalho de Hjørland e Hartel (2003), intitulado *Afterword: Ontological, Epistemological and Sociological Dimensions of Domains*, os autores vão demonstrando a maneira como essas dimensões estão inter-relacionadas na Análise de Domínio, constituindo-se como elementos que contribuem para elucidar as características do domínio em estudo. Nas palavras dos autores: “Podemos dizer que um princípio ontológico constitui uma forma intelectual de organizar o conhecimento, enquanto um princípio sociológico constitui uma forma social de organizar o conhecimento” (HJØRLAND; HARTEL, 2003, p. 243, tradução nossa). Hjørland e Gnoli (2017) complementam a afirmação ao esclarecerem que um domínio é definido tanto social quanto teoricamente e se trata de um conhecimento de um grupo de pessoas, as quais compartilham responsabilidades ontológicas e epistemológicas.

Isso significa que o estudo de determinado domínio envolve necessariamente o uso dessas três dimensões para que seja pensado e organizado, e, no âmbito da Ciência da Informação e da Organização e Representação do Conhecimento, a combinação dessas três dimensões é fundamental:

A implicação para a [...] Ciência da informação e para a Organização do Conhecimento é que os estudos de domínios devem considerar a complexa interação de questões ontológicas, epistemológicas e fatores sociológicos que influenciam o desenvolvimento de campos de conhecimento (HJØRLAND; HARTEL, 2003, p. 244, tradução nossa).

As colocações de Hjørland e Hartel (2003) contribuem para reforçar as três dimensões da AD no âmbito do domínio analisado na presente tese. A dimensão ontológica é abordada à medida que se pensa o domínio como realidade, e sendo esse domínio um território geográfico denominado América Latina reflete-se acerca

de questões colocadas pela teoria decolonial sobre e a partir desse domínio, questionando a maneira como é estruturado, quais elementos fazem parte dele, por que e por quem foi assim constituído e quais características fazem dele o que são no tempo presente. O rol de elementos levantados nessa dimensão é essencial para estruturar a proposta de classificação, baseada na Teoria da Classificação Facetada, apresentada nesta pesquisa. Aborda-se a dimensão epistemológica quando se constrói um conhecimento sobre esse domínio, pautado na teoria decolonial, e na medida em que os aspectos históricos desse domínio (a América Latina) são estudados e relacionados com a teoria que fundamenta essa dimensão epistemológica. Além disso, duas correntes dessa dimensão se sobressaem quando da análise do domínio em estudo: a historicista, por priorizar a contextualização histórica do território latino-americano, identificando informações que o caracterizam, e a pragmatista, por considerar que os valores do pesquisador e do objeto pesquisado incidem sobre a análise do domínio em questão, além dos próprios valores adjacentes à construção teórica decolonial. Por fim, a dimensão sociológica, considerada central na AD (HJØRLAND; HARTEL, 2003) e exercendo, portanto, papel importante na análise do domínio compreendido como América Latina: é abordada pois estuda-se o domínio em sua relação com suas comunidades discursivas, ou seja, como um conjunto de conhecimento constituído por um grupo social, que por sua vez vai constituir suas próprias questões ontológicas e epistemológicas.

A relação do domínio analisado com as três dimensões supracitadas relaciona-se com o conceito de domínio proposto por Smiraglia (2014). Domínio, na concepção do autor, é tratado como um grupo que compartilha conhecimento, objetivos, métodos de pesquisa e práticas de comunicação que são capazes de colaborar com a criação de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), tendo como função, portanto, “[...] possibilitar a comunicação, conferindo intersecção epistemológica, ontológica e sociológica entre os agentes contextualizados” (AMORIM; CAFÉ, 2016, não paginado).

Os domínios são compostos por suas respectivas comunidades discursivas, sendo essas comunidades fundamentais para a AD. Essas comunidades de discurso constituem-se de “[...] grupos de pessoas que se relacionam para ao alcance de objetivos comuns e que possuem características próprias desenvolvidas e adaptadas para o grupo” (FREITAS; ALBUQUERQUE, 2017, p. 9).

Pensando na produção da informação e do conhecimento como foco da AD – muito mais que esses respectivos elementos de maneira isolada –, emerge a importância das comunidades discursivas para essa abordagem. Concorde-se, desse modo, com Amorim, Vianna e Medeiros (2019, p. 38), quando afirmam: “[...] seu foco é sobre as comunidades discursivas, as quais são compostas por saberes, práticas, objetos, sujeitos e instituições sociais em constante interação tecem redes de signos e semânticas articulados em documentos”. Os autores complementam que na concepção de Hjørland e Albreschtsen (1995) comunidades de discurso – integrantes de um domínio – integram a divisão social do trabalho.

Com base nas concepções de Hjørland (1995; 2002), Almeida e Dias (2019) tratam a comunidade discursiva como o epicentro de interesse da Análise de Domínio, sendo constituída por atores, sejam eles produtores ou usuários de informações, além de organizações e serviços de informação. Para os autores, ainda, a comunidade discursiva forma conceitos, linguagens e necessidades e por isso estabelece a estrutura da informação. Complementando a ideia, Dias (2015) ressalta que as características das comunidades discursivas vão exercer influências diretas sobre o uso da informação, posto que possuem comportamentos informacionais específicos. De acordo com a autora, os profissionais da informação deverão então considerar os respectivos hábitos dessas comunidades no trabalho com a organização da informação, incidindo diretamente nos processos de representação e conseqüentemente na recuperação dos conteúdos informacionais, o que contribui, ainda, para a compreensão do domínio em questão.

Swales (2017) refere-se às comunidades discursivas como um conjunto de pessoas que compartilha de discursos, definindo-as como “[...] grupos que têm objetivos e propósitos cuja comunicação é usada para atingir esses objetivos” (SWALES, 2017, não paginado, tradução nossa). Além disso, para o autor, existem seis características definidoras de uma comunidade discursiva:

- 1) Possui objetivos públicos comuns e amplamente acordados;
- 2) Possui mecanismos de intercomunicação entre seus membros;
- 3) Usa de seus mecanismos para fornecer informações e *feedbacks*;
- 4) Possui ou utiliza um ou mais meio de comunicar-se a respeito de seus objetivos;
- 5) Possui vocabulário específico;
- 6) [...] Possui nível adequado de conteúdo relevante [...]. (SWALES, 2017, não paginado, tradução nossa).

Em pesquisa dedicada a analisar alguns índices presentes nos trabalhos de Hjørland, Amorim e Café (2017) perceberam a existência de múltiplas compreensões a respeito do termo “comunidade discursiva”, ora aparecendo como sinônimo de disciplina, ora como comunidade científica, ou como comunidade epistêmica e, até mesmo, como comunidade de usuários. Ao final da análise, os autores estabeleceram uma delimitação para o termo:

[...] uma organização social que ordena e limita o processo comunicacional num domínio, constituindo como o epicentro de interesse da Análise de Domínio. Composta por atores (produtores, intermediários e usuários dos documentos), instituições e serviços de informação, que se arranjam segundo uma divisão social do trabalho. A comunidade discursiva é responsável pelo estabelecimento da estrutura de informação na medida em que moldam as ferramentas, as linguagens, os conceitos, os significados, as necessidades e os critérios de relevância informacional (AMORIM; CAFÉ, 2017, p. 81).

Referente às comunidades discursivas, Hjørland (2002, p. 450-451, tradução nossa), apresenta onze abordagens que devem ser consideradas na AD:

- (1) Guias de literatura: organizam as fontes de informação em um domínio de acordo com os tipos e funções atendidas. Além de apresentar uma descrição ideográfica das fontes de informação, dispõe sobre as relações entre as fontes, em uma perspectiva sistêmica.
- (2) Classificações especiais e tesouros (especialmente as abordagens baseadas em facetas): organizam as estruturas lógicas de categorias e conceitos em um domínio, bem como as relações semânticas entre os conceitos.
- (3) Especialidades de indexação e recuperação: organizam documentos ou coleções individuais a fim de otimizar a capacidade de recuperação e visibilidade de seus potenciais epistemológicos.
- (4) Estudos empíricos de usuários: podem organizar domínios de acordo com preferências ou comportamentos ou modelos mentais de seus usuários.
- (5) Estudos bibliométricos: organizam padrões sociológicos de reconhecimento explícito entre documentos individuais.
- (6) Estudos históricos: organizam tradições, paradigmas, bem como documentos e formas de expressão e suas mútuas influências.
- (7) Estudos de gêneros e documentais: revelam a organização e a estrutura de diferentes tipos de documentos em um domínio.
- (8) Estudos epistemológicos e críticos: organizam o conhecimento de um domínio em paradigmas de acordo com seus pressupostos básicos sobre o conhecimento e a realidade.
- (9) Estudos terminológicos, de LSP (linguagens para fins especiais) e estudos do discurso: organizam palavras, textos e enunciados em um domínio de acordo com critérios semânticos e pragmáticos.

(10) Estudos de estruturas e instituições de comunicação científica: organizam os principais atores e instituições de acordo com a divisão interna do trabalho no domínio.

(11) Análise de domínio em cognição profissional e inteligência artificial: fornece modelos mentais de um domínio ou métodos a fim de produzir sistemas especialistas (HJØRLAND, 2002, p. 450-451, tradução nossa).

Compreende-se, a partir da fundamentação hjørlandiana sobre o paradigma domínio-analítico, que um domínio pode ser entendido em perspectivas diversas. Além de representar um campo do conhecimento e/ou as referências a ele relacionadas, referem-se também às comunidades discursivas – ou, conforme acrescentado por Albuquerque (2017), ao universo de representação de um assunto – os quais se formam por um respectivo grupo de indivíduos que tem seus próprios termos e conceitos, além de objetivos em comum, compartilhando conceitos específicos e bastante especializados (ALBUQUERQUE, 2017).

Esclarecendo a abordagem dos estudos históricos e epistemológicos, Almeida e Dias (2019) comunicam, a respeito do primeiro, que eles podem ser utilizados na Ciência da Informação tanto para estudar a historicidade dos domínios quanto para tratar da historicidade e do desenvolvimento de terminologias, categorias e sistemas de comunicação. Além disso, os autores explicam que a abordagem histórica é fundamental na CI – e, por extensão, na ORC –, pois permite compreender mais a fundo os contextos de produção da informação e do conhecimento em documentos, instituições ou sistemas de informação. Concorde-se, nesse sentido, com Hjørland (2002) ao afirmar que a abordagem histórica é substancial para a Ciência da Informação, sendo capaz de fornecer perspectivas mais aprofundadas a respeito dos domínios e das comunidades discursivas.

A respeito da abordagem epistemológica, Almeida e Dias (2019) esclarecem que se trata das tradições de pesquisa, do desenvolvimento do conhecimento, de novos paradigmas e de novas áreas, sendo por isso “[...] a abordagem mais básica e necessária para a consolidação de todas as outras abordagens, pois é fundamental conhecer o domínio” (ALMEIDA; DIAS, 2019, p. 29). Para Hjørland (2002), os estudos epistemológicos estão frequentemente ligados à análise de abordagens ou paradigmas em determinados campos de pesquisa e, especificamente na Ciência da Informação, podem ser empregados para compreender os fundamentos dos domínios do conhecimento e das comunidades discursivas, fornecendo “[...] diretrizes para

seleção, organização e recuperação de informações [...]” (HJØRLAND, 2002, p. 440, tradução nossa), estando ligados, portanto, a processos, produtos e instrumentos da ORC.

Sobre os tesouros e as classificações especiais, Hjørland (2002) fala de sua relação com a filosofia racionalista à medida que os esquemas de classificação necessitam dos pressupostos epistemológicos das ciências para que sejam desenvolvidos. O autor acrescenta que os sistemas de classificação “[...] consistem nos conceitos centrais de um domínio organizado de acordo com relações semânticas como relações genéricas e sinonímia, razão pela qual as metodologias para sua construção devem estar fundamentalmente relacionadas” (HJØRLAND, 2002, p. 426, tradução nossa). Ele discorre também sobre o pioneirismo da Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan na classificação de domínios de assuntos na Ciência da Informação, e embora aponte algumas limitações ainda a considera, juntamente com outras pesquisas em classificação, a pedra angular da CI.

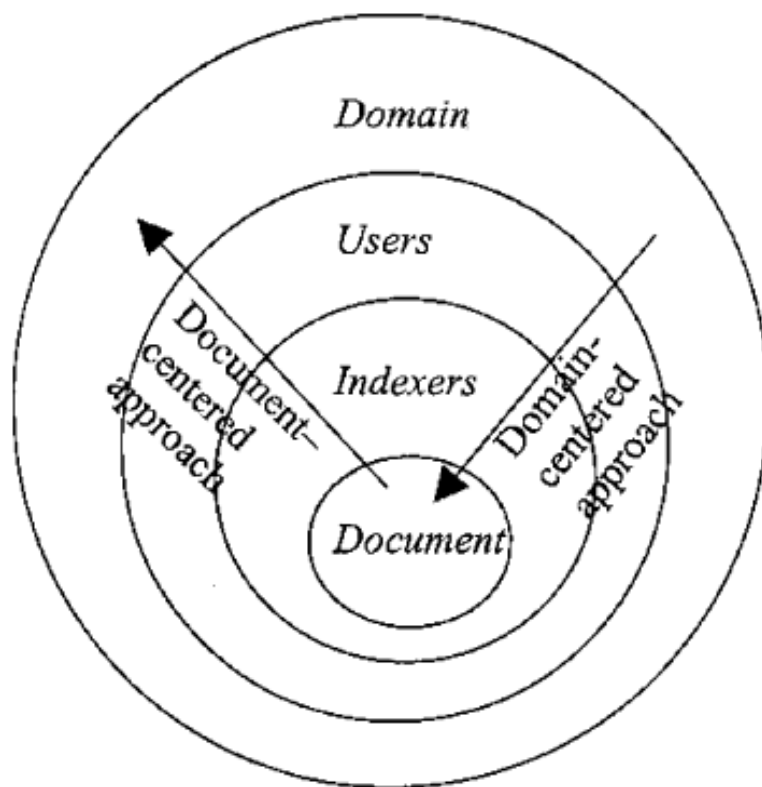
Para que se elucidem os direcionamentos seguidos na tese, compreende-se como comunidade discursiva alguns dos sujeitos que fazem parte desse domínio denominado América Latina, sendo eles constituídos por membros do governo federal. O governo brasileiro em atividade no período histórico em estudo constitui-se como comunidade discursiva na medida em que, a partir de uma necessidade específica – registrar denúncias de crimes cometidos contra os povos indígenas do Brasil –, requereu a Comissão de Inquérito com base nos diversos relatos coletados, elegeu sua linguagem, conceitos, significados e a maneira de estruturar a informação para atingir seus respectivos propósitos.

O Relatório Figueiredo é analisado à luz da Análise de Domínio sob as abordagens das classificações especiais (por meio do emprego da Teoria da Classificação Facetada), dos estudos históricos (considerando o contexto histórico de produção do documento) e dos estudos epistemológicos (cuja epistemologia da decolonialidade fornece as bases para a desconstrução de discursos dominantes, para reconhecer a voz dos povos indígenas no contexto do Relatório Figueiredo, além de constituir o domínio latino-americano, território geográfico de onde se erige o discurso decolonial de Aníbal Quijano), correspondendo, respectivamente, à segunda, à sexta e à nona abordagem propostas por Hjørland (2002) para a Análise de Domínio. Juntas, as três abordagens escolhidas podem fornecer uma análise concreta do

domínio e da comunidade discursiva em questão, demonstrando a importância da combinação dessas abordagens quando da AD, conforme elucidada Hjørland (2002, p. 451): “A pesquisa em CI combinando várias das abordagens [...] irá, na minha opinião, fortalecer a identidade e a relação entre pesquisa e prática na CI. [...] Também pode proporcionar um contato interdisciplinar [com] áreas como sociologia, linguística e filosofia”.

Jens-Erik Mai (2005) propõe um esquema elucidativo para representar a importância da abordagem centrada no domínio ao trabalhar com a indexação, conforme mostra a figura a seguir.

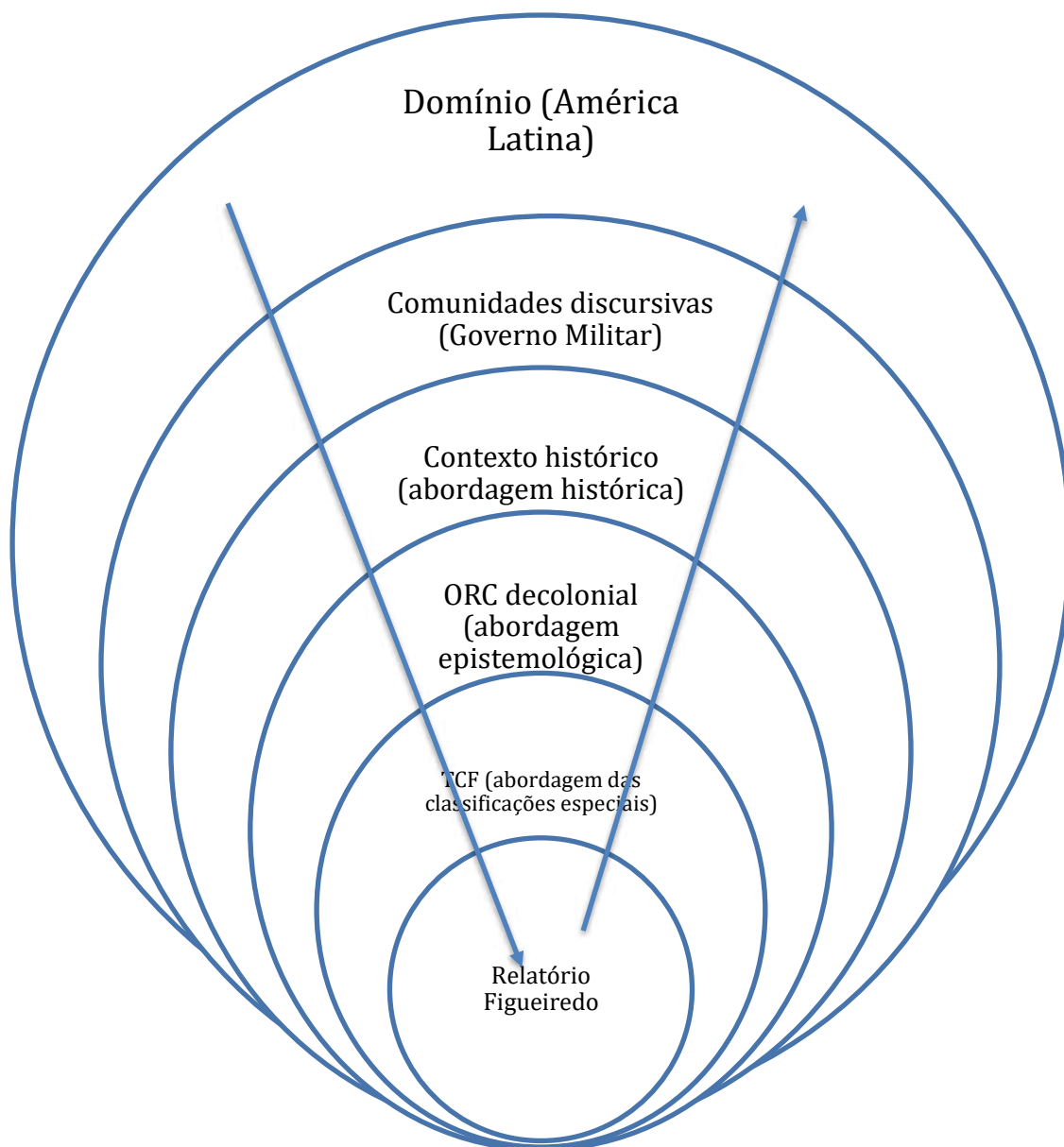
Figura 13: *Approaches in indexing: document centered and domain-centered*



Fonte: MAI (2005, p. 607).

Tendo como objeto central o documento a ser indexado, Mai (2005) explora sua relação de interdependência com a atividade de indexação que deve, por sua vez, considerar os usuários elementos fundamentais nesse processo, compreendidos a partir de um âmbito maior, os domínios. Adaptando o esquema de Mai (2005), pode-se considerar a seguinte figura:

Figura 14: Análise do Relatório Figueiredo centrada no Domínio



Fonte: Elaborado pela autora com base em MAI (2005, p. 607).

Nesse esquema, o Relatório Figueiredo é o objeto de análise. Sua abordagem está centrada no domínio e na comunidade discursiva que permeiam esse objeto: é a partir desse referido domínio e suas características (o contexto histórico e geográfico latino-americano), além de sua comunidade discursiva (o governo militar, em exercício à época, que requereu a Comissão de Inquérito) que são mapeados os assuntos e

facetas do Relatório, sob a abordagem das classificações especiais e dos estudos epistemológicos e históricos.

Dessa forma, é relevante a compreensão desse domínio (estudado com base nos fundamentos epistemológicos da teoria decolonial), bem como dessa comunidade discursiva (o governo militar), além da compreensão do contexto de produção da comissão que resultou no Relatório, a fim de que as facetas e seus respectivos conceitos sejam analisados criticamente. Essa análise crítica pode dar subsídios para a elaboração de uma proposta de classificação facetada, resultando, por sua vez, em uma modelagem conceitual cujos conceitos coletados contribuem para reforçar a flexibilidade do sistema facetado, ao permitir modelar conceitos com características decoloniais e assim elaborar sistemas que podem ter também essas características. Sobre a importância de compreender o domínio, a partir de sua proposta de indexação de documentos, Mai (2005) reforça:

A abordagem centrada no domínio fará uma série de perguntas, começando com perguntas sobre o domínio, passando para perguntas sobre os usuários, depois para perguntas sobre os indexadores e, finalmente, fará perguntas sobre o documento a ser indexado. O indexador abordará questões sobre o domínio, usuários e indexadores em preparação para analisar um documento e, por fim, indexá-lo (MAI, 2005, p. 608, tradução nossa).

Por meio dos questionamentos voltados ao domínio, é possível que sejam identificadas características compartilhadas ou distintas entre as comunidades discursivas que dele fazem parte, o que possibilita, de acordo com Albuquerque e Simionato (2017, p. 12), “[...] maior familiaridade e coerência na elaboração e visualização das características e conceitos que determinarão uma boa recuperação de informações”. Discutindo a importância da Análise de Domínio na elaboração de sistemas de classificação no âmbito arquivístico, essas mesmas autoras argumentam, embasadas em Hjørland (2002), como a abordagem da AD contribui com a identificação de conceitos de um domínio precedendo, inclusive, a construção dos planos de classificação. Conforme explicam, “[...] o plano ou esquema de classificação é o resultado da análise da comunidade discursiva e dos documentos que compõem o arquivo” (ALBUQUERQUE; SIMIONATO, 2017, p. 13). A defesa das autoras contribui para fundamentar o trabalho com a Teoria da Classificação Facetada usada

para mapear assuntos, facetas e conceitos do Relatório Figueiredo precedida pela abordagem teórico-metodológica da Análise de Domínio.

O quadro a seguir reúne as três abordagens da Análise de Domínio escolhidas nesta pesquisa, considerando o domínio e a comunidade discursiva em estudo, como forma de demonstrar suas contribuições ao desenvolvimento do método analítico-sintético a partir da Teoria da Classificação Facetada, sendo assim uma alternativa para a construção de SOC decoloniais que podem ter características decoloniais.

Quadro 9: O Relatório Figueiredo sob as abordagens da Análise de Domínio

<p>Domínio América Latina (lôcus de enunciação da teoria decolonial)</p>	<p>Abordagem histórica: ao considerar a historicidade do domínio e da comunidade discursiva em estudo, a historicidade dos conceitos mapeados e inferidos, além do próprio contexto histórico de produção do Relatório Figueiredo.</p>
<p>Comunidade discursiva Governo federal (governo militar, em vigência no período, requerente da Comissão de Inquérito que resultou no Relatório Figueiredo)</p>	<p>Abordagem epistemológica: ao partir da decolonialidade como fundamento epistemológico que constitui o domínio e para erigir estudos decoloniais na ORC e, por extensão, elaborar SOC que desconstruam discursos dominantes, reconheçam os contextos sociais e culturais diversos e estejam atentos a populações marginalizadas, sejam elas parte ou usuários do sistema.</p> <p>Classificações especiais: ao apresentar uma proposta de classificação em facetas, a partir do mapeamento e de inferências dos conceitos do Relatório Figueiredo, por meio do método analítico-sintético da Teoria da Classificação Facetada.</p>

Fonte: elaborado pela autora.

5.2 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA E PRAGMÁTICA A PARTIR DA TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO FACETADA

Ao colocar a Análise de Domínio em interface com a Teoria da Classificação Facetada, é possível propor procedimentos pragmáticos de análise de um respectivo domínio e sua comunidade discursiva, partindo assim do levantamento do universo de assuntos, conceitos e facetas de dado documento. A Teoria da Classificação Facetada como procedimento metodológico deve partir, nesse sentido, de elementos para a construção de sistemas facetados, sempre com base em uma análise detalhada do vocabulário em questão para, posteriormente, classificar os termos que resultam dessa análise, propondo categorias fundamentais que, de acordo com Albuquerque (2012, p. 172): “[...] funcionam como um núcleo de estabelecimentos de relações semânticas que se realizam conforme o vocabulário controlado”.


Esse aspecto justifica a Teoria da Classificação Facetada como método analítico do Relatório Figueiredo junto à Análise de Domínio, haja vista sua flexibilidade por possibilitar o levantamento de assuntos ou classes dos documentos e estabelecer relações ilimitadas entre eles até que se esgotem as possibilidades. Destaca-se, nesse sentido, além da flexibilidade, a adaptabilidade da TCF ao permitir arranjar novos assuntos, cuja análise em categorias e facetas não prejudica a sequência e a usabilidade de um sistema (SILVA, 2018).

Isso significa dizer que os assuntos, na TCF, podem ser organizados de modo que suas partes, facetas ou conceitos tenham características em comum, não se limitando a uma hierarquia no momento da divisão desses assuntos. Tal flexibilidade do sistema de Ranganathan, de acordo com Barbosa (1972), contribuiu para que assuntos com conceitos multidimensionais pudessem ser, a partir de então, considerados nos estudos envolvendo classificações bibliográficas.


Retomando um dos passos fundamentais do processo classificatório preconizado por Ranganathan (1967), tem-se o mapeamento do universo de assuntos, que se constitui em identificar os **assuntos básicos**, ou seja, o domínio do conhecimento base para organizar as unidades classificatórias, e os **isolados**, que qualificam o assunto básico, conforme explica Hjørland (2013). A combinação entre os dois resultará no **assunto composto**. Aplicando o método do mapeamento de assuntos no Relatório Figueiredo, a partir de uma compreensão mais ampla do

domínio onde ele se insere e de sua comunidade discursiva, a título de exemplo, é possível identificar, por busca no documento e por inferências, entre tantos outros, os seguintes assuntos compostos:


Quadros 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17: Formação de assuntos compostos no Relatório Figueiredo

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Relatório Figueiredo		Faceta	Facetas do Relatório Figueiredo


Quadro 11

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Relatório Figueiredo		Povos indígenas	O Relatório Figueiredo como instrumento de denúncia aos povos indígenas


Quadro 12

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Relatório Figueiredo		Invasão de Terras indígenas	Denúncias de Invasão de Terras indígenas no Relatório Figueiredo


Quadro 13

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Relatório Figueiredo		Postos Indígenas	Situação dos Postos Indígenas expressos no Relatório Figueiredo


Quadro 14

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Relatório Figueiredo		Relatores	Depoimentos dos relatores no Relatório Figueiredo


Quadro 15

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Serviço de Proteção ao Índio		Povos indígenas	Tratamento dispensado aos povos indígenas pelo SPI

Quadro 16

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Postos indígenas		Invasão de Terras indígenas	Convivência dos Postos indígenas com a invasão de Terras Indígenas

Quadro 17

Assunto Básico		Isolado	Assunto composto
Postos indígenas		Povos indígenas	Situação delegada aos povos indígenas pelos Postos Indígenas do SPI

Fonte: elaborados pela autora.

Esse exercício contribui para levantar o universo de assuntos básicos e suas respectivas combinações (isolados), que resultam nos assuntos compostos e demonstram a multiplicidade de arranjos entre esses elementos para o estudo do Relatório Figueiredo, reforçando que há diversas possibilidades de estudo desse documento a partir de suas categorias e conceitos.

Importante elucidar que os termos do Relatório Figueiredo para compor o exercício supra exposto, dos Quadros 10 a 17, além dos termos que aparecem no Quadro 18, e nas Figuras 15 e 16 foram identificados a partir de inferências feitas na

leitura, análise e síntese iniciais, com base no referencial teórico, nas intenções da pesquisa, no domínio e na comunidade discursiva que permeiam o documento (a América Latina e o governo militar em exercício na década de 1960), na tentativa de reforçar o aspecto decolonial da pesquisa e assim apoiar a elaboração de sistemas que podem ter essa característica. Esses termos seguem assim um vocabulário conceitual próprio e alinhado à teoria epistemológica decolonial, na tentativa de demonstrar que a decolonialidade quijianiana embasa o olhar para o domínio e a comunidade discursiva e conseqüentemente para os termos coletados do documento. O embasamento decolonial, nesse sentido, permite identificar e estruturar conceitos que denunciam a colonialidade do poder, ainda que seja em um documento elaborado a partir da demanda de uma comunidade discursiva que extinguiu direitos, instituiu a censura e a tortura e que via nos povos indígenas um impedimento à política de desenvolvimentismo almejada pelo governo militar.

Em um estudo sobre classificações facetadas, Barbosa (1972) discorre a respeito da classificação em faceta como um possível caminho para dar conta da multiplicidade de documentos gerados nas unidades de informação e suas possíveis relações, conferindo-lhes um tratamento mais flexível e multidimensional. Na conceituação da autora, Classificação Facetada é:

[...] sistema que agrupa termos estruturados, na base da análise de um assunto, para identificação de suas facetas, isto é, dos diferentes aspectos nele contidos. A análise em facetas coordena conceitos, significando que um assunto, por mais complexo que seja, pode ser representado pela síntese de mais de uma faceta, cada uma indicando conceitos diferentes. Eis a razão porque esse tipo de classificação é chamado de analítico-sintético. Ranganathan diz que apenas seu sistema é 100% desse tipo, e conceitua a CDU como sendo um sistema semi-analítico-sintético (BARBOSA, 1972, p. 74).

Para a mesma autora (BARBOSA, 1972), um sistema facetado deve ser organizado a partir das etapas descritas a seguir.

1. **Definição do assunto e levantamento da terminologia:** etapa dedicada à determinação do universo do assunto que será classificado, o que exige um conhecimento mais aprofundado, por parte do classificador, desse universo de assuntos. Nesse momento também deve ser levantada a terminologia que faz parte do universo de assuntos.

2. **Levantamento das facetas:** momento em que são determinados os “princípios de divisão” (BARBOSA, 1972, p. 76) para que sejam listadas as facetas. Cabe explicitar que a literatura sobre sistemas facetados trata categoria e facetas como sinônimos. Barbosa (1972), por exemplo, denominou como *faceta* aquilo que Ranganathan chamou de *categoria*, no Postulado das Cinco Categorias Fundamentais (PMEST). No entanto, como as categorias podem ser compreendidas como propostas de facetação no sistema, a denominação adotada na pesquisa será também *facetas*. Aqui, Barbosa (1972) destaca a flexibilidade do sistema facetado, argumentando que não é necessário que todas as categorias (ou facetas) sejam correspondentes, ao mesmo tempo, a um único assunto.
3. **Levantamento das subfacetas:** nesta etapa, após o levantamento das subfacetas, agrupam-se os termos correspondentes a cada uma delas, reagrupando, assim, as subclasses de cada categoria ou faceta. Barbosa (1972) explica que esses agrupamentos devem acontecer de modo a possibilitar futuras expansões, já que a tarefa de identificar subfacetas, agrupar termos e aplicar novos princípios de divisão nunca será totalmente completa, pois, além de ser um tanto subjetiva, depende de quem está elaborando o sistema e das necessidades de seus usuários.
4. **Decisão da ordem de citação das facetas e subfacetas:** Barbosa (1972) esclarece que essa etapa é o momento em que se estabelece a ordem de aplicação dos *princípios de divisão*, ou seja, o grau de aprofundamento das facetas ou categorias. Ranganathan, por exemplo, estabeleceu em seu Postulado das Cinco Categorias que a ordem deve sempre ser: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo, dado a decrescente de substancialização de cada uma delas.

5. **Agrupamento das subfacetas:** consiste na decisão da ordem dos termos dentro de cada subfaceta, não existindo, porém, conforme explica Barbosa (1972), uma ordem padrão.

Seguindo as etapas propostas por Barbosa (1972), foram estabelecidos os seguintes quadros:

Quadro 18: Etapa 1 - Levantamento dos termos e definição do universo de assuntos

Termos	Universo de assuntos
Relatório; comissão, denúncia, relator; julgamento; prisão; tutela, civilizar; índio; indígena; posto indígena; terra do índio; terra indígena; segurança; sobrevivência, direito ao trabalho; direito à terra; autodeterminação; patrimônio indígena; invasão; invasores; usurpação; posse; grilagem; arrendamento; esbulho; apropriação; sevícias; dilapidação do patrimônio; ocupação clandestina; exploração; enriquecimento ilícito; cárcere; adulteração; fraude; omissão; incúria; crime; morte; assassinato; violência; violação; envenenamento; estupro; aliciamento; prostituição; abuso	Serviço de Proteção ao Índio (SPI) Invasão de Terras Indígenas

Fonte: elaborado pela autora.

É relevante destacar que diversos outros termos foram encontrados no Relatório. Optou-se, porém, pelo uso daqueles que condizem com a proposta de constituição de um SOC contra-hegemônico e com características decoloniais. Com relação ao universo de assuntos, a escolha foi feita considerando que o Serviço de Proteção ao Índio constitui-se como um universo com características específicas e protagonista de muitas das ações que resultaram nas denúncias presentes na Comissão de Inquérito; e que Invasão de Terras Indígenas, como já explicitado na tese, é a raiz de um problema que se desdobra em tantos outros e que delega os povos indígenas à marginalização até a atualidade.

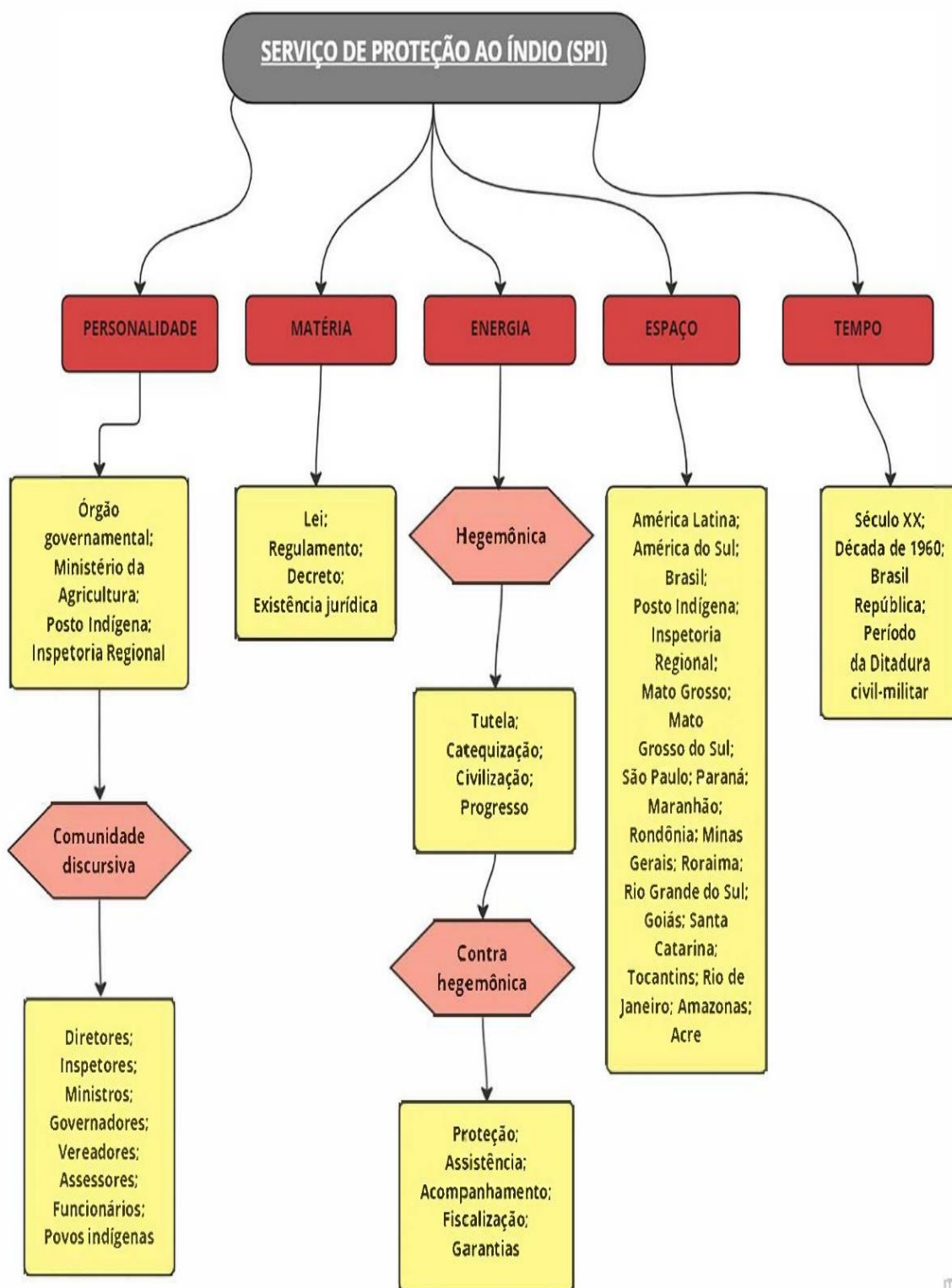
Quadro 19: Etapa 2 - Levantamento das Facetas

CATEGORIAS FUNDAMENTAIS
Personalidade
Matéria
Energia
Espaço
Tempo

Fonte: elaborado pela autora.

Para cada um dos universos de assuntos definidos na **Etapa 1**, é aplicado o Postulado das Cinco Categorias Fundamentais de Ranganathan (PMEST).

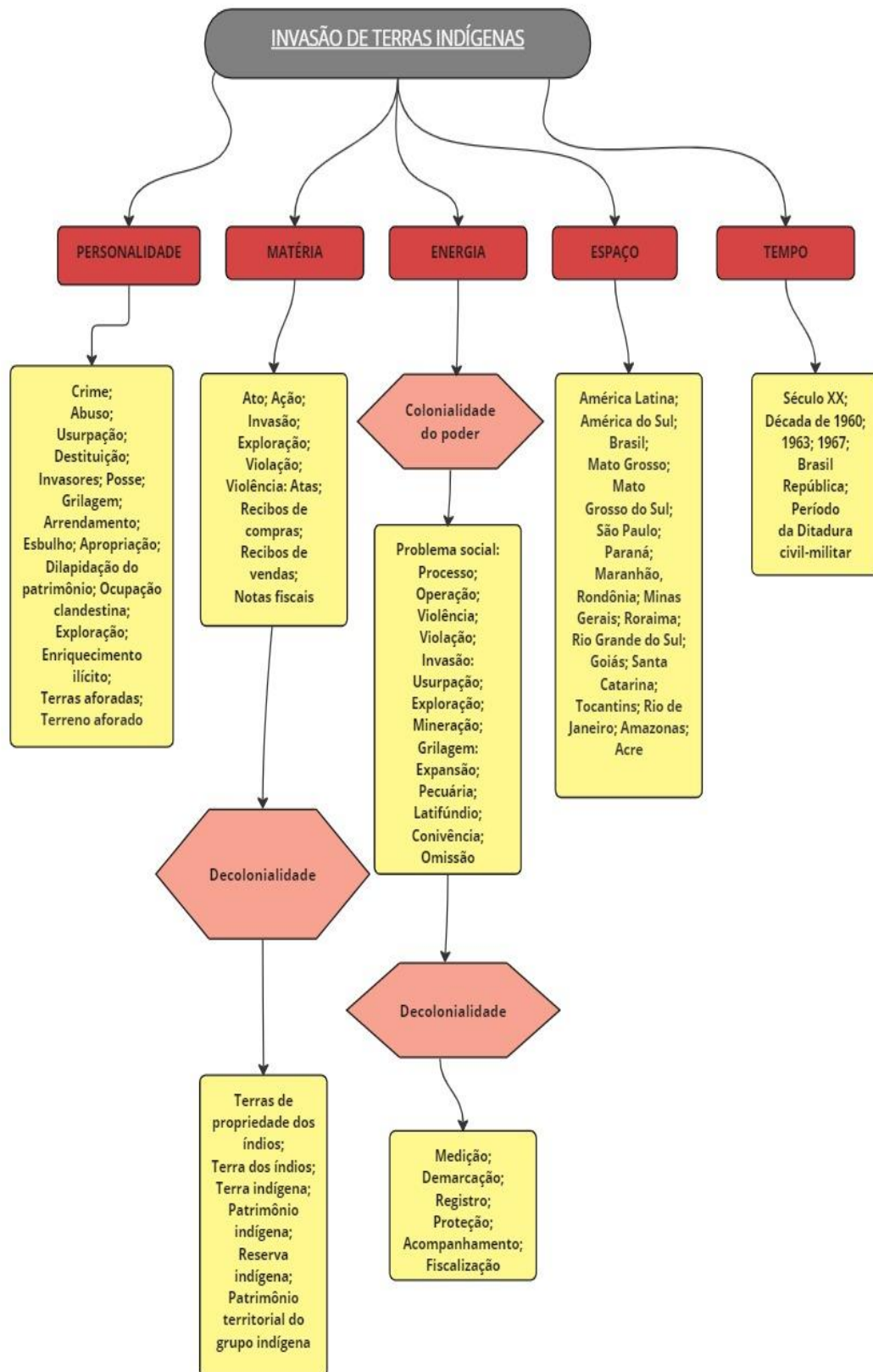
Figura 15: Etapa 3 - Levantamento das subfacetas do Universo de assunto Serviço de Proteção ao Índio (SPI)



Fonte: elaborado pela autora.

Ao universo de assunto **Serviço de Proteção ao Índio (SPI)** aplicou-se a PMEST, que por sua vez desmembrou-se em suas respectivas facetas e subfacetas, todas com base em inferências e, a partir delas, em buscas realizadas no documento. Como é possível notar, a categoria ou faceta Personalidade desmembrou-se na subfaceta Comunidade discursiva, pela relevância dessa categoria no âmbito do SPI e mais especificamente na pesquisa. A categoria ou faceta Energia desmembrou-se em duas subfacetas, pois as ações que regiam o SPI podem ser analisadas a partir de um ponto de vista crítico. Assim, a intervenção do órgão desdobrava-se em ações hegemônicas, como aquelas que visavam tutelar, catequizar e civilizar o indígena, e contra-hegemônicas, pois a existência do órgão deveria ser regida sobretudo por ações e práticas que garantissem a proteção dos povos indígenas.

Figura 16: Etapa 3 - Levantamento das subfacetas do Universo de assunto Invasão de Terras Indígenas



Fonte: elaborado pela autora.

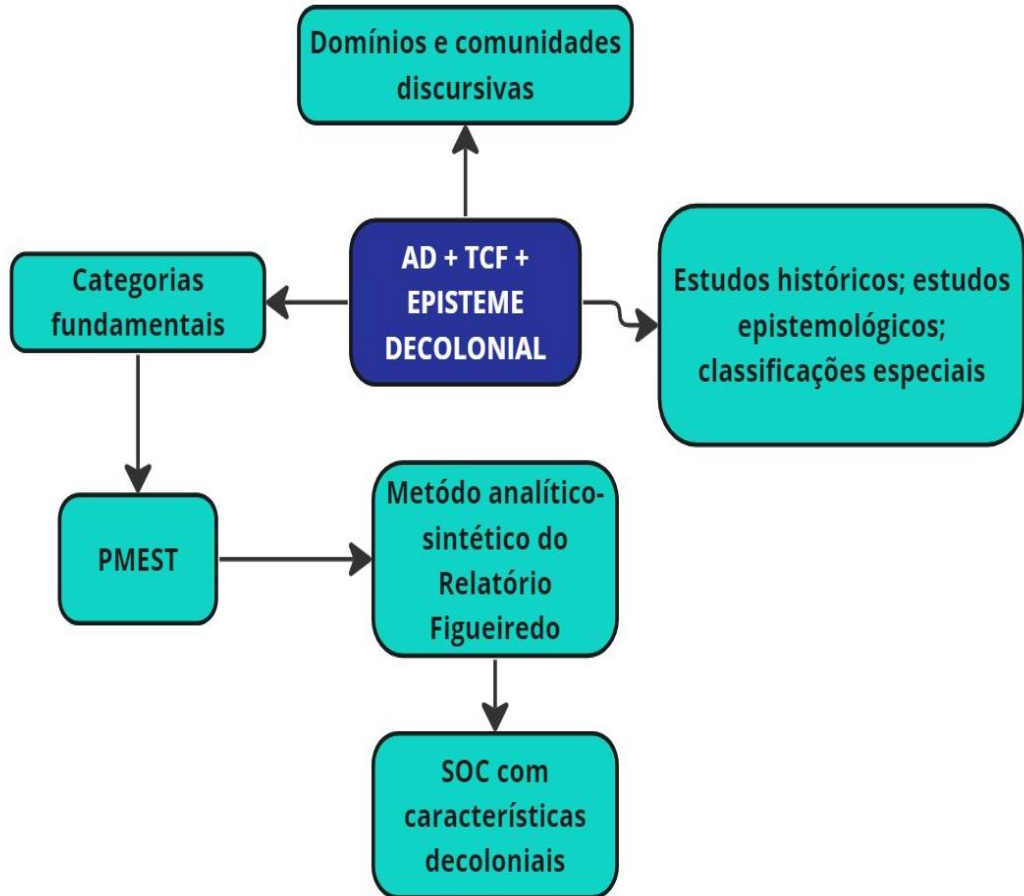
Ao Universo de assuntos **Invasão de Terras Indígenas** seguiram-se suas respectivas facetas e subfacetas quando categorizado pela PMEST. Assim como no Universo de assunto **SPI**, o processo de inferência contribuiu para a busca e identificação de termos no Relatório Figueiredo com a finalidade de compor as facetas e subfacetas. Na facetação de Matéria recorreu-se ao conceito quiijaniiano de Decolonialidade, pois foi possível inferir uma subdivisão nas características da materialidade envolvendo o processo de invasão de Terras Indígenas. Sendo assim, parte delas pode ser desmembrada a partir de um ponto de vista decolonial, uma vez que remetem à materialidade da terra como propriedade dos povos indígenas. Na categoria ou faceta Energia foi aplicada a subfacetação também por meio de conceitos quiijanianos: no caso, o de Colonialidade do poder, para se referir às ações que simbolizam a colonialidade bastante presente no contexto histórico tratado, referente às invasões, além do conceito de Decolonialidade para representar práticas que contribuiriam para destituir a colonialidade do poder referente às invasões das terras indígenas.

As etapas **4 – Ordem de citação das facetas e subfacetas** – e **5 – Ordem de agrupamento das subfacetas** – estão expressas no quadro apresentado na **Etapa 2**, e nas Figuras **15** e **16** apresentadas na **Etapa 3**, onde estão elencadas as categorias e suas respectivas subfacetas. Reitera-se que para o agrupamento das subfacetas não existe um padrão, podendo ser re combinadas e reagrupadas de acordo com as necessidades de representação do documento e, em um SOC definitivo, com as necessidades dos usuários. Além disso, as etapas **4** e **5** reforçam a característica de flexibilidade do sistema facetado, por permitir a entrada de subfacetas, bem como por flexibilizar seus agrupamentos. A partir disso seria possível também a combinação entre os termos e conceitos das subfacetas, gerando novas subfacetas.

5.3 A SEÇÃO ENTRE CONCEITOS

O Mapa tópico a seguir retoma os principais conceitos e suas relações trabalhados na seção.

Figura 17: Mapa tópic da Seção 5



miro

Fonte: elaborado pela autora.

6. MODELANDO CONCEITOS COM CARACTERÍSTICAS DECOLONIAIS

As etapas elencadas na seção anterior demonstram uma possibilidade de uso da Teoria da Classificação Facetada na análise do Relatório Figueiredo como um dos caminhos para a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento que podem ter características decoloniais. Isso é corroborado pela flexibilidade e adaptabilidade do método proposto por Ranganathan, possibilitando **provar a hipótese** de que, embora seja um sistema constituído sob as bases do pensamento ocidental, racionalista, empirista e positivista, trata-se de um sistema flexível e adaptável a conceitos com características decoloniais, uma vez que permite a inserção de facetas e subfacetas, além de agrupamentos ou arranjos entre elas, até que as possibilidades sejam esgotadas.

A **hipótese** pode **ser provada**, ainda, em razão de o sistema facetado permitir classificar objetos diversificados de acordo com as características de seu respectivo domínio, possibilitando, a partir de conceitos previamente selecionados no sistema facetado –por meio dos termos minerados ou inferidos do documento –, a construção de uma proposta de modelagem conceitual como resultado da pesquisa. Essa modelagem é elaborada com base nos conceitos da parte conclusiva do Relatório Figueiredo que foram minerados pela ferramenta usada na tese, utilizando-se daqueles que aparecem em maior número, estabelecendo os atributos dessas entidades (os próprios conceitos) e as relações entre elas.

A respeito de os termos usados na proposição da modelagem conceitual terem sido coletados somente da parte conclusiva do Relatório Figueiredo, é essencial destacar dois pontos: 1) Essas 68 páginas refletem a integridade do conteúdo do documento, retomando aspectos, termos e conceitos já mencionados no decorrer de toda a massa documental, sendo, portanto, uma reunião dos processos, acusações e crimes cometidos; 2) Ambas as *wordclouds* apresentadas com letras iniciais maiúsculas e minúsculas resultaram em muitos termos e conceitos, alguns em maior número que outros, que já se constituíram como facetas das Categorias Fundamentais da PMEST, apresentadas nas Figuras **15** e **16** da seção anterior, nos Universos de assuntos **Serviço de Proteção ao Índio (SPI)** e **Invasão de Terras Indígenas**. O Universo de assuntos SPI, inclusive, constitui-se como termo que

aparece em 88 das ocorrências na *wordcloud* com letras maiúsculas e minúsculas, antecedida por “índios”, com 94, “Indígena”, com 102, e “Posto”, com 120. Nessa mesma *wordcloud* o termo “terras” aparece em 52 das ocorrências. No caso da *wordcloud* formada somente por palavras com letras iniciais minúsculas, “spi” aparece em 88 das ocorrências, antecedida pelos termos “venda”, com 93, “posto”, com 121, e “índios”, com 131; “terras” aparece em 53 das ocorrências. Tais identificações validam o processo de inferência realizado na coleta dos termos e conceitos na etapa de análise e síntese a partir da Teoria da Classificação Facetada, demonstrando que muitos desses termos apareceram com mais relevância nas duas *wordclouds* formadas pela mineração da ferramenta utilizada. Essas identificações reforçam também a flexibilidade e a adaptabilidade do sistema facetado e das categorias estabelecidas na PMEST, que resultam em facetas e subfacetadas que possibilitam caracterizar um domínio e uma comunidade discursiva de acordo com suas particularidades, de acordo com seus contextos específicos, possibilitando, assim, solidificar bases teóricas decoloniais na ORC.

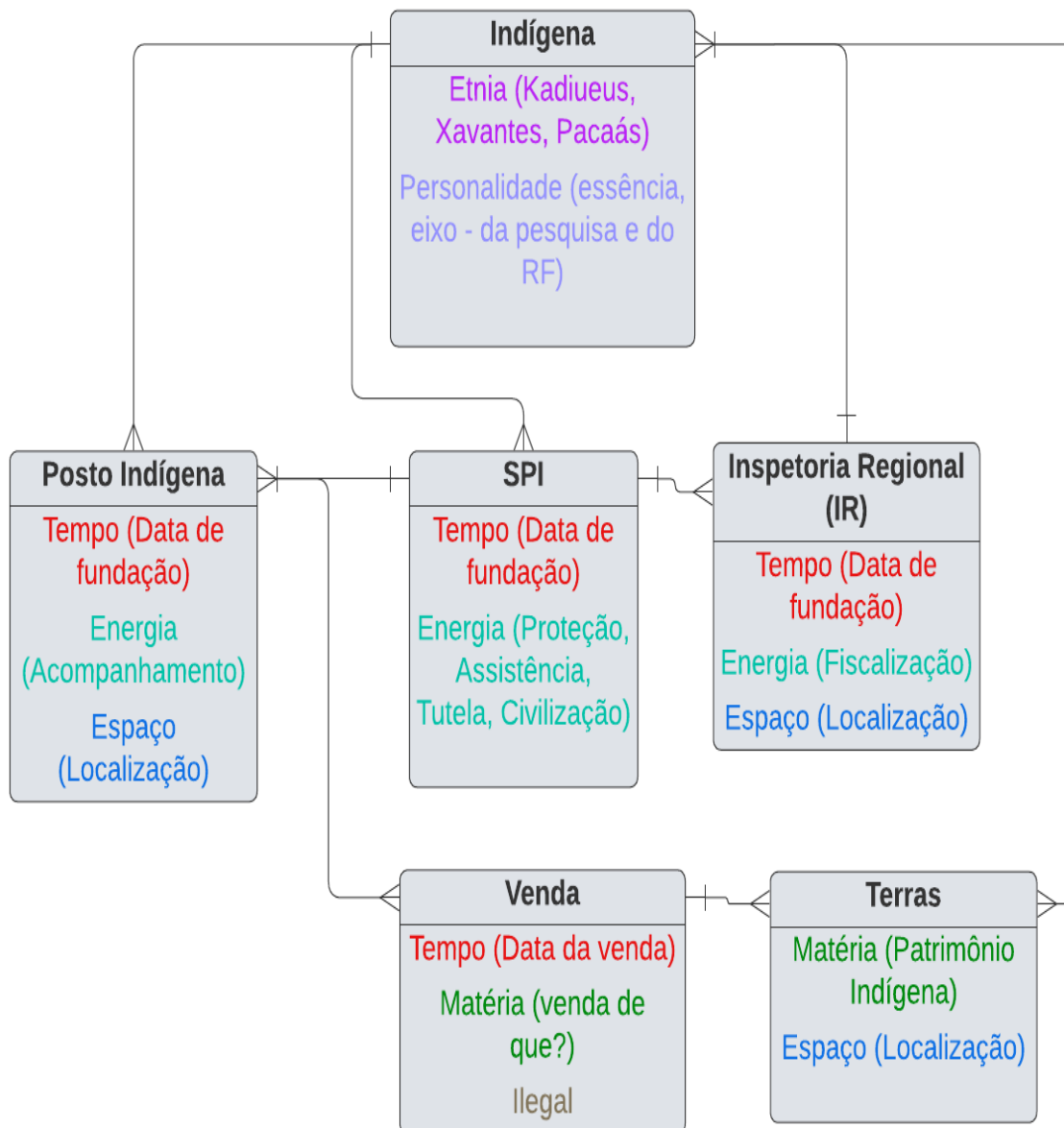
A título de comprovação, apresentam-se a seguir as *wordclouds* que resultaram da mineração de dados na ferramenta.

como produto o Diagrama Entidade-Relacionamento (E-R) (FUSCO, 2010). Fusco (2010) explicita algumas etapas a serem seguidas ao elaborar um modelo E-R:

1. Identificar as entidades mais relevantes ou representativas do domínio;
2. Identificar as propriedades ou características mais notáveis ou de interesse das entidades escolhidas;
3. Estabelecer os atributos correspondentes às propriedades. Tais atributos consistem nas diversas classes de informação que caracterizam as propriedades das entidades;
4. Mapear os relacionamentos ou associações que existem entre as entidades;
5. Identificar as restrições de unicidade, domínio e cardinalidade que ocorrem nas entidades, atributos e relacionamentos (FUSCO, 2010, p. 101-102).

Pensando nas nomenclaturas estabelecidas, são consideradas entidades os conceitos que são centrais para entender o domínio, sejam eles concretos ou abstratos. Atributos, por sua vez, são as propriedades que podem caracterizar esses elementos, e os relacionamentos são aqueles que podem ligar uma entidade a outra (FUSCO, 2010). Partindo então de ambas as *wordclouds* geradas pela ferramenta de mineração de dados, elegeu-se como **entidade** o(s) conceito(s) que aparece(m) em maior número e os **atributos** sobre eles foram pensados no intuito de contribuir com a compreensão do universo daquele conceito e as relações com outros termos e conceitos. Alguns **atributos** também foram emprestados do Postulado das Categorias Fundamentais de Ranganathan (PMEST), aplicando-os quando conveniente e corroborando assim a contribuição da TCF na constituição de SOC com características decoloniais. Essas entidades (conceitos), os atributos (categorias) e suas relações foram pensados sobretudo considerando as bases epistemológicas decoloniais trazidas na pesquisa por meio dos estudos de Quijano, que permitiram um olhar decolonizador aos conceitos escolhidos, considerando o histórico do domínio latino-americano e a comunidade discursiva identificada na pesquisa. Sob essa fundamentação, elaborou-se o diagrama E-R mostrado na figura a seguir.

Figura 20: Diagrama E-R das entidades Indígena, Posto Indígena, SPI, Inspeção Regional (IR), Venda, Terras



Fonte: Elaborado pela autora.

No Diagrama E-R, a cada entidade ou conceitos (Indígena, Posto Indígena, SPI, Inspeção Regional (IR), Venda e Terras), foram determinados seus respectivos atributos, considerando os que pudessem fornecer uma explicação sobre o significado desses conceitos, incluindo as categorias da PMEST. Analisando as entidades e seus respectivos atributos (categorias), observa-se:

- À entidade **Indígena** atribui-se a categoria **Etnia**, correspondendo à diversidade étnica dessas populações. Os nomes inseridos na modelagem (Kadiueus, Xavantes e Pacaás) correspondem ao que aparecem na *wordcloud* mostrada na Figura 19. A essa entidade é atribuída também a categoria **Personalidade**, por se tratar da essência da pesquisa e do eixo do Relatório Figueiredo.
- À entidade **Posto Indígena** atribuem-se as categorias **Tempo**, correspondendo ao período de fundação desses postos; **Energia**, correspondendo à sua função, que era a de acompanhamento; e **Espaço**, referente à localização dos postos.
- À entidade **SPI** atribuem-se as categorias **Tempo**, que corresponde à data de fundação do órgão; e **Energia**, correspondendo à sua missão de proteção, assistência, tutela, civilização.
- À entidade **IR** atribuem-se as categorias **Tempo**, remetendo ao período de fundação das Inspetorias; **Energia**, correspondendo à sua função de fiscalização, e **Espaço**, que corresponde à sua localização.
- À entidade **Venda** atribuem-se as categorias **Tempo**, referente à data da venda; **Matéria**, que corresponde à materialidade do que foi vendido; e **Ilegal**, atributo que caracteriza toda a ação de venda no âmbito dos Postos Indígenas.
- À entidade **Terras** atribuem-se as categorias **Matéria**, materializando aquilo que foi vendido no âmbito dos postos indígenas – o Patrimônio Indígena; e **Espaço**, correspondendo à localização dessas Terras.

Analisando as entidades e suas respectivas relações, é possível observar:

- A entidade **Indígena**, por ser a **Personalidade** da modelagem, relaciona-se às entidades:
 - a) **Posto Indígena**, local criado para acompanhar o dia a dia das comunidades indígenas em suas terras,

garantindo a integridade desses povos e de seu patrimônio.

- b) **SPI**, órgão governamental criado para “[...] prestar ao índio proteção e assistência, amparando-lhe a vida, a liberdade e a propriedade, defendendo-o de extermínio, resguardando-o da opressão e da espoliação [...]; garantir a efetividade da posse das terras ocupadas pelo índio [...]” (RELATÓRIO Figueiredo, Vol. 1, Folha 149).
 - c) **Inspetoria Regional (IR)**, departamento do SPI que tinha como função fiscalizar os Postos e relatar possíveis irregularidades ao SPI.
 - d) **Terras**, território geográfico onde viviam esses povos indígenas, constituindo-se como seu patrimônio por direito.
- A entidade **SPI** estabelece relação com as entidades **Indígena**, por ser a essência que mobilizou sua criação, **Posto Indígena** e **Inspetoria Regional**, por serem os responsáveis por executar o que determina o órgão.
 - Além de relacionar-se com as entidades **Indígena** e **SPI**, a entidade **Posto Indígena** relaciona-se com a entidade **Venda**, por ter atuado diretamente na venda de diversos bens correspondentes ao patrimônio indígena.
 - A entidade **Venda**, por sua vez, além de relacionar-se à entidade **Posto Indígena**, relaciona-se à entidade **Terras**, por ser a materialidade daquilo que era vendido no âmbito dos postos indígenas.
 - A entidade **Terras** relaciona-se à **Venda**, pois correspondem ao objeto vendido, e à **Indígena**, por ser assegurado por lei como propriedade e patrimônio pertencente única e exclusivamente a essas populações.

Como um protótipo de sistema, a modelagem conceitual foi elaborada considerando o embasamento epistemológico decolonial que fundamenta a pesquisa e que permitiu atribuições e relações entre esses conceitos de modo que fossem representativos das relações que permearam a fundação do SPI, como órgão de proteção e assistência, porém, ao mesmo tempo, de tutela e civilização do indígena, com o dever de protegê-los, posto que eram considerados inferiores, e encaminhá-los à civilização, o que corrobora com o caráter colonialista e positivista do órgão. Os relacionamentos demonstram também a maneira como esse mesmo órgão, a partir de seus respectivos postos e inspetorias, protagonizou ações ilegais de vendas dos territórios indígenas, contradizendo a sua função de garantir a posse dessas terras aos nativos. Importante reforçar as vendas ilegais das terras indígenas, bem como seus sinônimos (apropriação, invasão, esbulho, arrendamento ilegal) como a raiz de todos os problemas relacionados à questão indígena no Brasil, tanto do período histórico em estudo quanto da atualidade.

A modelagem conceitual proposta contribui, assim, para reforçar que os sistemas de organização do conhecimento podem adquirir características decoloniais, à medida que a partir dos conceitos selecionados estabelecem-se atributos e relações que possibilitam enxergar domínios e comunidades discursivas de maneira crítica e desconstrutiva. O diagrama E-R, nesse sentido, representa aspectos decoloniais do Relatório Figueiredo ao evidenciar a maneira como o SPI agiu em conluio com os crimes cometidos contra os indígenas e seu patrimônio e a maneira como a questão da terra indígena mobilizou as ações criminosas denunciadas no Relatório. As bases decoloniais quijanianas conferiram sustentação ao tratamento dado a esses conceitos e suas relações, permitindo reforçar também o pressuposto de que os SOC refletem valores humanos e, por isso, devem ser estruturados de modo a representar a pluralidade de saberes e de vivências e a permitir que seus usuários identifiquem aspectos contra-hegemônicos, multiculturais, éticos, democráticos e inclusivos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a proposta de sistema facetado, apresentada na Seção 5, foi possível demonstrar uma possibilidade de uso da teoria de Ranganathan na classificação de livros e documentos como um dos caminhos para a construção de sistemas de organização do conhecimento decoloniais. Isso se corrobora pela flexibilidade e pela adaptabilidade da TCF, uma vez que permite a inserção de facetas e subfacetadas, além de agrupamentos ou arranjos entre elas, até que as possibilidades se esgotem. Sua teoria, de base aristotélica, foi desenvolvida e aperfeiçoada ao longo de mais de 30 anos, trazendo a possibilidade de incorporar novos conceitos ao sistema, à medida que novos assuntos fossem surgindo no âmbito das bibliotecas e dos documentos. A proposta de estabelecer assuntos complexos por meio da combinação de facetadas e o estudo deles por meio do método analítico-sintético conferiram à classificação facetada menos rigidez e hierarquia se comparada com os sistemas até então existentes. A Classificação Facetada é estudada até os dias de hoje no âmbito da Ciência da Informação e da ORC, em interface com as discussões da Teoria da Classificação e da Teoria do Conceito, como uma proposta de sistema mais amplo e flexível, que possa abranger conceitos de diversos campos do conhecimento e esferas sociais, integrando assim múltiplas representações em consonância com as necessidades de seus usuários.

O Universo de assuntos, as facetadas, as subfacetadas e seus respectivos conceitos, no esquema proposto nas Figuras 15 e 16, foram buscados e identificados por processo de inferência da própria autora, considerando o embasamento epistemológico decolonial, que propiciou um olhar crítico sobre o domínio – a América Latina – e a comunidade discursiva – o governo militar em exercício na década de 1960. Os termos e conceitos levantados contribuem para evidenciar o processo de denúncia dos diversos tipos de violências sofridas pelos povos indígenas do Brasil, bem como as ações que buscavam encaminhar as diversas etnias indígenas ao processo de civilização, corroborando com o caráter positivista, civilizatório e eurocentrado que permeava o SPI. Importante salientar, nesse sentido, que, embora o Relatório tenha sido instrumento de denúncia que levou à dissolução do SPI, trata-se de um documento requerido a partir da necessidade de reaver a imagem do

governo militar, por isso pouco foi feito para melhorar as condições de existência dos povos indígenas e para reaver os seus territórios de origem.

Além de ter validado o processo de inferência realizado a partir do método analítico-sintético da TCF, a modelagem de conceitos proposta como resultado da pesquisa contribuiu para corroborar o aspecto flexível e adaptável do sistema facetado, bem como a possibilidade de elaboração de sistemas de organização do conhecimento que podem ter características decoloniais quando se tem como fundamentos epistemológicos a teoria da decolonialidade que apoia teórica e metodologicamente os estudos da Organização e Representação do Conhecimento. O diagrama E-R proposto na Figura **20** a partir dos termos que apareceram em maior número na mineração de dados realizada pela ferramenta constitui-se como mais um elemento que reafirma a possibilidade de a TCF ser utilizada para classificar conceitos que podem ter características decoloniais: 1) porque alguns dos termos que mais apareceram já haviam sido coletados por processo de inferência e inseridos como facetas na categorização dos Universos de assuntos apresentados ou constituíram-se como o próprio Universo de assunto categorizado (caso do SPI); 2) porque como atributo dos conceitos no diagrama E-R foram também utilizadas as Categorias da PMEST, pois tais categorias permitem atribuir determinadas características aos conceitos que contribuem para compreendê-los e identificá-los e estabelecer relações entre eles.

Para além disso, foi atribuída à modelagem conceitual proposta elementos que lhes conferiram características decoloniais: o universo de conceitos trazidos primeiramente pelo Grupo Modernidade/Colonialidade e, de maneira mais específica e aprofundada, por Aníbal Quijano, possibilitaram elaborar a modelagem de modo que representasse os conceitos e suas relações por um olhar contra-hegemônico e decolonizador. Ora, pensando nos conceitos colocados a partir de seu contexto de estudo, com exceção dos conceitos Indígena e Terra, Posto Indígena, SPI, Inspeção Regional (IR) e Venda, representam significados de caráter hegemônico, conservador, colonizador e autoritário. Os atributos e relações estabelecidos para eles e entre eles, no entanto, possibilitaram reforçar esse caráter a partir de um ponto de vista contra-hegemônico, propondo uma representação que reforçasse esses aspectos que remetem à colonialidade do poder, ao capitalismo colonial, ao racismo, à colonialidade do saber, reiterando que esses sistemas e instrumentos podem ser elaborados para

denunciar questões históricas do domínio latino-americano e representar contextos que contribuem para decolonizar essas relações historicamente constituídas.

O sentido atribuído à modelagem conceitual, dessa forma, corrobora com a perspectiva de esses sistemas serem contextuais e carregados de subjetividades, na medida em que o uso de determinados conceitos e suas relações resultará na representação de um recorte da realidade (HIGUCHI, 2012). Coloca-se como importante e necessário, assim, que essas escolhas e seus contextos de uso sejam explicitados, determinando que por trás dessas escolhas existe um embasamento teórico, epistemológico e metodológico comprometidos com os direitos humanos, evitando assim que esses sistemas de organização do conhecimento sejam relativizados e adquiram vieses negativos.

O estudo do Relatório Figueiredo, documento pesquisado na tese, serve à comunidade científica como prova de como as relações sociais no Brasil, sobretudo entre brancos e indígenas, estão pautadas na ideia de colonialidade do poder: de base racista, exploratória, escravagista e eurocentrada. Estudar os seus conceitos e apresentar uma proposta de SOC se coloca como possibilidade de trazer à Organização e Representação do Conhecimento discussões que levem à constituição de processos, instrumentos e produtos de bases decoloniais e que contribuam para evidenciar as vozes das populações historicamente marginalizadas e que ao mesmo tempo estejam alinhados ao domínio institucional, atendendo às demandas e necessidades que competem às organizações, sejam elas públicas ou privadas. Isso significa também evidenciar as potencialidades da Ciência da Informação e da ORC como área do conhecimento para transformar a realidade social por meio de suas pesquisas, ampliando sua literatura de bases decoloniais ou pós-coloniais, ainda em fase de desenvolvimento. A abordagem colocada e as possibilidades de aprofundar estudos de caráter social e sociocultural no âmbito da ORC por meio das bases decoloniais latino-americanas aplicadas ao sistema facetado e à modelagem conceitual proposta reforçam também o ineditismo da pesquisa, conferindo-lhe o aspecto de originalidade.

A isso soma-se a experiência vivenciada no estágio de pesquisa realizado na Universidade de Bologna, notadamente no Departamento de Bens Culturais, localizado na cidade de Ravena. As vivências cotidianas e acadêmicas e os contatos e laços estabelecidos contribuíram para a imersão na reflexão a respeito do conceito

de decolonialidade, posto que experienciado por uma mulher latino-americana em um país europeu.

As reflexões colocadas possibilitam afirmar assim que, ao operar a partir de um ponto e vista decolonial, torna-se possível resgatar conhecimentos e saberes marginalizados pela violência epistêmica instituída no sul global, além de ampliar os debates na CI e na ORC sobre novas maneiras de produzir, gerar, representar, organizar e acessar os conhecimentos. Não se tem a pretensão, contudo, de se furtar à realidade de que os instrumentos e sistemas da ORC vão sempre gerar substitutos documentais universais e acabados (MILANI; GUIMARÃES, 2017), capazes de abranger todos os conceitos representativos da multiculturalidade. Apesar disso, defende-se que esses substitutos documentais devem “[...] promover o acesso à informação dentro de um contexto e que dá voz às comunidades de usuários que dele farão uso” (MILANI; GUIMARÃES, 2017, p. 85). Acrescenta-se que esses substitutos devem dar voz também à heterogeneidade de costumes, valores e tradições daqueles que forem representados, contribuindo para que as informações recuperadas estejam alinhadas com a ética, a democracia e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. A perspectiva da análise de domínio como aporte à análise de documentos fotográficos: algumas considerações. *In*: ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SIMIONATO, Ana Carolina. **Recursos audiovisuais**: sua contemporaneidade na organização e representação da informação e do conhecimento. Rio de Janeiro: Interciência, 2017.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Classificação arquivística e teoria do conceito: elementos para organização do conhecimento. **ISKO Brasil**, v. 5, p. 129-137, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121889>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **A classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. (Tese) – Doutorado em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Pressupostos para uma discussão acerca das interlocuções entre a classificação arquivística, a Teoria da Classificação e a Teoria do Conceito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Salvador, Bahia, p. 1159-1180, 2016. **Anais [...]**. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/191233>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de; DIAS, Guilherme Ataíde. Estado da arte sobre análise de domínio no campo da ciência da informação brasileira. **Brazilian Journal of Information Studies**: Research Trends, v.13, n. 3, p 26-45, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2019.v13n3.04.p26>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ALMEIDA JUNIOR, J. B. de. O estudo como forma de pesquisa. *In*: Carvalho, Maria Cecília M. de (org.). **Construindo o saber**: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 18. ed. Campinas: Papirus, 2007.

AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Lígia Maria. Os conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio hjoilandiana. XVII ENANCIB: Descobrimientos da Ciência da Informação: Desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade, 2016. **Anais [...]**. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/190590>. Acesso em: 9 set. 2022.

AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Lígia Maria. Agenciamento e análise de domínio: um encontro possível. **Informação & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 75-88, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30790>. Acesso em: 18 ago. 2022.

AMORIM, Igor Soares; VIANNA, Willian Barbosa; MEDEIROS, Marisa Brasher Basilio. Aspectos epistemológicos em estudos sobre análise de domínio sob as lentes do racionalismo e do empirismo. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 35-47, set. 2018/fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2018v5n1.p35-47>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ARANALDE, Michel Maya. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.1, p.86-108, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/80049/000721364.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 maio 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 11, n. 22, 2. sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p117>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 11 set. 2023.

BARBOSA, Alice Príncipe. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-81, 1972.

BARITÉ, Mario. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: clasificación, indización, terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.

BARITÉ, Mario. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília, 2001. p.35-50.

BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina colonial. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 1

BRASIL. Carta Régia de 13 de maio de 1808. Manda fazer guerra aos índios Botocudos. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html. Acesso em: 30 jul. 2022.

BURKE, Peter. **História social do conhecimento I**: de Gutenberg a Diderot. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CABRAL, Dilma. Diretorias/Diretores-Gerais de Índios. **Arquivo Nacional MAPA**, 26 set. 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/312-diretores-diretoria-geral-dos-indios>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAFÉ, Lúgia; BRÄSCHER, Marisa. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3. p. 25–51, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2011v16n2p25>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CAMARGO, Angélica Ricci. Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. **Arquivo Nacional MAPA**, 23 maio 2019. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionarios/686-servico-de-protecao-aos-indios-e-localizacao-dos-trabalhadores-nacionais>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **A organização de unidades do conhecimento em hiperdocumentos**: o modelo conceitual como um espaço comunicacional para a realização da autoria. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/tesemlcampos/TeseMLCampos.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Organização de domínios do conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/366/175>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CANCIAN, Renato. Augusto Comte revisitado: positivismo, teoria sociológica e intervenção social. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, n. 00, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.15744>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 10 nov. 2003. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Trad. Ana Maria Rezende Cabral *et al.* Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 7 jan. 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, Edgar (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados de 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/relatorio-violencia-indigenas-2021-cimi.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2023.

COSTA, António Firmino. Classificações sociais. **Leituras**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997/abr. 1998.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. *In*: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, Rio de Janeiro, 1972. **Anais** [...] Brasília: IBICT/ABDF, v. 1, p. 352-370, 1979. Disponível em: http://www.conexaorio.com/bitidahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em: 23 abr. 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. Current trends in knowledge organization. *In*: GARCIA MARCO, Francisco Javier (org.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. v. 1. p. 7-26. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/07/007-026_Dahlberg.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko3320061c.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia literária e outras garantias. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 7-17, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7>. Acesso em: 30 ago. 2022.

DIAS, Maria Lúcia. A classificação decimal universal: estrutura, características, definição. *In*: FERREIRA, Glória I. Sattamini; BONOTTO, Martha E. K. Kling (org.). **Organização da informação: textos didáticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/220537/001125197.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2022.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre direitos humanos no mundo. **Revista Ars Historica**, n. 17, p. 18-36, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46612>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. **Ordem dos conceitos na organização da informação e do conhecimento**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; KOBASHI, Nair Yumiko. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 1-24, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34792>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; KOBASHI, Nair Yumiko. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40 n. 2, p. 207-228, maio/ago. 2011b. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1311>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FREITAS, Altiere Dias de. Notas sobre o contexto de trabalho do Grupo Modernidade/Colonialidade: universidade, horizontes utópicos e desafios teóricos. **REALIS**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/241453>. Acesso em: 11 set. 2023.

FREITAS, Lidiane Marques; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. As abordagens da análise de domínio como aporte metodológico para a classificação arquivística. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/424>. Acesso em: 5 abr. 2022.

FREITAS, Marina Mônica de. Indígenas e ferrovias na *Belle Époque* brasileira: a noroeste do Brasil, a ferrovia de Itajaí e a Vitória-Minas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30. **Anais** [...]. Recife, 2019. p. 10, 15. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563988472_ARQUIVO_Indigena_sferroviassnabellepoque\(MarinaMFreitas\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563988472_ARQUIVO_Indigena_sferroviassnabellepoque(MarinaMFreitas).pdf). Acesso em: 30 jul. 2022.

FUSCO, Elvis. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação**: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Unesp, Marília, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/5WGW9qddWRkHSnrckzLHrx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2022

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2021.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na História**: o povo Tenetehara em busca da liberdade. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRONDIN, Marcelo; VIEZZER, Moema. **O maior genocídio da história da humanidade**. Toledo: GFM Gráfica e Editora, 2018.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Rev. Ci. Inf.**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415/1593>. Acesso em: 18 ago. 2022.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves *et al.* A dimensão temática da pesquisa em organização do conhecimento: uma análise de domínio dos congressos nacionais e regionais da ISKO (Brasil, Espanha e América do Norte). **Scire**, v. 20, n. 2, p. 19-25, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/232326>. Acesso em: 7 set. 2022.

HERNANDEZ, Bianca Ferreira. **Análise dos estudos retóricos de gênero como abordagem para a análise de domínio**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216643/PCIN0220-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 set. 2023.

HIGUCHI, Suemi. **Representação do conhecimento e modelagem conceitual de ontologia no domínio da história do Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10380>. Acesso em: 2 out. 2023.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p.400-425, jul.1995.

HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 10, p. 1448-1456, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227828075_Concept_Theory. Acesso em: 5 abr. 2022.

HJØRLAND, B. Concept in Knowledge Organization (KO). **Lifeboat for Knowledge Organization**, 2008a. Disponível em: https://web.archive.org/web/20181213225057/http://arkiv.inf.ku.dk/KoLifeboat/CONCEPTS/concept_in_knowledge_organizatio.htm. Acesso em: 5 abr. 2022.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v. 30, n. 3, p. 17-21, fev./mar. 2004. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/bult.312>. Acesso em: 18 ago. 2022.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information Science. Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative. Acesso em: 5 abr. 2022.

HJØRLAND, B. Facet analysis: the logical approach to knowledge organization. **Information Processing & Management**, Elmsford, v. 49, n. 2, p. 545–557, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306457312001203>. Acesso em: 30 abr. 2022.

HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

HJØRLAND, B.; GNOLI, Claudio (ed.). Domain analysis. **Encyclopedia of Knowledge Organization**. ISKO, 2017. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/domain_analysis#2. Acesso em: 11 set. 2023.

HJØRLAND, B.; HARTEL, Jenna. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3/4, p. 239-245, 2003. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2003-3-4-239.pdf?download_full_pdf=1. Acesso em: 18 ago. 2022.

HJØRLAND, B. Is facet analysis based on rationalism? A Discussion of Satija (1992), Tennis (2008), Herre (2013), Mazzocchi (2013b), and Dousa & Ibekwe-San Juan (2014). **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 41, n. 5, p. 369-376, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/286900982_Is_Facet_Analysis_Based_on_Rationalism_A_Discussion_of_Satija_1992_Tennis_2008_Herre_2013_Mazzocchi_2013b_and_Dousa_Ibekwe-SanJuan_2014. Acesso em: 7 jan. 2023.

HJØRLAND, B. The Classification of Psychology: A Case Study in the Classification of a Knowledge Field. **Knowledge Organization**, v. 25, n. 4, p. 162-201, 1998. Disponível em: https://repository.arizona.edu/bitstream/handle/10150/105294/the_classification_of_psychology.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jan. 2023.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, jul. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277803483_What_is_Knowledge_Organization_KO. Acesso em: 5 abr. 2022.

HOUAISS. **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Instituto Antônio Houaiss; Objetiva, 2009.

ISKO Internacional. **ISKO Brasil**. Disponível em: <https://isko.org.br/isko-internacional/>. Acesso em: 9 jan. 2023.

KOSHIBA, Luiz. **O índio e a conquista portuguesa**. São Paulo: Atual, 1994.

LEAZER, Gregory H.; MONTOYA, Robert. The Politics of Knowledge Organization: Introduction to the Special Issue. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.isko.org/ko475toc.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido. Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da organização do conhecimento: reflexões para a construção de SOCs multiculturais. **ISKO Brasil**, v. 6, p. 524-530, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/125408>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MACEDO, Michelle Reis de. Corrupção e desrespeito aos direitos dos índios brasileiros: o papel da imprensa no século XX. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 206-222, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/28572>. Acesso em: 31 jul. 2022.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF**, v. 15, n. 2, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132>. Acesso em: 5 maio 2022.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helena Veríssimo. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2300>. Acesso em: 5 maio 2022.

MAI, Jens-Erik. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing & Management**, Elmsford, v. 41, p. 599-611, 2005. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.85.2780&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MARTINS, Gracy Kelli; MORAES, João Batista Ernesto de. Organização e representação do conhecimento: institucionalização como disciplina científica no âmbito da ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/187277>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MIGNOLO, Walter D. **La ideia de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Trad. Silvia Jawerbaum e Julieta Barba. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

MILANI, Suellen Oliveira. *Biases na representação de assunto: uma perspectiva a partir da literatura internacional de biblioteconomia e ciência da informação*. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v. 9, n. 1, ago. 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/5213>. Acesso em: 7 jan. 2023.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a *Biases* em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a Representação de Assunto. **Iris: Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 3, n. especial, p. 72-92, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/236189/29018>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MINISTÉRIO do Interior (Relatório Figueiredo). **Brasil Doc**. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo/>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MITROVIC, Mijail; LEÓN, Sebastián. Raza y clase en el materialismo histórico: notas sobre América Latina. In: **PACHA: Revistas de Estudios Contemporáneos del Sur Global**, v. 3, n. 7, 2002.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4472>. Acesso em: 9 jan. 2023.

MOREIRA, Walter. **Sistemas de organização do conhecimento**: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/190878>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2004.

NOVO, Hildenise Ferreira. **Análise conceitual e cognitiva**: Modac – um modelo dinâmico para auxiliar a construção de SOC. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – UFBA, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasil: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); LACED/Museu Nacional, 2006.

OLSON, Hope A. The power to name: representation in library catalogs. **Journal of Women in Culture and Society**, v. 26, p. 639-668, 2001.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Trabalho (OIT). OIT quer ações urgentes contra pobreza e desigualdade entre povos indígenas. **ONU News: Perspectiva Global Reportagens Humanas**, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1702812#:~:text=Atualmente%2C%20os%20ind%C3%ADgenas%20t%C3%AAm%20quase,dos%20povos%20ind%C3%ADgenas%20e%20tribais>. Acesso em: 5 maio 2022.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2004.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Construindo o Estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824. **Revista CLIO**, Recife, v. 28, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24259>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PEREIRA, Clayton Martins; MOREIRA, Walter; SEGUNDO, José Eduardo Santarem. Classificação facetada: proposta de categorias fundamentais para organizar teses e dissertações em uma biblioteca digital. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79427>. Acesso em: 6 abr. 2022.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-História: Parque Nacional Serra da Capivara**. 2. ed. São Paulo: FUMDHAM, 2013.

PIEPADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PINHEIRO JUNIOR. Até a ONU estudará a incrível história das atrocidades contra os índios brasileiros. *Folha de S.Paulo*, 14 abr. 1968. **Centro de Referência Virtual Indígena**. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&hf=www.docvirt.com&pagfis=273732>. Acesso em: 25 jul. 2022.

PINHO, Fábio Assis. **Fundamentos da organização e representação do conhecimento**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os desafios da representação do conhecimento face à homossexualidade masculina. **ISKO Brasil**, v. 1, p. 143-146, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135003>. Acesso em: 7 jan. 2023.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos sabers. **Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, n. 2, p. 19-33, 1998.

PONTES, Flávio Vieira; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. A organização do conhecimento em ambientes digitais: aplicação da teoria da classificação facetada. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 4, p. 18-40, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/NKD7KNhN3bnrCYSQzjg3Vtn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 abr. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgar. **A colonialidade do saber: eurocentrismo em ciências sociais**. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgar. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo em ciências sociais. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. Madras: The Madras Library Association, 1967.

RANGANATHAN, S. R. Fifty years of experience in the development of Colon Classification: a note prepared by S.R. Ranganathan in 1971. **S.R. RANGANATHAN PORTAL**. Disponível em: <http://www.isibang.ac.in/~library/portal/Pages/books.htm>. Acesso em: 8 jan. 2023.

RANGANATHAN, S. R. **Colon Classification**. Bombay: Ásia Publishing House, 1963.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Jorge Salazar, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Brasil: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RODRIGUES, Alex. MPF denuncia três por assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips. **Agência Brasil**, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-07/mpf-denuncia-tres-por-assassinatos-de-bruno-pereira-e-dom-phillips>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1996.

SANT'ANNA, André Luis de; CASTRO, Alexandre de Carvalho; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Ditadura militar e práticas disciplinares no controle de índios: perspectivas psicossociais no Relatório Figueiredo. **Psicologia & Sociedade**, 30, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30188045>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTOS, Francisco Edvander Pires; PINTO, Virgínia Bentes. Vida & obra de Ranganathan: influência e contribuições para a Biblioteconomia. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 2-19, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6509>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; NEVES, Dulce Amélia de Brito; SOUZA, Edivanio Duarte de. A organização do conhecimento como domínio de estudo da ciência da informação: uma reflexão a partir dos aspectos epistemológicos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 5. **Anais** [...], 2019. p. 95-104. Disponível em: <http://isko.marilia.unesp.br/index.php/isko/isko/paper/view/164>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SERVIÇO de Proteção aos Índios (SPI). **Povos indígenas no Brasil**, 2018. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)). Acesso em: 5 abr. 2022.

SILVA, Alessandra Rodrigues da. **A dimensão discursiva da organização do conhecimento na ciência da informação brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Márcio Bezerra da. **A teoria da classificação facetada na modelagem de dados em banco de dados computacionais**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, Márcio Bezerra da. **Estudo teórico-analítico sobre o uso de facetas na organização da informação e na estruturação de ambientes digitais**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SMIRAGLIA, Richard. P. Prolegomena to a new order: a domain-analytical view of the influence of S.R. Ranganathan on Knowledge Organization. *In*: RAGHAVAN, K. S.; NEELAMEGHAN, A. (ed.). **Knowledge Organization: from libraries to Web**. New Delhi: Ess Ess, 2014.

SMIT, Johanna; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, Marta Lúgia (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

SOUZA, Oswaldo Braga de. O que você precisa saber para entender a crise na Terra Indígena Yanomami. **Instituto Socioambiental**, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami>. Acesso em: 2 out. 2023.

SPIVAK, Gaytri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SWALES, John M. The concept of Discourse Community: some recente personal history. **Composition Forum**, n. 37, 2017. Disponível em: <https://compositionforum.com/issue/37/swales-retrospective.php>. Acesso em: 24 ago. 2022.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG-Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação).

VIGNAUX, Georges. **O demônio da classificação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. A construção de regimes de informação para acesso à memória: a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA - Unesco/ICA, 2010) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2021. 14 p. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/583/358>. Acesso em: 26 jul. 2022.

ZEMA, Ana Catarina. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a “justa memória”. *In*: XXIV Encontro Nacional do Conpedi24., Florianópolis, 2015. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331136036_O_RELATORIO_FIGUEIREDO_AS_VIOLACOES_DOS_DIREITOS_DOS_POVOS_INDIGENAS_NO_BRASIL_DOS_ANOS_1960_E_A_JUSTA_MEMORIA. Acesso em: 5 abr. 2022.

ANEXO



MINISTÉRIO DO INTERIOR

Exmo. Sr. Ministro

Foi a presente Comissão constituída pela Portaria nº 239/67, de V. Exa., para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Substituiu a de nº 154/67, integrada pelos mesmos membros, encarregada de apurar irregularidades naquela Repartição, apontadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito a ela referente.

Os fatos

Vieram os fatos ao conhecimento dêsse Ministério através de officio do Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando o resultado das investigações e conclusões daquela CPI.

Devido às graves denúncias, ali contidas, V. Exa. houve por bem constituir Comissão de Inquérito para cumprir o que preceitua a Lei e punir os culpados.

No decorrer das investigações a CI-154/67 verificou/ que os escândalos apontados referiam-se apenas, a um lapso de tempo relativamente curto e uma pequena área administrativa, já que foram vistos apenas os anos de 1962 e 1963 e, praticamente a jurisdição das 5ª, 6ª e 1ª Inspetorias, as duas primeiras em Mato Grosso e a última no Amazonas.

Sofrendo a angústia de tempo e lutando contra as dificuldades impostas pelas imensas distâncias, os Sr. Deputados não puderam surpreender a totalidade dos crimes praticados contra a coisa pública e contra a pessoa, a honra e o patrimônio do índio brasileiro mesmo assim, entendemos ter sido de vital importância para a moralização do Serviço visto como foi uma denúncia insuspeita e recheada/ de provas.

Todavia a primeira Comissão constatou, de início, a geral corrupção e a anarquia total imperantes no SPI em toda a sua área como, também, através dos tempos.

A gama inteira de crimes, ali se praticavam, ferindo as normas do Estatuto, do Código Penal e o Código Civil.

4912
 AS
 2.

Devidamente inteirado, V.Exa. extinguiu a ação da Portaria nº 154/67, prorrogada pela de nº 222/67, e constituiu a presente Comissão, com amplos poderes para investigar e apurar o que se cometeu de irregular.

As provas

Instalada no dia 3 de novembro de 1967, conforme ata respectiva, esta CI começou a produzir prova testemunhal e documental.

Ouviram-se dezenas de testemunhas, juntaram-se centenas de documentos nas várias unidades da Sede e das cinco Inspetorias visitadas.

Pelo exame do material infere-se que o Serviço de Proteção aos Índios foi antro de corrupção inominável durante muitos anos.

O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.

É espantoso que existe na estrutura administrativa do País repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos, cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça.

Para mascarar a hediondez desses atos invocava-se a sentença de um capitão ou de uma polícia indígena, um e outro constituídos e manobrados pelos funcionários, que seguiam religiosamente a orientação e cumpriam cegamente as ordens.

Mas, mesmo que assim não fôsse, caberia ao servidor impedir a tortura e, na reincidência, destituir e punir os responsáveis. Tal porém jamais aconteceu porque as famigeradas autoridades indígenas eram a garantia julgada eficaz para acobertar as tropelias de facínoras erigidos em protetores do selvícola pátrio.

4913
H/BJA
3.

Outras vêzes, porém, o desabusado não se preocupava com o lado formal da questão e- le próprio-submetia a vítima às sevícias, coforme sua ira do momento.

Reafirmamos que parece inverossmel haver homens, ditos civilizados, que friamente possam agir de modo tão bárbaros.

Nem o sexo feminino fugiu de flagelar o indio. Muitas / funcionários e espsas de Chefes tornaram-se tristemente famosas pelos maus tratos e pela desumanidade, podendo-se garantir que os atos mais abjetos e humilhantes forma praticados por ordens femininas.

Nsse regime de barão e cutelo viveu o SPI muitos anos. A fertilidade de sua cruenta história registra até crucificao, os castigos físicos eram considerados fato natural nos Postos Indígenas.

Os espancamentos, independentes de idade ou sexo, participavam de rotina e s chamavam a ateno quando, aplicados de modo exagerado, ocasionavam a invalidez ou morte.

Havia alguns que requintavam a perversidade, obrigando pessoas a castigar seus entes queridos. Via-se, então filho espancar mãe, irmão bater em irma e, assim por diante.

O "tronco" era, todavia, o mais encontrado de todos os castigos, imperando na 7 Inspeoria. Consistia na triturao do tornozelo da vítima, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente.

Tanto sofreram os indios na peia e no "tronco" que, embora o Código Penal capitule como crime a prisão em cárcere privado, deve-se saudar a adoo dêsse delito como um inegável progresso no exercício da "proteo ao indio".

Sem ironia pode-se afirmar que os castigos de trabalho forçado e de prisão em cárcere privado representavam a humanizao das relaes indio-SPI.

Isso porque, de maneira geral, não se respeitava o indígena como pessoa humana, servindo homens e mulheres, como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário. No caso da mulher, torna-se mais revoltante porque as condies eram mais de sumanas.

4914/A
4.

Houve Postos em que as parturientes eram mandadas para o trabalho dos roçados em dia após o parto, proibindo-se de conduzirem consigo o recém nascido. O tratamento é, sem dúvida, muito mais brutal do que o dispensado aos animais, cujas fêmeas sempre conduzem as crias nos primeiros tempos.

Por outro lado, a legislação que proíbe a conjunção carnal de brancos com índios já não era obedecida e dezenas de jovens "caboclas" forma infelicitadas por funcionários, algumas delas dentro da própria repartição.

Mas não paravam aí os crimes contra os indefesos indígenas.

O trabalho escravo não era a única forma de exploração. Muito adotada também era a usurpação do produto do trabalho. Os roçados laboriosamente cultivados, eram sumariamente arrebatados do miserável sem pagamento de indenização ou satisfação prestada.

Tudo- repetimos sempre- como se o índio fôsse um irracional, classificado muito abaixo dos animais de trabalho, aos quais se presta, no interêsse da produção, certa assistência e farta alimentação.

A crueldade para com o indígena só era suplantada pela ganância. No primeiro caso nem todos incorreram nos delitos de maus tratos aos índios, mas raros escaparam dos crimes de desvio, e apropriação ou de dilapidação do patrimônio indígena.

Não se pode avaliar o prejuízo causado ao SPI e aos indígenas diretamente durante tantos anos de orgia administrativa. Não temos capacidade para estimá-lo, mesmo por alto, devido às circunstâncias favoráveis em que os autores o acasionaram.

O SPI abrange cêrca de 130 Postos Indígenas, disseminados em 18 unidades da Federação, o que vale dizer que se estende pelo interior de todo o Brasil, excetuando os pequenos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Sergipe.

Durante cêrca de 20 anos a corrupção campeou no Serviço sem que fôsse feitas inspeções e tomadas medidas saneadoras.

Tal era o regime de impunidade, e que a Comissão ouviu dizer no Ministério da Agricultura, ao qual era subordinado o SPI, que cêrca de 150 inquéritos ali foram instaurados sem jamais resultar em demissão de qualquer culpado.

Contando com a boa vontade dos diversos setores da admi

nistração do Ministério da Agricultura a CI resolveu requisitar os processos de inquéritos administrativos do SPI. Infelizmente os arquivos daquela Pasta já haviam sido transferidos para Brasília e foram destruídos pelo incêndio que queimou o edifício sede, juntamente com a sede do SPI instalada no mesmo edifício.

Os poucos processos salvados do incêndio dão a impressão de protecionismo, pois havia em todos uma característica comum, um traço dominante: a existência de um vício processual que determinava sua anulação e arquivamento, sem que jamais se voltasse a instaurá-lo novamente ou, depois, nem, ao menos nêles se falava mais.

Ora, a conveniência era flagrante. Defendiam-se entre si pois conheciam os crimes uns dos outros.

Aos que praticavam irregularidades, mais fácil se tornou obstaculizar a apuração depois do incêndio do Ministério da Agricultura.

Destruidos os arquivos julgaram-se salvos e livres dos castigos merecidos. Felizmente são longas as garras da Lei e a Verdade pode chegar por vários caminhos.

Reconhecendo não ser possível levantar com exatidão / os valores subtraídos aos índios para exigir ressarcimento. Nem mesmo é possível apresentar ao esclarecido julgamento de V.Exa. todos os culpados e, muito menos, todos os seus crimes; é imensa a área de jurisdição do SPI. São inúmeros os funcionários implicados e muitos os seus crimes. Por outro lado, cerceados pelas limitações de tempo e de espaço os membros da Comissão não podem apresentar perfeito trabalho de apuração, quer quantitativa quer qualitativamente.

Limitaram-se quase a uma obra perfunctória de colheita de dados para instruir novas Comissões, que terão tôdas as condições de realizar o trabalho de profilaxia administrativa desejada por V.Exa.

Mas se não é possível uma exata apuração nem por isso se deixou de averiguar serem tantos e tão horríveis os crimes, que o SPI pode ser considerado o maior escândalo administrativo do Brasil.

Os delitos cometidos podem ser apresentados grupados por espécie, conforme o esquema abaixo:

4916/6
10/6

- 1- CRIMES CONTRA A PESSOA E A PROPRIEDADE DO ÍNDIO
 - 1.1 - Assassinatos de índios (individuais e coletivos: tribos)
 - 1.2 - Prostituição de índias
 - 1.3 - Sevícias
 - 1.4 - Trabalho escravo
 - 1.5 - Usurpação do trabalho do índio
 - 1.6 - Apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio indígena
 - 1.7 - Dilapidação do patrimônio indígena:
 - a) venda de gado
 - b) arrendamento de terras
 - c) venda de madeiras
 - d) exploração de minérios
 - e) venda de castanha e outros produtos de atividades extractivas e de colheita
 - f) venda de produtos de artesanato indígena
 - g) doação criminosa de terras
 - h) venda de veículos
- 2- ALCANCE DE IMPORTÂNCIAS INCALCULÁVEIS
- 3- ADULTERAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS
- 4- FRAUDE EM PROCESSO DE COMPROVAÇÃO DE CONTAS
- 5- DESVIO DE VERBAS ORÇAMENTÁRIAS
- 6- APLICAÇÃO IRREGULAR DE DINHEIROS PÚBLICOS
- 7- OMISSÕES DOLOSAS
- 8- ADMISSÕES FRAUDULENTAS DE FUNCIONÁRIOS
- 9- INCÚRIA ADMINISTRATIVA

Tamanhos são os crimes.

O Serviço de Proteção aos Índios degenerou a ponto de perseguí-los até ao extermínio. Relembra-se aqui os vários massacres, muitos dos quais denunciados com escândalo sem, todavia, merecer maior interesse das autoridades.

Citaremos, entre outros as chacinas do Maranhão, onde fazendeiros liquidaram toda uma nação, sem que o SPI opusesse qualquer mação. Anos depois o Departamento Federal de Segurança Pública tomou a iniciativa de instaurar inquérito, em vista da completa omissão do SPI.

4917
 #7
 BPA
 7.

O episódio da extinção da tribo localizada em Itabuna, na Bahia, a serem verdadeiras as acusações, é gravíssimo. Jamais foram apuradas as denúncias de que foi inoculado o vírus da varíola nos infelizes indígenas para que se pudessem distribuir suas terras entre figurões da Governação.

Mais recentemente os Cintas-largas, em Mato Grosso, teriam sido exterminados a dinamite atirada de avião, e a extricção adicionada ao açúcar enquanto os mateiros os caçam a tiros de "pi-ri-pi-pi" (metralhadora) e racham vivos, a facção, do pubis / para a cabeça, o sobrevivente !!! Os criminosos continuam impunes, tanto que o Presidente desta Comissão viu um dos asseclas dêste hediondo crime sossegadamente vendendo picolé à crianças em uma esquina de Cuiabá, sem que justiça Matogrossense o incomode.

A falta de assistência, porém, é a mais eficiente maneira de praticar o assassinato. A fome, a peste e os maus tratos, estão abatendo povos valentes e fortes. São miseráveis as condições atuais dos Pacáas Novos, enquanto os orgulhosos Xavantes resumem-se a uma sombra do que foram até sua pacificação.

A Comissão viu cenas de fome, de miséria, de subnutrição, de peste, de parasitose externa e interna, quadros êsses de revoltar o indivíduo mais insensível.

Não tem seus membros a veleidade de conhecer as mazelas do SPI. O pouco que lhes foi dado ver é suficiente para causar espanto e horror.

Senão vejamos: apesar de a Comissão manter no seu repositório sob rigoroso sigiló as estações de rádio do Serviço-muito potentes por sinal- transmitiam a todos o aviso da próxima chegada, dando tempo de providenciar certas melhorias.

Mas não era possível mudar tudo. A miséria, permaneceu imutável.

Não nos foi possível fotografar tudo o que foi visto.

2 Não entendíamos o dialeto "caingang", guarani, tupi, aruak, etc. É uma palavra, um gesto, e simples ação da presença de um capitão indígena, ou a lembrança de torturas atrozes inflingidas a índios por acusações em tempos passados, era suficiente para calar até os mais afoitos. Pouca ajuda conseguimos dos índios amendrotados.

Em Guarita (IR-7-RGS), por exemplo, seguindo uma família que se escondia, fomos encontrar duas criancinhas sob uma

4918
800
8018.

moita tendo as cabecinhas quasi completamente apodrecidas de horrosos tumores provocados pelo berne, parasita bovino.

Enquanto nos adentrava-mos na mata, o capitão indígena, em todos os Postos, um laçao a serviço do Chefe, ao que sabemos, procurava nos demover dizendo-nos não haver ninguém.

Exigimos o encaminhamento dos infelizes ao médico e, logo a seguir, verificamos que, enquanto nenhuma assistência era prestada aos índios, o chefe Luiz Martins da Cunha, vendia grandes partidas de gêneros da produção do Posto para manutenção de sua família em regime de mesa lauta, enquanto lançava fraudulentamente os gastos na prestação de contas como sendo distribuição aos indígenas de sapatos, alimentos e remédios.

Em Nonoai, também de jurisdição da IR-7, uma cela de táboas, apenas com pequeno respiradouro, sem instalações sanitárias, que obriga o índio a atender suas necessidades fisiológicas no próprio recinto da minúscula e infecta prisão, foi apontada pelo Chefe do Posto, Nilson de Assis Castro, como melhoramento de sua autoria. Ralmente o cárcere privado anterior lembra présídios de Luis XI, da França: Uma escura caixa de madeira de cêrca de 1,30x1,00, construída dentro de um imundo pavilhão de pocilga e estreberia.

Encontramos a "enfermaria" - antro abjeto e sórdido-ocupado conjuntamente por cães, porcos e uma doente, no mesmo quarto infecto. O instrumental estava completamente deteriorado, apesar de o Chefe haver contratado sua própria esposa para "supervisionar" o antro.

Ainda ali encontramos um índios preso, cujo dorso, riscado de muitas cicatrizes longas, indicava serem resultado de chibatadas. Instado a responder, o desgraçado demonstrou verdadeiro pânico e não declarou a origem das cicatrizes.

As choças fotografadas no PI Cacique Doble dão bem ideia do tipo de moradia dos índios daquele grande Posto, cuja produção agrícola seria suficiente para dar-lhes maior conforto do que os de seus bem assistidos vizinhos do PI Paulino de Almeida.

Mas as condições de vida pioram a proporsão que se avança para o Noroeste.

Em Mato Grosso, as ricas terras do Nabileque foram invadidas por fazendeiros poderosos e é muito difícil retirálos um dia.

4919
A/B
9.

Os Kadineus (antigos Guaiacurús), donos das ricas terras que lhes deu o Senhor D. Pedro II pela decisiva ajuda à tropas brasileiras naquela região durante a Guerra do Paraguai, sentem-se escorraçados em seus domínios, o seu gado vendido e suas mulheres prostituídas.

Na jurisdição da IR-6, Cuiabá, há Postos que se notabilizaram pela crueldade para com os índios, citando-se -que ironia- o Fraternidade Indígena e o Couto de Magalhães.

A imensa Fazenda S. Marcos, em Roraima, na IR-1, está próxima de liquidação, com suas terras invadidas e suas dezenas de milhares de bovinos reduzidos a cerca de 2.000, somente.

Tudo o que se disse acima pouco representa do que acontece verdadeiramente no SPI.

O Patrimônio Indígena é fabuloso. As suas rendas alcançariam milhões de cruzeiros novos se bem administrados. Não requeria um centavo sequer de ajuda governamental e o índio viveria rico e saudável nos seus vastos domínios.

Mas o SPI traduz fome, desolação, abandono e despersonalização do indígena.

Proclamam-se a míngua de recursos orçamentários escondendo-se que o índio brasileiro, um dos maiores latifundiários do mundo, tem meios de auferir rendas de suas terras, de suas dezenas de fazendas, capazes de tornar cada um deles imensamente rico se convenientemente administrados, com zelo e honestidade. São milhões de hectares de terras espalhados em quasi todo o País, justamente nas regiões mais férteis, nos lugares mais aprasíveis, nos climas mais amenos.

Palmilhando o campo em todos os sentidos o índio fixou-se nos sítios onde o solo mais rico permitia maior abundância de elementos para sua atividade típica de colheita.

Seria obvio que a aculturação dessas tribos, o encaminhamento de seus membros para a atividade rural, mesmo agro-pastoralelementar, traria abundantes frutos. E tanto isso é verdade que assim acontece no Posto Indígena Paulino de Almeida, no Rio Grande do Sul, chefiado pelo Inspetor de Índios João Lopes Veloso.

4920
16/10/85

10.

Aquele Posto, o único dêsse nome de que a CI tem notícia, administrado dentro de elevados padrões de decência, tem hoje excelente produção agrícola e seus índios gozam de apreciável "status" sócio-econômico-cultural.

Note-se que anteriormente essa unidade sofria dos mesmos males comuns ao SPI em geral e os índios passavam fome e miséria, justamente na época em que se devastavam seus pinheiros e se exauriam suas terras.

Mas, infelizmente, o PI Paulino de Almeida é uma exceção à regra. As devastações continuam em tôda a rosa-dos ventos.

Abatem-se as florestas, vendem-se gados, arrendam-se terras, exploram-se minérios. Tudo é feito em verdadeira orgia / predatória porfiando cada um em estabelecer novos recordes de rendas hauridas à custa da destruição das reservas do índio.

Basta citar a atitude do Diretor Major Aviador Luis Vinhas Neves, autorizando tôdas as Inspetorias e Ajudâncias a vender madeira e gado, e arrendar terras, tudo em uma série de Ordens de Serviço Interna cuja sequência dá uma triste idéia daquela administração, (fls. 4065 a 4088). Aliás êsse militar pode ser apontado como padrão de péssimo administrador, difícil de ser imitado, mesmo pelos seus piores auxiliares e protegidos.

Mas não para ainda a espoliação do índio. Aquilo que não podia render dinheiro farto e fácil podia ser distribuído ou tomado por poderosos locais, por seus afilhados ou testas de ferro. Os dirigentes do SPI nada diziam ou providenciavam para obstatulizar.

Assim foi o que o SPI perdeu vastíssimo área. Incluindo-se entre elas, pela extensão e valor, a reserva de Mangueirinha no Paraná e a Colônia Tereza Cristina, em Mato Grosso. Em ambos os casos o SPI, ou a futura Fundação do Índio, tem condições obrigação de recuperá-las.

Muitos outros casos existem, alguns dos quais na dependência de solução judicial porque alguns servidores mais zelosos felizmente ainda os há - se insurgiam contra o esbulho e intentaram a defesa do Patrimônio Indígena.

Como se vê, os recursos do índio são miseravelmente dilapidados.

No que diz respeito à parte Contábil do Serviço de Proteção aos Índios, verificamos nada existir na Administração Central da mencionada Repartição. Afirmam alguns funcionários do Ministério da Agricultura, cedidos ao SPI que parte da documentação foi consumida pelo fogo e uma parcela não atingida no incêndio encontrava-se em poder de ex-servidores do órgão e de elementos estranhos aos Quadros do SPI.

Diante desse fato, a Comissão apelou para a Divisão de Orçamento do Ministério da Agricultura, numa tentativa de identificar ao menos os nomes dos administradores e funcionários responsáveis pela movimentação dos adiantamentos ou suprimentos recebidos do Tesouro Nacional, à conta de dotações consignadas no orçamento da União ao SPI.

Recebemos da mencionada Secretaria de Estado, os Quadros demonstrativos anexos ao volume nº IV-fls. 876 e 879 e vol. XX-fls. 4683 a fls. 4692, servindo tais documentos de roteiro para novas pesquisas que seriam afetadas em outros órgãos da Administração Federal.

A seguir, a Comissão se deslocou até ao Tribunal de Contas da União, mantendo contactos com a 2ª Diretoria de Tomada de Contas daquele órgão Fiscal, apurando a existencia de vários casos da emissão de prestação de contas, por parte de administradores e funcionários do SPI e caso de glosas sumárias em documentação de despesas, submetidas por funcionários ao julgamento daquele Tribunal (ver quadros demonstrativos e fotocópias dos expedientes citação volume nº XV-fls. 3709 e 3711, vol. XVI-fls. 3873, vol. XX-fls. 4694 e 4732).

Da leitura desses expediente, pode-se constatar a má fé de administradores e funcionários da infeliz repartição, que procediam com tanta irresponsabilidade no trato dos dinheiros públicos e dos recursos oriundos da renda indígena, causando, como testemunhamos, permanente estado de alerta antre os auditores designados para o exame da documentação comprobatória das despesas.

A Presidência da Comissão solicitou o pronunciamento da Divisão Geral do Serviço de Proteção aos Índios, sobre o caso de omissão na apresentação das comprovações de contas dos adiantamentos dos valores de N \$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos), N \$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros novos), N \$ 3.000,00 (três mil cruzeiros novos), N \$ 77.750,00 (setenta e sete mil, setecentos e cinquenta cruzeiros novos), N \$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros novos) e N \$ 235.200,00 (duzentos e trinta

4922
~~AB~~ ~~AB~~

12.

ta e cinco mil e duzentos cruzeiros novos), de responsabilidade dos administradores e funcionários do SPI, de que tratam os Processos TC-56.638/64, 58.039/65, 64.607/63, 14.791/67 e 13.232/67 e 23.018/67.

No Fundo Federal Agro-Pecuário, do Ministério da Agricultura, a Comissão apurou que os suprimentos concedidos aos administradores e funcionários do SPI se elevou ao montante de N^o 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos) ainda não comprovados.

Quanto às vultosas quantias recebidas pela Direção / Geral do SPI, procedentes das Inspetorias Regionais e dos Postos Indígenas, desconhecemos o destino dado às mesmas, considerando que nenhum documento, sequer, foi encontrado que justificasse a aplicação honesta de tais recursos. A Comissão apurou parte dessas transferências, que alcançou a cifra de N^o 342.061,03 (trezentos e quarenta e dois mil, sessenta e um cruzeiros novos e três centavos), somente nas cidades onde se acham sediadas as 1^a, 5^a e 7^a Inspetorias.

Algumas comprovações de contas foram entregues à Comissão, para verificação e, em exame procedido nas mesmas, podemos concluir que a documentação de despesas não se encontra organizada na conformidade do disposto na legislação que rege a matéria, citando o caso da responsabilidade do servidor João Bezerra de Melo onde:

- 1^a) a maioria dos documentos se compõe de vales;
- 2^a) a totalidade dos documentos de despesas não se encontrava devidamente atestada por outro servidor, sobre a prestação de serviço, fornecimento de refeições a índios, recebimento de materiais, etc;
- 3^a) a origem do crédito é desconhecida.

Recibos "frios" eram emitidos pela Administração Central do SPI, em Brasília, para justificar os desvios de verbas em proveito de privilegiados, simpáticos aos senhores que dominavam a Repartição. A Comissão cita os casos dos recibos firmados por Sara da Silva Almeida (N^o 952,20 e N^o 1.838,56), constantes das fôlhas 1.528 e 1.529 do volume nº 8, confessadamente graciosos depoimentos de fls.)

Houve casos de aquisições de materiais, combustíveis e lubrificantes e equipamentos, cujas faturas eram de valores elevados, à conta da verba ASSISTÊNCIA SOCIAL, quando o SPI dis

4923
13.

punha de verbas específicas para aquela finalidade e mais graves se torna porque as aquisições se processaram sem licitações de preços (vêr documentos constantes das fôlhas 3704 a 3708, do volume nº 15).

Em Curitiba, Estado do Paraná, local da sede da 7ª Inspeção Regional, continuamos as pesquisas iniciadas na sede, em Brasília, encontramos uma série infindável de fraudes e omissão / de lançamentos nos livros contábeis, tais como:

- 1ª) Rasuras grosseiras em cifras;
- 2ª) Eliminação completa dos lançamentos de recebimento e aplicação dos recursos orçamentários do exercício de 1965;
- 3ª) Ausência, em alguns livros, dos termos de abertura e de encerramentos;
- 4ª) Descaminho de livros e documentos contábeis, ante a aproximação da chegada da Comissão à Curitiba.

Na aplicação da Renda Indígena, a situação se agravou mais ainda, pois além das irregularidades já citadas, a Comissão apurou:

- 1ª) Pagamento de diárias a funcionários públicos federais daquela Inspeção e da sede do SPI (volume - XX fls. 4852 a 5855);
- 2ª) Pagamento de contas de valores elevados sem que tenham sido encontradas as faturas comerciais ou duplicatas relativas às mesmas, nem os processos / de licitação de preços volume nº XX - fls. 4839 a 4850);
- 3ª) Pagamentos de contas, sem papel timbrado da firma, verificando-se que a assinatura foi aposta no documento com emprêgo de lápis e papel carbono (volume nº XX-fls. 4857 a 4865);
- 4ª) Contas em papel sem timbre em nomes de João Marques, José Marques e Argemiro Marques, quando se pode, facilmente, verificar que a mesma pessoa assinou todos os documentos (vol. nº XX-fls. 4867 a 4890);
- 5ª) Despesas realizadas de hospitalização, funeral e / convites missas, com o Inspetor Alísio de Carvalho, ex-Chefe da Inspeção (vol. nº XX-fls. 4820 a.... 4834);
- 6ª) Despesas de alimentação e pousada de servidores da Inspeção durante as festas realizadas em um hotel da cidade de Florianópolis, Capital do Estado (volume nº XX-fls. 4827 a 4828);
- 7ª) Juros elevadíssimos pagos a Waldomiro Fortes Santos,

4924
AA. 11. B. 110

referentes a títulos descontados, de posse da Inspetorias, a fim de atender, com o resultado das transações às constantes transferência de valores para a Direção do SPI (volume nº XX-fls. 4836 a 4837).

Convém salientar, no entanto, que o maior escândalo ali registrado foi a série de recibos falsos introduzidos em comprovação de contas, para justificar a retirada de valores para os Diretores, Assessôres e Inspetorias do SPI (volume nº XX - fls. 4733 e 4743, faltando dois outros que foram destruídos pelos falsários signatários).

O montante das transferências efetuadas pela IR-7 em nome dos titulares da Diretoria Geral, em Brasília, atinge, somente nas amostras colhidas junto aos Bancos de Curitiba e outras fontes, a N 229.715,24 (duzentos e vinte e nove mil, setecentos e quinze cruzeiros novos e vinte e quatro centavos), sem considerar as importâncias remetidas em dinheiro por intermédio de emissários credenciados para esta finalidade, sem respectivo controle contábil.

As mesmas tendências escandalosas dos órgãos de cúpula da repartição eram sentidas nos diversos Postos Indígenas, da venda de madeiras, da produção agrícola dessas unidades, bem como rendas de outras fontes dos Postos não eram contabilizadas integralmente.

No Posto Indígena Guarita, no Rio Grande do Sul, por exemplo, a Comissão apurou a queda da renda de ano para ano apesar de estarem aumentando as atividades produtivas do referido Posto.

O encarregado, Luiz Martins da Cunha, assinou um recibo de N 6.000,00 (seis mil cruzeiros novos), graciosamente, para comprovar a retirada dessa quantia por parte do então Inspetor José Fernando da Cruz, na Sede da IR-7, sendo obrigado, logo após, a pagá-la com recursos próprios de Posto ao referido Inspetor (volume-XX-fls. 4.738).

De acordo com o quadro demonstrativo dos responsáveis por dinheiros públicos, fornecidos pela IR-7, encontra-se sem comprovação no valor total de N 115.414,80 (cento e quinze mil, / quatrocentos e quatorze cruzeiros novos e oitenta centavos), de responsabilidade de diversos funcionários daquela Inspetoria. (volume IX-fls. 1878).

A Comissão apurou, além dos casos acima citados, a existência de agiotagem praticada pelo Inspetor-Chefe da IR-7, nas dependências da repartição, empregando recursos da renda indígena

(volume XV-fls. 3732), bem como comércio criminoso de mercadorias estrangeiras e duas armas, tudo isso guardado no cofre da Chefia da Inspeção. Lavrado o competente termo as mercadorias e armas foram entregues ao Sr. Paulo Assunção, membro da Divisão de Segurança do Ministério.

Outro fato de suma gravidade é aquêle relativo à movimentação de dinheiros entre a Inspeção e os Postos da IR-7, onde o Inspetor-Chefe, percorrendo os postos, desanda-se a arrancar dinheiro da renda indígena, deixando somente um recibo para o Encarregado do Posto, quando êsses recursos deveriam, talvez, serem aplicados em benefício do índio, que o produzira (fls. 1800-vol. IX-fls. 1850 -IX-fls. 2.972-vol. XIII).

Há 5ª Inspeção, sediada em Campo Grande- Mato Grosso a escrituração somente existe em parte. As verbas orçamentárias não foram escrituradas devidamente, nada mesmo sendo encontrados a respeito dos créditos orçamentários, movimentados pela Inspeção, no exercício de 1965, nem sequer as vias das prestações de contas, de responsabilidade do ex-Inspetor Walter Sameri Prado.

A Inspeção desconhece, oficialmente, o número exato dos arrendatários das terras indígenas, não se sabendo se por negligência ou por conveniência de funcionários.

Não há controle contábil do patrimônio indígena, apesar de se saber que na jurisdição dessa Inspeção é muito elevada a quantidade de gado dos índios. Nunca se procedeu ao balanço patrimonial da IR-5.

Na 9ª Inspeção, sediada em Pôrto Velho-Rondônia, a Comissão localizou uma via de uma prestação de contas de um suprimento aplicado sob a responsabilidade do funcionário Alberico Soares Pereira, ex-Chefe da Inspeção, quando a quitação dos documentos de despesas foi dada em nome do Major Aviador Luis Vinhas Neves. A origem desse suprimento é desconhecida (volume nº XX-fls. 4891 a 4943).

As 1ª, 6ª e 9ª Inspeções não possuem livros de escrituração contábil, devidamente legalizados, nem de controle financeiro nem patrimonial.

O Patrimônio dessas Inspeções é de uma riqueza imensa, bastando citar Postos de criação de gados, como o de "Simões Lopes", a Fazenda São Marcos e campos de mineração localizados em terras indígenas na jurisdição da IR-9.

A Comissão apurou junto ao Tribunal de Contas da União que, até bem pouco tempo, nenhum controle se exerceu sobre a aplicação da renda indígena e sobre as variações patrimoniais do Serviço de Proteção aos Índios, repartição da Administração Pública Federal, há anos



MINISTÉRIO DO INTERIOR

16.

vinculada ao Ministério da Agricultura.

Senhor Ministro:

Diante de tudo o que foi dita a Comissão considera as pessoas a seguir relacionadas como infratoras de normas legais do Direito Brasileiro, devendo ser indiciadas no momento oportuno.

ABILIO ARISTIMUNHO

- 1 - Conivente na assinatura irregular de contratos de arrendamento de terras (fl. 1574).
- 2 - Participação no roubo do gado Kadueus (fl. 1574).

ACIR BARROS

- 1 - Agressão física, espancamento e torturas de índios, nos Postos de Ivaí, Nonoai e Guarita (fls. 1720, 1824, 1843).
- 2 - Cárcere privado de índios (fl. 1854).
- 3 - Trabalho escravo de índios (fls. 1854, 1720, 1843).
- 4 - Permissão aos seus correligionários políticos e autoridades do município de Tenente Portela para lavrarem, gratuitamente, terras do Posto Indígena Guarita, com agravante da utilização do braço indígena (fls. 1731, 1843, 1845, 1720, 844).
- 5 - Lavra gratuita das terras indígenas com agravante da utilização do braço indígena (fls. 1720, 1843, 1854).
- 6 - Compra sem licitações de R\$ 713.329 (fls. 2248); R\$ 2.000,00 (fl. 2249); R\$ 2.295.675 (fl. 2251); R\$ 300.000 (fls. 2253); R\$ 950.000 (fls. 2256), no Posto Indígena Guarita.
- 7 - Responsável pela venda irregular de 130 pinheiros no Posto Indígena Guarita (fl. 2874) e madeiras de lei (fl. 844).
- 8 - Abriu concorrência Administrativa para serrar madeira em Guarita sem autorização. O Chefe da IR-7 infirmou a proposta devido a isso, mandando-a arquivar e apurar, o que não foi feito (fls. 2981).
- 9 - Responsável por irregularidades (fls. 868, 888, 903).

AIRTON DE FRANCA

- 1 - Falta de cumprimento dos deveres funcionais (fls. 4289).

ALAN KARDEC MARTINS PEDROSA

- 1 - Acusado de omitir cláusulas de modo doloso nos contratos de arrendamento de terras, recebendo "propinas" para fazer essa omissão (fls. 1574, 3574, 3774, 3784).

4926
[assinatura]



MINISTÉRIO DO INTERIOR

17.

- 2 - Indiciado para processo administrativo, inconcluso, MA-101/1230/66 (fl. 2220).
- 3 - Responsável pela venda irregular de 500 pinheiros no Pôsto Indígena Xavier da Silva, em Londrina, com o edital publicado na Folha de Londrina, quando a Coleta foi feita em Curitiba, dando ganho de causa à Serraria Santa Tereza, de Kantor & Franco Ltda com o preço de R\$ 19.000, simplesmente porque pagava à vista quando a Serraria Irerê, de Isidro Maximino, ofertou R\$ 21.050 dentro das cláusulas do edital - Prejuízo para repor R\$ 1.025,00 (fls. 3155, 3168).

ALBERICO ALVES LABATUT NASCIMENTO

- 1 - Assinou recibo gracioso para fraude em prestação de contas (fls. 1722, 2404, 2596, 4733, 4736).
- 2 - Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$.. R\$ 5.000,00 (fl. 1878).
- 3 - Confessa que, atualmente, não trabalha (fl. 1736).

ALBERICO SOARES PEREIRA

- 1 - Descurou da assistência aos Pacaás Novos, deixando-os na miséria (fl. 1046).
- 2 - Alega não ter conhecimento das negociações para celebração do / contrato com Plínio Benfica, porém, é desmentido às fls. 4017, - 4019, 4007, 4095).
- 3 - Confessa a venda de 75 sacos de arroz do Pôsto Indígena Santana, sem a devida concorrência (fl. 4008).
- 4 - Permitiu que a Firma CIVA, subsidiária da Estanífera do Brasil S/A, construísse um campo de pouso para aviões de grande porte, no Igarapé Floresta e o registrasse em nome do SPI, na Diretoria de Rotas Aéreas (fl. 4017).
- 5 - Tinha, como sua substituta na Chefia da IR-9, sua própria esposa, Jandira Cunha Soares (fl. 4019).
- 6 - Obteve registro na Diretoria de Rotas Aéreas de campos de pouso, construídos por aventureiros e registrados como sendo do SPI, no Igarapé Paciência, Estrêla, Nova Vida, Vila Rondônia, e Arquimedes, todos no Território Federal de Rondônia (fls. 4097, a 4099).
- 7 - Corresponsável na estranha e irregular prestação de contas de R\$. R\$ 8.000.000 de origem desconhecida, em seu nome, porém com a quitação em nome de Luiz Vinhas Neves (fls. 4891 a 4943).
- 8 - Não escrituração dos livros da IR-9 (fls.



MINISTÉRIO DO INTERIOR

18.

ALBERTO DE MARTINS SAMPAIO

- 1 - Utilizava a camioneta Rural Willys do SPI, chapa 4.90-PR, para todos os fins, inclusive particulares (fl. 2498).

ALBERTO PIZZARRO JACOBINA

- 1 - Apesar de demitido voltou a integrar o Quadro do SPI na condição de contratado e fez verdadeira devastação no rebanho da Fazenda São Marcos (fls. 1572, 1578).
- 2 - Venda de gado da Fazenda São Marcos, sem concorrência, em benefício pessoal do Major Luiz Vinhas Neves (fls. 4020, 4055, 4056).

ALFREDO JOSÉ DA SILVA

- 1 - Entrega de 250 rêsas para uma comissão de 3 elementos sem autorização por escrito, quando era Inspetor em Cuiabá (fl. 705).
- 2 - Venda irregular de 400 rêsas do Posto Indígena Simões Lopes e 250 do Posto Indígena Couto Magalhães (fl. 4006).
- 3 - Não escrituração dos livros da IR-6 (fl.

ÁLVARO DE CARVALHO

- 1 - Crime de morte praticado na pessoa do índio Narcizinho, depois de pendurá-lo pelos polegares e espancá-lo (Posto Cacique Doble, da IR-7). (Fl. 1682). Espancamento de índios (fl. 847).
- 2 - Vendeu 60 casas de índios, no Posto Indígena Cacique Doble (fl. 847, 1682).
- 3 - Sua esposa esteve afastada irregularmente do serviço, durante 8 meses, residindo em Lagoa Vermelha, tendo ponto de comparecimento dado pela Inspetoria (fls. 1682, 1727, 1728).
- 4 - Beberão e valentão (fl. 1682).
- 5 - Responsável pelo desvio criminoso da renda indígena em seu próprio benefício (fl. 847).

ÁLVARO DUARTE MONTEIRO

- 1 - Na 6ª Inspetoria, em Cuiabá, Mato Grosso, gastou R\$ 500.000 com propaganda política (fl. 716).

ANAÍDE MARIA DE SOUZA

- 1 - Assinou recibos graciosos para efeito de fraude em prestação de contas por Manoel Moreira de Araújo, na IR-1, por conta de um trabalho que teria sido feito no Posto de Araçã Marulá.

49281
[assinatura]



MINISTERIO DO INTERIOR

19.

ANTONIO ISIDRO

- 1 - Vendeu 13 rézes, sem ser autorizado e sem licitação, por Ordem de Serviço Interna, quando Chefe do Pôsto Indígena Piebaga (fl. 4006).

ATAÍDE INÁCIO CARDOSO

- 1 - Aliciamento da índia Leonora, da tribo Tucanos, do alto do Rio Negro, para amante de Manoel Moreira de Araújo (fl. 345).
- 2 - Assinou recibos falsos para efeito de fraude da Renda Indígena, por Manoel Moreira de Araújo, na IR-1 (fl. 4026).

ANTONIO MENDES

- 1 - Acusado de haver morto Primitivo Couto, por conta própria, por que a ordem era expulsar e não matar (fl. 262).
- 2 - Iniciativa exclusiva de saque a outras fazendas (fls. 263).

ARLINDO DIAS DA COSTA

- 1 - Confessa venda irregular de gado no Pôsto Indígena Fraternidade Indígena (fl. 4006).

ARY ARISTIMUNHO

- 1 - Conivente na assinatura irregular de contratos de arrendamento de terras (fl. 1574).
- 2 - Participação no roubo do gado Kadiueus (fl. 1574).

ATTILIO MAZZALOTTI

- 1 - Enriquecimento ilícito (fls. 1721, 3764).
- 2 - Cultivo e arrendamento ilegal de terras em proveito próprio (fl. 1730).
- 3 - Venda de madeira por coleta de preço (fls. 1761, 1764).
- 4 - Venda irregular de madeira e da produção de milho do Pôsto Indígena Dr. Salistre de Campos (fls. 1764, 1842).
- 5 - Castigos aos índios no "tronco" (fl. 1764).
- 6 - Incuria administrativa: não prestava assistência aos índios, deixando-os embriagar-se no Pôsto Indígena Dr. Selistre de Campos (fls. 1828, 1829, 1830).
- 7 - Quando Chefe do Pôsto Indígena Dr. Selistre de Campos incompatibilizou-se com índios, rendeiros, invasores, padre delegado e julz, sendo péssima sua administração (fls. 1830, 1837, 1761).

AUGUSTO DE SOUZA LEÃO

- 1 - Fraude em prestação de contas em convivência com Waldemar Con -

4929
B96



MINISTÉRIO DO INTERIOR

20.

Conceição Dias (fl. 1538).

- 2 - Utilização do Jeep, placa 85-67-22-GB, para viagens particulares (fls. 1480, 1481, 850), tanto que foi apreendido pela Polícia Federal na Ilha do Governador (fl. 1481).
- 3 - Emprego irregular de dinheiros públicos (fl. 851).
- 4 - Emprego irregular da Renda Indígena sem recolhimento ao Fundo Agro-Pecuario (fls. 852, 804, 1480).
- 5 - Má assistência aos índios Maxacalis (fls. 850, 852).

BENAMOUR BRANDÃO FONTES

- 1 - Comprou cerca de \$ 17.000.000 à Importadora Mundial de Ferragens S/A, do Rio, a preços escorchantes, em muitos casos cem por cento superiores aos preços de Manaus (fl. 4024).
- 2 - Compras de mercadorias à Importadora Mundial de Ferragens S/A, para a IR-1, por preços escorchantes e sem licitação (fl. 4028).
- 3 - Participou do colúio, juntamente, com Gilberto, Helou e Jacobina, para venda de gado na Fazenda São Marcos, apesar de saber ser em benefício pessoal do Major Vinhas Neves (fls. 4055, 4056).
- 4 - Não escrituração dos lucros da IR-1 (fl.

BELAPMINO SALES

- 1 - Recebimento de importâncias para pagamento de alimentação e colégio já sendo funcionário (fl. 1908).

BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA

- 1 - Seduziu a Índia quando presidia uma Comissão de Inquérito Administrativo na Ilha de Bananal (fls. 894, 899, 910, 918, 925, 940, 1519).
- 2 - Responsável pela tentativa de suicídio da funcionária Maria Dantas Pimentel, por lhe ter imputada responsabilidade pelo desvio de pneus (fls. 899, 916).
- 3 - Conivente na venda de 10 rêsas da IR-1 e gastou em farras e bebidas, em Palmeiras, dos Índios (fls. 910, 926, 1544).
- 4 - Subtraiu dinheiro do cofre do SPI (fls. 910, 918, 1537).
- 5 - Embriagou-se na Ilha de Bananal (fl. 916).
- 6 - Irresponsabilidade funcional: não trabalha no SPI, apesar de receber Função Gratificada de Assessor (fls. 916, 918, 923).
- 7 - Dilapidação dolosa de verbas em viagens confessadamente desnecessárias (fl. 922).
- 8 - Subtração de dinheiro da renda indígena para suas despesas pessoais em viagens. (Fl. 1546).
- 9 - Recebimento de \$ 70.000 de gratificação pela renda indígena, a-

4939
1996



MINISTÉRIO DO INTERIOR

21.

lém da FG-11, quando Secretário (fl. 1547).

CÂNDIDO LEMES DOS SANTOS

- 1 - Responsável pelo não prestação de contas do adiantamento de R\$. R\$ 3.000,00 (fl. 1878).
- 2 - Emissão de recibo falso, para fraude em prestação de contas, na IR-7, (fls. 2596, 4733, 4734).

CERIZE MACHADO

- 1 - Conduta escandalosa na repartição (fls. 894, 899, 2153).

CIDALGINA LAGE DE MORAES

- 1 - Perjúrio: alega não saber haver Boanerges Fagundes de Oliveira ofendido a índio e, em seguida, declara saber que houve inquérito administrativo pelo fato (fl. 916).

CORIOLANO MENDONÇA

- 1 - Desvio de aplicação de verba orçamentária (Art. 296, do Código de Contabilidade Pública). (fls. 7v e 12).

CRISTOVÃO LÔBO

- 1 - Venda irregular de gado no Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues / (fl. 4022).

DANTON PINHEIRO MACHADO (Major)

- 1 - Não depositava em bancos oficial o dinheiro dos Postos, quando Chefe da IR-7 (fl. 1565).
- 2 - Usava em suas viagens particulares a camioneta Chevrolet 881 do SPI (fl. 1573).
- 3 - Celebrou, sem autoridade nem autorização, contrato de extração de pinho com Ernani Coutinho, à base de 43% para o Pôsto e 57% para a Firma, no Pôsto Indígena dr. Selistre de Campos. Foram serrados 1.180 pinheiros, sendo suspenso com a proibição ministerial (fls. 1840, 1868, 1884, 2261, 2262).
- 4 - Mandou reiniciar corte de pinheiros quando já vigorava a proibição ministerial (fl. 1869).
- 5 - Efetuou o pagamento de compras e serviços sem concorrência na IR- 7 (fl. 1905).
- 6 - Pagou despesas de hospedagem do Diretor do SPI e do Assessor / do Ministro de Agricultura, quando referidos funcionários recebiam diárias (fls. 1905).
- 7 - Recebimento ilegal de "pro-labore" de R\$ 250.000 mensais (acumu

493/11
[assinatura]
[assinatura]



MINISTÉRIO DO INTERIOR

22.

- 4537
B9/10
- lação remunerada). (fl. 1905).
- 8 - Recebimento antecipado das 2ª e 3ª prestações do contrato de venda de 650 toros à Hélio Pissetti, em Salitre de Campos, com cedendo desconta extorsivo de R\$ 1.182.600 (agiotagem: repor). (fls. 1906, 1573).
 - 9 - Pagamento de R\$ 86.510 ao Lord Hotel de Curitiba, por despesas de hospedagem e bebidas (fl. 1945).
 - 10 - Recebimento de R\$ 360.000 correspondente a vinte diárias da IR-7 (3.1 a 22.1.66), quando já lhe tinha sido pago o hotel (fl. 1991).
 - 11 - Celebração do contrato para venda de pinheiros e corte de pinheiros digo pinhos na sua administração (fls. 2532).
 - 12 - Autorização da venda de 320 toros de madeira de lei, do Posto Indígena Duque de Caxias (fl. 212).
 - 13 - Mandou Samuel Brasil vender 20 cavalos Chucros, por coleta de preços no Posto Indígena Manoel Ribas (fl. 2134).
 - 14 - Pagamento de despesas diversas (hospedagem, colégio, restaurante) do servidor Belarmino Sales (fl. 1905).
 - 15 - Recebeu adiantamento de R\$ 500.000 para viagem já havendo recebido diárias. Não prestou contas. (fl. 4852).

DIOGENES AJALA

- 1 - Conivente na assinatura irregular de contratos de arrendamento de terras (fl. 1574).
- 2 - Participação no roubo do gado Kadueus (fl. 1574).

DIVAL JOSÉ DE SOUZA

- 1 - Confessa haver recrutado e armado índios de Xanxerê para expulsar os invasores do Posto Indígena José Maria de Paulo, havendo incendiado 33 casas (fl. 1753).
- 2 - Utilização do Serviço de Rádio para as campanhas de Brizzola e outros políticos do PTB (fl. 1719).
- 3 - Tinha ciência das torturas dos índios, inflingidas pelo irmãos Buenc e nunca tomou providência, mesmo tendo sido feito apêlo pelos índios (fl. 1719).
- 4 - Utilizava código cifrado ao tratar de contagem de pinheiros / derrubados, do preço do negócio fechado e movimentação financeira, havendo um para cada Posto, conhecido somente por êle e pelo Chefe do Posto. Os papéis eram rasgado e não ficava cópia no arquivo (fls. 1719, 1729, 1733, 1736, 1737, 1780).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

23.

- 4933
- 5 - Concedeu permissão irregular de instalação de serraria do Sr. Peluiz Monteiro Piffaro, sem ter autoridade para isso (fl. 1730).
 - 6 - Sonegava à contabilidade da Inspetoria os elementos para uma exata contabilização. A escrituração da renda indígena era feita por êle, secretamente, tanto que os lançamentos da Conta Corrente da Inspetoria não correspondem aos da Conta Corrente Bancária (fls. 1732, 1877).
 - 7 - Permitia irregularidades na frequência dos servidores (fl. 1728)
 - 8 - Jamais realizou balanços ou balancetes das variações patrimoniais da patrimônio indígena (fl. 1733).
 - 9 - Comprou materiais, construiu casas e fez funcionar a serraria no Pôsto Indígena Fioravante Esperança sem autorização, nem li citação (fl. 1750).
 - 10 - Empregou, na renda indígena, sem autorização, R\$ 5.967.882 na IR-7. Repor (fl. 1750).
 - 11 - Confessa que cultivava para si uma área de seis alqueires no Pôsto Indígena José Maria de Paula e utilizou o braço indígena / (fl. 1753).
 - 12 - Utilizava a renda indígena para pagamento de Hotel, Colégio, (diversos), do servidor Belarmino Sales (fl. 1908).
 - 13 - Venda de madeira no Pôsto Indígena Fioravante Esperança, contra a ordem expressa do Ministro da Agricultura, por coleta de preço (fl. 1727).
 - 14 - Vendeu sem concorrência 2.271 dúzias e 20 pés de tábuas serradas no Pôsto Indígena Fioravante Esperança, a Madeira e Materiais CHILE Ltda. e Madeira Marval LTDA. no Pôsto Indígena Fioravante Esperança (fls. 1747, 1748, 2058).
 - 15 - Vendas de madeira serrada em Fioravante Esperança e Cacique Capanema por coleta de preço (fl. 1735).
 - 16 - Determinou retirada de madeira em Selistre de Campos, sem autoridade para isso (fls. 1883, 1884).
 - 17 - Mandou entregar madeira no Pôsto Indígena Duque de Caxias, apesar da proibição ministerial e do novo código florestal (fls. 2894, 2895).
 - 18 - Liberou 1.210 dúzias de tábuas para Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes S/A, além do 1.500 toros, por conta de um contrato que sabia anulado pelo Parecer 215-H, de 19.07.65, da Consultoria Geral da República (D.O.U. fls. 8562)-Cacique Capanema (fls. 1887, 3271, 3273, 3276, 2064, 2069).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

24.

- 19 - Venda irregular de 342 toros A Firma Kantor & Franco Ltda., do Posto Indígena Xavier da Silva, apesar da proibição (fls. 2048, 3359, 3362).
- 20 - Autorizou a Firma Indústria e Comércio Saad S/A a retirar 105 toros do Posto Indígena Cel. Telêmaco Borba, apesar da proibição (fls. 2062, 3357, 3359).
- 21 - Liberou a retirada de 198,407 cm. de madeira de lei do Posto / Indígena Duque de Caxias (fl. 2082).
- 22 - Responsável pela venda irregular de toros de madeira na importância de R\$ 14.145.853 e respectiva remessa ao Sr. Diretor do SPI (fl. 2206).
- 23 - Liberou irregularmente 3.381 toros em Selistre de Campos, a favor de João B. Tonial & Filhos (fls. 2206, 3439, 3457).
- 24 - Liberou irregularmente 2.025 toros em Selistre de Campos a favor de Ernani Coitinho e permitiu-lhe serrar madeiras, sem autoridade para isso (fls. 1883, 3415, 3418).
- 25 - Subtração de 300 dúzias de tábuas de pinho serrado no Posto Indígena Fioravante Esperança, integrantes do lote de 1834 dúzias oferecido à venda pelo Aviso nº 1, de 04.08.66. Essa madeira não consta de venda efetuada a Madeireira e Materiais CHILE Ltda. e nem consta dos registros da repartição (fls. 3532, 3540).
- 26 - Vendeu, mediante coleta de preços e, assim mesmo, totalmente / irregular, 133 toros a Madeireira Marval Ltda., cuja proposta havia sido recusada e 1534 dúzias de pinho serrado a Madeireira e Materiais CHILE Ltda que não havia oferecido proposta (fls. 2895, 3532, 3540, 1747, 1748, 2058).
- 27 - Omissão: não abriu inquérito administrativa quando do furto de duas máquinas de escrever na IR-7 em 23.10.66 (fl. 4432).
- 28 - Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$ 13.500,00 correspondente ao TC-23018/67 (fl. 4695).

DJALMA MONGENOT

- 1 - Deflorou a índia Terena do Posto Indígena Ipegue, no próprio recinto da sede da Inspetoria (fls. 3770, 3773, 3784).
- 2 - Enriquecimento ilícito. Possui vários caminhões adquiridos sem meios legais aparentes (fl. 337).

DORIVAL PAMPLONA NUNES

- 1 - Conivente na venda de 500 rêsas e cerca de 200 abatimentos na



MINISTÉRIO DO INTERIOR

25.

na Fazenda Carajá, na Ilha de Bananal (fl. 1678).

DUCASTEL GUTIERREZ

- 1 - Maltrato aos índios em Campo Grande (fl. 709).
- 2 - Corresponsável pelo crime de latrocínio praticado pelos índios, na pessoa de Primitivo Couto, receptando os objetos roubados por sua ordem: uma carreta com quatro juntas de bois, uma máquina de costura, uma concertina, um acordeon, em Campo Grande (fl. 636).

DURVAL ANTUNES MACHADO

- 1 - Atrocidades contra os índios em Mangueirinha e Guarita (fl. 1720)
- 2 - Conivência com Dival José de Souza quanto ao Código Cifrado em Guarita (fl. 1733).
- 3 - Cárcere privado (fl. 1720)

DURVAL MAGALHÃES

- 1 - Condenado pelo Conselho de Segurança Nacional (fl. 936).
- 2 - Demitido da IR-1 do SPI, por crime contra a Administração (fls. 936. 942).
- 3 - Usurpação de cargo público (fls. 936, 942).
- 4 - Conivente na venda irregular de gado da Fazenda São Marcos em favor pessoal do Major Luiz Vinhas Neves, sem concorrência (fls. 4020, 4055, 4056).

ELI DE CARVALHO FERNANDES TÁVORA

- 1 - Infringiu o Art. 296 do Código de Contabilidade Pública. Implicado no desvio destinado a fixação e aldeamento dos índios da fronteira do Peru e Acre (fl. 7v.)
- 2 - Atestou a legalidade da prestação de contas de R\$ 3.000.000 aplicados indevidamente pelo Inspetor Meireles, apesar de ter conhecimento da ilegalidade da mesma (fl. 1577).
- 3 - Irresponsabilidade funcional (fl. 1577).

ELIAS FERREIRA DA SILVA

- 1 - Conivente na assinatura de recibos falsos pela compra de folhas de alumínio e de R\$ 200,00, referentes a uma empreitada para formação da lavoura, cujo dinheiro foi fruto de venda de gado do Posto Indígena Barbosa Rodrigues (fls. 10, 345, 349).

ELIAS GONCALVES DA COSTA

- 1 - Conivente no caso do gasto de R\$ 9.000.000 em uma farra em Florianópolis, quando era Chefe da IR- (fls. 1491, 1759).

4935
BPA



MINISTÉRIO DO INTERIOR

26.

- 2- Confessa existir recibos "frios" na prestação de contas da IR-7 quando o serviço de contabilidade era feito por êle próprio (fl. 2394, 2299 a 3002).
- 3- Fraude e omissão no Serviço de Contabilidade da IR-7, tais como:
- a- rasuras grosseiras em cifras;
 - b- eliminação completa da respectiva escrituração do recebimento e aplicação dos recursos orçamentários do exercício de 1965;
 - c- fôlhas eliminadas nos livros;
 - d- ausência dos termos de abertura e de encerramento dos livros obrigatórios;
 - e- descaminhos de documentos e livros contábeis ante a aproximação da chegada da Comissão à Curitiba (fls. 17, 32, 33).

ELITA FERREIRA SIMÕES

- 1 - Espancou duas índias e é responsável pelo desaparecimento de uma delas no Posto Indígena Vanuire (fl. 1566).
- 2 - Irresponsabilidade funcional: como professora nunca deu aula no Posto Indígena Vanuire, onde era lotada (fl. 1682).

ÉRICO SAMPAIO

- 1 - Falta de controle: não fez levantamento quer quanto aos bens do Patrimônio Nacional quer quanto ao Patrimônio Indígena, na IR-5 (fl. 142).
- 2 - Responsável por irregularidades contábeis, ocupações de áreas sem contrato, durante sua administração na 5ª IR (fls. 142, 431, 700).
- 3 - Corrupção (fl. 147).
- 4 - Arbitrariedades e atrocidades contra os índios (fl. 147).
- 5 - Irresponsabilidade funcional: uma das irregularidades era o Chefe do Posto como procurador (fls. 679, 718).
- 6 - Venda de gado sem concorrência (fl. 699).
- 7 - Comprou veículos a funcionários do SPI para a 5ª IR e sem licitação (fl. 699).
- 8 - Não recolhia ao Banco, na conta do SPI, as importâncias que recebia da venda de gado (fl. 702).
- 9 - Fez contrato sem autorização do SPI (fl. 730)
- 10 - Negligência quanto às medidas a serem tomadas nos casos das doações de índios do Posto Indígena Gal. Couto Magalhães da 6ª

4939
EJL



MINISTÉRIO DO INTERIOR

27.

- 6ª IR, para trabalhos gratuitos em casa de famílias de projeção como castigo (fl. 1506).
- 11 - Idem, idem, nos casos de crimes de estupro, morte, espancamento, contra os índios, fatos comunicados àquela Diretoria sem que fôsse tomada nenhuma providência (fls. 1506).
- 12- Corresponsável por pagamento ilegal dos vencimentos da falecida esposa de Luiz Martins da Cunha, por mais de um ano (fl. 4011).

EURICO CASTELO BRANCO

- 1 - Supliciava no "tonco" índios, em Nonoai (fls. 1824, 1825).
- 2 - Foi afastado do Posto Guaporé, pelas irresponsáveis irregularidades praticadas inclusive desrespeito ao Governador (fl. 544, 545).
- 3 - Arrombou o cofre da Fazenda São Marcos para retirar documentos, (fl. 4021).

FLÁVIO DE ABREU

- 1 - Escravização de índios em proveito próprio (fls. 1513, 1680, 1791)
- 2 - Embolsou a importância referente ao pagamento de serviço executado pelos índios na Fazenda do Sr. Luiz Gonçalves (fl. 1513) .
- 3 - Trocou a índia Rosa por um fogão de barro com o Sr. Seabra e ainda mandou surrar o pai da mesma, em virtude da reclamação feita (fls. 1680, 4288, 1683).
- 4 - Responsável pelo espancamento do índio Cecilo de 7 anos de idade (fls. 1680, 4255). Idem do garoto índio Lalico (fls. 1789, 1791, 1681).
- 5 - Maus tratos aos índios (fls. 1574, 1680, 1683, 1414).
- 6 - Costumava forçar os índios a espacarem suas mães, tendo castigado o índio Salu, por ter se negado a tal (fl. 1680) e da índia Carolina (fl. 4287).
- 7 - Obrigou um índio tuberculoso a usar um chocalho e andar com uma lata, proibindo que se prestasse qualquer assistência, inclusive, alimentação, morrendo, logo após, em completa inanição (fl. 1680).
- 8 - Cárcere privado e espancamento na pessoa do índio Justino, pai de Rosa (fl. 1683).
- 9 - Servia-se de uma palmatória para castigar índios quando Chefe / da IR-6 (fl. 4008).
- 10 - Arruaceiro. Gaba-se de valente. Afastou-se do Posto para tratar de interesses particular, temendo a CI (fl. 4114).
- 11 - Ao deixar a Chefia do Posto Indígena Couto Magalhães mandou o

4937
AB
BDA



MINISTÉRIO DO INTERIOR

28.

o índio Silvininho destruir as benfeitorias, como sejam: forno e fogão da administração, fonalha de rapaduras, cozinha dos índios etc. (fl. 1791).

- 12 - Desterrava os índios para trabalharem em Fazendas vizinhas, como castigo (fl. 1791).
- 13 - Esbulho da produção agrícola dos índios que ficaram à fome, apesar de terem produzido cereais, etc. (fl. 1791).
- 14 - Tentou bater no índio Justino na presença do Chefe da IR-6 (fl. 1791).
- 15 - Mandava as parturientes para os roçados um dia após o parto, deixando as criancinhas em uma mansarda imunda sem terem direito / de alimentarem os próprios filhos (fl. 1791).
- 16 - Suspendia as aulas e mandava as crianças para o eito, porque os adultos estavam de castigo, trabalhando noutras fazendas (fl. 1791, 4287).
- 17 - Responsável pela falta de 13 bovinos e 18 suínos (fl. 1791).
- 18 - Construiu uma pocilga em Terras de Eduardo Boret, engordando suínos e desviando-os (fl. 1791).
- 19 - Falta de colaboração com superiores (fl. 4290).
- 20 - Retinha em sua fazenda, Aricá, em Cuiabá, 7 índios e uma índia como castigo (fls. 4293, 4257, 4258).
- 21 - Subtraiu dois mamotes, dois tourinhos de 3 anos e um touro do Posto Indígena Couto Magalhães para a Fazenda Santa Terezinha, de sua propriedade (fl. 4257).
- 22 - Contratou o índio Cogiba para matar Luiz Albernaz a fim de impedir a denúncia do roubo do gado (fls. 4257).
- 23 - OBS.: Foi constatado pela CPI que os funcionários da IR-6 sentiam-se coagidos e temerosos de depor contra Flávio.

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS

- 1 - Responsável pela compra de 20 touros "Nelcre" no município de Annuncuns, em Goiás, para reprodução na Fazenda Bananal e que até o momento os touros não foram transportados (fl. 1585).
- 2 - Conivente na venda irregular de 500 réses e cerca de 200 abatimentos na Fazenda Carajós, Ilha de Bananal (fl. 1685 digo 1687).
- 3 - Embriagava-se em serviço a ponto de tentar suicídio (fl. 1734).
- 4 - Desmandos em Nonoi e também em Fioravante Esperança, onde vendeu pinho (fl. 1734).
- 5 - Irresponsabilidade funcional, conforme denúncias de oficiais da FAB ao Major Luiz Vinhas Neves, por embriaguês, no "Bananal" /

4938
[assinatura]
[assinatura]



MINISTÉRIO DO INTERIOR

29.

"bananal", (fl. 1734).

- 6 - Participou do gasto de R\$ 9.000.000 da farra em Florianópolis, (fl. 1759).
- 7 - Responsável pelo suplicio de índios no "tronco" (fls.1824,1825)

FERNANDO CAMPELO DUARTE

- 1 - Participando de C.I., em Campo Grande, com Sebastião Lucena e João Melo adquiriu um jeep de 4 portas sem autorização superior e nem observância de qualquer norma (fl. 926).
- 2 - Igualmente recebeu adiantamento da IR e não prestou contas nem repôs (fl. 926).

FLORINDO MIGUEL

- 1 - Conivente na venda de 6 vacas e 1 novilha e abatimento de ou tras em proveito próprio (fl. 3833).

FRANCISCO FURTADO SOARES MEIRELES

- 1 - Anulou, irregularmente, uma suspensão contra Luiz Guedes Amorim (fl. 10v.)
- 2 - Desviou a importância de R\$ 600,00 que recebeu para pacificação dos índios Canceiros. Idem de R\$ 460,00 destinados aos índios Pacaás Novos (fl. 11).
- 3 - Fêz prestação de contas fictícias (fl. 11) .
- 4 - Não tomou nenhuma providência para pacificação dos índios Canceiros, no Estado de Goiás (fl. 44).
- 5 - Irregularidades contábeis (adiantamentos, vales e autorizações assalariados) para comprarem roupas, cobertores, espingarda, correndo a despesa pela verba de Assistência aos Índios (fls.573, 838, 841).
- 6 - Os Postos Indígenas Mundurucus e Cajabi que se transformaram em verdadeiras filiais de Arruda Pinto e Cia., seus amigos e associados, advindo, em consequência, a sua decadência (fl.837).
- 7 - Participação nos lucros dos trabalhos dos índios (fl. 838).
- 8 - Omissão no massacre no Rio Jamaxim, praticado contra os índios pela Firma Arruda Pinto & Cia. (fl. 837).
- 9 - Procedimento criminoso no episódio dos índios Pacaás Novos e dos Xavantes (fl. 838).
- 10 - Responsável pela venda criminosa de gado do Posto Indígena Ricardo Franco (fl. 840).
- 11 - Manipulação de verbas, adulteração e conserto de documentos em prestação de contas, irresponsabilidade no trato dos dinheiros públicos (fl. 841).

4939
BDA



MINISTÉRIO DO INTERIOR

30.

- 12 - Expediu cheque sem fundo quando Chefe da Pacificação do Índios Xavantes (fls. 841,1580).
- 13 - Descontou promissória de sua emissão no Banco da Amazônia S/A, avalizada por firma de seringalista de Altanura para financiamento da produção dos índios Caiacós (fls. 841,1580).
- 14 - As castanhas do Posto Indígena Gorotire foram vendidas duas fêzes, ocasionando queixa à Justiça Federal, em Belém (fl.841).
- 15 - Conivente na venda de gado sem autorização na IR-5 (fl.927).
- 16 - Contratou com Wladisson Pena o corte de 2.000 tros de mogno e outras madeiras de lei a R\$ 7.000 por árvore abatida (fl.1579). A Inspetoria recebeu R\$ 2.800.000 referente a madeira retirada, (fl. 1579).
- 17 - Admite que não prestara contas do suprimento de R\$ 30.000,00, feito por Luiz de França Pereira de Araújo à época da prisão / administrativa (fl.
- 18 - Não recolheu o valor de R\$ 3.00,00 correspondente à glosa de TCU, Pro. TC-64.607/63 (fls. 923,4696).
- 19 - Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$ 30.000,60, dorrespondente ao TC-13.232/67 e de R\$16.500,00-correspondente ao TC-23.018/67 (fl. 4695).

FRANCISCO SAMPAIO

- 1 - Recebia verba para a 4ª Inspetoria, em Recife, ao invés de depositar no Banco na conta do SPI, depositava na sua (fl. 712).

GENTIL DO ESPIRITO SANTO

- 1 - Conivente na venda de 500 rêsas de cêrca de 200 abatimentos na Fazenda Carajás, malha de Bananal (fl. 1687).

GENÉSIO PINHEIRO CANGUCU

- 1 - Implicado no recebimento de passagem, assinada por pessoa estranha ao SPI, sendo, também, estranho ao Serviço (fl. 8).

HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO (Coronel)

- 1 - Pagou aluguéis de seu apartamento particular em Brasília com dinheiro da renda indígena (fls. 4166, 940).
- 2 - Deixou dívida de sua hospedagem no Hotel Amazonas, em Manaus, paga por Gilberto Pinto Figueiredo Costa com dinheiro da renda indígena. Repor R\$ 43,89 (fl. 4348).
- 3 - Compra de um telefone para sua residência pago pela renda indígena ao Sr. Lídio Diniz Henrique Fls. 916,918,940,1547,4164,... 4167,4168,1547).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

31.

- 4 - Deixou de instaurar inquérito administrativo contra o Sr. Bognerges Fagundes de Oliveira, apesar de ter conhecimento do facto ocorrido na Ilha de Bananal, através do relatório de Nilo Veloso (fl. 918).
- 5 - Utilizou a verba de R\$ 6.000.000 oriunda da IR-5 para pagamento de vencimentos de contratados da sede (fl. 919).
- 6 - Mandou Dival José de Souza vender pinho serrado em Fioravante Esperança e Cacique Capanema por coleta de preço (fl. 1735).
- 7 - Autorizou Sebastião Lucena a vender a produção agrícola de Cacique Doble (fl. 1867).
- 8 - Pela OSI nº 73, de 07.07.66 mandou Dival liberar 1.210 dúzias de tábuas para Irmãos Fernandes S/A e 1.500 toros também a favor da mesma firma, apesar do parecer 215-H, de 19.07.65, da Consultoria Geral da República (DOU fls. 8562). (fls. 3261).
- 9 - Autorizou pela Ordem de Serviço nº 59 liberação de toros existentes no Posto Indígena Dr. Selistre de Campos (fl. 2205).
- 10 - Autorizou a venda sem concorrência de 1.500 dúzias de tábuas / de pinho em Selistre de Campos a Ernani Coitinho ao preço de R\$ 10,50 quando Dival já recusara o preço de R\$ 12,20 a Madeireira Lima Ltda. em 28.08.57 (fls. 2866, 2868, por achar insignificante). Prejuízo R\$ 2.550,00 (fls. 2807, 2856).
- 11 - Autorizou a retirada de madeira do Posto Indígena Duque de Caxias, desrespeitando ordem de suspensão do Ministério da Agricultura (fls. 2894, 2895).
- 12 - Determinou o pagamento do aluguel da Sede da IR-7 pela renda / indígena, apesar de no contrato, publicado à página 11 do DO do Paraná, declarar na cláusula 7 que correria à conta da Lei nº 4.900 de 10.12.65, art. 4º-Anexo 4 - Poder Executivo-05- MA - 4.05.26-SPI-3.0.0.0 - Despesas correntes - 3.1.0.0.-Despesas de Custeio - 3.1.3.0 -Serviços de Terceiros - 10.00 Locação de bens móveis e imóveis (Verba Orçamentária). A determinação da data de 14 de agosto refere-se a aluguéis atrasados (fl. 2929).
- 13 - Mandou Dival liberar 105 toros a favor da Indústria e Comércio Antonio Saad S/A, quando o mesmo só havia pedido a liberação de 80, contrariando o Parecer 215-H e a proibição ministerial (fls. 3357, 3359).
- 14 - Empréstimos de dinheiros públicos (fl. 1527).
- 15 - Mandou Dival liberar 342 toros no Posto Indígena Xavier da Silva, Londrina, a favor de Kantor & Franco Ltda., desobedecendo o Parecer 215-H e a proibição ministerial (fls. 3359, 3362).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

32.

- 16- Mandou Dival liberar 2.025 toros em Selistre de Campos, em favor de Ernani Coitinho (fls. 3415, 3438).
- 17 - Mandou Dival liberar 3.381 toros em Selistre de Campos, em favor de João B. Tonial & Filhos (fls. 3439, 3457).
- 18- Falta de exação no cumprimento dos deveres por não ter punido Sebastião Domingos da Silva, quando denunciado pela venda de 15 rêses no Posto Indígena Mariano de Oliveira, em Minas Gerais (fl. 1480).
- 19 - Transferência em cessão gratuita e definitiva de uma viatura/marca Chevrolet C-14, 1965, cabine dupla, em perfeito estado de funcionamento para a Plúcia Rural do Estado de Minas Gerais, sem obediência às formalidades legais (fl. 1481).
- 20- Recebia gratificação mensal de R\$ 450.000 por conta da renda indígena, apesar de ocupar Cargo em Comissão (fl. 1537).
- 21 -Deixou continuar a exploração de cassiterita, em Rondônia, apesar da proibição ministerial (fl. 1584).
- 22- Autorizou sem licença ministerial Sebastião Lucena a vender madeira nos Postos da IR-7 (fls. 3724, 3731).
- 23- Afastou da Chefia da IR-9, o Sr. Alberico Soares Pereira, pelo fato de ter realizado expedição nas terras do Igarapé-Floresta no rio Candeias, com o fim de verificar se havia exploração e assassinato de índios pelos garimpeiros (fl. 4007).

HEROIDES TEIXEIRA

- 1- Cárcere privado de índios: construiu uma prisão dentro da prdridão da estribaria, sem iluminação e nem aeração (fl. 1821).
- 2- Não comprovou o adiantamento de R\$ 5.000,00 (fls. 1878, 2586).
- 3- Assinou recibos graciosos de quantias vultosas, segundo suas próprias declarações e não foram efetivamente recebidas (fls. 2596, 4733, 4739).

HILTON BRANDÃO (funcionário do M.A.)

- 1- Deixou contas no Hotel Amazonas a serem pagas pela IR-1, apesar de receber diárias e gratificações (fl. 4348). Repor R\$... R\$ 16.720.

IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA

- 1- Denunciado como vendedor de 130 a 142 rêses, com documentos de firma reconhecida, o que comprova a irregularidade e a desonestidade (5ª Inspeção, em Campo Grande, MT). (fl. 571).
- 2- Vendeu 20 rêses dos índios Carajós, sem autorização, a uma repartição do Ministério da Agricultura (fl. 598).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

33.

- 3- Tido como desonesto no SPI (fls. 718,841,1519).
- 4- Nomeações irregulares no SPI (fls. 826,841,889).
- 5- Efetuou venda antecipada de produtos agrícolas (na fôlha) do Pôsto Indígena Guarita, atingindo um montante de R\$ 6.000.000, (fl.826).
- 6- Responsável pelos desmando da Inspetoria do Paraná (fl.837).
- 7- Responsável pelos crimes de admissão irregular de funcionários na IR-8, em 1960, para servirem em Brasília e que só entraram em ~~exerc~~ício em 1961, e de retroação de data de admissão para efeito de enquadramento pela Lei 3.772 de dezenas de funcionários para atender a pedidos políticos (fls. 889,892,369,213 a 216,923,925,221 a 226).
- 8- Venda irregular de gado quando Chefe da IR-8, em Goiás, para pagamento de compras de materiais fictícios (fl. 841).
- 9- Depois de aposentado aceitou, fraudulentamente, a designação de Assessor do Sr. José Fernando da Cruz, na IR-7 com gratificação / de R\$ 500.000 pagos pela venda indígena (fls. 841,1953).
- 10- Irregularidades praticadas quando Chefe da IR-5, em Campo Grande, MT. Foi pedido inquérito que concluiu pela sua culpabilidade, com pedido de demissão e reposição da importância de R\$ 103.484,30 antigos, além de constatar falta de material e inexecução de serviços, no montante de R\$ 116.050.00 antigos (fl. 841).
- 11- Venda irregular de 150.000 dormentes (fls. 910,1519,1603,1780,... 991, 1843).
- 12- Falsificação de recibos de compra de material da Firma Nain Dibo, Campo Grande MT, para efeito de prestação de contas quando Chefe da IR-5, tendo sido afastado desta por haver praticado uma série de delitos, entre eles, a venda indiscriminada de gados (fl.1519).
- 13- Implicado nos Procs. SPI nºs. 2955, 2954, 4404, 4453; 5847/52 e PR nº 12.504/51 por irregularidades (fls. 1520).
- 14- Perseguição aos funcionários: calúnia, injúria e difamação aos antecessores (fls. 1612 a 1615, 1730).
- 15- Língua insólita (fls. 1642, 1645).
- 16- Venda de gado sem concorrência por preços irrisórios (fls. 1642, 1645, 396, 397, 366).
- 17- Irregularidade na extração de madeira, como também por maus tratamentos inflingidos aos índios no Pôsto Indígena Guarita e Paulino de Almeida, inclusive com raspagem de cabeça e uso de palmatória- (fls. 3776, 1774, 1776, 1777, 1780, 1774).
- 18- Torturas de índios em instrumento de tortura, denominado "tronco", em sua gestão no Pôsto Indígena Guarita (fl. 3777).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

34.

- 19- Disparou revólver contra o índio (menino) Arlindo Candinho (fls. 1774,1775,1777,1780).
- 20- Devastou os pinheiros do Posto Paulino de Almeida (fls. 1774),.. 1775,1776,1777).
- 21- Prêdeu o Coronel de Tribo, Gervásio Lima, que reclamou contra a devastação dos pinheiros (fls. 1776, 1777).
- 22- Confessa irregularidades contábeis na IR-5, quando esteve por 11 meses na Chefia (fl. 382).
- 23- Escravização de índios em proveito próprio (fl.1774).
- 24- Exonerado da Chefia da IR-8 por irregularidades em contratos de arrendamentos de terras, lotação de funcionários e outras (fls.. 301).
- 25- Compra na cidade de Tupã, de um trator Fordson Mayor, sem concorrência (fl. 366).
- 26- Aplicação da fenda indígena sem plano aprovado pela Diretoria, (fl. 366).
- 27- Irregularidade funcionais (fl. 380).
- 28- Recebeu no Posto Indígena Guarita a quantia de R\$ 300.00 para despesas de viagem, sem ter prestado contas (fl. 2255).

ISAAC ANTONIO BAVARESCO

- 1- Liberação de madeira "sassapraz" no Posto Indígena Duque de Caxias, apesar das várias proibições entre elas o rádio-circular 81/IR-7, de 23.03.65 e do Parecer 215-H (fl. 3324).
- 2- Assinou recibo gracioso para fraude em prestação de contas (fls. 1725, 1877,2417,2403,2596,4733).
- 3- Rasgou documentos comprometedores que podiam provar fraude em prestação de contas (fls. 1877,1872).
- 4- Recebeu R\$ 500.000 para despesa no Posto Indígena Manoel Ribas e não prestou contas. Repo. (fls. 1998).
- 5- Vende madeira e faz roçados em proveito próprio no Posto Indígena Duque de Caxias (fls. 2882, 2883, 4681).
- 6- Prestação de contas confessadamente forjada para encobrir a fraude de recibos falsos no valor de R\$ 6.000,000, saindo o dinheiro / da renda indígena (fls. 2417).
- 7- Acumulação não permitida dos cargos de digo na Secretaria de Agricultura e na Delegacia de Polícia de S. Jerônimo e na Prefeitura de Santo Antônio do Paraíso)fl. 2417).

ITALO SAMPAIO

- 1- Corresponsável na concorrência irregular da venda de pinheiros à Firma João B. Tonial & Filhos Ltda. em Xanxerê (fl. 2276). Idem,

49444943/80



MINISTERIO DO INTERIOR

35.

Idem, com Indústria Antônio Saad S/A e Comércio (fls. 2273, 2274, 2275).

- 2- Conivente na venda de 1.000 pinheiros sem concorrência a Baptista Pigatto e Cia. Ltda. -em Fioravante Esperança, Palma (fls.... 2583, 2935, 2936, 3103 a 3134).
- 3- Corresponsável da concorrência administrativa irregular para venda de 5.000 m³ de sassapraz a Max Weise, no Pôsto Indígena Duque de Caxias (fsl. 2291 a 2293).

ITAMAR ZWICHER SIMÕES

- 1- Compra de um caminhão adquirido do Pôsto Indígena Vanuíre, sem verba específica nem crédito especial, prevalecendo-se do seu crédito pessoal (fl. 7, 6, 675).
- 2- Compra irregular de um segundo caminhão à prestação na cidade de Tupã, agravado pelo emprêgo irregular da verba (1.0.0.0 -Custeie 16.00 Encargos Diversos- 1.6.23 Diversos (fl. 7, 553).
- 3- Venda irregular de um caminhão da Ajudância de São Paulo, sem as formalidades essenciais ao próprio SPI, no caso a IR-5, sendo conivente como comprador, José Fernando de Cruz (fls. 6, 7, 680).
- 4 -Irresponsabilidade funcional: deixou de atender aos serviços de sua obrigação (do SPI) para atender aos serviços particulares do General Moacir Ribeiro Coêlho (fl. 680).
- 5- Responsável pelo desaparecimento de gado do Pôsto Vanuíre, apesar de pertencerem ao Pôsto Carvalho Pinto (fls. 1483).
- 6- Corresponsável pela exploração contra os índios, praticada por Santinho no Pôsto Capitão Iakri, Bauru, SP (fl. 1565).
- 7- Dado ao vício da embriaguês (fls. 1574, 4029).
- 8- Desafiou o índio Manuelzinho e ameaçou-o dar 3 tiros na cara, (fl. 1566).
- 9- Metade das terras do Pôsto Vanuíre estão arrendadas ao seu próprio encarregado (Itamar) como se índio fôsse (fl. 1566, 4029).
- 10- Vende ao índios tudo que recebe para o Pôsto Indígena Vanuíre, e cobra dêles até passagem nos carros do SPI (fls. 1682).
- 11- Escravizou por 2 anos o índio Manuelzinho da tribo Guarani (fl. 1682).
- 12- Vende o gado do índio anualmente (fl. 1682).
- 13- Arrendou tôdas as terras do Pôsto, chegando as cercas a cortarem o terreiro das casas dos índios (fl. 1682).
- 14- Mandava os índios amanharem as terras e, em seguida, arrendava a terceiros, sem indenizá-los (fl. 1682) e sem empregar corretamente o produto (fl. 4030).

4945
4944
298



MINISTÉRIO DO INTERIOR

36.

- 15- Infringia maus tratos aos índios (fl. 4030).
- 16- Conivente com Nilo Veloso no desvio de R\$ 400.000 que deviam ser aplicados no cultivo de bananas do Posto Indígena Carvalho Pinto e foram aplicados na compra de 4 novilhos que ficaram no poder de Itamar para criá-los de maia, com Nilo Veloso, em terras dos índios (fl. 4029).
- 17- Confessou a Otávio Pinheiro que no SPI não era honesto (fl. 4029).
- 18- Recebeu da Delegacia Federal de Agricultura uma partida de milho para semente aos Postos da Ajudância de São Paulo. Vendeu / ao comércio parte desse milho o que foi constatado por Otávio - Pinheiro que o mesmo estava no Armazém de Pedro Muro (fl. 4029).
- 19- Diz que não tem medo de comissão de inquérito do SPI porque su borna a todas ela (fl. 4029).
- 20- Declarou haver subornado o Sargente Rachild Simão Helou com a im portância de R\$ 500.000 (fls. 4030) posi é fácil comprar cons - ciência de quem leva padrão de vida superior às suas posses, com pletando o deficit orçamentário com recebimento de "propinas" - (fl. 4030).
- 21- Fazia pagamentos secretamente. Foi constatado que de uma conta de R\$ 2.000.000 pagou apenas a importância de R\$ 1.300.000, cuja importância se referia a uma Serraria comprada em São Paulo e instalada em Mato Grosso (fl. 4029).
- 22- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$. R\$ 5.000,00 correspondentes ao TC-23.018/67 (fls. 4695).

IVAN EDSON GADELHA

- 1- Quando chefiava o Posto Indígena Fraternidade Indígena vendeu os equinos do Posto e comprou gado. Em seguida vendeu o gado e comprou armas. Novamente vender as armas aos índios. No fim da barganha o rebanho está reduzido em 50% (fl. 1789).
- 2- Recebeu dinheiro da Inspeção para aquisição de animais e não os comprou, embolsando o dinheiro (fl. 1789).
- 3- Alienou as máquinas de uma Serraria da IR-6 por uma insignifi cância, trocando-as por um motor a óleo, importável, de 18 HP, (fl. 1789, 4011).
- 4- Desmontou máquinas e arados do Posto com a finalidade de utili zá-los na construção de uma balsa, alheia ao patrimônio do SPI, (fl. 1789).
- 5- Responsável pela venda de 260 rêses do gado particular dos ín dios no Posto Indígena (fl. 4268).
- 6- Sedutor de índias entre as quais Neêmia, da Tribo Parecis (fls. 1789).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

37.

JAIR DE OLIVEIRA

- 1- Vendeu seis vacas e uma novilha e abateu várias outras em proveito próprio, em convivência com Florindo Miguel (fl. 3823).

JAPHET CHAVES NEVES

- 1- Irregularidades contábeis: assinou recibos graciosos para fração de em prestação de contas (fls. 1722, 4733, 4733, 4737).
- 2- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$ 3.000,00 (fl. 1878, 2596).

JOÃO BARRETO DE SOUZA

- 1- Retroação de data de admissão para efeito de enquadramento pelo art. 1º da Lei 3483 (fls. 1625, 1639).

JOÃO BATISTA CORRÊA

- 1- Espancamento de índios com palmatória (fls. 1505, 1682).
- 2- Tentativa de enforcamento e, após penduramento pelos pulsos do garoto índio Salico no Posto Indígena Fraternidade Indígena / (fl. 1681, 1682, 1793, 4014, 4292).
- 3- Exploração do trabalho indígena (fl. 1681).
- 4- Cárcere privado de índios (fls. 4014, 4292).
- 5- Destêrro de índios do Posto para trabalhos em fazendas estranhas a título de castigo (fl. 1516).
- 6- Negociatas com terras indígenas (fl. 1505).
- 7- Sedução de índias (fl. 1505, 1682).
- 8- Rapto da índia Florisbela (fl. 1682).

JOÃO BATISTA TONIAL E VALMOR TONIAL

- 1- Divisão ilegal dos pinheiros arrematados em Xanxerê entre mais de 30 firmas, sem que o contrato o permitisse (fl. 1840).
- 2- Beneficiários da concorrência irregular e protecionista na venda de 10.000 pinheiros em Xanxerê (fls. 2276 a 2280).

JOÃO CARDOSO DOS SANTOS (João Vaqueiro)

- 1- Omissão à assistência aos selvícolas (fls. 850).
- 2- Recebia gado de meia para tratar em terras do patrimônio indígena, tanto que já possui pequena fazenda (fls. 850, 1481).
- 3- Seu gado penetrava e destruía a pequena lavoura indígena (fls. 852).
- 4- O gado indígena era utilizado todo seu benefício, não aos indígenas nenhuma cota de leite (fl. 852).
- 5- Corresponsável na devastação do gado do Posto Mariano de Oliveira, a 70% (fls. 852).
- 6- Corresponsável na venda criminosa de 8 animais, um engenho de

4947
88
88



MINISTÉRIO DO INTERIOR

38.

de cana, tachos de cobre, uma junta de bois e um grupo gerador (fl. 852.).

JOÃO FERNANDES MOREIRA

- 1- Comprou materiais para a IR-9 sem licitação (fls. 3704).
- 2- Irregularidades contábeis: não fazia contabilização nem registro de qualquer espécie na IR-9 (fls. 4019).
- 3- Envolvido no caso de exploração de cassiterita, em Rondônia - (fl. 4117).
- 4- Responsável pela não prestação de contas de R\$ 30.000,60, correspondentes ao TC-13.232/67 e de R\$ 11.000,00, correspondentes ao TC-23.018/67 (fl. 4695).

JOÃO FONSECA DE MORAES

- 1- Conivente com Ivan Edson Gadelha na venda de 270 rêses do gado particular dos índios no Posto Indígena Fraternidade Indígena (fls. 4011, 4268).
- 2- Responsável pela venda de 1.500 rêses do Posto Indígena Fraternidade Indígena (fl. 4011).

JOÃO FRANCISCO DA SILVA

- 1- Hospedava índios em sua residência e emitia vales à conta da renda indígena, cujas faturas de pagamentos finais eram assinadas por sua filha Sara, devido sua condição de funcionário - (fls. 1547, 1536, 1539, 1454).
- 2- Assinava recibos sempre em quantia superior à que recebia (fls. 1534).

JOÃO GARCIA DE LIMA

- 1- Assinou recibos graciosos, dando quitação de quantias vultosas segundo suas próprias declarações e não foram efetivamente recebidas (fls. 2596, 2403, 1877, 4733).
- 2- Vendeu, irregularmente, 500 pinheiros no Posto Indígena Xavier da Silva, Londrina, com edital publicado na Folha de Londrina, quando a coleta foi feita em Curitiba, dando ganho de causa à Serraria Santa Tereza, de Lantor & Franco Ltda. por preço de R\$ 19.000, quando a Serraria Irerê, de Isidro Maximino ofertou R\$ 21.050, dentro das cláusulas do Edital. Prejuízo a repor R\$ 1.025,00 (fls. 3155 a 3168).
- 3- Maltratos aos índios e trabalho em regime de escravo, em proveito próprio (fls. 1720, 1721).
- 4- Inutilização de documento público qual seja o rasgar do recibo graciosos que deu a José Fernando da Cruz (fl. 1977).

4548
B9/B



MINISTÉRIO DO INTERIOR

39.

- 1- Conivente na venda irregular de 150.000 dormentes ferroviários, no Pôsto Indígena Guarita (fl. 1519,1603,1612).

JOÃO VIEGAS MUNIZ

- 1- Chefiava o Pôsto indígena Irineu de Souza em constante estado de embriagûes (fl.1682).
- 2- Utilizava o dinheiro de Pôsto para suprir os índios que trabalhavam em seu próprio benefício (fl. 1682).
- 3- Apropriava-se do vencimento de 2 funcionários do SPI (índio Augusto Quezo e seu irmão, obrigando-as a trabalhar no Seringal com péssima comida (fl. 1682).
- 4- Esfaqueou o índio Coraci do Pôsto Indígena Galdino Pimentel (fl. 1682).
- 5- Acusado de maus tratos aos índios e como fornecedor de aguardente aos mesmos para fins de lucro (fl. 1682).
- 6- Castigava os índios com palmatória (fl. 1682).
- 7- Tentativa de esbulho da produção agrícola dos índios no Pôsto Indígena Santana, na IR-6, não concretizada devido à interferência de Américo Antunes de Siqueira (fl. 4269).
- 8- Cárcere privado de índios (fl. 1682).

JOSÉ AUGUSTO PARAIBA

- 1- Certificou recibos de mercadorias que nunca chegaram aos Postos da IR-6 (fl. 4010).
- 2- Confessa que certificava graciosamente as contas de José Batista, sem ver a mercadoria (fl. 4015).

JOSÉ CABRAL DOS SANTOS

- 1- Assinou recibo falso alterando o valor dos gastos do reparo da lancha "Chavion", em conivência com M.M. Araújo (fls.10, 345).

JOSÉ DOMINGOS

- 1- Autorizou admissão irregular de pessoal na IR-8 e concordou com antecipação de datas para efeito de enquadramento. Os funcionários admitidos na IR-8 tiveram exercício em Brasília e jamais estiveram em Goiânia (fl. 372,889).
- 2- Mandou a IR-7 ceder sua Estação de Rádio para ser instalada em Fóz de Iguaçu para cobertura política do Ministério da Agricultura, quando da inauguração do Hotel (fl. 1866).

JOSÉ MARINHO TELES FILHO

- 1- Enriquecimento sem causa (fl. 841, 1574).
- 2- Envolvido em negociatas de magno e castanha-do-pará na IR-2,

4949
[assinatura]
[assinatura]



MINISTERIO DO INTERIOR

40.

na IR-2, (fls. 841, 1574).

JOSÉ DE MELO FIÚZA

- 1- Pagou conta de hospedagem do Sr. José Fernando da Cruz, no Hotel Amazonas, com o dinheiro do SPI (fl. 340).
- 2- Vendeu gado irregularmente quando substituta do da Chefia da / IR-9 (fl 1583).
- 3- Autorizou Plínio Sebatião Xavier Benfica e também Luiz Adalco Cortez a pesquisar cassiterita ao longo do rio Lages (fls. 4007, 4107, 4108).
- 4- Não fez contabilização nem qualquer registro do contrato na IR-9 (fl. 4019).
- 5- Envolvido nas negociações de minérios (fls. 4007, 4107, 4108, 4111, 4112).
- 6- Assuntos de Segurança Nacional: obtenção de registro da Diretoria de Rotas Aéreas dos campos de pouso construídos para aventureiros e registrou no nome do SPI, localizados, no Igarapé-Floresta, Igarapé-Paciência, Estrêla, Nova Vida, Vila Rondônia e Arquimedes, no território de Rondônia (fls. 4097, 4098, 4114).
- 7- Não escrituração dos livros da IR-9.

JOSÉ MENDES BERNIS

- 1- Endereçou carta a José Fernando da Cruz pedindo dinheiro para comprar uma casa para si (fl. 1583).

JOSÉ MONGENOT

- 1- Quis apropriar-se de dinheiro encontrado em cofre na IR-5, ao transmitir a Chefia (fl. 925).
- 2- Prática de irregularidades em arrendamentos, inclusive, celebrando contrato com menor de 5 anos, filho do Sr. Leôncio de Souza Brito (fl. 925).
- 3- Recebimento irregular de passagens aéreas para Mato Grosso, quando ali já se encontrava (fl. 926).

JOSÉ MONGENOT FILHO

- 1- Vendeu uma camioneta marca Ford-100, ao SPI, pelo preço de uma nova, quando encarregado do Posto Buriti da IR-5 (fls. 1583).
- 2- Subtraía grandes partidas de arroz da produção indígena para vender ao comércio de Campo Grande, quando encarregado do Posto Buriti (fl. 1583).
- 3- Vendeu uma Camioneta Willys ao SPI, sem concorrência, apesar / de ser funcionário (fls. 12, 636, 699).

4950
A
EJB



MINISTÉRIO DO INTERIOR

41.

- 4- Removeu o funcionário Ducastel Gutierrez, de Campo Grande para Manaus e de Manaus para Belém, a fim de impedir que o mesmo prestasse depoimento à CPI, sobre o massacre de um homem branco e a venda de diversas cabeças de gado, sem explicação do emprêgo do dinheiro (fl. 12).
- 5- Acusado pela imprensa como corrupto, desumano e também por uma série de irregularidades praticadas na 5ª IR (fl. 147).
- 6- Enriquecimento ilícito: possui vários caminhões adquiridos sem meios legais aparentes (fls. 337, 3784).
- 7- Acusado de haver recebido arrendamento de terras da região do Kadineus, emitindo recibos, como tendo recebido gado ao invés de dinheiro, tendo embolsado o dinheiro (fls. 3771, 3774).
- 8- Tentou subornar Abílio Coelho Aristimunho por R\$ 700.000 (setecentos mil cruzeiros), a fim de facilitar negociata das terras da reserva Naliquem (fl. 3867).

JOSÉ PEDRO RAMOS

- 1- Lavra terras gratuitamente (fl. 1855).
- 2- Falta de cooperação com a Comissão ao manifestar má vontade / (fl. 1855).

JOSÉ RAMOS DA MOTA CABRAL

- 1- Conivente na venda de gado na IR-5 sem autorização (fl. 927).
- 2- Recebeu, indevidamente, de Josias Ferreira de Macedo, R\$ 20.000, em 1962 e não repôs e nem prestou contas (fl. 940).
- 3- Alcance de R\$ 100.000 por não prestação de contas do adiantamento referente ao Proc. 420.168/62. Idem de R\$ 100.000 Processo nº 420.169/62 (fl. 1708).
- 4- Liberou 123,977 m³ de sassapraz ao preço de R\$ 1.300 por metro cúbico no Posto Indígena Duque de Caxias, apesar da Circular - Rádio 81/IR-7, de 23.03.66 e do Parecer 215-H, da Consultoria Geral da República (fl. 3334).
- 5- Recebeu vale na IR-7 de R\$ 20,00 fornecidos por Sebastião Luce na, em 21.09.67, ainda não resgatado (fl. 3732).

JOSIAS FERREIRA DE MACÊDO

- 1- Alcance da importância de R\$ 1.200.000 recebido por suprimento de Maria de Lourdes de Castro Maia, em 1962, para a expedição não realizada no rio Arariquera (fls. 6v, 7v, 12v, 332- Arts. 878 e 888, letra "E" do Código de Contabilidade da União).
- 2- Gastou mais de 520 mil cruzeiros antigos em despesas de automóvel com a família de Moacir Ribeiro Coêlho (fls. 682, 1482).

4951
AB
EJA



MINISTÉRIO DO INTERIOR

42.

- 3- Ordenou o transporte do motor do automóvel particular de Moacir Ribeiro Coêlho em uma camioneta do SPI do Rio para São Paulo (fls. 7v, 405).
- 4- Feriu o disposto no art. 47 do Decreto-Lei 2206, de 20.05.40, que disciplina depósitos de adiantamentos a funcionários públicos no Banco do Brasil.
- 5- Utilizou valores da Verba Orçamentária para pagar e retirar / jóias da esposa de Moacir Ribeiro Coêlho penhorados na Caixa Econômica da Guanabara.
- 6- Responsável pela não prestação de contas, em tempo hábil, de 2 adiantamentos de R\$ 600,00 cada, correspondentes ao Proc. TC-58.310/63 (fls. 4730/32).

JURANDIR MARCOS DA FONSECA

- 1- Estranho ao SPI, fornecia passagens a estranhos conforme requisições 120, 122, 125 e 127/62, em favor de Eunice Cunha Angeom, pessoas das missões, David de Oliveira, Genésio Pinheiro Canguçu e Miguel João Genésio Pinheiro (fl. 8).
- 2- Representando o Território de Rondônia, em Brasília, recebeu passagem Bz Rio Bz sem ser funcionário. REpor (fl. 926).

LAUDELINO SOARES DA SILVA

- 1- Conivente na falsificação de dois recibos de gradeamento de 15 alqueires de terras em Guarita, sendo o nº 48, de 28.09.65 a R\$ 70.000 totalizando R\$ 1.050.000 e o de nº 8 os mesmos 15 alqueires em 12.11.65 a R\$ 40.000 totalizando R\$ 600.000 (fls. 2252, 2258).

LAURO DE SOUZA BUENO

- 1- Torturador de índios no "tronco". No Posto Indígena Manuel Ribas chegaram a fraturar o fêmur de índios por esse processo, juntamente com seus irmãos, Raul de Souza Bueno, David de Souza / Bueno, e Vivaldino de Souza Bueno, mantidos irregularmente sob a Chefia de Raul de Souza Bueno (fl. 1719, 1731, 4439).
- 2- Cárcere privado de índios (fl. 4439).
- 3- Trabalho escravo de índios com trocas de serviços com Vitor Minas Tonolher Carneiro e João Garcia de Lima (fls. 1721, 4438).
- 4- Violências e arruaças (fls. 4439, 1719).
- 5- Enriquecimento ilícito (fl. 4439).
- 6- Esbulho do trabalho indígena como no caso do roçado do índio Velloho Sebastião Bernardo (fl. 4439).

4952 /
EJA



MINISTERIO DO INTERIOR

43.

LOURDES SEBASTIANA MODESTO

- 1- Perjúrio: participou da Comissão que tomou depoimento de José Lima Albernaz, mas declarou em seu depoimento "que não conhece qualquer assunto que envolveu irregularidades... nunca teve notícias, nem por ouvir dizer de irregularidades havidas na IR-6", (fl. 2597).
- 2- Má vontade e hostilidade à Comissão.

LOURINALDO WALDERIZ RODRIGUES VELOSO

- 1- Até hoje não prestou conta da importância de R\$ 100,00 (fls. 2597).
- 2- Assinou recibo gracioso para fraude em prestação de contas / (fls. 4733, 4743).

LOURIVAL DA MOTA CABRAL

- 1- Venda de 500 rêsas na IR-7 sem autorização, pois o Diretor ~~la~~ via consentido somente na venda de algumas cabeças para cobrir pequenas despesas (fl. 928).
- 2- Ordenou que o Serviço de Rádio do SPI prestasse serviços particulares para o Deputado Valério Magalhães, em companhia política (fl. 997).
- 3- Indiciado pela Sindicância do Major Jaime Moreno que contém os elementos que concorreram para seu afastamento do Serviço, mas não houve punição (fl. 997).
- 4- Responsável pela iniciativa de corte de madeira quando Chefe da IR-7, concordando que a firma vencedora da C.P., Abdo Bittar, transferisse os direitos da exploração a Irmãos Maia S/A (fls. 1729).
- 5- Estabeleceu Código Secreto na IR-7, um para cada Posto, diferentes entre si. As mensagens cifradas que usavam se referiam à contagem de pinheiros derrubados, aos preços dos negócios fechados, aviso de próxima chegada de Comissão de Inquérito e à movimentação financeira. Eram rasgadas e não ficava nenhuma cópia nos arquivos (fls. 1729, 1780).
- 6- Coniventes com o grupo que comandava as irregularidades existentes no SPI (fls. 717, 817).
- 7- Foi prêso em Fernando de Noronha em decorrência da intentona Comunista (fl. 910).
- 8- Venda de gado na IR-5, juntamente com Francisco Furtado Meireles e Nilo Veloso, sem credenciais para tanto, pois apenas participava de Comissão de Inquérito (fl. 927).

4953
996



MINISTERIO DO INTERIOR

44.

LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO

- 1- Deixou, por desídia, de remeter a prestação de contas de 1966, da IR-5 (fl. 1545).
- 2- Recebeu adiantamento feito pelo Fundo Federal Agro-Pecuario do Ministério da Agricultura, mas não fazia a escrituração regular e diz que não sabe a importância exata (fl. 1584).
- 3- Conivente na venda irregular de 150.000 dormentes, no Posto Guarita, (fls. 1603 a 1605, 910).
- 4- Conivente no empréstimo de dinheiros públicos por vales (fls. 1539, 4057, 4058, 1527).
- 5- Perjúrio: nega conhecer o empréstimo a Benedito Pimentel, quando no vale existem anotações de seu próprio pai (fl. 4057/8).
- 6- Pagou a compra do telefone particular para o Cel. Hamilton de Oliveira Castro ao Dr. Lydio Diniz, com dinheiro do SPI em um cheque de R\$ 2.000.000 sendo R\$ 1.500.000 por honorários e R\$ 500.000 pelo telefone (fl. 4166).
- 7- Compras durante o prazo de proibição e sem concorrência, principalmente, na Casa Matias e na Importadora Mundial de Ferragens, do Rio (fl. 904).
- 8- Conivente na retroação de datas de admissão para efeito de anular a sua filha Marim Silva Araújo, pela Lei 3772 (fl. 910).
- 9- Tinha ciência de invasões de terras que estavam afetadas à Seção do Patrimônio Indígena (SINDI) e não tomava nenhuma providência (fls. 891).
- 10- Foi Presidente do Comitê do Partido Comunista, em Jaboatão, Pernambuco e foi preso em Fernando de Noronha em decorrência da intenção Comunista (fl. 910).
- 11- Manipulador da renda do Patrimônio Indígena, cuja escrituração deixou de efetuar desde 1964 (fl. 910).
- 12- Recebeu a quantia de R\$ 20.000.000 do Major Vinhas Neves, conferindo a C.I. presidida pelo Dr. Auto Timm Fontes, não pagou a prestação de contas do referido dinheiro (fl. 1518).
- 13- Emitia cheques ao portador, sem saques, da verba orçamentária, contrariando o parágrafo 3º do art. 47 do Dec. 2206, de 20.05.40, (fls. 1518, 4769, 4775).
14. Que os vales referentes a hospedagem de índios, mesmo depois de processada a fatura, não eram devolvidos ao interessado e que as faturas eram de valor superior à soma dos vales correspondentes (fls. 1535, 1536, 1537, 1534).

4954
A
B



MINISTÉRIO DO INTERIOR

45.

- 15- Único responsável pela entrega da chace e segredo do cofre ao Sr. Boanerges Fagundes de Oliveira, sem ter feito o correspondente e irrevocável termo de Tomada de Contas e conferência de valores (fl. 1537).
- 16- Inclui nomes de servidores em um telegrama, no qual solicitava a permanência do Cel. Hamilton à frente do SPI sem os mesmos terem conhecimento do texto (fl. 1538).
- 17- Entrega criminosa do cheque nº 192.162, no valor de R\$ 18.840,20 ao Sr. Cildo Furtado Soares de Meireles, sabendo que o mesmo tinha sido demitido do SPI (fl. 197).
- 18- Pagou, indevidamente, com recursos da renda indígena, o aluguel do apartamento 102-B1.2 da Sqs. 203, em Brasília, residência particular do Diretor do SPI, Cel. Hamilton de Oliveira Castro (fl. 1518).
- 19- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de N R\$ 34.200,00, correspondente ao TC-23.018/67 (fls. 4605).

LUIZ GUEDES DO AMORIM

- 1- Recebeu, como empréstimo, N R\$ 200,00 em processo regular para pagamento posterior de ordem de José Fernando da Cruz, importância essa que não repôs, dando entrada numa prestação de contas (fl. 10v).

LUIZ MARTINS DA CUNHA

- 1- Quando Chefe do Posto Indígena Guarita foi denunciado por Ja phet Chaves Neves em virtude do mesmo ter recebido por mais de um ano os vencimentos de sua esposa já falecida (fl. 4011).
- 2- Vendeu, antecipadamente, a produção agrícola do Posto Indígena Guarita, sem autorização (fls. 927, 836).
- 3- Assinou recibos graciosos para fraude em prestação de contas, (fls. 1723, 2596, 2428).
- 4- Fraude: não distribuía aos índios sapatos, banha, fumo e remédios, a não ser Melhoral e fazia constar nas prestações de contas todos esses artigos (fl. 1851).
- 5- Queda injustificável da renda do Posto Guarita na contabilização (fls. 1851, 1864).
- 6- No Posto Indígena Guarita o número de agricultores não indígenas é superior ao declarado, o que significa que não são contabilizadas todas as rendas pagas pelos colonos (fl. 1851).
- 7- Utilização de milho, em espiga, do Posto Guarita, como pagamento de dívidas inexplicáveis a Maroni & Ltuz Ltda. (fl. 1857).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

46.

- 8- Venda de soja, milho, trigo e feijão e, incluindo, como consumo do Pôsto (fl. 1858).
- 9- Assinou recibo gracioso de 6 milhões de cruzeiros antigos a favor de José Fernando da Cruz, no Pôsto Guarita (fls. 1864, 2245, 4733, 4738).
- 10- Permitiu que funcionários, o Prefeito e as autoridades policiais do município de Tenente Portela constinuassem a lavrar as terras do Pôsto Guarita sem pagar renda (fl. 1864).
- 11- Possui um automóvel Aero-Willys que alega ter adquirido com economia do casale herança de sua mulher (contradição porque alegou que o ordenado não dava para viver). (fls. 1864).
- 12- Alcance: não comprovou os N 5.200,00 do adiantamento por suprimientos recebidos da IR-7 (fl. 1878).
- 13- Denunciado por Luiz Araújo da entrega de toros de madeira no Pôsto Indígena Guarita a vários compradores, inclusive Acir / Fortes (fl. 2183).
- 14- Falsificou com Laudelino Soares da Silva recibos de pagamento do gradeamento de 15 alqueires de terra em Guarita, sendo o de nº 48, de 28.09.65 a R\$ 70.000 igual a R\$ 1.050.000 e o de nº 8, os mesmos 15 alqueires, porém com data de 12.11.65 e com preço a R\$ 40.000, totalizando R\$ 600.000 (fls. 2252, 2258).
- 15- Paga despesa de manutenção de sua família com a renda do Pôsto Indígena Guarita (fl. 1864).
- 16- A CI constatou forte aparato policial constituído de uma patrulha permanente de cinco soldados da Brigada de Polícia Militar do Rio Grande do Sul no recinto do Pôsto Guarita.

LUIZ VINHAS NEVES (Major)

- 1- Criação irregular da Ajudância BAHIA/MINAS e da Ajudância do Rio Grande do Sul, da Inspetoria Geral (fls. 1480, 1572).
- 2- Recebimento criminoso de R\$ 27.000.000 de Walter Samari Prado (fls. 1917, 3773).
- 3- Compras feitas sem concorrência e durante o período de proibição, principalmente, na Casa Matias e na Importadora Mundial de Ferragens Ltda., do Rio (fl. 904).
- 4- Dilapidação do patrimônio indígena com gratificações a funcionários já ocupantes de função gratificada (fls. 1545, 1547).
- 5- Não recolhimento à SINDI de certas transferências de numerário, feitas pelas Inspetorias (fl. 1547).
- 6- Designação de funcionários demitidos para funções importantes - no SPI como a de Alberto Pizzaro Jacobina e, justamente, para

4956
BDA



MINISTÉRIO DO INTERIOR

47.

para Supervisor das três maiores fazendas e Dorval Magalhães para Inspetor Geral (fls. 3779, 1572, 4021, 4054, 4055, 4056).

7 - Apropriação de valores da Renda Indígena:

- a) R\$ 15.000.000 do produto da venda de gado da Fazenda São Marcos por Jacobina (OT 15 e 16 do BB de Manaus). (fls. 1578, 4055, 4056, 4021).
- b) R\$ 5.000.000 recebidos em dois cheques de Israel Praxedes por venda de gado sem concorrência em Mato Grosso, (fls. 1687, 1688).
- c) R\$ 17.000.000 condizidos por Samuel Brasil para sua residência, no Rio de Janeiro, produto de desconto de promissórias das Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes S/A em agiotagem (fls. 1733, 1734, 1739, 1717).
- d) R\$ 35.000.000 - OP 20/1048, de 28.07.65
R\$ 7.000.000 - OP 20/157, de 16.09.65
R\$ 12.000.000 - OP 20/189, de 29.09.65
R\$ 17.910.000 - OP 20/1237, de 25.10.65
R\$ 7.000.000 - OP 20/1632, de 19.04.66, todas transferidas da IR-7 pelo Banco Mercantil de Minas Gerais, agência de Curitiba (fl. 1924).
- e) R\$ 2.500.000 da IR-5 quando da posse de Walter Samari Prado, cuja única via de recibo está na 4ª via da prestação de contas da renda indígena de abril de 1965 (fls. 3771).
- f) R\$ 5.000.000 remetidos por Phelipe Brasil pelo Banco Mercantil de Minas Gerais (fl. 1759).
- g) R\$ 12.000.000 remetido por Fernando da Cruz pelo Banco Mercantil de Minas Gerais, conforme rádio 288/IR-7, de 27.09.65, prometendo remeter mais até o fim da semana (fl. 2166).
- h) R\$ 35.000.000 referentes a 14 títulos de Irmãos Fernandes, cujo líquido desconto, R\$ 26.715,240 foi remetido conforme rádio 200/IR-7, de 27.07.65 (fls. 2172).
- i) R\$ 18.000.000 oriundo de Xanxerê remetido por José Fernando da Cruz, em Curitiba (fl. 2175).
- j) R\$ 20.000.000 correspondente ao recibo de 06.06.65
R\$ 5.000.000 idem 19.06.65
R\$ 14.000.000 idem 31.07.65
R\$ 7.000.000 idem 17.09.65 (fls. 2186).
- k) R\$ 7.000.000 (fl. 2201).

4957
EJB



MINISTERIO DO INTERIOR

48.

4958
D
B

- 1) R\$ 6.000.000 do Posto Guarita (fl. 2254).
m) R\$ 1.000.000 referente a venda de gado na IR-8 (fls. 1586).
- 8- Extraordinária ganância manifestada em constantes exigências de numerário (fls. 2155, 2201, 2211, 1735).
9- Linguagem insólita (fl. 4033).
10- Enriquecimento sem causa, de sua pessoa e de sua companheira Terezinha de Jesus Solino Silveira (fls. 4034, 4035, 4041, 4048).
11- Exercício ilegal de comércio (fls. 4036, 4037, 4035).
12- Compra de materiais sem concorrência pública (fls. 904, 3705, 3707, 3706, 3708).
13- Não prestação de contas de R\$ 77.750 (fls. 4060, 4061).
14- Determinação a José Fernando da Cruz para descontar os títulos de crédito com agiotas (fls. 927, 922).
15- Determinou ao Chefe da IR-7 ignorar o Delegado Federal de Agricultura, assim como êle Major, não se submetia ao Ministro da Agricultura (fl. 1724).
16- Recebimento de "propina" através de um Sr. José, da Importadora Mundial de Ferragens, do Rio (fl. 4059).
17- Chantagem e extorsão (fl. 4059).
18- "Societas scelleris" com Fernando da Cruz, Walter Prado e outros (fl. 4059).
19- Desobediência às ordens e normas ministeriais (fl. 4064, 4046).
20- Empréstimo de dinheiro da Repartição (fls. 4057, 4058, 2188).
21- Delegação de competência a pessoa não funcionária (fl. 4062).
22- Espantosa dilapidação do patrimônio indígena através de três séries de Ordens de Serviço Internas para tôdas as Inspetorias e para a Ajudância de São Paulo para:
a) vender gado
b) vender madeira
c) arrendar terras (fls. 4065, 4088).
23- Manda requerer terras em Rondônia onde haja cassiterita (e índios, naturalmente) (fls. 4095, 4007).
24- Contrato de exploração de cassiterita em Rondônia (fls. 4051, 4052, 1579, 1584, 4007, 4017, 4095, 991, 905).
25- Exploração de índios no trabalho da cassiterita (fl. 1579).
26- Omissão em tôdos os casos de maus tratos aos índios, (fls. 3785, 4008, 1580, 1680).
27- Responsável pela não remessa ao Tribunal de Contas da prestação de contas da IR-8 referente ao ano de 1965 (fl. 1585).
28- Permitiu que a IR-7 pagasse uma sua despesa de hotel no valor de R\$ 74.525 (fl. 1905).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

49.

- 29- Celebrou com o Governador Pedro Pedrossian acôrdo lesivo ao SPI, mediante o qual o Estado de Mato Grosso usurpou 35.000- + ha de terras indígenas (fls. 991,1519).
- 30- Mandou sustar ações de defesa do patrimônio do SPI por pedi dos políticos (fls. 3784, 3968, 3969).
- 31- Obtenção de registro na Diretoria de Rotas Aéreas dos campos de pouso construídos por aventureiros e registrados no nome do SPI em Igarapé Floresta, Paciência, Estrêla, Nova Vida, Vila Rondônia e Arquimedes, todos no território federal de Rondônia (fls. 4097 a 4099).
- 32- Perjúrio: assinou declaração que conduzira e entregara em / Brasília a prestação de contas de Fernando Cruz, quando a mesma ainda permaneceu em Curitiba pelo menos até 31.2.67 - (fls. 4098, 2887).
- 33- Ameaçou o jornalista Contran, do Corriô da Manhã (fl. 4053).
- 34- Acusou o Exmo. Sr. Ministro do Interior de visar interesses - políticos no presente inquérito (fl. 4053).
- 35- Irregularidades em vendas de pinheiros e de gado e arrendamen to de terra (fls. 903, 904, 909, 2538).
- 36- Venda de 1.000 pinheiros a Baptista Pigatto & Cia. Ltda. em Fioravante Esperança por coleta de preço e 500 a Kantor & Franco Ltda. por concorrência administrativa (fls. 2287 a 2290).
- 37- Autorizou de modo irregular corte de madeira de lei na IP-2 (fl. 1579).
- 38- Expediu OSI nº 100, mandando irregularmente vender pinheiros sem cumprimento das formalidades legais (fls. 2269, 2273, ... 2285, 2289, 2291 e 2287).
- 39- Contrato de exploração de minérios nas regiões dos índios Mn durucus e Gaviões, perto da cahoeira do Jaú, do Tocantins, de nunciado pelo Ministro da Agricultura Sr. Ney Braga (fl. 1579).
- 40- Assinatura de cessão de área de território indígena sem a presença nem assinatura do outorgado contratante que por nada se responsabilizou. (fl. 3680).
- 41- Corresponsável pela prestação de contas irregular de N.º .. N.º 8.000,00 de origem desconhecida sob a responsabilidade de Alberico Soares Pereira, sendo os recibos extraídos em nome do Major (fls. 4891 a 4943).
- 42- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de N.º 77.750,00, correspondentes ao Proc. TC-14.791/67 (fl. 4695).

4959
3916



MINISTÉRIO DO INTERIOR

50.

MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO

- 1- Maus antecedentes (fl. 1578).
- 2- Inclusão de recibos graciosos em prestação de contas referentes a trabalhos que jamais foram realizados (fls. 4026, 12v, 344, .. 143, 763, 454, 353, 354).
- 3- Falsificação de recibo relativo à compra de fôlhas de alumínio no valor de R\$ 30.000 (fls. 10, 345, 349).
- 4- Falsificação de recibo de R\$ 200.000 referente a fictícia empreitada para formação de pastagem no Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues, com assinatura falsificada por Elias Ferreira (fls. 10, - 345, 349).
- 5- Forjamento de um recibo de R\$ 150.000 assinado por um tal Luiz Soares da Costa como tendo sido para reforma do Pôsto Indígena Barbosa Rodrigues (fl. 10, 345).
- 6- Alteração de um recibo de R\$ 100.000 no qual são cobrados serviços não executados como, por exemplo, o conserto de dois cilindros e a confecção de dois pistões quando o motor só possui um piston e um cilindro (fls. 10, 342, 345).
- 7- Compra fictícia de suprimentos a Cruz & Cia., de Manaus, de cêrca de R\$ 300.000 (fls. 345, 353, 345).
- 8- Vendeu 100 rêsas à Firma Alimentamazon S/A por R\$ 380.000 sem que tenha prestado contas (fls. 351, 353, 354).
- 9- Uso do cargo para fins políticos (fls. 126, 289).
- 10- Desinterêsse pelo índio (fls. 126, 289).
- 11- Utilização de lanchas para passeios com familiares (fl. 342).
- 12- Compra de um jeep e de um casco sem as formalidades legais necessárias (fl. 343).
- 13- Infelicitou e vivia com a índia Leonora da tribo Tucanos do Alto Rio Negro (fls. 345, 353).
- 14- Retenção em seu poder das importâncias da renda indígena sem depositar em banco oficial (fl. 344).
- 15- Omissão quanto às acusações contidas na carta-denúncia que José Cabral lhe endereçou em 30.10.60 e não pediu inquérito para ressalvar sua honorabilidade (fls. 351, 352).
- 16- Mau emprêgo do produto do trabalho artesanal do índio (fl. 345).
- 17- Fraude em prestação de contas de serviços não executados no Pôsto de Atração Maruiá, acusando um saldo credor de R\$ 352.910 a favor de Ataíde Cardoso quando dera somente R\$ 5.000 (fls. 344, 4026).

4960
[assinatura]
[assinatura]



MINISTÉRIO DO INTERIOR

51.

MANOEL SOARES

- 1- Assassinou o Capitão de Polícia Indígena, Benjamim Aygara, da nação Cacaíri, no Posto Indígena Simões Lopes, enterrando-o de pois num buraco de tatu (fl. 4010).

MARIA ALVES DE SOUZA

- 1- Conivente com o marido Acir Barros em torturas e espancamentos aos índios, mandando colocar um dêles num poço de escrementos H₂ manos (fl. 1731).

MÁRIO DA SILVA FURTADO

- 1- Responsável pela não prestação de contas adiantamento de R\$... R\$ 11.000,00 correspondentes ao Processo TC-23.018/67 (fls. 4695).

MIGUEL LOPES DA SILVA

- 1- Omissão à assistência aos selvícolas (fl. 850).
- 2- Recebe gado de meia para tratar em terras do patrimônio Indígena (fl. 1481) e já possui dessa forma de 50 a 100 cabeças (fls. 850, 1481).
- 3- Seu gado penetra e destrói a pequena lavoura indígena (fl. 852).
- 4- O gado indígena era utilizado todo em seu benefício não dando aos indígenas nenhuma cota de leite (fl. 852).
- 5- Devastação do gado do Posto Mariano de Oliveira (fl. 852).
- 6- Corresponsável na venda criminosa de 8 animais, um engenho de ca na, tachos de cobre, uma junta de bois e um grupo gerador (fls. 852).

MIRTES RIBEIRO CARVALHO

- 1- Ausentou-se irregularmente do serviço por 8 meses, residindo em Lago Vermelha, tendo o "ponto" dado pela Inspetoria (fls. 1682 , 1728).

MOACIR RIBEIRO COELHO

- 1- Fornecimento ilegal de passagens a pessoas estranhas ao Serviço acarretando, conseqüentemente, o estouro da verba, sendo o excedente pago, conforme o próprio indiciado confessa, de seu bolso (fls. 8, 9, 10, 11v, 42, 105, 121 a 186, 177, 178, 179, 181, 190, 191, 199, 247, 252, 313, 929, 940, 894, 1482).
- 2- Conivência passiva no caso do alcance de R\$ 1.200,00 praticado por Josias Ferreira de Macêdo (fls. 6, 1482, 405).
- 3- Conivência passiva no caso do alcance de R\$ 520,00 praticado por Josias Ferreira de Macêdo (fl. 682).

4964
[assinatura]
[assinatura]



MINISTERIO DO INTERIOR

52.

4962/11
EJL

- 4- Negligência no caso da venda irregular de uma camioneta Rural Willys, na sua gestão, sem que tenha tomado nenhuma providência para punição dos culpados (fl. 6v).
- 5- Compra irregular de viaturas para o serviço sem processos de concorrência (fls. 311, 312, 385).
- 6- Conivência no caso da compra e venda de um caminhão da Ajudância de São Paulo à IR-5, feita por Itamar Simões Fernando da Cruz (fls. 7, 927, 930, 936, 827).
- 7- Compra irregular de viaturas para o serviço sem a competente verba (fls. 43, 929).
- 8- Utilização de viaturas da repartição para uso particular e de terceiros (fls. 7v, 405, 406, 557, 680, 682) e para propaganda política (fl. 925).
- 9- Arrendamento irregular de terras e aumento do valor das rendas mediante coação (fls. 8v, 199, 891). Omissão culposa em relação às irregularidades praticadas (fls. 305, 928).
- 10- Apropriação indébita de valores do SPI decorrente de arrendamento de terras e de vendas de gado (fls. 8v, 11v, 105, 106, 378).
- 11- Apropriação indébita de valores da Repartição (fls. 1482, 1570).
- 12- Recebimento de dinheiro da Importadora Mundial de Ferragens SA para pagamento do excedente das passagens (fl. 199).
- 13- Confeção "a posteriori" de mais de 40 Ordens de Serviço para regularização das passagens fornecidas graciosamente (fl. 199).
- 14- Transação ilegal de gado do patrimônio indígena em chocante desrespeito à Lei Delegado nº 8, de 11.10.62, art. 5º (fl. 9v). Venda ilegal de gado sem licitação: autorizou a venda de 10 cabeças de gado, aumentadas, posteriormente, para 80, mandando sustá-la depois de instalada a CPI. A venda, todavia, já tinha sido feita. Devido a isso requisitou o processo e substituiu o seu despacho anterior por um de sua conveniência e nomeou comissão de funcionários amigos para conestar sua ação. Venda irregular de gado (fls. 199, 799, 928). Omissão (fls. 305). Falsa imputação à funcionário por cumprimento de sua própria ordem, exarada em despacho de processo (fl. 415).
- 15- Desvio de verba do Patrimônio Indígena (fls. 11, 105, 344, 381 e 550).
- 16- Empréstimos a particulares de recursos da verba indígena (fl. 42).
- 17- Desvio da verba da expedição Arariquera não realizada (fls. 311, 394).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

53.

- 18- Perjúrio (fls. 11, 9, 117, 304, 305, 306, 311, 378, 775, 776, 928, 930, 1483).
- 19- Aplicação irregular da verba Assistência ao Índio (fls. 896, 780, 715, 105) e para desenvolvimento econômico, consignadas no orçamento de 1962 nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 8ª e 9ª Inspetorias (fls. 42, 43) e para pagamento de débito de outro exercício na 4ª Inspetoria, não relacionado em "Restos a Pagar" (fl. 42).
- 20- Falta de cumprimento às diligências do TC (fls. 42, 312, 905).
- 21- Admissão irregular de pessoal (fls. 42 e 43). Admissão de
- 22- Malversação dos dinheiros públicos com viagens desnecessárias (fls. 43, 387, 826, 926).
- 23- Omissão dolosa quanto à malversação de R\$ 7.000.000 na suposta pacificação dos Pacás Novos (fl. 199).
- 24- Malversação (fls. 394, 428, 896, 841, 927, 929). Idem em relação aos índios Canoeiros (fl. 930).
- 25- Autorização a missionários estrangeiros para trabalharem em regiões interditas pelo Conselho de Segurança Nacional, o que ocasionou reação do Comandante do Grupo de Elemento de Fronteira- Proc. SPI/4163/62 (fls. 43, 106, 289, 343, 344, 744, 748, 4170, 4171, 4173, 4176, 4178, 4180, 4182), desobedecendo ao Conselho de Segurança Nacional (fl. 289).
- 26- Aquisição ele digo ilegal de material sem a competente licitação (fl. 44).
- 27- Conivência, ou pelo menos, omissão no caso de arrendamento / das reservas indígenas (fl. 103). Omissão culposa (fls. 295, 896, 305). Omissão no caso dos arrendamentos de terras (fls. 295, 305).
- 28- Falta de exação no cumprimento dos deveres não apurando a representação que contra êle fez Manoel Moreira de Oliveira, contra sua desobediência ao Conselho de Segurança Nacional (fl. 289). Falta de exação (fls. 305, 313, 928, 930).
- 29- Omissão culposa quanto aos contratos de extração de madeira na IR-7 (fls. 294, 305, 317, 392, 681, 928, 406, 292, 117).
- 30- Exibição de documentos secretos do Exército a estrangeiros das Missões Novas Tribos (fl. 344).
- 31- Cheque sem fundo: conivência (fl. 926).
- 32- Confidências a pessoas estranhas de segredos militares (fl. 402)
- 33- Suspensão irregular de funcionário (fl. 506). Suspensão de funcionário por motivos políticos (fl. 763).

49631
EJA



MINISTÉRIO DO INTERIOR

54.

- 34- Aproveitamento de funcionário em trabalho particular (fl.557).
- 35- Omissão dolosa (fls. 410, 682, 305, 381).
- 36- Aplicação irregular de renda do SPI (fls. 779).
- 37- Omissão criminosa no massacre de índios por fazendeiros (fl.896)
- 38- Conivente na queima do relatório do Posto Indígena Capitão Ia - kri (fl. 678).
- 39- Distribuição graciosa da verba orçamentária (fl. 679).
- 40- Valia-se da função que exercia, visitando os Postos, apenas, para fazer propaganda política (fl. 681).
- 41- Falta de controle e autoridade sobre as Inspetorias e subordinados (fls. 306, 311, 293, 295, 304, 391, 393, 118).
- 42- Falta de urbanidade para com os auxiliares (fls. 341,350).
- 43- Desvio de renda proveniente da venda de gado (fl. 344).
- 44- Recebeu de José Fernando da Cruz um revólver de ouro (fl.922).
- 45- Emprêgo da verba indígena para propaganda pessoal e política (fls. 927, 928).
- 46- Conivência com José Fernando da Cruz na venda irregular de gado (fl. 936) e outros crimes (fls. 718, 826, 918).

MODESTO DONATINI DIAS DA CRUZ

- 1- Denunciado conforme Processo SC-19.086/48- SPI-5493/47 por contratos irregulares de venda de pinheiros, concorrências públicas para as firmas Otto Low & Irmãos Ltda. - Delatone & Irmão - Hermínio Tissiani & Cia., José Volpato & Cia. e Irmãos Iochpe SA Industria e Exportação. Diz que desde 1944, ou antes, existia venda de pinheiros desvitalizados (fl. 1698).
- 2- Responsável pelo corte de madeira na IR-7, juntamente com Lourival, concordando que a Firma vencedora da CP Abdo Bittar, transferisse os direitos de exploração a Irmãos Maia S/A (fl.1729).

NAZARENO MARTINS FORTES

- 1- Omissão à assistência aos selvícolas (fl. 850).
- 2- Recebimento de gado de meia para tratar em terras do patrimônio indígena (fl. 1481).
- 3- Já possui cerca de 100 rêsas, criadas em território indígena, que penetravam e destruíam a pequena lavoura indígena (fls.852,1481)
- 4- O gado indígena era utilizado todo em seu benefício, não dando aos indígenas nenhuma cota de leite (fl. 852).
- 5- Corresponsável na criminosa devastação do gado do Posto Mariano de Oliveira, principalmente, de 8 animais, um engenho de cana, tachos de cobre, uma junta de bois e um grupo gerador (fl.852).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

55.

NELSON PERES TEIXEIRA

- 1- Tentativa de extravio de processo (fl. 217).
- 2- Tentativa de modificação de autorização Presidencial de nomeação de funcionário (fl. 222)
- 3- Desonesto e de ação nefasta dentro e fora do SPI (fl. 576, 578).
- 4- Responsável pelo extravio de documentos de prestação de contas (fl. 576).
- 5- Fraude na compra para o SPI de um motor "Buda" velho por novo, (fl. 576).
- 6- Responsável pela venda irregular de 150.000 dormentes à Firma Tonetto Araújo & Cia. no Posto Indígena Guarita (fl. 1605).

NEREU MOREIRA DA COSTA

- 1- Prendia índios e deixava-os embriagar-se no Posto Indígena Se listre de Campos (fl. 1828, 1837).
- 2- Castigo no "tranco" do índio Domingos Couto (fl. 1829).

NILÓ OLIVEIRA VELOSO

- 1- Emitiu e assinou empenhos em duplicata com o mesmo número, visa do para chefes diferentes (fl. 188, 189, (fl. 918 confessa).
- 2- Perjúrio: diz que Cildo Meireles às vezes ia ao SPI prestar serviços porque seu irmão, Francisco F.S. Meireles, chamava-o para consulta sobre negócios de terra, quando, na verdade, sabe que Cildo estava contratado (fl. 333).
- 3- Autorização para o recebimento da renda da Granja Marta Rocha, ao preço antigo, apesar de já reajustado pelo próprio Diretor, (fl. 920, 3230).
- 4- Tinha sob sua chefia direta vários parentes, inclusive, seu filho, irmão, nora e sobrinho (fl. 920, 905).
- 5- Juntamente com Francisco F.S. Meireles e Lourival Mota Cabral, quando em CI, vendeu gado sem possuir atribuições para isso, na IR-5 (fl. 927).
- 6- Subtraiu o valioso filme "Funeral Bororo" do acervo da filmoteca do SPI (fl. 927).
- 7- Comprou, estranhamente, material de construção no Paraná e em Tupã, para empregá-lo no litoral de São Paulo a 800 kms. de distância (fls. 941).
- 8- Responsável pelo desvio de peças do museu, no valor de R\$ R\$ 280.000 e de R\$ 30.000 para comerciar artigos de artesanato / indígena (fl. 941, 4029, 1483).
- 9- Corresponsável com o indivíduo Santinho na exploração dos índios no Posto Capitão Iakri, SP- Bauru (fl. 1565).

4965
[assinatura]



MINISTÉRIO DO INTERIOR

56.

- 10- Sempre acobertou as irregularidades de Itamar Simões (fl.1566).
- 11- Retirou a Fazenda Carajós da jurisdição do Posto Getúlio Vargas ficando o novo administrador subordinado diretamente a êle e colocou o Sr. Idalino da Cruz, não funcionário ppublico, como Administrador da mesma, pagando-lhe 3% da produção bovina - (fl. 1583)
- 12- Conivente na assinatura do contrato com a Igreja Evangélica Tenente Portela para cessão de área sem a presença nem assinatura do contratante outorgado (fl. 3680).
- 13- Construiu a casa da Chefia do Posto Governador Carvalho Pinto, em terras não pertencentes ao patrimônio indígena (fl.4010).
- 14- Apontado por pomover festas e bebedeiras no Posto Indígena Carvalho Pinto, chefiando caravana numerosa (fl. 4029).
- 15- Recebeu de então Diretor do SPI a quantia de R\$ 400.000 para im plantação do cultivo de banana. Não fez o cultivo e apresentou fotografia de bananeiral adulto como se fôra o próprio que de veria ser plantado, no Posto Carvalho Pinto (fl. 4029).
- 16- Com os R\$ 400.000,00 que recebeu no Posto Indígena Carvalho Pinto para aplicação no cultivo de banana, comprou 4 novilhas de vaca para o Posto José de Anchieta, mas jamais estas chegaram ao destino, constando haverem ficado em poder de Itamar Simões, para criá-las de meia em terras dos índios (fl. 4029).
- 17- Obtenção de registro na Diretoria de Rotas Aéreas do campo de pouso construído por aventureiros e registrados em nome do SPI, localizado no Território de Rondônia (fls. 4097 a 4099, 4144).
- 18- Prática de atos libidinosos no recinto da Repartição (fl.1483)
- 19- Utilizava paças do Museu do índio em programas de televisão - (fl. 1484).
- 20- Emitiu cheque ao portador com a Agência do BB S/A, em Pôrto Velho, cuja beneficiária era servidora do SPI, o mesmo acontecên do sôbre a Agência de Cuiabá (fl. 1551).
- 21- Emitiu cheque ao portador contra a Agência do BB S/A em Cuiabá quando ali se encontrava, o mesmo acontecendo em Pôrto Velho (fl. 1551).
- 22- Não possui o comprovante da entrega da prestação de contas de R\$ 6.500.000 recebidos do Cel. Hamilton de Oliveira Castro que alega desttuída no incêncio (fl. 1551).
- 23- Autorizou pela OS/ sem número, de 17.12.64, ao Chefe do Posto Nonoai vender 4 animais bovinos (fl. 1875).
- 24- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de

49661
89/6



MINISTÉRIO DO INTERIOR

57.

de R\$ 11.500,00 correspondentes ao TC-23.018/67 (fl. 4695).

NILSON DE ASSIS CASTRO

- 1- Assinou recibos graciosos para fraude em prestação de contas, (fls. 1723, 2497, 2496, 2487, 4733, 4735).
- 2- Permitiu a Luiz Carlos Berbigier e a mais doze outras pessoas lavrar terras do Pôsto Indígena Nonoi, sem pagar renda, o mesmo acontecendo a outras pessoas (fl. 1798).
- 3- Contratou Eucia Alves de Castro, sua própria esposa, para trabalhar no Pôsto Indígena, paga pela verba indígena (fls. 1798, 1823).
- 4- Pagou com o dinheiro do Pôsto Nonoi, despesas de sua residência particular (fls. 1819, 1821)
- 5- Corresponsável pelo desaparecimento de 9 réses do Pôsto Nonoi no valor de R\$ 300.000 e mais 7 réses do patrimônio nacional (fl.1821).
- 6- Contratou, sem autorização e sem recursos, Belmiro Vaz, pela renda indígena em Nonoi (fl. 1822).
- 7- Irregularidades contábeis: não comprovou o suprimento recebido da IR-7, no valor de R\$ 5.000,00 nem tem escrituração regular no P.I. Nonoi (fl. 1878).
- 8- Sublevação de índios contra rendeiros em Nonoi (fl.4282).
- 9- A Comissão constatou a existência de um cárcere privado para os índios.
- 10- Pagamento de serviços com madeira sem observância de qualquer requisito legal (fls. 3528, a 3531).
- 11- Paga com dinheiro da renda indígena a empregada doméstica de sua residência (fl. 1821).

PEDRO JOAQUIM DE LEMOS

- 1- Venda de dois ventiladores do patrimônio nacional, quando Chefe da IR-4 (fl. 1546).
- 2 - Atestou recibos falsos para efeito de prestação de contas com retroação de datas, atingindo épocas em que não se encontrava na Inspetoria (fls. 1723, 2597).

PEDRO PUPPINI

- 1- Responsável pela maior parte dos desmandos relativos ao comércio humano, afastando os índios dos seus Postos para servir em casas de fazendeiros a título de castigo (fl. 1516).

4967
[assinatura]
29/6



MINISTÉRIO DO INTERIOR

58.

PEDRO VANI DE OLIVEIRA

- 1- Em sua gestão no Pôsto Indígena Simões Lopes desapareceram definitivamente 120 rêses de um plantel de gado de raça GIR, puro saque (fl. 4011).

PHELIPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL

- 1- Quando no exercício da Chefia da IR-7 fez pronunciamento de cargo político, recomendando o candidato de sua preferência (fls. 1716, 1722, 2400, 2416, 2596).
- 2- Venda irregular de 1.000 pinheiros em Fioravante Esperança, Palmas, a R\$ 15.000 a Baptista Pigatto & Cia. Ltda. funcionando a Comissão em Curitiba e os Editais publicados em Palmas, OSI n.º 1/65 (fls. 3134, 2285, 2286, 3103 a 3134).
- 3- Venda irregular de 500 pinheiros no Pôsto Indígena Xavier da Silva, Londrina, com o Edital publicado na Fôlha de Londrina, quando a colêta foi feita em Curitiba, dando ganho de causa a Serraria Santa Tereza, de Kantor & Franco Ltda. com o preço de R\$.... R\$ 19.000, simplesmente, porque pagava à vista, quando a Serraria Irerê, de Isidro Nascimento ofertou R\$ 21.050, dentro das cláusulas do Edital. Prejuízo para repôr N R\$ 1.025,00 (fls. 3155 a 3168).
- 4- Assinatura de blocos de contratos, em branco (fl. 1716).
- 5- Espancamento de índios no Pôsto Indígena Cacique Doble, quando sua administração (fl. 1789).
- 6- Presidiu a Comissão que vendeu por concorrência administrativa irregular, no P.I. Duque de Caxias, a Max Weise, 5.000 m³ de sapaiz para lenha (fls. 2291 a 2293 a 2796).
- 7- Falta de comprovação do adiantamento de N R\$ 4.735,00 (fl. 1878).
- 8- Venda irregular de pinheiros em Cacique Doble a Braulino de Souza (fl. 1734).
- 9- Descontou várias promissórias emitidas por Irmãos Fernandes S/A a favor do SPI a juros de 5% para levar R\$ 17.000.000 ao Major Vinhas Neves. Repor R\$ 6.000.000 correspondentes a juros pagos a agiota (fls. 1717).
- 10- Venda a Indústria e Comércio Antônio Saad S/A por concorrência / irregular de 1.000 pinheiros, localizados na área do Pôsto Indígena Telêmaco Borba, Ortiqueira, Estado do Paraná (fls. 2273, 2274, 2275).
- 11- Venda de 50.000 pinheiros por concorrência administrativa, pertencentes ao P.I. Cacique Capanema, Mangueirinha, ganha por Irmãos Fernandes S/A, conforme Edital 1/65 (fls. 1717, 2896, a ... 2905, 2935, 2936).

4968
[assinatura]
[assinatura]



MINISTÉRIO DO INTERIOR

59.

- 12- Inclusão criminosa no Edital de Concorrência 1/65 de cláusula beneficiatória de concorrente agravada ainda pela antecipação dos prazos e outras irregularidades, tudo feito de modo doloso, pois tinha larga experiência no assunto (fls. 1717, 1722, 1759, 3182).
- 13- Retirada de R\$ 1.000.000 do cofre da IR-7, sem contabilização, para entregar ao Major Luis Vinhas Neves. Repor. (fl. 1717).
- 14- Conduzia o livro de "ponto" para sua esposa assinar em casa (fl. 1736).
- 15- Participante da caravana à Florianópolis, onde foram gastos R\$ 9.000.000, em uma farra (fls. 1759).

RACHID SIMÃO HELOU

- 1- Participou do conluio para venda criminosa de gado da Fazenda São Marcos em benefício pessoal do Major Vinhas Neves (fls. 4055, 4056).
- 2- Emissão de cheque sem fundo para pagamento de hospedagem no Hotel Amazonas, resgatado depois pela IR-1 com a renda indígena. Repor R\$ 320.668 (fls. 4347, 4349, 1583, 4021, 4028).
- 3- Deixou conta no Lord Hotel de Curitiba para ser paga pela IR-7. Repor R\$ 15.257 (fls. 4342 a 4346).
- 4- Recebimento de gratificação de R\$ 250.000 pela renda indígena e excessivo número de diárias, apesar da sua condição de militar, da Aeronáutica (fl. 1538).
- 5- Compra de três Jeeps Toyota por preço acima da tabela e sem concorrência, em São Paulo (fl. 1573).
- 6- Compra de uma Pick up Jeep Willys e um Jeep Willys em Brasília,* sem as formalidades legais (fl. 1573).
- 7- Compra de uma lancha de passeio para a IR-1, quando sabia que deveria ser de carga (fls. 1573, 1578, 3778, 4021).
- 8- Desmando na Inspetoria do Amazonas (fl. 1578).
- 9- Compra de mercadorias para a IR-1, por preço elevado e sem concorrência (fl. 4028).

RAMIS BUCAIR

- 1- Elaboração de uma planta do Sr. Renato Gataz, onde suas terras estão dentro do Posto Indígena Irineus de Souza (Vilhena, MT), (fl. 1511).

RAUL DE SOUZA BUENO

- 1- Torturado de índios, juntamente com seus irmãos David de Souza Bueno, Lauro de Souza Bueno e Vivaldino de Souza Bueno, mantidos irregularmente, sob suas ordens diretas (fl. 1719).

4568
CDB



MINISTÉRIO DO INTERIOR

60.

- 2- Além dos irmãos acima citados mantém ainda sob sua subordinação direta, sua mulher, professora Leonor Bueno (fl. 1720).
- 3- Troca de índios para trabalho escravo com Victor Minas Tonolher Carneiro e João Garcia de Lima (fl. 1721).
- 4- Suplício de índios no "tronco" havendo alguns aleijados como o índio Sebastião Laurindo (fls. 1731, 4439).
- 5- Aluguel de índios para trabalho escravo (fl. 4438).
- 6- Violências e arruaças (fl. 4439).
- 7- Enriquecimento ilícito (fl. 4439).
- 8- Cárcere privado de índios (fl. 4439).
- 9- Esbulho de trabalho indígena (fl. 4439).

RENATO FERREIRA DE SOUZA

- 1- Tentativa de agressão a superior hierárquico no recinto do Posto, com a agravante de aliciar índios para ajudá-lo (fl. 848).

ROBESPIERRE SALIGNAC DE SOUZA

- 1- Certificou a prestação de contas da renda indígena na IR-7 referente a julho de 1965, da qual existe inúmeras fraudes inclusive vários recibos do inexistente Agenor Ondinor Ribas, assinados a carbono, de n.ºs. 34, 48, 51, no total de R\$ R\$ 18.545.240 (fls. 1734, 4857 a 4865, 2566).
- 2- Recebeu, irregularmente, vencimentos em acumulação proibida nos meses de maio e junho de 1965 (fl. 2459).

ROGÉRIO PINTO RESENDE

- 1- Assassinou um índio da tribo Carajás por nome Luciano (fl. 1585).

ROMILDO DE SOUZA MORAES

- 1- Espancamento de índios (fl. 1843, 1845).
- 2- Trabalhos forçados de índios (fls 1843, 1845).
- 3- Apropriação indébita de 400 sacos de trigo da produção dos índios de Guarita (fl. 428).

RONALDO CHAGAS

- 1- Implicado na venda de 300 cabeças de rês, sem coleta de preços e sem concorrência (fl. 1687).

SALATIEL MARCONDES DINIZ

- 1- Fratura da perna do índio João Crespo quando o supliciava no "tronco" em Nonoai (fls. 1824, 1825).
- 2- Responsável pela entrega de 500 rês, dadas por Fernando da Cruz ao Prefeito de Bonito (fl. 4009).

4979
29/6



MINISTÉRIO DO INTERIOR

61.

SALOMÃO SABAY

- 1- Assinou recibo graciosos de N 3.000,00 para fraude em prestação de contas (fl. 2596)
- 2- Quando Chefe nunca comparecia ao Posto Indígena Capitão IaKri, (fl.724).

SAMUEL BRASIL

- 1- Irregularidades contábeis: fraude me prestação de contas (fls. 1723, 1733, 1927, 2983, 2987/92).
- 2- Emprêgo irregular de 22.000.000 (fl. 1733).
- 3- Assinatura de recibos graciosos para fraude em prestação de contas (fls. 1733, 1723, 4733, 4740).
- 4- Alcance: não comprovou o adiantamento da importância de N 30.479,80 (fl. 1878).
- 5- Comprou materiais sem concorrência (fls. 1927/33, 1939/44).
- 6- Execução de serviços por Alaor Bially, sem concorrência (fls. 1934/35, 1939/44).
- 7- Venda de 30.000m³ de sassapraz como lenha em Telêmaco Borba, (fl. 1937).
- 8- Pagou despesas de hospedagem e extraordinários, inclusive bebidas ao Lord Hotel de Curitiba, de Danton Pinheiro Machado, (fl. 1945/47).
- 9- Pagou, ilegalmente, a Iridiano a importância de 1.250.000, (fl. 1953).
- 10- Pagou 20 diárias de Danton, quando já havia pago suas despesas no Lord Hotel (fl. 1991).
- 11- Pagou, irregularmente, a João Marques, em Palmas, 1.642.976, (fls. 2036/39).
- 12- Não prestou contas de 10.739.540 de gastos durante sua gestão na IR-7, faltando 3.500.000 em documentos (fls. 2992/96 e 2553).

SARA SILVA DE ALMEIDA

- 1- Conivente no caso de vales praciosos assinados para o SPI ao invés de seu pai, João Francisco da Silva que na qualidade de funcionário, não podia comerciar com a Repartição (fls. 1534, 1535).
- 2- Assinava recibos fraudulentos referentes a hospedagem de índios (fl. 1536).

SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA

- 1- Vendeu, sem autorização superior, 15 rêses no Posto Mariano de Oliveira (Minas Gerais). (fl. 1480).

4971
B918



MINISTÉRIO DO INTERIOR

62.

- 2- Omissão no episódio da apreensão dos equinos feitos pela Polícia Rural (fl. 1480)

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA

- 1- Tentativa de intimidação aos índios quando estavam sendo ouvidos pelo Diretor (fl. 279).
- 2- Comércio com escritório indicado em seu cartão de visitas na própria Sede da IR-7 (fls. 4281, 1760, 1761).
- 3- Responsável pela devastação, abate excessivo e desordenado de pinheiros, de forma dolosa, no P.I. Dr. Selistre de Campos (fls. 4474 a 4479, 3687 a 3694, 1730, 1826, 1837, 1841, 2949, 4475, 1485, 1520, 1572, 1829, 1831, 2807, 2856, 2958, 3379).
- 4- Responsável pelos contratos irregulares de arrendamentos de terras na 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Inspetorias (fls. 279, 876, 866, 931); em Guarita: (fls. 1573, 1811/18, 1832).
- 5- Chefiava juntamente com Dival José de Souza um conluio de funcionários com fins excusos, ficando incontestável a malícia dessa sociedade a ponto de usarem "codigo Secreto" (fl. 1719).
- 6- Irresponsabilidade funcional: não havia controle nos pagamentos de diárias. Ele mesmo fazia o recibo de determinada quantia e pagava ao funcionário sem quaisquer outras formalidades legais. Houve pagamento de diárias sem O.S., mandando vizar (fl. 1731, 676).
- 7- Irregularidades contábeis: não eram escriturados todos os recebimentos e pagamentos da Inspetoria: o movimento da conta bancária não confere com a escrita na IR, bem como não fez balanço nem balancete das variações patrimoniais (fls. 1732, ... 1733, 1762, 1877, 672).
- 8- Nunca fez licitação de preço para compras (fl. 1733).
- 9- Adiantava vales a servidores (fls. 1761, 3732, 1730).
- 10- Participou da C.I. em Campo Grande com Fernando Campelo Duarte e João Melo, comprando um jeep sem observância das normas legais, nem autorização superior (fl. 926).
- 11- Corresponsável pela não prestação de contas de adiantamento / recebidos (fl. 926).
- 12- Recebeu o produto da venda irregular de milho no P.I. Dr. Selistre de Campos (fl. 1764).
- 13- Participou da "caravana da farra" em Florianópolis, (fl... 1759).
- 14- Nega "corte paralelo", mas confessa que as Firmas explorado-

4979
29/6



MINISTÉRIO DO INTERIOR

63.

1973
EJG

- ras não permitem a entrada de pessoas estranhas as mesmas (fl. 1760).
- 15- Não depositava a renda indígena em Banco Oficial (fls. 1762, 676).
 - 16- Autorizou o Delegado de Polícia de Nonoai a lavrar terras do Pôsto sem contrato e sem pagar renda (fl. 1799, 1820).
 - 17- Outras pessoas são isentas de pagamento de renda (fl. 1820).
 - 18- Utilizava a renda indígena para manutenção de sua família (fl. 1820).
 - 19- Plantava no P.I. Dr. Selistre de Campos em parceria com o índio Alípio (fl. 1826).
 - 20- Prendia índios e deixava-os embriagar-se (fl. 1828).
 - 21- Autorizou o Chefe de Cacique Doble recolher em seu nome o saldo da venda de cereais do Pôsto (fl. 1867).
 - 22- Foi afastado por irregularidades cometidas como consta no próprio depoimento do SPI, do Pôsto Indígena Cap. Iakri (fl. 672).
 - 23- Declarou que vendeu rêses do Pôsto Mariano de Oliveira (fl. 805).
 - 24- Quando encarregado do P.I. Dr. Selistre de Campos recebia rendas e ludibriava o SPI e os rendeiros, não lhes dando recibo e nem quitação (fls. 844).
 - 25- Nega participação nos fatos alegados nas duas cartas de Atilio Mazzalotti (fl. 1761).
 - 26- Praticava atrocidades contra os índios em Xanxerê (fl. 1730).
 - 27- Presidiu a Comissão que executou a concorrência irregular para venda de 10.000 pinheiros no P.I. Dr. Selistre de Campos, havendo julgado as propostas; admite-se que o preço vencedor de R\$ 12.125 era muito inferior ao preço corrente de então, que era entre R\$ 25.000 e R\$ 28.000 (fls. 1760, 1722).
 - 28- Aquisição de uma Kombi pela renda indígena sem autorização nem licitação (fl. 4479).
 - 29- Recebimento de um carro Aero Willys novo de madeireiros que se beneficiaram com a concorrência e exploração desordenada e abate excessivo de pinheiros no P.I. Dr. Selistre de Campos (fls. 1719, 1760, 1572, 844, 1826, 1831, 1841, 1520, 1730).
 - 30- Venda irregular de madeira no Pôsto Indígena Dr. Selistre de Campos até por coleta de preços (fls. 4475, 1730, 1485, 1520, 1572, 1829, 1831, 2807, a 2856 e 2958).
 - 31- Irregularidades em arrendamentos e falta de contabilização de todos os contratos (fls. 1730, 931, 1565).
 - 32- Recebeu R\$ 2.000.000 de Lourinaldo Veloso Chefe do P.I. Cacique



MINISTÉRIO DO INTERIOR

64.

- Cacique Doble e não prestou contas (fls. 1796).
33-Venda de madeira, apesar da proibição ministerial (fl. 1485).

SERAFIM PEREIRA DAS NEVES

- 1- Omissão à assistência aos sevícolas (fl. 850).
- 2- Recebe gado de meia para tratar em terras do patrimônio indígena, já havendo conseguido uma pequena fazenda de cerca de 100 rêses (fls. 850, 1481).
- 3- Seu gado penetrava e destruiu a pequena lavoura indígena (fl. 852).
- 4- O gado indígena era utilizado todo em seu benefício, não dando aos indígenas nenhuma cota de leite (fl. 852).
- 5- Corresponsável na devastação do gado indígena dos Maxacalis e, principalmente, na venda criminosa de 8 animais, um engenho / de cana, tachos de cobre, uma junta de bois e um grupo gerador (fl. 852).

SILVINO RIBEIRO DA SILVA

- 1- Responsável pela venda de rêses sem autorização no Posto Indígena Galdino Pimentel (fl. 4006).

SILVIO DOS SANTOS

- 1- Utilizou o código cifrado de mensagens quando chefiava o P.I. Guarita (fl. 3776).
- 2- Aplicou pena de prisão e trabalho obrigatório aos índios durante sua gestão no P.I. Guarita (fl. 3777).
- 3- Perjúrio: declara não ter vendido gado em sua gestão e imediatamente confessa a venda de 200 rêses em São Marcos, com Mang el Moreira de Araújo (fl. 3777).

TUBAL FIALHO VIANNA

- 1- Mau comportamento quando Chefe da IR-1 (fl. 1574).

TEREZINHA ABREU

- 1- Espancamento de índios (fl. 1683).
- 2- Cárcere privado (fl. 1683).

VICTOR ISIDRO GUEDES

- 1- Custeou os funerais de seu pai com recursos da verba orçamentária de que era detentor (fl. 1583).
- 2- Não prestou contas do adiantamento que lhe fora feito de R\$... N 350,00 (fl. 3711).

VICTOR MINAS TONOLHER CARNEIRO

- 1- Troca de índios para trabalho escravo em proveito próprio, juntamente com João Garcia de Lima e Raul de Souza Bueno (fl. 1721).
- 2- Conivente nos crimes de José Fernando da Cruz pois confessa ha-

4974
1916



MINISTÉRIO DO INTERIOR

65.

ver com êle estudado as irregularidades sem denunciá-lo (fl. 2498).

VIVALDINO DE SOUZA

- 1 - Omissão dolosa no caso do não comparecimento de funcionários e assinatura de livros de ponto nas residências das mesmas e atribuição de frequência integral a funcionária Mirtes Ribeiro Carvalho, lotada no Posto Indígena Cacique Doble e residindo em Lagoa Vermelha (fls. 1727).
- 2 - Participou como secretário da Comissão de Inquérito MA-605/66, que apurou irregularidades na IR-7, apesar de saber-se impedido visto que atestara contas de modo irregular (fl. 1728).
- 3 - Atestou, irregularmente, conta da renda indígena sem haver visto fazer o serviço nem registrada a entrada do material atestado (fls. 1728).
- 4 - Atestou o documento nº 7 referente a julho de 1965 da renda indígena, na qual a signatária do recibo de R\$ 60.845 é Neusa Maria de Souza, sua própria filha e menor de idade, na época, tendo perfeita ciência do impedimento (fl. 1728).
- 5 - Pessoa de confiança de Dival José de Souza foi encarregado das chaves dos códigos secretos com os Postos. As mensagens eram rasgadas após a transmissão, não ficando cópia e se referiam à venda de madeiras, movimentação financeira, aviso de próxima chegada de Comissões de Inquérito. (fl. 1729):
- 6 - Secretariou Comissão de Concorrência para venda irregular de sassapraz a Max Weise no Posto Indígena Duque de Caxias, na qual houve diversas irregularidades, entre as quais ter sido feita concorrência administrativa em Curitiba; o Edital publicado em A Nação, Jornal particular de Blumenau uma só vez; adiamento da concorrência sem motivo declarado; preço insignificante; um só concorrente; Edital assinado pelo Chefe da Inspeção; liberada a caução antes do fim do contrato (fl. 2191).

VIVALDINO DE SOUZA BUENO

- 1 - Torturador de índios no "tronco". No Posto Manoel Ribas chegaram a fraturar o fêmur de índios por êsse processo, juntamente com seus irmãos Raúl de Souza Bueno, David de Souza Bueno, e Lauro de Souza Bueno, mantidos irregularmente sob a chefia de Raul de Souza Bueno (fls. 1719, 1731, 4439).
- 2 - Cárcere privado de índios (fl. 4439).
- 3 - Trabalho escravo de índios com troca de serviço com Victor Minas Tonolher Carneiro e João Garcia de Lima (fl. 1721, 4438).
- 4 - Violências e arruaças (fls. 4439, 1719).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

66.

5- Enriquecimento ilícito (fl. 4439).

WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS

- 1- Conivente na inclusão do nome Alcides Veloso no telegrama que solicitava a permanência do Cel. Hamilton de Oliveira Castro à frente do SPI sem o mesmo ter tomado conhecimento do texto do citado telegrama (fls. 1538)
- 2- Vendeu válvulas para o SPI, apesar de funcionário e sem observar outros requisitos legais (fl. 1538).
- 3- Recebeu em 08.07.65, R\$ 200.000 pela renda indígena para aquisição de uma passagem Curitiba-Brasília-Curitiba, não presta do contas . Tepor. (fl. 4325).
- 4- Recebeu R\$ 765.000 parapa digo para pagamento de diárias pela-renda indígena que deverá repor, pois sendo funcionário do Quadro, as diárias são pagas por verbas orçamentárias. Além disso se recebeu dinheiro para comprar passagem em 8 de julho, não poderia cobrar diárias a partir de 19 de julho. Além de que R\$ 100.000 de adiantamento foram recebidos a 19 de setembro já após sua chegada e também depois do recebimento das R\$ 665.000, valor de 35 diárias (fl. 4326, 7383).
- 5- Sua esposa recebeu, por ordem de Fernando da Cruz, a importância de R\$ 150.000 debitando na IR-7 a importância supra (fl. 2159).
- 6- Pediu R\$ 300.000 ao Fernando da Cruz (fl. 4277).
- 7- Emissão de dois cheques sem fundo (fl. 4277).
- 8- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$ 22.000,00 correspondentes ao TC-23.018/67 (fl. 4695).

WALTER SAMARI PRADO

- 1- Afastado da IR-5, por estar envolvido no desvio de R\$ 50.000.000 (fl. 919)
- 2- Participou de Comissão de venda de gado com José Mongenot e Bonanerges Fagundes Oliveira e o vendeu a preço inferior ao que Fernando da Cruz vendera dias depois (fl. 926).
- 3- Comprava a mesma despesa pela verba orçamentária e pela renda indígena na IR-5 (fl. 992).
- 4- "societas scelleris" com Luiz Vinhas Neves e José Fernando da Cruz e outros. Pagamento de propina ao Major Luiz Vinhas Neves para cobertura de seus negócios (fl. 4059).
- 5- Utilizou o nome do Congresso Nacional, na IR-5, com o fim de despesjar rendeiros ocupantes da área indígena (fls. 1545, 4228, * 1519).

4976
BPA



MINISTÉRIO DO INTERIOR

67.

4-273
SJS

- 6- Vendeu 160 cabeças de gado, levando consigo os documentos sem fazer a prestação de contas (fls. 3770, 904).
- 7- Não fez a prestação de contas de R\$ 45.000.000 recebidos da verba de Assistência Social e se retirou de Campo Grande, levando a documentação, incompleta, alegando que completaria no Rio (fls. 3771, 4467, 1546, 1544).
- 8- Queixou-se a José Monteiro Silva, das dificuldades que estava encontrando para fazer uma prestação de contas que cobrisse o dinheiro extorquido pelo Major Vinhas Neves ou seja, R\$.... 45.000.000 dos quais só recebeu R\$ 18.000.000 (fls. 3773, 1546, 1517).
- 9- Recebeu R\$ 6.680.250 em Caixa da IR-5, de Maria de Lourdes Castro Maia e não prestou conta (fl. 3865).
- 10- Desvio na aplicação da verba pública, da IR-5, (fl. 2525, 1544, 1517).
- 11- Recebia gratificação de R\$ 70.000 ou 80.000 além de função gratificada, quando Secretário, atribuída pelo Major Vinhas Neves, gratificação esta pela verba indígena (fl. 1545).
- 12- Conivente na assinatura em branco de proposta de arrendamento / de terras na IR-5 (fl. 1574).
- 13- Não prestou contas das rendas arrecadadas do patrimônio indígena na IR-5, em 1966, (fls. 1525, 1538).
- 14- Retirou do valor de cada uma das vendas do gado certa quantia para ocorrer à despesas que não explicou (fl. 1544).
- 15- Viajou de Brasília a Mato Grosso alongando o percurso via Rio para visitar parentes seus (fl. 1544).
- 16- Apropriou-se de R\$ 1.000.000 suprido por Vani Maria Barreto (fl. 1544).
- 17- Perjúrio: declara haver feito prestação de contas de 45.000.000 quando na verdade não o fizera (fl. 1544).
- 18- Responsável pela não prestação de contas do adiantamento de R\$. N R\$ 45.00,00 correspondentes ao Proc. TC-13.232/67 (fl. 4695).

WISMAR COSTA LIMA

- 1- Desrespeito às mulheres índias no Posto Indígena Barão de Antonina, mesmo durante o expediente (fl. 1718, 1843).
- 2- No P.I. Selistre de Campos permitiu que o índio Antonio Olímpio fôsse amarrado e surrado a pau a ponto de fazê-lo fugir do Posto (fl. 1764).
- 3- Vício de embriaguês (fls. 1718, 1843).



MINISTÉRIO DO INTERIOR

68.

49781
B916

Deixaram de ser indiciados JOSÉ FERNANDO DA CRUZ e BENE-
DITO PIMENTEL por haverem sido cassados conforme Ato Instituci-
onal nº 2 e já estarem sendo processados pela Polícia Federal-
pelos delitos apontados n o processo. A indicação seria, por
tanto, inócua

CONCLUSÃO

Determina o Estatuto, que o Inquérito Administrativo se-
ja concluído no prazo de sessenta dias, prorrogável por mais
trinta .

Como, também, estabelece prazos irredutíveis para a de-
fesa, os quais, no presente caso são superiores ao que resta
à Comissão, mesmo concedida a prorrogação estatutária, será con-
veniente a instauração de nova Comissão de Inquérito.

Convictos de haverem cumprido o dever e correspondido
à confiança depositada por V.Exa., os membros da presente CI
entregam ao judicioso julgamento de V.Exa. o processo em refe-
rência composto de 20 volumes, com 4942 fôlhas e mais 6 volu-
mes anexos com 550 fôlhas.

Respeitosamente

Lider
Presidente

[Assinatura]
Vogal

Udmar S. Pina
Vogal

Moac Buz Almeida Noboa